



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

José Saraiva Cruz

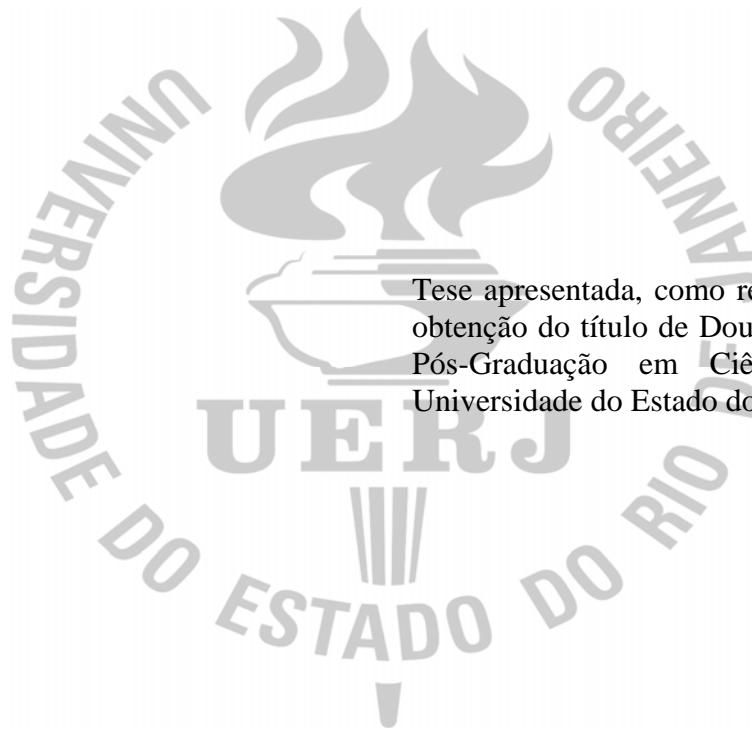
**Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista  
cepalino-isebiano**

Rio de Janeiro

2008

José Saraiva Cruz

**Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. João Trajano Sento-Sé

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

F992 Cruz, José Saraiva.  
Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista  
cepalino-isebiano/ José Saraiva Cruz. - 2008.  
302 f.

Orientador: João Trajano de Sento-Sé.  
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia: f. 298-302.

1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Desenvolvimento econômico -  
Brasil - Teses 3. Brasil - Condições sociais - Teses. 4. Brasil -  
Condições econômicas - Teses. I. Sento-Sé, João Trajano de. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

CDU 330.35(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

---

Assinatura

---

Data

José Saraiva Cruz

**Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de maio de 2008.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. João Trajano de Sento-Sé (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof. Dra. Helena Maria Bomeny Garchet  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof. Dr. Fernando Lattman-Weltman  
Fundação Getúlio Vargas

---

Prof. Dra. Vanilda Pereira Paiva  
Faculdade de Educação da UERJ

---

Prof. Dr. Paulo D'ávila Filho  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2008

## **DEDICATÓRIA**

A todas as pessoas, aos “Cavaleiros da Ordem do Desenvolvimento” e todas as ordens que continuam lutando contra a intolerância e a favor da democracia e da justiça social como requisitos fundamentais para fazer deste país e do mundo um lugar menos desigual e mais digno para que todos possam aspirar viver e ser feliz.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que tornaram possível que minha persistência e dedicação se concretizassem neste trabalho, esposa, filhos, colegas, amigos e professores. Principalmente ao meu orientador, professor João Trajano Sento-Sé e os participantes da banca.

## RESUMO

CRUZ, José Saraiva. *Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano*. 2008. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais ) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Este trabalho tem como objetivo principal apreender as mais importantes elaborações de Celso Furtado a partir do debate sobre o desenvolvimento brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Enfocando a construção teórico-metodológica da sua interpretação do subdesenvolvimento brasileiro e sua importância para o movimento nacionalista desenvolvimentista, bem como sua participação no debate político e intelectual que esta vertente do pensamento social e político brasileiro travou com alguns acadêmicos do Departamento de Ciências Sociais da USP. A análise deste debate destaca as divergências entre os conceitos de subdesenvolvimento de Celso Furtado e de dependência segundo a interpretação elaborada por Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Subdesenvolvimento. Desigualdade. Sociologia do desenvolvimento.

## ABSTRACT

This work has as objective main to apprehend the most important elaborations of Celso Furtado from the debate about the Brazilian development in the decades of 1950 and 1960. Focusing the construction theoretician of your interpretation of the Brazilian underdevelopment and importance for the *nacional-desenvolvimentista* movement, as well as your participation in the debate politician and intellectual with some of the academics of the Department of Social Sciences of the USP, that market this source of the Brazilian social and politician theory. The analysis of this debate detaches the divergences between the concepts of underdevelopment Celso Furtado and dependence according to interpretation elaborated for Fernando Henrique Cardoso.

Keywords: Social Brazilian theory. Underdevelopment. Sociology of development. Social unlikeness.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - .....	09
1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO E INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS DE CELSO FURTADO	
1.1 - O debate ideológico e a disputa no campo econômico.....	21
1.2 - Furtado e os novos ideais do pós-guerra.....	26
1.3 - Furtado e o ocaso político do desenvolvimentismo democrático cepalino- isebiano.....	35
1.4 – Celso Furtado, linha do tempo.....	40
2 - UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL E A ESPECIFICIDADE NORDESTINA.	
2.1 - A inserção do técnico na luta política e ideológica – o pensamento cepalino furtadiano encontra o existencialismo-culturalista isebiano.....	44
2.2 - A lógica do pensamento e do método furtadiano.....	84
2.3 - A CEPAL.....	91
2.4 - A Formação Econômica do Brasil e o conceito de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento segundo Furtado.....	101
2.5 - Onde tudo começou: a interpretação furtadiana do Nordeste brasileiro.....	156
3 - AS FONTES ELETIVAS FURTADIANAS, OS PRINCIPAIS INTELLECTUAIS DO MOVIMENTO NACIONALISTA DESENVOLVIMENTISTA DEMOCRÁTICO CEPALINO-ISEBIANO E A DISPUTA INTELLECTUAL E POLÍTICA NA DÉCADA DE 1950/60.....	173
3.1- Apêndice ao pensamento católico.....	182
3.2 - As forças políticas de centro mais próximas dos nacionalistas desenvolvimentistas Cepalino-isebianos.....	188
3.3 - A formulação da síntese teórica isebiana.....	201
3.4 - As fontes eletivas do culturalismo isebiano e o nacionalismo desenvolvimentista segundo Jaguaribe.....	212
3.5 - Vieira Pinto e a importância da Consciência Crítica.....	222
3.6 - O nacionalismo, a sociologia e o método redutivo de Guerreiro Ramos.....	228
3.7 - O existencial-culturalismo isebiano segundo Corbisier.....	241
3.8 - O debate entre o ISEB e a USP.....	247
3.9 - O ISEB a Cultura Popular e a busca da identidade nacional. ....	260
4 - SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA – UMA DISPUTA POLÍTICA E CONCEITUAL.....	275
4.1 - O conceito de dependência de Cardoso.....	278
CONCLUSÃO -.....	305
REFERÊNCIAS.....	312

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de compreender e discutir a produção intelectual de Celso Furtado, preferencialmente entre os anos de 1950 a 1964, destacando sua importância como teórico e produtor de idéias, tanto para a corrente do nacionalismo desenvolvimentista de orientação cepalino-isebiana como para o pensamento social e político brasileiro. Também para verificar quais segmentos e intelectuais desta corrente contribuíram na configuração do seu modelo de análise e interpretação do Brasil. Resumidamente, o objetivo central desta pesquisa está focado em distinguir os “contornos isebianos” presentes na produção e no pensamento de Celso Furtado. O pensamento furtadiano é o meu objeto.

Esta análise se faz a partir de fontes secundárias, propondo uma releitura das suas posições e propostas para o país naqueles anos, destacando seu método e suas formulações teóricas no escopo das ciências sociais e, mais precisamente, sua visão política e sociológica explicitada nos seus conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Considero que para compreendermos o que se passou naquele momento decisivo da nossa história é preciso que delimitemos bem a ação e as idéias expostas por grupos e indivíduos que tiveram participação ativa num período de graves dissensões políticas e intelectuais. A valorização da democracia e da sua consolidação institucional, como promotores fundamentais de uma sociedade mais justa é tratado com relevância neste trabalho associado às produções de Celso Furtado e da corrente intelectual que denominei por cepalino-isebiana. Nem todos os cepalinos brasileiros foram isebianos e nem todos os isebianos foram cepalinos, entretanto, no bojo do movimento nacionalista desenvolvimentista dos anos de 1950, vejo o pensamento furtadiano como aglutinador de idéias e propostas que chamo de cepalino-isebianas.

Com este intuito destaco no pensamento furtadiano conceitos e propostas que não podem ser caracterizadas apenas como cepalinas, mas sim, que foram desenvolvidas por Celso Furtado a partir da sua interação com as idéias do núcleo isebiano – que vou designar por *nacionalismo desenvolvimentista cepalino-isebiano*. Para mim, ele não é apenas o

principal economista deste movimento, mas se configurou como o seu principal teórico. Possivelmente Vieira Pinto tenha sido o principal construtor intelectual do nacionalismo desenvolvimentista isebiano, entretanto, não do cepalismo-isebianismo, que foi uma de suas “vertentes”. Neste sentido vejo nas formulações furtadianas a síntese analítica de uma interpretação dos problemas e da história do país a partir das elaborações cepalinas sob pressupostos isebianos. Um dos grandes destaques desta nova interpretação é sugerir a desigualdade social (dada pela concentração de renda e de poder político) como principal problema histórico do subdesenvolvimento brasileiro, em detrimento das antigas interpretações racistas, biológicas e psicossociais de origem. É uma interpretação ampla, ancorada num tipo heterodoxo de análise que perpassa por todas as ciências sociais e que hoje pode ser abarcada pelos estudos denominados de pensamento social brasileiro, cujas principais características são a interdisciplinaridade e a análise interdependente dos fenômenos sociais.

Furtado se considerava um técnico de Estado, um programador. Sendo assim, idealizava sua ação como técnica e suprapartidária. O que não o impediu de, pressentindo a grave instabilidade institucional do início dos anos de 1960 e a iminência da manutenção da lógica do subdesenvolvimento como condutora do processo de industrialização e de urbanização do país, penetrar no campo da política e teorizar os acontecimentos através do debate de idéias no bojo do movimento nacional-desenvolvimentista.

Esta releitura leva em conta boa parte da produção furtadiana do período pré-1964, bem como algumas posteriores que julguei de interesse para o trabalho. Isso também vale para os demais intelectuais nacionalistas desenvolvimentistas destacados neste trabalho, ou seja, os isebianos “históricos” com os quais, acredito, ele compartilhou muitas idéias. Apesar da sua grande importância para a história e para a atualidade das ciências sociais brasileiras, é preciso considerar que boa parte da produção destes intelectuais abordada aqui foi elaborada no calor da disputa política. Assim, reconheço em algumas destas produções um caráter

propositivo e voluntarista dado pela sua inserção na disputa política e intelectual. Suas elaborações, contudo, abordam questões pertinentes também aos atuais problemas do desenvolvimento do país.

Rejeitando a polarização direita/esquerda que prevalecia na época, Celso Furtado elaborou uma proposta de modernização do país baseada na inserção de todos os seus segmentos sociais, calcada sob valores republicanos e democráticos tidos como “civilizatórios”. Preconizava que as transformações sociais deveriam ser promovidas a partir de um pacto político entre as classes “modernas” e “dinâmicas” da sociedade, visando uma crescente participação político-eleitoral da população no sentido de influenciar e acelerar as reformas institucionais. Furtado prescrevia que o desenvolvimento com inclusão social se daria via incorporação da estrutura produtiva arcaica e excludente, afeita à lógica colonial, por uma nova, pautada nas modernas relações capitalistas aos moldes europeus de bem-estar social do pós-45. Isto se daria através da implantação de novos modos de produção e seria estimulado por um movimento político que exigisse modificações culturais e sócio-estruturais profundas. Estas idéias se associavam a de outros grupos intelectuais que viam neste movimento a oportunidade da “consolidação da revolução nacional” iniciada em 1930.

Furtado percebia naquele momento uma oportunidade única oferecida pelo processo de industrialização e urbanização pelo qual passava o Brasil, pois acreditava que mudanças substanciais nos modos de produção de uma sociedade estimulariam a transformação completa nas suas relações de produção e, como consequência, da sua estrutura social e política. Para se direcionar estas mudanças objetivando uma sociedade mais justa era preciso, contudo, que setores importantes da sociedade se mobilizassem politicamente na busca de uma transformação ampla, cultural, calcada em novos valores sociais. Estes setores viriam primordialmente das classes dinâmicas do capitalismo industrial: operariado e burguesia.

O principal enfoque do economista cepalino era na modernização associada à industrialização, porém, como nordestino e cientista social ele também elege como objetivo

fundamental a transformação nas estruturas fundiária e produtiva agrária. Ali, para Furtado, se encontrava o grande gargalo do desenvolvimento. Ele teorizava a ruptura da dualidade estrutural do campo via inovação tecnológica, desenvolvimento dos métodos produtivos e implementação de técnicas empresariais de exploração agrícola. Sua idéia era um incentivo a um aumento substancial da produção de alimentos, mas o efeito mais importante viria da criação de uma massa salarial rural a partir do estabelecimento definitivo de relações capitalistas de trabalho e produção no campo, contribuindo também para o crescimento da demanda agregada e para a expansão industrial voltada para a agropecuária. Isto incidiria também sobre a desvalorização do salário urbano e o inchaço das cidades.

Furtado operava sob uma perspectiva macroeconômica, de pressupostos *welfaristas keynesianos*, visando uma sociedade mais igualitária a partir de uma inserção maior do Estado sobre a economia incentivando a demanda interna e a distribuição de renda. No que diz respeito, entretanto, a importância do empreendedorismo para inovação tecnológica, o crescimento e a modernização da economia, se aproximava dos ideais *schumpeterianos*. A independência intelectual (e a aversão ao dogmatismo) era um valor e um orgulho para Furtado e está ligada ao seu processo de construção intelectual de inspiração *mannheimeana*, amparada na fundamentação anti-dogmática expressa na “síntese isebiana” (um tipo de organização do conhecimento que englobava uma ampla análise dos problemas sociais brasileiros a partir da fusão de algumas das principais correntes intelectuais do início da década de 1950 visando a superação do subdesenvolvimento).

De qualquer forma, os seus largos contornos cepalinos não foram esquecidos. O cepalismo, insisto, não é visto aqui como a inspiração única do pensamento furtadiano, ou como se constituíssem uma só referência. Aparentemente Furtado não se filiava fielmente a nenhuma corrente intelectual, mas seu pensamento, em linhas gerais, contém toda a essência daquilo que chamo de *pensamento cepalino-isebiano*, ou seja, um conjunto de idéias

formuladas por um grupo de intelectuais, na década de 1950, com o intuito de orientar o movimento político nacional-desenvolvimentista que se organizava no país.

Para além das posições enfatizadas pelo marxismo revolucionário, Furtado considerava a relevância do conceito de classes destacando suas limitações para o entendimento das sociedades contemporâneas, principalmente as subdesenvolvidas. Via o conflito de classes de forma positiva, numa perspectiva de ganhos progressivos das conquistas sociais. Aliadas às instituições democráticas consolidadas, as disputas de classe desempenhariam um papel fundamental na busca de uma sociedade mais igualitária preservando-se a pluralidade e as liberdades individuais.

Furtado percebia o antagonismo entre as exigências de exacerbação da liberdade do capital e a universalização do bem-estar social. A todos acenava com a especificidade do subdesenvolvimento e apontava para a ineficiência da adoção imediata e inconseqüente dos modelos elaborados para os países centrais nos periféricos. Torna-se, então, um dos pioneiros a enfatizar de forma consistente a necessidade de estudos elaborados sob uma perspectiva periférica, ou por especialistas da periferia sobre os problemas periféricos. Sua análise e sua teoria sobre o subdesenvolvimento são exemplos típicos desta visão.

Juntamente com outros intelectuais de inspiração cepalino-isebiana, no bojo do movimento crescente por modernização e justiça social que toma forma nos anos de 1950 no Brasil, Furtado desenvolveu propostas de mudanças sócio-estruturais associadas ao processo de industrialização e urbanização então em curso para, via participação política das camadas populares, direcionarem a formação de um pacto político “progressista”. Este pacto daria sustentação política às reformas institucionais que norteariam o processo de desenvolvimento nacional. Para isso, criaram métodos de interpretação da realidade brasileira, com o intuito de fornecerem uma visão própria dos efeitos do capitalismo nas sociedades periféricas dependentes que servisse de guia para as transformações sociais e institucionais necessárias à

modernização do país sob um viés igualitário, eleito como novo paradigma da construção nacional.

Devido a sua perspectiva de análise de longo prazo Furtado optou pelo método histórico-indutivo como principal ferramenta de apreensão do sentido das mudanças dos processos produtivos e seus reflexos sociais ao longo do tempo. Como não creditava preeminência ao campo econômico sobre os demais a que se dedicam as ciências humanas, estruturou seu método sob bases multidisciplinares. Considerando o desenvolvimento numa perspectiva muito mais ampla do que a usualmente aceita pela teoria econômica, Furtado lhe adiciona um caráter totalizante e dialético, em que desenvolvimento econômico, político e tecnológico estão diretamente relacionados à busca do bem-estar social e da formação do cidadão como compromisso maior da nação. O conceito de desenvolvimento de Furtado engloba tudo isso. O processo civilizatório ocidental, na sua visão, apontava para este tipo de modernização. Apoiado no trinômio igualdade, liberdade e razão ele professava uma versão “neo-iluminista” do progresso social e humano.

Nenhum modelo teórico ou político que excluísse qualquer um destes fundamentos, mesmo com uma conotação temporal ou como opção de meio para atingir fins, poderia ser aceito. Em Furtado há uma ênfase na necessidade da persistência e na maturação dos valores democráticos para sua consolidação e eficiência, dadas a partir do seu “enraizamento” na consciência coletiva e individual e nas instituições. A democracia era vista como um dos eixos fundamentais na busca pelo desenvolvimento, desse modo, os grupos políticos progressistas deveriam investir no seu aprimoramento institucional. A pressão política gerada pelo conflito de classes e por indivíduos reflexivos possibilitaria a inclusão dos mais pobres no sistema decisório, se contrapondo a aproximação natural entre o capital e o Estado. Esta mobilização deveria direcionar o sentido das políticas públicas e das reformas estruturais modernizadoras.

Apesar de nunca terem conseguido transformar integralmente suas propostas em projetos de governos, Furtado<sup>1</sup> e os isebianos procuraram atuar de modo a incentivar a organização política das camadas populares. Acreditavam na condição que cada indivíduo, inclusive os socialmente excluídos, teria de refletir sobre sua condição social. Então, a função do intelectual seria justamente fornecer os subsídios necessários para que os setores dinâmicos da sociedade compreendessem sob quais artificios ideológicos e institucionais se sustentavam os privilégios que prolongavam o subdesenvolvimento estrutural – visto como essência da desigualdade social brasileira. Por outro lado, ao técnico de Estado, da alta burocracia, mais que isso, cabia o planejamento e a busca da implementação racional das políticas públicas orientadas pelo pacto nacional democrático.

Assim, o movimento nacional-desenvolvimentista dos anos de 1950 foi visto por Furtado, para além do populismo, como uma oportunidade transformadora, de mobilização e conscientização contra o dualismo estrutural através da difusão de princípios democráticos universalistas. Insistia que a enorme heterogeneidade estrutural não permitia a construção da cidadania, da universalização dos benefícios da modernização da sociedade, pois estava calcada na lógica excludente e concentradora do subdesenvolvimento, cujo maior reflexo é a desigualdade social e regional. Esta era uma lógica culturalmente estabelecida pela prática secular de exploração colonial. Daí que o desenvolvimento não viria apenas com a modernização nos modos de produção, seria muito mais complexo porque envolveria modificações políticas e culturais, pautadas em ações de longo prazo. Só transformações conjuntas nestes campos proporcionariam um desenvolvimento socialmente justo. Daí a sua recusa, mais tarde, à adesão ao modelo autoritário de industrialização dependente, insistindo em nos mostrar que sem uma participação política ampla, mantém-se o dualismo e perpetua-se o caráter desigual da sociedade, mesmo com industrialização e modernização capitalista.

---

<sup>1</sup> Me refiro a projeto de governo de maneira ampla. Celso Furtado, ao contrário dos isebianos, emplacou políticas públicas significativas, como a SUDENE e o Plano Trienal.



Como outros partícipes do movimento, Furtado presentia que o país necessitava de uma “revolução nacional” ou uma refundação democrática e republicana para a superação do subdesenvolvimento. Dessa forma, o conteúdo valorativo contido no conceito de desenvolvimento furtadiano o coloca como antítese da desigualdade e do dualismo social, fenômenos característicos do subdesenvolvimento. Este conceito, que originalmente se refere ao modo de inserção dependente das sociedades periféricas no mercado internacional, com Furtado tem ressaltado seu caráter político, dado pela sua leitura das estruturas internas de dominação. Daí que a quebra da inércia estrutural do subdesenvolvimento não se daria apenas com uma nova inserção, dada pela reorganização produtiva do capitalismo mundial, como esperava Fernando Henrique Cardoso na sua interpretação da teoria da dependência. Era preciso combinar as mudanças produtivas com mudanças políticas e culturais acentuando seu caráter igualitário.

Situo a produção furtadiana dentro de um universo mais amplo do que aquele delimitado pela ciência econômica, ao qual Furtado é mais comumente relacionado. Este trabalho destaca sua produção como cientista social, onde se explicitam importantes conceitos que nos possibilitam o caminho para uma compreensão mais elaborada da sua estruturação teórica e fundamentação metodológica, ou seja, sua forma de pensar e descrever os fenômenos sociais. Sua maneira complexa de pensar, voltada para a mudança social, evoca a participação reflexiva dos atores individuais e coletivos em grandes projetos. A complexidade do moderno conceito de desenvolvimento sustentável<sup>2</sup> realça a necessidade de projetos de longo prazo e de mudanças produtivas, sociais e culturais dadas por processos de

---

<sup>2</sup> Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD) da ONU, é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. A Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, afirma que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos. Fonte: Wikipédia.

conscientização e participação política de atores coletivos organizados, envolvendo entes públicos e privados, neste sentido a visão global e holística de Furtado pode ser recuperada. Porém, este é um ponto que não vai ser desenvolvido neste trabalho, que se restringe ao período já citado.

Pretendo somar a esta releitura algumas das principais críticas, repercussões e debates que as produções furtadianas suscitaram no universo acadêmico das ciências sociais nas décadas de 1960 e 1970 que, me parece, “cristalizaram-se” como “senso comum”. Principalmente aquelas que tiveram um lugar comum de origem e se caracterizam por uma disputa intelectual acirrada como foi o caso da produção do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Apesar da relevância e da amplitude do debate entre as diversas abordagens e tendências, enfatizei aqui a crítica de Fernando Henrique Cardoso, que acredito de maior repercussão e solidez. As vertentes latino-americanas da teoria da dependência são diversas, mas a de Cardoso apresenta uma característica especial, cujos desdobramentos, penso, repercutem até os dias de hoje na política brasileira.

Sento-Sé enfatizou a presença de uma teoria política em Celso Furtado. Outros intérpretes já destacaram a diversidade de sua obra. Entretanto Sento-Sé vai além, afirmando que no pensamento furtadiano política e economia aparecem imbricadas, como se uma sem a outra pouco explicassem. (Sento-Sé, 2005; 100). Penso poder somar a esta afirmação a presença de princípios de uma teoria sociológica regendo as formulações furtadianas. Ou seja, na sua interpretação do subdesenvolvimento encontramos também imbricados fundamentos elaborados que podem nos conduzir a uma teoria complexa que perpassa por quase todos os campos das ciências humanas. Isso acontece porque a visão do todo, ou seja, de todos os campos da sociedade e do conhecimento interagindo de forma dialética estão na origem do seu método de apreensão do conhecimento. Assim, economia, política, sociologia, antropologia, filosofia e até psicologia lhe dariam essa sustentação original abrangente que lhe fornecia subsídios para uma profunda análise histórico-estrutural dos fenômenos sociais.

Por isso torna-se importante investirmos na apreensão do caráter ontológico e epistemológico da sua produção, que aponta para a uma sociedade mais igualitária constituída sob preceitos democráticos tidos como civilizatórios. A busca de justiça social aparece como elemento motivador central por trás de suas elaborações e lhes moldam o caráter. Esta é uma condição determinante em Furtado e que o separa da busca estéril pela verdade e da ciência como valores absolutos, conforme defende a “escola cartesiana” ou “pragmática”.

Por outro lado, se estas características lhe imputam alguma fragilidade metodológica *stricto sensu*, pois realmente institui uma abordagem diferente daquela que se estabeleceu oficialmente na academia brasileira, são também a fonte de sua riqueza interpretativa e que fornecem ao leitor um quadro diversificado, ao mesmo tempo, consistente e com clareza de direção. Hoje, os padrões adotados pela academia procuram fechar cada vez mais nossa análise, focando nosso objeto a partir de premissas bem definidas e delimitadas, procurando minimizar as possibilidades de erros e enganos. Caracteriza um movimento voltado para dentro da própria disciplina. Porém, se assim fazendo nos sentimos mais seguros, corremos o risco de trocar a tela pela moldura com mais facilidade. Seu método evoca um sentido amplo, *lato*, num movimento de abertura, de diversificação e de universalidade do conhecimento. Um conhecimento que é feito por especialistas, mas que deve ser democratizado, contextualizado e voltado para a mudança social a partir da sua interação com todos os indivíduos. A formatação do método isebiano se orienta pela perspectiva de que todo indivíduo é reflexivo e um agente potencial da mudança social.

Procurei não deslocar Furtado completamente da sua trajetória e do debate político, inclusive das prescrições econômicas conjunturais, enfatizando sua utilização instrumental desta ciência para a busca de seus fins mais amplos. Este é um ponto bastante realçado: Furtado não faz ciência pela ciência. Ela tem uma finalidade, uma fundamentação moral, uma convicção associada aos direitos e valores humanos e é mediada pela política, neste sentido ela é ideológica. Como já disse, esta é uma posição frágil, que se apega sim a limites, a

valores éticos fundamentais e que pode sofrer com uma crítica pejorativa de moralista ou voluntarista que o afastaria dos ideais científicos pragmáticos. O método analítico dialético isebiano se molda num momento intelectualmente particular para o país, no qual as produções ensaísticas são superadas pela especialização. Passa por uma visão multidisciplinar, mas que respeita os limites da disciplinaridade e não abre mão da presença de cada uma delas na sua síntese interpretativa.

Furtado é *marxiano*, ainda assim, crédito a ele uma concepção *hegeliana* no sentido que sua percepção é originariamente holística e dialética. Ou seja, uma visão onde a conformação histórica das estruturas de dominação e poder caminham juntas com as bases produtivas e são examinadas no contexto de suas relações de interdependência a partir da aproximação política e econômica de seus principais segmentos. Furtado, contudo, não confere ao capital a força demiúrgica dada por Marx, relativizando-a a partir da cultura e da democracia política. Seu enorme apreço pelas sociedades democráticas, aliado a sua perspectiva keynesiana o fazia ambicionar uma ação reformista das estruturas sociais e institucionais, inclusive em relação ao próprio capitalismo. Como dois pólos contagiantes de um mesmo círculo, estrutura e superestrutura para Furtado são vistas em constante interação. Ambas se influenciam e se amalgamam, gerando assim uma interpretação da interação dinâmica do complexo social, sem uma ordem rígida de polaridades. Em relação às mudanças sociais, entretanto, Furtado vê inicialmente nas transformações nos modos de produção de uma sociedade o seu “motor de arranque”. Mais tarde, percebe que está na política o seu “condutor”.

Com a ruptura democrática de 1964 os nacionalistas desenvolvimentistas *cepalino-isebianos*, derrotados pela direita conservadora na sua aposta política, perderam também pujança no campo intelectual de esquerda para as correntes marxistas revolucionárias e mais tarde para as versões da teoria da dependência. O ponto central da crítica que abordarei neste trabalho, a partir da referência à produção de alguns autores uspianos, tem um dos seus

principais vetores na importância dada à consolidação democrática da nação por parte dos isebianos que considere também cepalinos ou “furtadianos” como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. Tomando o conceito de nação como “alienante” na busca pelo socialismo e o populismo como expressão política do nacionalismo desenvolvimentista seus adversários procuraram desqualificá-los intelectualmente. A aposta na preservação e no aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos como instrumentos fundamentais de justiça social resultou numa crítica feroz por parte daqueles que viam no horizonte apenas soluções autoritárias.

Na última parte do trabalho discuto a complexidade do conceito de subdesenvolvimento de Furtado, a partir de uma analogia com o conceito de dependência associada de Fernando Henrique Cardoso. Neste “debate” que tem como bandeiras seus conceitos de subdesenvolvimento e dependência se completaria um “ciclo” da produção de Celso Furtado que elegi como referência. Também por que os estudos de Fernando Henrique Cardoso se destacam por uma visão crítica sobre alguns pontos relevantes da interpretação furtadiana. A análise de Cardoso, presente nos seus estudos sobre a dependência, preferencialmente se dedica a reflexão sobre o momento pós-1964, não deixa, porém, de se referir criticamente as conclusões e aos pressupostos do pensamento de Furtado e aos desdobramentos do momento da história política e intelectual brasileira que destaco aqui. Além do mais, esta crítica parte de uma visão epistemologicamente distinta e produz uma proposta de desenvolvimento para o país sob pressupostos antagônicos aos de Furtado. Entre outras coisas, o último capítulo deste trabalho tenta mostrar que, no limite, existe uma oposição fundamental que separa o pensamento cardosiano do furtadiano: a prioridade que o primeiro concede ao capitalismo internacional como agente econômico do desenvolvimento, o que o coloca em oposição à expectativa furtadiana que imaginava este processo ancorado sobre um tripé, composto pelo Estado, empresários locais e capital internacional, cabendo aos dois primeiros a condução do processo.

# CAPÍTULO 1

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO E INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS DE CELSO FURTADO

### 1.1- O debate ideológico e a disputa no campo econômico

Com o fim da 2ª Guerra e, posteriormente, da ditadura Vargas, o Brasil procurou uma aproximação intensa com os Estados Unidos, a grande potência ocidental do pós-guerra, visando um tratamento próximo ao que este concedia aos Aliados europeus ou mesmo às potências derrotadas do Eixo. Após derrubar a ditadura Vargas, e se eleger com o apoio do próprio Getúlio, o governo Dutra procurou manter-se afinado com a política americana e a nova onda liberal provocada pela derrocada dos regimes de força. Amparado por uma extensa reserva de dólares e títulos em libras e em outras moedas menores, amealhados durante o extenso conflito, o governo brasileiro procurou agir segundo a “nova ordem” e abriu sua economia ao comércio mundial. Passou-se a importar de tudo, adotando a receita liberal ao “pé-da-letra”. Como consequência desta política o desequilíbrio da balança de pagamentos rapidamente consumiu em pouco tempo toda a reserva do país. Além disso, renegociações das dívidas e títulos adquiridos durante a guerra foram conduzidas estranhamente e sem razão aparente pelo Governo Dutra, beneficiando as nações devedoras da Europa.

A indústria brasileira que desde a década de 1930 vinha crescendo de forma exponencial, assim permaneceu durante o período da segunda guerra com o obrigatório processo de substituição de importações. Além do acúmulo de reservas cambiais, tal movimento também se expressou na multiplicação da quantidade e na diversidade de indústrias, no crescente aumento do mercado interno, de uma melhor integração regional e no movimento migratório para as grandes cidades.

Mas o Brasil do pós-guerra ainda estava longe do que se podia chamar de país industrializado. Em 1943, por exemplo, a produção industrial brasileira correspondia a 2% da americana (Pedro Malan, 1977;70). Mais que isso, no plano político, alguns ainda discutiam

a viabilidade da industrialização do país, já que alguns setores persistiam achando que a sua vocação natural seria a agricultura, a pecuária e o extrativismo e tinham bons argumentos para se apoiarem na tese das “vantagens comparativas”, pois ultrapassando a metade do terceiro quarto do século XX, mais de 2/3 dos rendimentos da nossa pauta de exportações ainda advinham de produtos primários, capitaneados pelo café (Malan; idem: idem).

O retorno de Vargas ao poder, em 1950, coloca em primeiro plano a questão da industrialização e do nacionalismo que logo assumem a primazia nos debates nacionais, principalmente a partir da *questão do petróleo* e da criação por parte de seu governo de uma série de empresas estatais com a intenção de dotar o país de uma infra-estrutura capaz de alavancar e dar sustentação ao desenvolvimento industrial do país. Além da Petrobrás, criam-se neste período, entre outras grandes empresas estatais como a Eletrobrás e a Vale do Rio Doce. Também são criadas as agências de desenvolvimento regional, bancos de fomento como o BNDES e instituições de pesquisa e aprimoramento do Estado, com o objetivo de formar um corpo técnico de especialistas em gestão, como a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952.

A discussão sobre a questão da exploração do petróleo e da criação da Petrobrás se arrasta por quase todo o 2º governo Vargas e aparece como o grande debate formador de opinião, mas na verdade, ali se embutia uma disputa maior entre dois projetos distintos para o Brasil. Dois projetos que visavam à modernização do país, mas, sob ótica e ideologias diferentes. O projeto liberal-ortodoxo e o projeto desenvolvimentista.

O primeiro, cuja base se estabelece em cima de políticas ortodoxas e liberais se baseava na ajuda internacional liderada pelos Estados Unidos e os jovens órgãos financeiros internacionais. O segundo a um projeto que obedecerá, mais tarde, as conclusões do Grupo Misto BNDE-CEPAL, onde serão apresentados, segundo Furtado, os maiores e melhores estudos até então sobre a economia brasileira e que irão orientar o famoso Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Segundo Scaletsky<sup>3</sup>, de uma maneira geral, pode-se dizer que embrionariamente esta disputa se inicia em 1941, na lenta e engenhosa negociação de Vargas condicionando a participação do Brasil na guerra à ajuda americana ao nosso desenvolvimento industrial que tem como destaque a conquista da Siderúrgica de Volta Redonda. Nesta oportunidade, os americanos enviaram ao Brasil uma comissão encarregada de avaliar e propor um projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil. Seria um projeto de metas para dez anos com investimentos principalmente em transportes e energia elétrica.

Prosseguindo, em 1943, com intenções semelhantes veio ao Brasil, enviada pelo governo americano, a Missão Cooke. Surpreendentemente, esta missão destacou no seu projeto uma proposta de substituição de importações, deixando de lado a velha ortodoxia monetarista. Deve-se evidenciar que foi uma decisão circunstancial devido à carência, especialmente de transporte marítimo, ocasionada pelas dificuldades de guerra.

A partir do final da Guerra, em 1945, o Governo Dutra joga todas as suas expectativas econômicas na política e no apoio do governo americano. Julgando-se um parceiro preferencial e amplamente merecedor da ajuda financeira americana, o Brasil persiste nos pedidos de cooperação. Em 1946, o governo americano dá uma resposta oficial às solicitações brasileiras nos seguintes termos: a) o Brasil deveria buscar ampliar suas fontes de financiamento interno antes de pedir dinheiro americano. b) o Brasil deveria diferenciar seus programas de reequipamento dos programas de desenvolvimento e os primeiros deveriam ser financiados com as extensas reservas internacionais adquiridas durante os anos de guerra. c) os projetos de desenvolvimento não deveriam ser solicitados diretamente ao governo americano e sim, à instituição multilateral criada especialmente para este fim, o Banco Mundial. d) em última análise o desenvolvimento dependeria da habilidade do Brasil em atrair o capital internacional.

---

<sup>3</sup> SCALETSKY, Eduardo Carnos. *Dois Projetos para o Brasil: 1945-1954*. Tese de Mestrado UFRGS 1988.



Além do mais, o Brasil não estaria nas mesmas condições dos países europeus arrasados pela guerra, que mereceriam uma assistência imediata. De qualquer forma, os projetos de cooperação começaram a ficar mais reais a partir da Missão Abbink, cujos trabalhos se iniciam no limiar de 1947, ano que coincide com a visita do presidente Truman ao Rio de Janeiro.

Em setembro de 1948 esta pomposa missão desembarca na capital federal. Era uma comissão central, articulada em dez subcomissões: comércio e estudos gerais, desenvolvimento agropecuário, combustíveis, exploração mineral, pesca e piscicultura, conservação e armazenamento, desenvolvimento industrial, eletrificação e transportes. Pelo Brasil chefiava a delegação brasileira Otávio G. de Bulhões. Contudo, o que não se sabia por aqui era que por ordens do Departamento de Estado, a missão não deveria ir além da confecção de projetos.

Furtado dirá (CF, 1985; 44) que poucas vezes tantos equívocos se reuniram em torno de algo como nas repercussões sobre esta comissão e de seus objetivos. Do lado de boa parte dos liberais, pela credulidade inabalável na ajuda americana; por boa parte dos nacionalistas e esquerdistas pela ignorância e sectarismo representada na caracterização da missão como agentes do imperialismo destinados a assaltar nossas riquezas naturais. Furtado dizia não saber qual dos grupos se encontrava mais fora da realidade.

Mesmo alertando para o assustador atraso brasileiro principalmente em relação à infra-estrutura energética, de transportes e a baixíssima produtividade agrícola, os americanos deram ênfase foi na questão do desequilíbrio externo e dos ajustes necessários na balança de pagamentos. Estes estudos foram apresentados no contexto do plano SALTE. Já em 19 de julho de 1951, com Vargas novamente no Governo, é formada a Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos que durou dois anos e apresentou um relatório geral e 41 projetos. Esta comissão foi iniciativa do governo americano. No Brasil, pela primeira vez, se apontava firmemente para a adoção de uma política industrialista. Apesar de seguir as bases adotadas

no plano SALTE, não se pode dizer que seria uma continuidade da missão anterior, pois esta viria com a ordem expressa de elaborar os projetos com possibilidades concretas e imediatas de aprovação pelas instituições financeiras internacionais, como o Eximbank e o Banco Mundial. A ênfase, contudo, continuava no sentido de um ajuste macroeconômico a curto prazo, no controle inflacionário e na proposta de um desenvolvimento sustentado e gradual. Esta Comissão foi coordenada pelo lado brasileiro por Roberto Campos, que até então assimilava bem as teses da CEPAL.

Segundo Furtado nos conta em suas memórias, Campos foi a Santiago e o convidou para participar daquela Comissão. O convite o entusiasmou, visto que, como disse, “*nada desejava mais do que poder contribuir para difundir-la no Brasil*” (a técnica da planificação e as teorias da CEPAL). (CF, 1985; 155).

Foi criada então a Comissão Mista BNDE-CEPAL com intenção de produzir os estudos de prazo mais longo, presidida por Celso Furtado que, com essa finalidade, retorna ao Brasil. Entre 1953 e 1955, estes dois grupos produziram diversas propostas e formularam, como já adiantado a pouco, o que seria até então o mais completo estudo global sobre a economia brasileira. Furtado acrescenta que, a partir daí, passaria a acompanhar de perto uma das fases mais convulsivas e decisivas da História brasileira (CF, 1985; 155). Mais que isso, procuro demonstrar neste trabalho que não só acompanhou, mas foi um dos atores de destaque.

A partir de maio de 1953, quando foi apresentado o Estudo Preliminar sobre a Técnica de Planificação do Desenvolvimento Econômico pela Comissão chefiada por Furtado, a confrontação ideológica ficou estabelecida nos círculos de discussão econômica. O grupo cepalino apresentara propostas que se punham em sentido oposto ao dos liberais ortodoxos. Pregava uma industrialização acelerada e, para tal, uma política de concentração de investimentos e incentivos neste setor.

Grosso modo, o grupo “liberal” formulou propostas que correspondiam ao pensamento daqueles que há tempos vinham apoiando a política do Governo Dutra capitaneada por Gudin e, mais tarde, por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, que foi outro peso pesado pelo lado dos liberais. Gudin há tempo já vinha levando vantagem nesta batalha, travando com Roberto Simonsen os debates iniciais. Entretanto, um novo grupo estava se organizando e, por enquanto, vou utilizar o termo genérico de “desenvolvimentistas” para descrevê-los. Estes se afinavam com os setores que estavam mais próximos do Governo Vargas. Os segmentos sociais em que se apoiavam estavam principalmente nas grandes cidades, com evidência para o industrial e o sindical, ou seja, daqueles que mais tarde chamou-se de pacto desenvolvimentista e a associação pejorativa com a “política populista”.

Furtado nos conta ainda que ao longo de 1953 o governo Vargas estava muito pressionado e logo faria um rearranjo ministerial para tentar recompor sua base de sustentação. Sempre jogando com sua sagacidade política, Vargas ao mesmo tempo em que parecia recuar na questão cambial, com a reforma comandada por Oswaldo Aranha, dava um salto adiante na política social com João Goulart no Ministério do Trabalho. De toda forma, o esforço de modernização da infra-estrutura do país se mantinha.

\*\*

## **1.2 - Furtado e os novos ideais do pós-guerra**

Nas próximas páginas tentarei contextualizar como se deu a participação de Furtado nas discussões sobre os rumos do Brasil. Desde sua entrada no serviço público e o período que corresponde ao seu ingresso na CEPAL, determinante para sua formação de economista.

Em 1943, Furtado é aprovado em concurso para Assistente de Organização do DASP e para Técnico de Administração do DSP-RJ, entrando para o funcionalismo público federal. Em 1944, escreve seus primeiros artigos sobre administração e organização, na *Revista do Serviço Público*, do DASP. O DASP funcionava como um órgão coligado ao Ministério da

Fazenda. Como prestava assessoria direta a Vargas desde seu primeiro governo, segundo Furtado, este departamento era conhecido como o “estado-maior da presidência da república” (1985; 48). Diz ainda que Vargas acreditava cegamente nos técnicos, na racionalização e nos critérios da organização científica e que o DASP funcionava sob estes preceitos. Neste mesmo ano tornava-se Bacharel em Direito e foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Acaba indo para a Itália, como pracinha.

Em *Fantasia Organizada* (Paz e Terra, 1985), uma espécie de autobiografia, ele nos conta como foi esta primeira fase da sua vida intelectual. Iniciando este relato, Furtado relembra os fatos que foram marcantes na formação da sua consciência. Uma de suas experiências mais importantes se deu em uma viagem pela Europa logo após o fim da segunda guerra. Onde o choque inicial com a degradação generalizada foi logo superado por uma visão otimista motivada pela rápida reconstrução que lá se dava. Tudo aquilo que estava presenciando o levava a crer que a ação humana quando organizada possibilitava transformações profundas em curto espaço de tempo.

A Europa estava em ebulição, pairava no ar uma expectativa de renovação, de reconstrução que superava o real e contagiava o imaginário. A experiência da planificação econômica, advinda dos países socialistas, lhe parecia uma ferramenta ideal no objetivo de, de alguma forma, regular o sistema econômico, de modo a preservar empregos, empresas e maximizar as possibilidades de crescimento econômico. Isto no sentido de minimizar os efeitos da instabilidade do capitalismo e dinamizar recursos. Por outro lado, no campo político e sociológico, se pensava nos efeitos deletérios da burocracia e outras instituições, como as militares, sobre o Estado, no sentido de se preservar a democracia e as liberdades individuais.

Resumindo, nos diz que as preocupações imediatas no pós-guerra se condensavam na preocupação em minimizar os efeitos perversos do capitalismo com a preservação das liberdades e os direitos do Homem. Como estudioso de Mannheim, Furtado se convencera que

o momento necessitava de um amplo esforço mundial de reconstrução institucional objetivando a preservação da liberdade do homem, ou das liberdades individuais como se diz mais comumente hoje em dia. A vitória dos Aliados espalhava um clima de esperança que enfatizava os benefícios da democracia. Entretanto, era preciso buscar mecanismos de prevenção para as crises cíclicas do mercado visando neutralizar os efeitos sociais perversos que estas geravam. Pois, muitos creditavam a tal instabilidade a emergência de excrescências como as guerras, e os regimes autoritários como o fascismo e o nazismo.

Pensando nas responsabilidades do intelectual, ainda influenciado por Mannheim, nos diz que estava convencido que esta liberdade deveria ser buscada, entretanto, vinculada a uma inserção social comprometida por valores humanistas. Este casamento entre engajamento social e liberdade o impunha certos limites de ação como, por exemplo, a rejeição da possibilidade de submissão a qualquer tutela, ou imposição ideológica, seja por partidos políticos ou organizações similares. Esta visão veio reforçar sua formação racionalista, que o afastava dos dogmas e das receitas prontas. Sua liberdade intelectual estava colocada como valor inegociável.

Já cursando a Universidade de Paris, Furtado diz que predominavam nas discussões mais concorridas as idéias ligadas ao marxismo e ao existencialismo. Talvez, diz, dos dois discursos o que mais tenha absorvido do primeiro seja a máxima marxista de que a história é construída pela ação humana e o compromisso com a transformação social. Das idéias de Sartre, destaca a valorização da liberdade com responsabilidade, ou seja, com compromisso aos valores e a sociedade. Da sua convivência com os franceses em um momento de reconstrução, num clima de comprometimento social em torno de um novo projeto que despertava o país, Furtado percebeu a importância da cultura nacional para a formação de uma nação forte. Como elemento motivador e agregador de um povo na busca de um objetivo comum, de um ideal de bem-estar geral.

Em 1948, então Doutor em economia pela Universidade de Paris, com a tese “*L'économie coloniale brésilienne*”, retorna ao Brasil e entra para o quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, ao mesmo tempo trabalha também para revista *Conjuntura Econômica*. Reambientado, Furtado nos diz que começou a perder as esperanças na possibilidade de transformações estruturais imediatas no Brasil. Pensando sempre em vias democráticas, percebia nossa organização político-partidária incapaz de conduzir estas mudanças visto a inexistência de partidos orgânicos e consolidados. No meio intelectual carioca predominava a tensão provocada pela bipolarização mundial que começava a se estabelecer de forma mais acentuada. Entretanto, diz que nem essa questão central os partidos expressavam diretamente, tudo era insinuado, codificado, opaco, dito nas entrelinhas. Esta falta de representatividade e de expressão ideológica dos partidos contribuía ainda mais para a desorientação do eleitor, descoordenando os esforços de modernização do país.

Furtado também nos conta que em 1951 aproveitou uma viagem aos EUA para visitar os maiores centros universitários de produção de teoria econômica, passou, entre outros, pelo MIT e por Harvard, sempre procurando entrevistar os economistas de renome que trabalhavam com crescimento e desenvolvimento econômico, como Rostow, Leontieff, S. M. Wrigth e Hoselitz. Entretanto, conta que sempre foi ouvido com reservas quando tentava detalhar o que faziam na CEPAL, pois aqueles sempre viam com muito estranhamento a tentativa de se fazer ciência especialmente voltada para países periféricos. Mas a entrevista a que mais deu destaque, nos diz que ocorreu em Chicago, onde procurou o Prof. Melville, estudioso dos processos de mudanças culturais:

*“Posto que o desenvolvimento é uma manifestação de mudança cultural era natural que antropólogos nos houvessem antecipado no terreno que agora explorávamos não sendo pouco o que com eles tínhamos a aprender”.* (1985; 92)

De lá saiu convencido que *“Para pensar o Brasil era necessário começar pela antropologia”.* (1985; 93).

Foi então, diz Furtado, que convenceu Prebisch a contratar profissionais de outras áreas para a CEPAL. Uma de suas indicações bem sucedidas foi do sociólogo espanhol

radicado no México José Medina Echevarria que, mais tarde, viria a ser o grande mestre da sociologia do desenvolvimento, com quem, um pouco depois, trabalhará Fernando Henrique Cardoso.

\*

Retornando ao final da primeira metade dos anos de 1950, Furtado publica em 1954 *A Economia Brasileira*, esboço de seu trabalho mais amplo, “*Formação Econômica do Brasil*”, coroação dos seus estudos de pós-graduação no King’s College da Universidade de Cambridge, Inglaterra. *Formação econômica do Brasil*, seu livro mais difundido no Brasil será traduzido em nove línguas e se tornará um dos maiores clássicos da produção historiográfica brasileira. Ele resume, convicto, da seguinte forma o elemento motivador deste trabalho:

*“...convencera-me de que os estudos de economia entre nós deveriam ser fundamentalmente reorientados, se queríamos abandonar a ótica de marginais e assumir plenamente a maioria cultural.” (1985; 170)*

Com *Formação Econômica do Brasil*, Furtado pretende mais que uma nova interpretação da história econômica do país, e sim, contribuir com a produção de toda uma nova interpretação da sociedade brasileira. Com isso, Furtado se insere definitivamente entre os mais importantes intelectuais que pensavam o Brasil sob a urgência de uma modernização que se contrapunha a um atraso de injustiças sociais. Neste sentido *Formação* é um ícone da história intelectual brasileira. Naquele período do pós-45, onde as idéias humanistas tomam corpo e organização política contra as disparidades e as enormes injustiças sociais do país, ele esperava contribuir para enterrar velhos mitos que vinculavam nossa situação de atraso às condições geográficas, biológicas e psico-sociais. Suas produções demarcavam sua inconformidade com a subalternidade do intelectual nativo às produções pessimistas sobre o país, que eram aceitas quase como senso comum à época.

Sua percepção de cultura está inserida na preocupação com um projeto de nação de caráter civilizatório, de inspiração universalista, privilegiando o presente e o futuro, mas

fundamentado no enquadramento da nação a um processo histórico mundial que percebia sob perspectiva igualitária. Aí se incluía a intenção de afastar aquelas interpretações que privilegiavam tanto a tradição, no sentido próximo ao folclore, como aquelas que até há pouco tempo estavam em voga no país e que buscavam enaltecer o caráter nacional, um *ethos* próprio do brasileiro ou coisas do tipo.

No campo econômico, Furtado nos diz, que foi a partir do seu retorno ao Rio de Janeiro para ingressar no BNDE, que teria percebido a necessidade de desenvolver uma teoria do excedente social, com enfoque, claro, nos países subdesenvolvidos, visto que estes é que teriam dificuldade de formação de poupança interna, carência de recursos e relutância em democratizar os investimentos.

Caberia então ao Estado a arrecadação e a gestão deste excedente que, fruto de um marco regulatório social e democraticamente definido, é de todos. Aí que entra, por um lado, a planificação, que é a forma otimizada de utilização destes recursos com objetivos estratégicos de longo prazo e, por outro, o processo de escolhas políticas mediado pelas pressões sociais. Sua escolha do Estado como agente regulador e incentivador do processo de industrialização e desenvolvimento é mediada tanto pela convicção republicana de ascendência positivista quanto pela perspectiva democrática de controle social das instituições burocráticas. Campos refletiriam fortemente a atuação das forças políticas, e as orientações ideológicas e culturais.

Ressalto que Furtado afirmava que em sociedades industrializadas a geração do excedente é basicamente consequência do progresso técnico. Daí a importância do investimento em tecnologia para as sociedades que querem superar o estado de dependência e subdesenvolvimento. A organização dos fatores de produção deveria ser feita sob esta ótica, orientada por um planejamento sistêmico como forma de incentivo aos dois setores dinâmicos da sociedade brasileira pelo lado da produção, o agro-exportador e o industrial.



Depois que chega a essa conclusão, nos diz que passam a ter maior relevância nos seus estudos o consumo interno e externo, na sua diversificação, no seu peso na balança de pagamentos, no seu aspecto cultural e, conseqüentemente, na sua importância para os processos de mudanças. As análises sobre as trocas comerciais que sob mote cepalino se direcionavam às perdas no comércio mundial também ganham relevância em relação às suas influências nas questões da divisão do trabalho e da elevação da produtividade na região estudada, aspectos importantíssimos nos processos de transformação estrutural (devido a sua contribuição para o processo de formação e conflito de classes), nos países subdesenvolvidos.

\*

Com o colapso do governo Vargas, após sua morte em 1954, o Dr. Gudin assume o ministério da Fazenda e muda as diretrizes e as relações de poder na cúpula dos órgãos públicos. Furtado já tinha se definido claramente em direção oposta aos ortodoxos desde a publicação de *A Economia Brasileira*. Com o espaço de manobra reduzido nas organizações governamentais, volta-se às organizações sociais. Continua a ter contado intenso com o círculo acadêmico e intelectual e ajuda a fundar o Clube dos Economistas em cuja Revista, intitulada *Econômica Brasileira*, passa a circular o ideário desenvolvimentista, heterodoxo.

Ainda em *A Fantasia Organizada* (pág. 175), Furtado nos diz que o ato desesperado de Vargas, o suicídio, teria elegido Juscelino, sem o qual, prossegue, as direitas liberais ou conservadoras teriam levado o governo. Juscelino, já na campanha, assumira a continuidade da política de Vargas, voltada para a industrialização e tomou como base o estudo feito pela Comissão BNDE-CEPAL que havia sido presidida por Furtado.

Após as convulsões de 1954, já liberado de suas funções governamentais, Furtado faz longas viagens pela Europa e pelas Américas. Em 1955, as discussões sobre inflação assumem primazia no debate econômico latino-americano. Furtado, então, resolve se dedicar ao estudo da inflação brasileira entre 1948-1952. Elabora uma demonstração apontando os fatores estruturais – geradores de instabilidade – e a inadequação fiscal como os principais

responsáveis pela inflação do período, afastando-se cada vez mais dos monetaristas ortodoxos. Prebisch e Noyola apresentam estudos apoiados na teoria estruturalista na Argentina e no México. Este último, o brasileiro acompanha de perto e presta assistência. Ainda a serviço da CEPAL deixa o México e em 1957 chega à Venezuela com a missão de treinar economistas locais a partir da elaboração de uma análise preliminar a se fazer sobre a economia daquele país. Neste mesmo ano iria para Cambridge, não sem antes passar pelo Rio de Janeiro, em plena convulsão política e ideológica para ministrar um curso sobre “perspectivas da economia brasileira”.

Foi aí que pela primeira vez expôs de forma programática sua preocupação com o nordeste brasileiro. Diz que fez uma abordagem inovadora dos problemas do desequilíbrio regional. Advertia que aqueles que supunham que tais desequilíbrios se resolveriam “naturalmente” estavam completamente enganados, era preciso uma ação planejada da sociedade e do Estado neste sentido. Alertou ainda que o desenvolvimento da forma como estava se dando contribuía para o agravamento das desigualdades, gerando conseqüências perversas. Além do mais, demonstrou como, historicamente, através da política de câmbio estava-se transferindo recursos do nordeste pobre para o centro-sul rico. Preconizava uma política nacional orientada para a melhoria do aproveitamento agrícola e da industrialização da região. Condições essenciais para a absorção do excedente de mão-de-obra gerado continuamente por lá.

Penso que o círculo intelectual no qual Furtado se formou e debatia intensamente os problemas sociais e políticos brasileiros o tenham influenciado decisivamente na sua perspectiva em relação às possibilidades do Estado como agente orientador na implantação de um projeto de desenvolvimento. Penso que uma corrente do culturalismo brasileiro, além de Freyre, tenha tido uma influência maior na sua visão de Brasil. Um culturalismo que

flertou com o autoritarismo e o castilhismo de Vargas, como a vertente orientada por Miguel Reale, mas que no pós-guerra, da origem a uma versão democrática.

Acredito que este (a partir da segunda metade da década de 1940) é um momento decisivo para o fortalecimento de um pensamento brasileiro democrático e universalista, assim, realmente republicano. Digo isto porque que até então era difícil encontrar entre a intelectualidade brasileira formuladores que defendessem abertamente uma incorporação popular realmente efetiva e representativa ao processo político fora da aliança populista-trabalhista. A saída era pensada sempre pelas próprias elites, pelos seus próprios quadros e projetos de liderança, inclusive ressaltando as classes médias, seja pelas suas representações corporativas, seja nos seus representantes partidários, exemplificados nos principais nomes da UDN.

Vale à pena lembrar que as teorias racistas e geográficas e aquelas que valorizavam o mito das origens e o psicologismo social ainda encontravam adeptos em boa parte das elites brasileiras nas décadas de 1940 e 1950. O pensamento liberal e o católico basicamente se mantiveram associados a posições elitistas. Durante toda a República Velha e mesmo no período ditatorial de Vargas, a elite governante brasileira não demonstrava apreço pela inclusão do “povo” no processo político. Ao invés de propor investimentos massivos procurando proporcionar à população condições de educação e cidadania, ou seja, de inclusão social e econômica, preferiam ceder a apelos corporativos e de pequenos grupos organizados. Ou seja, até então nunca houvera um projeto liberal de nação, de perspectiva abrangente, fundamentado teoricamente e com condições de implementação política.

A primeira metade do século XX foi o tempo da preeminência das teorias elitistas de salvação nacional, seja de fundo racista, geográfico ou moralista. Tudo isto apoiado num cientificismo difuso, de teorias copiadas dos centros difusores e alimentadas pelo preconceito e o pragmatismo egoísta das classes políticas dominantes. Foi contra este tipo de situação que

Celso Furtado e outros intelectuais desenvolvimentistas diziam que teciam suas críticas, pregando a reformulação da produção intelectual brasileira e mesmo da compreensão do próprio país sob valores ditos modernos. Dessa forma a oposição dicotômica entre o atrasado e o moderno assume posições cada vez mais sectárias nas disputas intelectuais no Brasil dos anos de 1950. Esta dissensão passa a ser um dos principais bordões orientadores dos discursos políticos. Como as orientações ideológicas e partidárias não se consolidaram as forças políticas em disputa assumiam livremente bordões como “desenvolvimentistas” ou “progressistas”, colocando-se como os representantes de uma modernização com justiça social.

### **1.3 - Furtado e o ocaso político do desenvolvimentismo democrático cepalino-isebiano.**

O fim do governo de Juscelino Kubitschek marca início um período ainda mais acirrado de disputa político-ideológica e de instabilidade institucional. Esta conjuntura marca decisivamente uma inflexão na produção de Celso Furtado que se torna cada vez mais voltada para a delimitação do seu campo político e da defesa de seus pressupostos ideológicos. Entre suas publicações que destacam esta curvatura está *A Pré-Revolução Brasileira*, publicado em 1962, em cuja introdução Furtado anuncia que se propõe a desenvolver uma tese que pode assim ser resumida: O Brasil atingira um grau de desenvolvimento material e institucional que o possibilitava escolher o melhor caminho para a consolidação deste processo. Descortinavam-se dois caminhos: o democrático com distribuição de renda e a aventura autoritária, seja pela esquerda ou pela direita. A escolha agora seria dos atores políticos. Veremos isso a seguir mais detalhadamente.

*“A economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda per capita – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica. Em outras palavras: o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido de elevação da renda média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia.”* (Furtado, 1962)

Sua expectativa era demonstrar que finalmente o Brasil se encontrava em condições de decidir e conduzir seu próprio destino. Dependia mais de si, de tomar as decisões corretas, do que das conjunções externas. Provavelmente estava exagerando um pouco, mas, aqui vale o discurso político e motivador do intelectual engajado.<sup>4</sup> Esta oportunidade que se apresentava ao país se devia aos avanços econômicos, principalmente ao estágio da industrialização já alcançado. De tal forma, o campo político adquiria uma importância fundamental, visto que tal situação impunha ao país, em especial aos grupos de decisão, conhecimento do processo para a tomada de decisões que se colocavam com urgência. Por isto a conscientização das reais condições nacionais era vital.

O processo brasileiro de desenvolvimento estaria sofrendo graves distorções que precisavam rapidamente ser corrigidas. A maior e mais grave delas estava se dando pela aberrante concentração de renda. A camada do operariado urbano não estaria se beneficiando dos ganhos da industrialização. Porém, assinalava Furtado, a mais abandonada e mais sofrida, a massa camponesa, esta sim, estava ficando alijada do processo. Era nesta camada que se concentrava as mais profundas preocupações furtadianas. Nos anos iniciais da década de 1960 se discutia o Estatuto da Terra, conjunto de leis que visava possibilitar a extensão das leis trabalhistas urbanas ao trabalhador rural, e ele não podia deixar de fazer seu “lobby” a favor de sua aprovação, com o intuito de incentivar as relações capitalistas via incorporação social e a modernização econômica deste setor produtivo. Não foi só neste sentido que alertava para a necessidade da incorporação institucional da economia rural aos estatutos políticos e sociais modernos, apontava a classe camponesa como a mais vulnerável aos apelos comunistas, visto que, estava totalmente esquecida e relegada pela parte da sociedade mais rica e pelo Estado. Sendo assim, em um alerta principalmente ao Legislativo, diz que aqueles que preconizavam a defesa de um Estado social-liberal democrático deveriam se

imbuir da necessidade de investimentos nesta camada da população, visando integrá-la à sociedade política organizada.

Como segundo vetor para um possível movimento revolucionário de viés marxista-leninista apontava a própria ação da direita conservadora. Se esta enveredasse para uma opção autoritária, possivelmente, ofereceria os argumentos necessários para a sublevação das classes mais pobres. (Furtado, 1989;138). Suas posições denotam uma preocupação acentuada com as instituições democráticas, enumerando e condenando todas as forças políticas que apontavam para uma condução autoritária do processo político decisório.

Furtado conta que a reação dos conservadores foi dura contra ele. Na época do lançamento de *A pré-revolução brasileira* já ocupava o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento do governo João Goulart. Conta-nos que a imprensa na sua grande maioria dedicou artigos e editoriais com críticas e acusações a ele que iam de “*adepto do materialismo histórico*” a “*inimigo jurado da pátria*”. (Furtado, 1989;139).

Furtado prosseguia na tentativa de transformar seu projeto em uma política de Estado, e não de governo, por isso investia em iniciativas apartidárias. Deixa escrito em sua biografia que sua intenção era tentar mostrar caminhos, racionalizar o debate político e propor uma via conciliatória entre as posições polares que se apresentavam de forma dicotômica, contudo, este esforço se mostrou totalmente improdutivo. Vencera novamente a alienação que contaminava grande parte da imprensa brasileira que se deixava “embriagar” pelas agências internacionais, dizia. Concluiu que a sua defesa das “reformas de base”, principalmente de uma reforma agrícola urgente aliada à “dessacralização” da propriedade privada, adotada na Pré-Revolução, deixou a direita conservadora de cabelo em pé e deu a ela munição para contra-atacá-lo com virulência. O autor nos diz que se sentiu incompreendido e resumiu da seguinte forma o exposto naquela publicação:

---

<sup>4</sup> Nota-se que este discurso deixa transparecer a questão da autonomia que se associa à da própria soberania e se coloca como ponto central no seu projeto de nação. As decisões políticas definem a condução do processo de desenvolvimento que é capitalista, mas, sob orientação social via democracia participativa.

*“Minha tese era simples: a sociedade brasileira deverá avançar no processo de democratização, abrindo espaço para a participação de todos os segmentos sociais na vida política. O desenvolvimento é uma aspiração da coletividade, e nenhum governo se legitima se descarta esse ponto. Mas o desenvolvimento não pode ser pago com a alienação da liberdade, sem a qual a vida social se desumaniza. Conciliar a luta pelo desenvolvimento com a preservação da liberdade era o desafio maior com que defrontávamos naquele momento.” (Furtado, 1989;140)*

Furtado considerava que as eleições de 1962 para renovação do Congresso Nacional eram fundamentais para seu projeto para o Nordeste e para a futura implementação das reformas no país. Percebia que a direita se organizava entorno do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que cuidava de financiar candidatos afeitos a sua ideologia. Ao mesmo modo era preciso tentar estimular ao máximo a ascensão de candidatos comprometidos com a implantação das reformas de base. Afirma que durante toda a campanha a discussão girou em torno das reformas e o que lhe doía era a forma rasa como se dava o debate. Logo viu que as forças progressistas se encontravam extremamente desunidas, limitando-se a pequenos agrupamentos em torno de figuras carismáticas. Sua idéia era propor uma união programática, suprapartidária. Com esse intuito foi procurar o Presidente Goulart tentando convencê-lo a liderar o “pacto nacional-desenvolvimentista”, o que teria aceitado de imediato.

Furtado elaborou então, um “manifesto” explicando as reais condições do país e apontado caminhos. Este documento deveria orientar a *Frente Parlamentar pelas Reformas de Base*. Diz que procurava uma linguagem moderada, sem sectarismos e capaz de aglutinar personalidades de amplo espectro político. Tentava fazer de suas teses econômicas uma bandeira política da “razão”, estimulando a união das forças “progressistas”. Foi otimista, bateu firme nas “forças do atraso” como fica evidente no resumo contido neste parágrafo:

*“Esse extraordinário crescimento econômico do Brasil teve, entretanto, aspectos negativos que seria perigoso ocultar. O marco institucional do país de latifúndios semifeudais e exportador de produtos primários permaneceu quase inteiro de pé, condicionando o processo político que assim foi submetido a uma crescente asfixia. Não havendo adequada correspondência entre a realidade nacional e a representação política, os órgãos de governo ficaram incapacitados, de forma cada vez mais notória, para o desempenho de suas verdadeiras funções. Desse fato de extrema importância decorrem duas*

*conseqüências que estão na base das tensões que alcançam neste momento seu ponto crítico. A primeira conseqüência consistiu na manipulação das instituições existentes com objetivos anti-sociais, a segunda, na multiplicação de empecilhos ao desenvolvimento.” (Furtado, 1987;145).*

Neste documento, Furtado tenta demonstrar a urgência da formulação de um novo marco institucional para o país, pois o válido até então corresponderia a um momento pretérito, onde prevaleceriam os interesses e as condutas afeitas ao setor tradicional, que ainda teriam como referência um modelo hierarquizado, excludente, paternalista e patrimonialista de sociedade. As perspectivas sob as quais estava pautado o nosso marco institucional legal, principalmente a organização política, não refletiriam as expectativas democráticas e republicanas que exigiam a crescente inserção popular na economia e na política nacional. Furtado alertava para uma paralisia das funções de governo que este choque de interesses e de perspectivas causava e evidencia conseqüências sociais e econômicas danosas ao país. Ele percebia que era preciso criar fórmulas beneficiassem a governabilidade e destravassem as agendas do Congresso.

Nestes moldes, de dotar as Instituições de condições de operar sob uma perspectiva republicana e democrática, o documento prossegue exigindo daqueles que o subscrevessem compromisso de iniciar a implantação das reformas citadas nos seis primeiros meses de seus mandatos. As principais reformas eram a agrária, a administrativa, a universitária, a eleitoral, a bancária e o Estatuto Disciplinar do Capital Estrangeiro. De posse do documento e com a autorização presidencial, nos conta que saiu em peregrinação pelo país atrás de lideranças progressistas que subscrevessem o pacto apartidário.

Sua expectativa inicial, contudo, foi logo tomada pela desilusão e pelo abatimento depois de tentativas infrutíferas com SanTiago Dantas e Magalhães Pinto em Minas, depois Quadros em São Paulo e Brizola no Rio Grande do Sul. Sua ilusão de que pudesse reunir as principais lideranças populares em torno de compromissos programáticos falhara completamente. Retornando à Capital foi ter com o Presidente e contando seu infrutífero



resultado ouviu deste a mesma conclusão pessimista. O presidente Goulart disse-lhe o que seria a gota d'água que afogaria suas ilusões de união político-programática das forças nacionalistas e desenvolvimentistas: O General Orsino Alves (Comandante do I Exército) teria afirmado à Goulart que aquele documento estava ótimo para “ser usado em um golpe”. Abatido com o que considerou como “ciladas do destino” transcreve:

*“Preocupado em salvar as instituições democráticas, eu teria forjado instrumentos para aqueles que queriam antecipar seu enterro.” (Furtado, 1987;151).*

Nestas passagens Furtado tenta nos mostrar a dificuldade de encontrar segmentos “verdadeiramente democráticos”, republicanos e programáticos, mesmo no seio das forças que considerava modernizadoras e desenvolvimentistas.

\*\*

#### **1.4 - CELSO FURTADO LINHA DO TEMPO**

- 1920 26 de julho: Celso Furtado nasce em Pombal, no sertão paraibano. Seu pai será juiz e desembargador. Sua mãe, Maria Alice Monteiro, é de uma família de proprietários de terra. Celso é o segundo dos oito filhos que terá o casal.
- 1924 Pombal sofre a “cheia do século”. Integrantes da coluna Prestes passam perto da cidade.
- 1927 A família fixa residência na Cidade da Paraíba, como então se chamava a capital do estado.
- 1930 João Pessoa, presidente da província e candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, é assassinado no Recife. Sua morte é o estopim da Revolução de 30.
- 1932 Início dos estudos secundários, no Liceu Paraibano, e no Ginásio Pernambucano, no Recife.
- 1936 Dá aulas de geografia e português e dirige cursos noturnos de escolas públicas.
- 1939 Chega ao Rio de Janeiro, indo morar em pensões no Flamengo e na Lapa.
- 1940 Ingressa na Faculdade Nacional de Direito. Tem seu primeiro emprego, na *Revista da Semana*, como secretário de redação, depois repórter e crítico de música. Será também revisor do *Correio da Manhã*.
- 1942 Viaja a Ouro Preto para reportagem com a equipe do cineasta Orson Welles. Descobre a sociologia alemã de Max Weber, Ferdinand Tönnies, Hans Freyer, Georg Simmel. Lê Schumpeter e Manheim.
- 1943 Aprovado nos concursos para Assistente de Organização do DASP e Técnico de Administração do DSP-RJ, entrando para o funcionalismo público federal. Trabalha em Niterói.
- 1944 Cursa o CPOR (Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva). Escreve seus primeiros artigos, sobre administração e organização, na *Revista do Serviço Público*, do DASP. Bacharel em Direito. Convocado para a Força Expedicionária Brasileira
- 1945 Embarca para a Itália como aspirante a oficial da FEB. De volta ao Brasil, faz uma viagem ao sertão da Paraíba e toma a decisão de não ser advogado, como o pai, mas

- economista.
- 1946 Ganha o prêmio Franklin D. Roosevelt, do Instituto Brasil-Estados Unidos, com o ensaio “Trajetória da democracia na América”. Colabora para a revista *Cultura Política*. Publica De Nápoles a Paris – Contos da vida expedicionária, seu primeiro livro. Muda-se para Paris, onde fará um doutorado em economia na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris-Sorbonne. No Instituto de Ciências Políticas, faz um seminário de leitura sistemática de Marx.
- 1947 Visita a London School of Economics. Integra a brigada francesa de reconstrução de uma ferrovia na Bósnia, perto de Sarajevo
- 1948 Doutor em economia pela Universidade de Paris, com a tese “*L’économie coloniale brésilienne*”. Retorna ao Brasil, entra para o quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*. Casa-se com Lucia Tosi, com quem terá os filhos Mario e André.
- 1949 Integra-se à recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas sediado em Santiago do Chile.
- 1950 O economista argentino Raúl Presbisch assume a secretaria-executiva da CEPAL e o nomeia Diretor da Divisão de Desenvolvimento. Será encarregado de missões na Argentina, Costa Rica, Venezuela, no Equador e no Peru. A *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, publica seu primeiro ensaio de análise econômica, “Características gerais da economia brasileira”.
- 1951 Encontra-se nos Estados Unidos com Vassili Leontieff, Walt Rostow, Melville Herskovits, Theodor Schultz, durante viagem a universidades e instituições de pesquisa e ensino que trabalham com o desenvolvimento econômico.
- 1952 A *Revista Brasileira de Economia* publica “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, seu primeiro artigo de circulação internacional, traduzido para o *International Economic Papers*, órgão da Associação Internacional de Economia que veicula contribuições à teoria econômica apresentadas em outras línguas.
- 1953 Preside o Grupo Misto CEPAL-BNDE, cujo estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento — “Esboço de um programa de desenvolvimento, período de 1955-1962” — servirá de base ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.
- 1954 Publica A economia brasileira, seu primeiro livro de economia.
- 1955 Cria no Rio de Janeiro o Clube de Economistas, que lança a revista *Econômica Brasileira*.
- 1956 Muda-se para a Cidade do México, em missão da CEPAL. Publica Uma economia dependente.
- 1957 Estudos de pós-graduação no King’s College da Universidade de Cambridge, Inglaterra. Aí escreve *Formação econômica do Brasil*, seu livro mais difundido no Brasil e traduzido em nove línguas.
- 1958 Desliga-se da CEPAL e assume uma diretoria do BNDE. O presidente Juscelino Kubitschek o nomeia interventor no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Elabora o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, origem do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). É nomeado seu secretário-executivo. Publica *Perspectivas da economia brasileira*, com as conferências proferidas no ano anterior no ISEB.
- 1959 1ª edição de *Formação Econômica do Brasil*. Candidata-se à cátedra de professor de economia da Faculdade Nacional de Direito, da antiga Universidade do Brasil, com uma tese sobre os desequilíbrios externos nas economias subdesenvolvidas.
- 1960 O Congresso aprova a lei que cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sediada em Recife. É nomeado seu superintendente, sendo reconfirmado no cargo pelos próximos presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

- 1961 Encontro na Casa Branca com o presidente John Kennedy, que decide apoiar um programa de cooperação com a SUDENE. Encontro com o ministro Ernesto Che Guevara, na Conferência de Punta del Este, para discutir o programa da Aliança para o Progresso.  
Publica *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.
- 1962 É o primeiro titular do Ministério do Planejamento, no governo João Goulart. Elabora o Plano Trienal, apresentado ao país por ocasião do plebiscito sobre o regime de governo.  
Publica *A pré-revolução brasileira e Subdesenvolvimento e Estado democrático*.
- 1963 Deixa o Ministério do Planejamento e retorna à SUDENE. Concebe e implanta a política de incentivos fiscais para os investimentos na região.
- 1964 O golpe militar de 31 de março cassa seus direitos políticos por dez anos, sendo seu nome incluído no AI-1.
- 1964 Três prestigiosas universidades dos Estados Unidos — Yale, Harvard e Columbia — o convidam para lecionar. Em abril segue para Santiago do Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (ILPES). Em setembro, muda-se para New Haven, USA, como pesquisador graduado do Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Publica *Dialética do desenvolvimento*.
- 1965 Assume a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. É o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general de Gaulle. Será professor da Sorbonne por vinte anos. Nos anos de exílio, suas pesquisas se concentram em três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o estudo teórico das estruturas subdesenvolvidas e o da economia latino-americana.
- 1966 Publica *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. E, no ano seguinte, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*.
- 1967 Organiza, por sugestão do filósofo Jean-Paul Sartre, um número especial da revista *Les Temps Modernes* sobre o Brasil, em seguida traduzido como livro em várias línguas.
- 1968 Vem ao Brasil pela primeira vez após sua cassação, a convite da Câmara dos Deputados, para debater a economia brasileira. *Um projeto para o Brasil* é lançado no Rio de Janeiro e São Paulo semanas antes do AI-5.
- 1970/ Viagens a diversos países da África, Ásia e América Latina, em missão de agências  
1980 das Nações Unidas.
- 1972 Professor visitante na American University, em Washington DC. Publica *Análise do “modelo” brasileiro*.
- 1973 Professor visitante na Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde ocupa a cátedra Simon Bolívar. É feito Fellow do King’s College. Publica *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*.
- 1974 Publica *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.
- 1975 Dirige um seminário sobre o Desenvolvimento Econômico na PUC de São Paulo.
- 1976 Professor visitante na Columbia University, Nova York. Publica *A economia latino-americana*, seu livro mais difundido no exterior, e *Prefácio a nova Economia Política*.
- 1978 Integra o Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas, Tóquio. Publica *Criatividade e dependência na civilização industrial*.
- 1979 Após a anistia, retorna com frequência ao Brasil, reinserindo-se na vida política. Casa-se com a jornalista Rosa Freire d’Aguiar.
- 1980 Publica *Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar*.

- 1981 Filia-se ao PMDB, como membro do diretório nacional. Publica *O Brasil pós-“milagre”*.
- 1982 Diretor de pesquisas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, onde durante três anos organiza seminários sobre a economia brasileira e internacional. Publica *A nova dependência, dívida externa e monetarismo*.
- 1983 Publica Não à recessão e ao desemprego.
- 1984 Publica *Cultura e desenvolvimento em época de crise*.
- 1985 Integra, a convite do recém-eleito presidente Tancredo Neves, a comissão de notáveis (COPAG) que elabora um Plano de Ação do Governo. Assume o posto de embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia. É membro da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo senador Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição. Publica *A fantasia organizada*, primeiro volume de memórias.
- 1986/1988 Ministro da Cultura do governo José Sarney. Elabora a primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura.
- 1987 Membro da *South Commission*, iniciativa do presidente Julius Nyerere para formular uma política para o Sul. Publica *Transformação e crise na economia mundial*.
- 1989 Publica *A fantasia desfeita*, segundo volume de memórias, e *ABC da dívida externa*.
- 1991 Publica *Os ares do mundo*, terceiro volume de memórias. E, no ano, seguinte, *Brasil, a construção interrompida*.
- 1993 Membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO, presidida por Javier Pérez de Cuéllar.
- 1996 Membro da Comissão Internacional de Bioética da UNESCO.
- 1997 A Academia de Ciências do Terceiro Mundo, em Trieste, cria o Prêmio Celso Furtado, conferido a cada dois anos a um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política. A UNESCO e a Maison des Sciences de l’Homme organizam em Paris o colóquio internacional “O que é o desenvolvimento? – a contribuição de Celso Furtado”. É eleito para a Academia Brasileira de Letras. Publica *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, em 3 volumes.
- 1998 Criada a Red Celso Furtado de Estudos do Desenvolvimento ([www.redcelsofurtado.edu.mx](http://www.redcelsofurtado.edu.mx)) por professores de México, França, Brasil, Espanha, Itália e Portugal. Publica *O capitalismo global*, que ganha no ano seguinte o Prêmio Jabuti, na categoria Ensaio.
- 1999 Publica *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*.
- 2001 Exposição “Celso Furtado: vocación Latino America”, na sede da CEPAL, Santiago do Chile.
- 2002 Publica *Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea*.
- 2003 Eleito para a Academia Brasileira de Ciências. Economistas da América Latina e personalidades do mundo inteiro encaminham seu nome ao Comitê do Prêmio Nobel de Economia, em Estocolmo. Publica *Raízes do subdesenvolvimento*.
- 2004 Durante a sessão inaugural da UNCTAD-XI, que comemora o 40º aniversário desse órgão das Nações Unidas, recebe um tributo de seu secretário-geral, embaixador Rubens Ricupero, e do secretário-geral da ONU, Koffi Anan, por sua contribuição ao pensamento econômico e ao desenvolvimento. O presidente Lula propõe, em seu discurso, a criação de um centro internacional para discutir políticas de desenvolvimento, a que dará o nome de Celso Furtado.
- 20/11 Celso Furtado falece em casa, no Rio de Janeiro, vítima de parada cardíaca. O presidente Lula decreta luto oficial por três dias.

Fonte: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento  
<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

\*\*\*

## CAPÍTULO 2

### **O PENSAMENTO FURTADIANO, A NOVA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL E A ESPECIFICIDADE NORDESTINA.**

#### **1.1 - A inserção do técnico na luta política e ideológica – o pensamento cepalino furtadiano encontra o existencialismo-culturalista isebiano**

Ressalto que apesar dos seus expressivos títulos acadêmicos, Furtado era, neste período, eminentemente um técnico do Estado. Pensava e produzia visando a interferência prática e objetiva no mundo real. Esta produção, coerente com seu discurso, era voltada para a ação administrativa e política num momento de acentuada disputa ideológica. Mas, a questão que quero evidenciar nesta parte do trabalho é como se dá a influência da “síntese isebiana”, presença seminal nas suas formulações. Ou ainda, como se juntam certos conceitos fundamentais defendidos pelos “isebianos históricos” às suas análises econômicas pontuadas pelo dual-estruturalismo cepalino.

Tanto os intelectuais mais ativos e influentes do ISEB quanto o pensamento desenvolvimentista brasileiro em geral deve muito de suas questões pontuais a Furtado e a análise cepalina. Entretanto, defendo que depois que retorna ao Brasil, após o período dedicado à CEPAL, Furtado acrescenta ou realça conceitos determinantes em suas elaborações. Conceitos estes que irão reforçar sua perspectiva interdisciplinar e culturalista e mesmo sua interpretação do país, de forma que se tornam de imprescindível importância para quem, como nós, se interessa pelo viés de sua produção voltado às ciências sociais e o pensamento social e político brasileiro.

Em outras palavras, tentarei demonstrar como Furtado possivelmente absorveu informações e conhecimentos das diversas correntes que circulavam no efervescente ambiente do pós-guerra, tanto no Brasil e na América - Latina, como na Europa e nos EUA. Elabora, então, um novo tipo de abordagem teórico-metodológica para o estudo das

sociedades subdesenvolvidas ou dependentes, completamente divergente daquelas em voga, produzidas pelos centros irradiadores de pesquisa acadêmica dos países centrais. Esta diferença se evidencia pela sua abordagem a partir da perspectiva da periferia, ou seja, é pensada a partir dos efeitos gerados pelo tipo de inserção dos países periféricos no mercado mundial. Isto com o intuito de impulsionar mudanças sociais e econômicas no Brasil, com destaque para o Nordeste.

Para que procedesse tais formulações foi extremamente importante sua passagem em organismos acadêmicos europeus, bem como nos quadros da CEPAL, mas, acredito, não deixaram de ser tão ou mais importantes sua formação pela Universidade do Brasil, onde se titulou bacharel em Direito, sua convivência com a intelectualidade da capital federal e sua experiência no serviço público. Neste sentido, dou ênfase à troca de idéias com a intelectualidade que circulava no entorno do ISEB, mais especificamente no grupo próximo a Hélio Jaguaribe. Se podemos pensar em uma “síntese isebiana” (de perspectiva mannheimeana), como orientadora de um grupo nacionalista desenvolvimentista democrático, é possível à primeira vista, suspeitar que Furtado tenha compartilhado dela. Entretanto, vou mais além e destaco que sua produção foi o exemplo prático e mais ilustrativo do método de interpretação histórico-social que Guerreiro Ramos chamou de Redução Sociológica, que era baseado na fenomenologia de Husserl e no existencialismo de Sartre.

Vejo na interpretação do Brasil proposta por Furtado influências diversas que foram “mixadas”, de maneira a produzir uma elaboração particular da realidade brasileira com o objetivo de auxiliar na construção de um “novo país”. Como o próprio dizia, não existe teoria válida sem contrapartida na realidade e esta era uma crítica acentuada por aqueles que viam um descompasso entre as teorias em voga e a situação dos países periféricos. Mais ainda, que toda teoria, pelo menos as de valor, só têm sentido se vinculadas a uma exigência prática e temporal. Este ponto é crucial na elaboração furtadiana: tanto seu método quanto suas

análises são propositivos, são direcionadas ao seu projeto de reestruturação nacional de acordo com as possibilidades políticas e econômicas possíveis naquele momento.

Por isso delimitei este trabalho ao período mais otimista e criativo de Furtado. Percebo nele uma tentativa de esboçar uma teoria social em torno de sua interpretação do subdesenvolvimento e do desenvolvimento. Furtado buscava fundamentar cientificamente um modelo de inspiração *welfarista keynesiano* que pudesse valer para as sociedades subdesenvolvidas. Sempre lembrando o caráter conjuntural de suas elaborações que, neste sentido, estão sempre por se fazer terminar, não se pretendem definitivas. Esta condição só não se aplica aos seus valores últimos, à sua base ético-filosófica.

Pretendo demonstrar ainda que a sua produção estava voltada para a necessidade de transformação imediata da estrutura social e política brasileira que, arcaica, não acompanhava as modificações que já vinham acontecendo na sua base produtiva – mesmo que sem planejamento e distante do desejável. Era preciso ressaltar a importância da industrialização que já estava se dando, porém, fundamentalmente, das transformações sociais que deveriam caminhar junto com ela. Sem isso, não superaríamos o atraso e o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, não conseguiríamos alcançar o desenvolvimento sustentado e pleno. Tal concepção de desenvolvimento levava em conta um ambicioso projeto de nação, de caráter democrático e universalista, visto como civilizador. Uma nação reformulada a partir de valores republicanos iluministas que tomaram corpo lá atrás com a revolução francesa e foram recém firmados na Assembléia Geral de criação da ONU em 1948, ressaltados pela declaração dos direitos universais do Homem. Estes valores, que destacam a busca pela igualdade de direitos entre seres humanos, passam a ser encarados como marcos do processo civilizatório ocidental. Mais que uma questão de simples modernidade formal, ou bandeira política, o universalismo presente no pensamento furtadiano expressa valores antagonicamente situados àqueles comuns presentes na

organização e nas relações sociais brasileiras marcadas pelo tradicionalismo. Para Furtado o processo civilizatório era indissociável da busca pela igualdade social.

Furtado percebia no pós-guerra europeu um clima de otimismo e de redenção da capacidade e da dignidade da pessoa humana, onde os valores democráticos e libertários inspiravam principalmente os intelectuais a atuarem incisivamente nas transformações do mundo. Das suas viagens pelo continente europeu naquele momento ele percebeu a importância da máquina do Estado e da cultura – em sociedades que já haviam feito sua revolução nacional – para aceleração do processo de reconstrução das economias nacionais. Para o Brasil, ele defendia uma nação independente econômica e politicamente, questão realçada no seu conceito de *autodeterminação*. Este conceito está diretamente ligado à condição dual de centro e periferia, representada nas relações díspares que marcam o concerto das nações, correspondendo à *autonomia* e associado à *soberania* política e decisória, que deita seus reflexos na construção da própria identidade, individual e coletiva das sociedades subdesenvolvidas. Também no que se referem às escolhas econômicas, tais conceitos encontram sua antítese na situação de *dependência* a que ficam submetidos os países *periféricos*. Os países desenvolvidos estariam em um estágio superior econômico, político e cultural em relação aos subdesenvolvidos justamente porque tiveram condições de se organizar segundo suas próprias necessidades. Suas estruturas econômica e institucional foram se formando de acordo com seus interesses nacionais e as necessidades internalizadas por aquelas sociedades e não por imposições externas.

O conceito de *autonomia* aparece em Furtado tanto ao nível do real quanto do imaginário, do econômico e ao cultural. No aspecto da cultura precisamos ter muito cuidado ao analisar esta posição, pois o que entendia como cultura é muito diferente do que é mais comumente aceito hoje em dia. Tal noção está muito ligada à idéia de estrutura e à superação do complexo colonial, do que trataremos mais adiante, mas vai muito além disso, se colocando a partir de uma perspectiva futura, como um projeto de consolidação da nação



junto ao marco civilizatório moderno. A consolidação da nação aparece associada à implantação institucional de valores universais modernos pensados através de uma perspectiva igualitária de mundo.

Aqui mudança social está inserida no contexto das mudanças de hábitos, de práticas cotidianas relacionadas a um passado que não faz mais sentido e se quer superar. Assim, esta complexa concepção é pensada visando à superação da condição de atraso histórico do Brasil. Atraso que se evidenciava mesmo em relação à maioria dos demais países latino-americanos. Mas, primordialmente, era um projeto que se queria republicano (no que se contrapõe ao tradicional, principalmente ao patrimonial) e democrático-universalista apontando para a construção de um país socialmente mais justo e igualitário. A sua preocupação determinante com questão das desigualdades (sociais e regionais) e suas posições políticas deixa isto a mostra claramente.

Assim, em alguns momentos encontraremos o Furtado político, apaixonado por suas causas e utópico até, explicitando na prática seus conceitos, propostas e a sua concepção de intelectual participante, aliando teoria e ativismo político. Digo utópico porque sua ação transformadora vai se intensificando, no sentido de fazê-lo agente ativo na luta pelo triunfo de um projeto de nação, de um movimento político-ideológico que se propõe a superar uma secular estrutura de dominação autoritária e excludente por outra, moderna, que ele desejava universalista e democrática. E não se podia esperar mais – daí seu voluntarismo, acreditava na urgência de um momento ímpar que estava dado e os “cavaleiros da ordem do desenvolvimento” como às vezes se referia aos seus pares, deveriam apostar nele.

Com a intenção de nos interarmos melhor da sua formação, reproduzirei a seguir trechos de um artigo de Furtado no qual, resumiu de próprio punho os trechos mais importantes de sua trajetória intelectual. Chamou esta “declaração” de: *"Aventuras de um economista brasileiro"*.

*“Das influências intelectuais que sobre mim se exerceram desde o ginásio, identifico três. Em primeiro lugar, a positivista, com a primazia da razão, a idéia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como conhecimento científico. Meu ateísmo, que cristalizara desde os 13 anos, encontrou aí uma fonte de justificação e um motivo de orgulho. A segunda linha de influência vem de Marx, como subproduto de meu interesse pela História. Foi lendo a História do socialismo e das lutas sociais, de Max Beer, que me dei conta pela primeira vez de que a busca de um sentido para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida. A terceira linha de influência é a da sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual tomei contato pela primeira vez, aos 17 anos, lendo Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre. (...)*

*O desejo de vincular a atividade intelectual criadora à história será o ponto de partida de meu interesse pelas ciências sociais. Fixou-se no meu espírito a idéia de que o homem pode atuar racionalmente sobre a História. Cheguei ao estudo da economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão global, a macroeconômica. Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico. (...)*

*Minhas atividades de economista se desdobraram em três fases. A primeira compreende os anos que passei na CEPAL, que me permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latino-americanos. A segunda são os anos que dediquei ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da política de desenvolvimento da região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart. A terceira são os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos, e em seguida, e mais prolongadamente, em Paris. Essas atividades, no que respeita à pesquisa, se desenvolveram em torno de três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o da especificidade do subdesenvolvimento e o da formação histórica do Brasil vista do ângulo econômico. O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar na especificidade do subdesenvolvimento. Convenci-me desde então de que o subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. O desejo de compreender o meu próprio país absorveu a parte principal de minhas energias intelectuais no quarto de século transcorrido desde que escrevi a minha tese sobre a economia colonial brasileira. (...)*

*As circunstâncias que modificaram o curso de minha vida em 1964 somente em parte são responsáveis pela decisão que tomei de dedicar-me inteiramente à vida acadêmica. A participação indireta e direta que durante quinze anos tive na formulação de políticas convenceu-me de que nossa debilidade maior está na pobreza de formulações teóricas e de idéias operacionais. A esse vazio se deve que a atividade política tenda a organizar-se em torno de esquemas importados os mais disparatados. A linha de menor resistência do mimetismo ideológico tende a prevalecer. (...)*”

*"Aventuras de um economista brasileiro" (1972), em International Social Sciences Journal, vol. XXX, n° 1-2, 1973, Paris.*

Não vou me estender sobre a influência da antropologia cultural americana na produção e no pensamento furtadiano, não que não seja importante, mas, por que aparece de

maneira subsidiária no bojo da perspectiva “culturalismo-existencialista” conforme desenvolvido pelos isebianos, com ênfase nas idéias expostas por Corbisier e Álvaro Vieira Pinto e sobre a qual discorrerei mais detidamente em uma parte específica do trabalho. É desta perspectiva, composta sob a expectativa de um projeto de nação, a partir de uma visão periférica contraposta a uma posição centrista, que Furtado trabalha a questão da cultura. Trabalhará também, com mais ênfase no pós1964, destacando a importância do aspecto cultural nas relações de consumo, insistindo na questão da alienação provocada pelo fetiche do consumo. Neste ponto me parece que ele acreditava que só uma consciência reflexiva ou crítica propiciaria aos indivíduos e no limite a própria humanidade, a persistência do capitalismo sob tais níveis de consumo. Contudo, por diversos motivos, neste trabalho não vou me dedicar a este ponto que mereceria um destaque especial.

Entretanto, convém destacar, como o próprio Furtado o faz no texto a cima, que as interpretações culturalistas o impressionavam. Talvez a principal corrente de sua admiração seja aquela que também influenciou Gilberto Freyre, discípulo de Franz Boas. Penso que em primeiro lugar a crítica ao evolucionismo presente em Boas tenha cativado Celso Furtado, principalmente a partir de dois aspectos: a defesa da unidade fundamental dos processos mentais em todas as raças e culturas e a consideração de todo fenômeno cultural como resultante de acontecimentos históricos. Isto representava um rompimento definitivo com a antropologia evolucionista. A visão de Boas reitera a importância tanto do aspecto histórico como estrutural para formação de uma cultura e seus reflexos nos indivíduos, nos seus hábitos cotidianos. Daí possibilitando uma aproximação com a forma dialética (no sentido de interação dinâmica entre as partes e o todo e entre a consciência individual e a coletiva) de percepção do mundo utilizada por Furtado.

Ainda sobre o texto de Furtado acima, vemos que ele dividia sua atividade intelectual como economista em três fases: a inicial, na CEPAL e ao estudo dos problemas ligados ao desenvolvimento dos países da América Latina; a segunda, dedicada ao nordeste; e a terceira

atuando como acadêmico em universidades dos EUA e França. Basicamente nos interessarão neste trabalho suas duas primeiras fases.

Ao desenvolver seu método próprio a partir de um sólido conhecimento da produção intelectual de seu tempo, penso que Celso Furtado segue o que tematizou Guerreiro Ramos em seu método redutivo, o que tentarei demonstrar com mais clareza à medida que for avançando. O conceito de Redução, para Guerreiro consistia basicamente em orientar os intelectuais periféricos a assimilar a produção dos centros estrangeiros sempre de maneira subsidiária. Partindo sempre da configuração e da análise dos problemas locais, para aí sim associá-los às teorias pertinentes desenvolvendo um método próprio que incluía de teoria e prática. No que Furtado corrobora nesta declaração:

*“Somente quando plenamente assimiladas, são realmente fecundas as contribuições externas.” (1986; 36)*

Sobre Guerreiro e sua contribuição Furtado comenta na contra capa da terceira edição da Redução Sociológica:

*“A redução sociológica de Guerreiro Ramos sobressai como uma das obras mais inovadoras das ciências sociais brasileiras, marcadas então por contribuições repetitivas e de escassa originalidade, o que a faz ainda singular, abrindo novos horizontes sobre os nossos problemas sociais.” (1996)*

Perseguindo este filão, acredito que Furtado percebeu que poderia construir um modelo do tipo macroeconômico que apontasse tendências sobre a lógica de expansão e declínio de uma sociedade ou região enfatizando tanto as influências externas como internas. É com base neste enfoque que passou a refletir sobre o país sob uma nova perspectiva e se entusiasmou mais ainda com a possibilidade de repensar a história do Brasil sob esta ótica destacando o modo e as relações de produção desenvolvidas aqui a partir do nosso tipo de inserção no mercado internacional. Daí, que das conferências realizadas no ainda IBESP, produziu um ensaio intitulado “Interpretação Histórico Analítica do Desenvolvimento Econômico. (CF, 1985, 168)

Nestes trabalhos reafirma que uma das conclusões a que chegou é que o desenvolvimento exigia um enfoque mais amplo que a simples análise econômica pode proporcionar, pois é um fenômeno abrangente, que implica amplo processo de mudança sócio-cultural. E toda mudança é dada em cima de um processo de escolhas, individuais e coletivas. Por isso mesmo, também um processo político, visto que a política é o campo decisivo onde estas escolhas são feitas em uma sociedade democrática.

Deste momento em diante, mesmo privilegiando a análise econômica, sua atividade fim, Furtado nos diz que passa a se preocupar cada vez mais com o estudo das organizações (burocráticas), com os processos de mudança social (e cultural) e escolha política. O que se reflete imediatamente nas suas análises econômicas levando-o a dar maior ênfase em pontos como a formação e aplicação dos “excedentes econômicos” que passa a caracterizar como “excedente social”. Isto é muito relevante porque faz com que Furtado destaque em suas análises uma perspectiva que enfatiza o comprometimento da sociedade com as escolhas econômicas, associando-as com os rumos da nação. Por outro lado, aponta que, em última instância, estas escolhas são políticas e espelham uma relação de poder, de disputa e conflitos entre as diversas camadas organizadas da sociedade. Disputas que em ambientes democráticos devem ser geridas por padrões institucionais regulamentados, por grupos de pressão social e politicamente organizados de acordo com seus interesses específicos. Fato que não se daria ainda no Brasil, onde a grande parte da população mais pobre não tinha nem noção de seus direitos de cidadão.

Penso que Furtado se incluía em um ambiente intelectual que nos anos de 1950 se mobilizou para refundar o país. Um movimento ainda mais difuso que o próprio desenvolvimentismo. O Brasil país passava por um momento de grande reflexão sobre si mesmo, onde intelectuais de diversos matizes e concepções ideológicas elegeram a modernização como prioridade e o atraso e a pobreza como objeto primordial de estudo.

No Brasil dos anos de 1950, esquentava o debate ideológico na mesma medida em que aumentavam as tensões políticas. Furtado assinalou em sua biografia que, infelizmente em países em situação como estava o nosso, tanto o discurso político como o econômico eram pautados pela produção estrangeira, ou seja, pela perspectiva daqueles que examinavam o processo do centro. As fórmulas mais aceitas de políticas econômicas eram aquelas copiadas de experiências que deram certo lá fora, nos países desenvolvidos, dificilmente aceitava-se algum tipo de alteração em tais teorias e, muitas vezes, afirma, os projetos prontos vindos de fora eram utilizados integralmente sem levar em conta as inserções locais, tornando-se fatalmente fadados ao fracasso. Furtado imaginava que eram mais facilmente aceitos pelos políticos, principalmente os “tradicionalistas” quase sempre em maioria nos processos decisórios, porque traziam a chancela “científica” das universidades americanas ou européias.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos intelectuais que insistiam em se guiar por novos paradigmas no Brasil, Furtado certa vez afirmou:

*“Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, diria que ele reúne em si noventa por cento de malabarista e dez por cento de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma viravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persiste em não corromper-se, daí para a fogueira a distância é infinitesimal. De resto, por maior que seja a sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá ocorrido.”*

Passagem do artigo "Aventuras de um economista brasileiro" (1972), em *International Social Sciences Journal*, vol. XXX, nº 1-2, 1973, Paris.

Novamente em sua autobiografia Furtado nos relata que percebia um pessimismo insuspeito entre os intelectuais “liberais” ortodoxos ou conservadores brasileiros, que tendiam a criticar todo tipo de ação ou expectativa positiva em relação às potencialidades do país, principalmente em relação à atuação em novas áreas que exigiam inovação tecnológica. Cita como exemplo deste fato um diálogo com Roberto Campos sobre a implantação da

Petrobrás, em plena época de fervor nacionalista. Campo teria dito que não era contra o projeto em si, mas que este deveria ser feito por empresas estrangeiras, pois “...*nós não temos capacidade para instalar e dirigir essa indústria.*” (CF,1985; 162).

Sentia que havia uma inclinação subjetiva a inculcar sobre o povo o atraso do país, principalmente por parte das elites conservadoras, fato que agoniava Furtado em demasia. Percebia que também ainda predominava um pessimismo oriundo das conclusões das antigas teses do determinismo biológico e geográfico. Tudo que se produzia gerando expectativas positivas era logo bombardeado de ufanista ou “ingênuo”. Resistências desse tipo faziam com que vencesse sempre o imobilismo e o derrotismo, explicava.

Apesar de compartilharem algumas preocupações, Furtado dirá que outras o impediam de uma proximidade maior com Roberto Campos, principalmente uma dissimulada concupiscência e uma aversão ao nacionalismo demonstrada por este. Campos via o nacionalismo como uma força negativa, não por seus valores intrínsecos, mas pela paixão que despertava nas massas. Isto ia de encontro às suas convicções igualitárias e racionalistas.

Em relação às características do positivismo em Furtado é interessante ressaltar pontos que o distinguem, por exemplo, de Campos e, principalmente, de Eugênio Gudin, o mais conceituado dos economistas liberais brasileiros da época. O autor nos relata trechos de uma conversa com Gudin onde, prolixamente, este último revela suas convicções doutrinárias:

*“Não era sem razão, advertia o Prof. Gudin, que a civilização ocidental se desenvolvera unicamente fora da Zona tropical. Era como se nos estivesse lembrando, delicadamente, que somos um povo de segunda classe. Assim, de forma complacente, dizia: são compreensíveis a irritação e a impaciência dos países pobres porque, por mais que se esforcem, não conseguem sair do atoleiro da pobreza. Ademais, negava a necessidade não apenas de um novo enfoque teórico, mas também de políticas econômicas novas. Bastava aplicar as que já se conheciam.” (CF, 1985; 157).*

O professor Eugênio Gudin também era o principal articulista do jornal O Estado de São Paulo, que seria sua tribuna preferida. Furtado nos diz que em um de seus artigos para

aquele jornal defendia que o Brasil não era uma sociedade e nem mesmo uma nação. Que deveria ser colocado entre aqueles impérios, tais como o Inglês ou Francês, tal como antes da segunda guerra mundial. Seria um complexo heterogêneo de grupos sociais antagônicos vivendo num mesmo território.

Tal posição tanto indignava quanto assustava Furtado. Ele temia que a continuidade e a disseminação de tal ideologia, típica da elite conservadora de direita, naquele período de crise e enfrentamentos, contribuíssem para uma ruptura institucional altamente negativa para o país. Ou que em longo prazo contribuísse para o aumento da já enorme concentração de renda e das disparidades regionais. Professava um pensamento diametralmente oposto ao do professor Gudín, como fica explícito nesta passagem enriquecedora nas suas memórias na qual Furtado expressa um resumo de suas impressões sobre a sociedade brasileira no que tange à questão da cultura e da nação:

*“Eu estava convencido de que o Brasil era uma Nação, cuja matriz cultural se formou nos séculos XVI-XVIII e foi amplamente enriquecida nos séculos XIX e XX. O Nordeste é parte integrante dessa matriz cultural, possivelmente a que mais próxima permaneceu de suas raízes originais. Imaginar o Brasil sem o Nordeste é como pensar a Itália sem o Lácio, ou a França sem a Île-de-France. A atual pobreza material do Nordeste é circunstancial... Mas ninguém pode pretender ser mais brasileiro que o nordestino. Admitir a tese de “estrutura imperial” é postular que as relações entre regiões é de dominação e exploração. Historicamente, tais situações evoluíram para o desmembramento, com frequência à custa de penosas guerras de “libertação nacional”. A mim me preocupava que o pensamento da direita no Centro-Sul caminhasse para a adoção dessa tese, mas evitava que o debate fosse orientado nessa direção, certo de que nossa maior força resulta de um sentimento de unidade nacional fundado na comunhão de valores culturais.” (Furtado, 1989; 140)*

Furtado escreve que sobre a CEPAL e o nacionalismo o Prof. Gudín também expressara opiniões fortes. Em relação à Comissão, desprezava-a totalmente. Já quanto ao nacionalismo, enfatizava que deveria ser combatido firmemente, pois, tratava-se de “manifestação de burrice coletiva”. O professor Gudín aparentemente professava o ideal das correntes positivistas conservadoras que ainda se prendiam ao determinismo geográfico, climático e biológico. Furtado, ao contrário, quando analisava uma sociedade valorizava seu



desenvolvimento histórico e sua organização econômica, política e cultural, como ele mesmo ressalta em *Dialética e desenvolvimento*:

*“O subdesenvolvimento deve ser entendido, em primeiro lugar, como um problema que se coloca em termos de estrutura social. ...Desta forma, a caracterização do subdesenvolvimento em termos estritamente econômico, sendo tarefa mais simples, constitui método perfeitamente legítimo com vistas a uma primeira formulação do problema. Seria, entretanto, equívoco total esperar que os economistas, usando os instrumentos de análise que lhes são próprios, viessem a esgotar esta matéria, que possui importantes aspectos a serem abordados do ângulo da sociologia e da ciência política”.* (CF, 1964; 77).

Penso que a onda democrática do pós-guerra fez com que surgissem novas vertentes nas correntes do pensamento social e político brasileiro radicalmente comprometidas com a adequação do país a condições democráticas de modernização de viés igualitário. Refiro-me a vertentes que originalmente flertavam com o Estado autoritário como via de modernização. Vertentes dos pensamentos culturalista e católico são exemplos típicos de onde surgiram novos segmentos que se pautaram por esta perspectiva. As concepções liberais que levaram à democratização pós-1945 no Brasil, com a inserção das massas urbanas no processo político, grosso modo, possibilitaram tanto o surgimento de vertentes realmente democráticas, no sentido que defendiam a manutenção da democracia apesar do populismo, e, aquelas que pressentindo que não conseguiriam ver prevalecer seus ideais optaram por uma solução autoritária.

Acredito que o pluralismo democrático expresso pela constituição de 1946 refletia o ideal liberal democrático como ambição de modernização, contudo, sem espelhar uma posição valorativa já enraizada por seguimentos e forças políticas suficientemente fortes e organizadas capazes de garantir a democracia apesar dos percalços e dificuldades naturais à sua consolidação num país socialmente injusto.

Furtado nos diz em suas memórias que desde que se restabelecera no Rio em 1953, procedeu a uma maratona de palestras, seminários e apresentações em vários círculos intelectuais acadêmicos, militares, burocráticos, corporativos, etc... Publicava também em muitos veículos, como jornais, revistas de economia e de cultura em geral. A capital federal

vivia um momento de efervescência política e intelectual onde uma gama de segmentos intelectuais procura espaço para defender suas idéias de desenvolvimento e modernização.

É nessa época que conhece Hélio Jaguaribe e, através dele, boa parte de um grupo de discussão que dará corpo ao ISEB. Diz que era difícil não se empolgar com Jaguaribe, daí começou a freqüentar sua casa e se reunir com grupos de intelectuais interessados em debater a situação do país. Ficou conhecendo os projetos de “terceira-via” de Jaguaribe que se predispunha a procurar uma alternativa entre a polarização direita / esquerda que estava se tornando insustentável.

“*Ao contrário do imediatismo de Jaguaribe*”, Furtado diz que gostava de pensar o Brasil a longo prazo, talvez, próprio do seu “instinto” de planejador. Sua intenção era ajudar na quebra do imobilismo estrutural da nossa sociedade, a segmentação, a falta de união, de um consenso que reunisse as principais forças políticas em torno de um projeto dificultava as decisões. De toda forma, com o IBESP – que mais tarde se chamaria ISEB – criado, Furtado encontra um ambiente fértil às suas idéias e proferi ali uma série de conferências. Diz-nos ainda que aproveita a oportunidade e o ambiente para “ordenar historicamente suas reflexões”. Afirmo que procurava conjugar os recursos das ciências sociais e da economia ao processo histórico. Ou seja, encontrar um método próprio de análise conjugada que lhe proporcionasse além de um retrato imediato da sociedade, também uma visão histórica de seu desenvolvimento social. Este tipo de interpretação é que estruturou Formação Econômica do Brasil.

Para ele, o “casamento” entre história e ciências sociais lhe propiciou tal quadro. Para analisarmos o hodierno em uma sociedade, dizia que é preciso levar em conta seus desdobramentos históricos. Faz-se necessário descrever suas relações de poder, de ocupação do espaço, de intercâmbio externo, sua estrutura produtiva, níveis de produtividade e consumo, etc.. Cada período no qual se detectasse alterações profundas nestes terrenos em determinada região estudada, teríamos como caracterizar uma “mudança de ciclo”. A

“civilização do açúcar no Nordeste brasileiro” – ele aponta como um exemplo típico de um ciclo econômico marcante que gerou todo um contexto cultural decisivo para a formação brasileira, tanto no que se refere à construção de sua identidade individual e coletiva quanto à sua estrutura social e política. Assinala que Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala* e depois, em *Sobrados e Mocambos*, teria descrito e exemplificado bem as alterações de comportamento que marcaram o apogeu e o declínio da civilização do açúcar no nordeste brasileiro e suas influências e desdobramentos para a formação da nossa sociedade.

É a partir da incorporação de análises antropológicas culturalistas do tipo de Freyre, neste caso destacando a relevância dada ao aspecto cultural e seus reflexos comportamentais para sua análise estrutural, que Furtado destaca que a economia e as ciências sociais se entrelaçam e se influenciam mutuamente.<sup>5</sup> De início, nos conta, acreditava que a partir do desencadeamento de um novo modo de produção todo um universo de relações e intercâmbios humanos se dava, gerando novas ordenações sociais mediadas pelo crivo da cultura. Ao longo do tempo e das observações empíricas, entretanto, Furtado afirma que percebeu que as mudanças sociais e culturais em estruturas de dominação consolidadas podem ser mais difíceis do que a primeira vista se supunha, ainda mais quando se quer ordená-las pelas ações humanas. De tal forma, que passou a enfatizar a importância do campo político em suas análises e, logo no início dos anos de 1960, produz uma série de textos na tentativa de agregar segmentos intelectuais e forças políticas ao seu projeto de desenvolvimento, enfatizando os valores democráticos e a renovação das instituições nacionais sob estes princípios.

Nos seus estudos políticos Furtado evidencia que a desigualdade é a característica fundamental do subdesenvolvimento e ela se reflete em toda a estrutura social. Os próprios processos de mudanças político-sociais, ou seja, de rodízio de poder entre os setores dominantes é pautado pela discriminação social. Acredito que para ele e os isebianos a

concretização da nação era primordial naqueles tempos para a afirmação dos conceitos de cidadania no país. Esta é uma condição que acarretaria certa homogeneidade social e disseminaria uma perspectiva igualitária entre todos os brasileiros, minimizando os efeitos sócio-culturais das heranças colonialistas baseadas na segmentação social. Este movimento se daria associado à consolidação da identidade nacional. Por isso todo o investimento dos isebianos numa “revolução cultural” no país a partir dos movimentos populares.

Furtado se empolgava com a possibilidade de que a mudança no modo de produção do país, no caso com a industrialização e a urbanização, se constituísse uma oportunidade, um momento ideal para a assimilação de novas práticas sob um novo padrão cultural, cuja ética se fundamente em valores democráticos e republicanos. Daí sua atuação inflamada na acirrada disputa político-ideológica da última metade dos anos de 1950 em defesa da industrialização e, no pré-1964, na defesa de reformas que democratizassem a estrutura social brasileira.

\*

Em *A Pré-Revolução Brasileira*, cujo intuito principal era chamar a atenção para os graves problemas políticos e institucionais pelos quais atravessava o país, Furtado tanto tentava demonstrar sua preocupação com o crescimento do marxismo-leninismo entre a juventude como esclarecer para a direita as reais intenções nacionalistas-desenvolvimentistas em relação à função do Estado e a questão das liberdades. Penso que com isso ele já vislumbrava uma tentativa de organização programática mais coesa, mesmo que sob questões pontuais das forças políticas ditas “progressistas”. Desse momento em diante extrapola suas funções na SUDENE e entra de vez no debate político que tinha nas “reformas de base” seu ponto nevrálgico, ampliando as discussões públicas do campo econômico ao político-ideológico.

---

<sup>5</sup> É nesse sentido que Furtado trata cultura como uma categoria sociológica ampla.

Furtado defendia que tanto a esquerda marxista-leninista como a direita conservadora tinham uma “visão vesga” da realidade e procuravam se aproveitar da crise para poderem difundir seus ideais autoritários. Dizia que a ebulição social que se alastrava pelo país era natural, pois se tratava da incorporação da população mais pobre ao processo político e do natural conflito de classes em uma sociedade democrática moderna. Estas camadas sociais, agora, com o sistema democrático vigente, podiam se organizar e se fazerem ouvir, assim, reclamavam da situação social e econômica em que se encontravam e, legitimamente, pressionavam governos e patrões. Essas manifestações como greves e reivindicações seriam naturais, não deviam ser manipuladas ou gerar alarmismo elas indicavam um caminho natural e desejável de democratização da sociedade. Além do mais, as pressões se deviam, principalmente, às distorções do processo de desenvolvimento que chegava ao início da década de 1960 sem a perspectiva de universalizar seus benefícios. Em suas memórias Furtado comenta sobre a atividade dos movimentos sociais, principalmente no campo e as reações radicais que provocavam tanto à direita como à esquerda que o teriam convencido a publicar *A Pré Revolução Brasileira*:

*“As duas leituras eram vesgas, pois o que estava ocorrendo era a incorporação ao processo político de importante segmento da população ainda vitimada pelas seqüelas do escravismo. Ora, essas leituras distorcidas da realidade induziam a comportamentos irracionais, cujas graves conseqüências não era difícil apreender. Com anterioridade eu percebera o risco desses desvios e procurava intervir no debate com um ensaio cujo objetivo era contribuir para desarticular a sinistra engrenagem que estava se conduzindo a uma alienação crescente nos dois lados da contenda, todos limitando-se a dizer o que queriam ouvir e a só ouvir o que eles mesmos diziam.” (Furtado, 1989;136)*

Seu objetivo com a publicação de *a Pré-Revolução Brasileira* foi uma tentativa de desmistificar o discurso dos dois lados. Ou seja, uma tentativa de racionalizar a discussão política incorporando dados econômicos e sociais consistentes para sustentar e dar maior coerência ao discurso desenvolvimentista, enfatizando um projeto de Estado, mas democrático e de viés de “centro-esquerda”. Tentava mostrar às esquerdas marxistas brasileiras que existia uma contradição entre os objetivos que estas desejavam alcançar e os

meios que estas se dispunham a utilizar para tais fins. Pois via na ação destas a intenção de se utilizar das massas da mesma forma que faziam as lideranças populistas, para através da radicalização política e da confrontação, obter o equilíbrio no jogo político ou até mesmo empreender uma tentativa revolucionária.

*“Tivéssemos de aceitar como real esta alternativa e estaríamos diante de um impasse fundamental, decorrente de uma contradição entre objetivos últimos, isto é, as metas que orientam o nosso esforço de construção social, (...). pois não se trata apenas do sacrifício de pessoas, mas também de valores e não podemos estar seguros de que os valores, destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã, a menos que aceitássemos uma teoria linear, segundo a qual cada grau de desenvolvimento material da sociedade corresponde necessariamente outro de desenvolvimento dos demais valores” (A pré-revolução brasileira; pág. 23)*

Por outro lado, a direita procurava se utilizar de forma alarmista deste crescimento do marxismo entre a juventude escolarizada e politizada. Furtado, entretanto, tinha uma explicação simples para o fato:

*“A consciência de que somos responsáveis pelo que aí está cria um estado de intranqüilidade que somente pode ser superado pela ação. Daí a busca de uma filosofia da ação, e o marxismo é uma delas, em qualquer de suas variantes.” (Furtado, 1989;137)*

Para Furtado, o despertar desta consciência e a mobilização da juventude sob uma perspectiva transformadora eram fatos positivos, pois demonstrariam um estágio superior de desenvolvimento social e, conseqüentemente, humano que deveria ser observada no sentido de um reconhecimento de que a plenitude dos indivíduos em sociedade somente pode ser alcançada através da orientação racional tanto de seus recursos quanto da democratização das suas relações sociais. E esta orientação racional se opunha a alienação imposta tanto pelo capital quanto pela situação periférica de fundo colonial.

O despertar de uma “consciência coletiva” dos problemas nacionais de que nos fala Furtado resumidamente se manifestaria na ânsia de mudança por parte dos mais jovens e politizados devido a algumas conclusões gerais a que chegou sobre o momento que vivia o país:

*“a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está funda o bem-estar de uma classe que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria de parte da população;*

*b) o reconhecimento de que a ordem social é histórica, portanto, mutável, e  
c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam  
no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.”*  
(Furtado, 1989;137)

Furtado pensava as mudanças sociais, em sociedades sob o sistema capitalista moderno, preferencialmente, a partir de alterações nos processos produtivos, decorrentes de inovações tecnológicas. Nesse sentido, diagnosticava em *Dialética do Desenvolvimento* (1964, 25), no capítulo sobre desenvolvimento econômico e mudança cultural:

*“E como estas transformações se traduzem em aumento na oferta de bens e serviços à disposição da coletividade e determinam a liberação de mão-de-obra de uns setores e sua absorção em outros, é de se esperar que tenham repercussões em toda a estrutura social.”*

Tais alterações estimulariam as condições para outras mudanças de caráter estrutural, desde que conduzidas sob ideal democrático. Baseado em Engels, Furtado afirmava que os regimes democráticos modernos apareceram como consequência da disputa de classes. As rápidas transformações engendradas pelas inovações tecnológicas nos meios produtivos inicialmente pareceram às sociedades de capitalismo desenvolvido como politicamente desestabilizadoras, devido às mudanças estruturais que provocavam. Entretanto estas sociedades teriam sabido se adaptar, flexibilizando seus marcos institucionais de forma a permitir e a regular os conflitos inerentes ao processo de transformação social.

O desenvolvimento teria se dado com vigor nestas sociedades a partir do momento em que seu aparato institucional se dotasse de condições que permitiram “assimilar” estes conflitos com um mínimo de instabilidade político-jurídica. No mais, inclusive no que se refere à profissionalização e importância da própria organização do Estado moderno, da sua estrutura burocrática, também adviria deste processo que, historicamente, vinha promovendo uma progressiva inclusão social. Esta visão demonstra como Furtado tratava dialeticamente as mudanças sociais nos países centrais e o próprio processo de desenvolvimento. Estrutura econômica e superestrutura estariam todo o tempo em interação sob a estrutura social que responderia a esta ação sob a forma de uma necessidade constante de mudanças. Numa

aproximação vulgar diria que este dinamismo dialético proposto por ele se aproxima daquele ao estilo das relações yin e yang da filosofia chinesa.

O processo de desenvolvimento só se acelera na medida em que economia e política se encontram sob um processo democrático que permita uma rápida flexibilização de seus marcos institucionais, de modo que responda aos anseios das forças políticas organizadas sem que essa disputa comprometa a estabilidade do sistema – que é a sociedade nacional. Grosso modo estas forças políticas teriam dois atores principais, representados pelas classes antagônicas do capitalismo: proprietários e trabalhadores, mas se apresentaria dividida por inúmeras camadas e setores de diversos matizes. Sobre o processo de desenvolvimento político e econômico das principais sociedades capitalistas européias, Furtado nos diz:

*“Sem essa flexibilidade das instituições políticas, as lutas de classes não poderiam ter desempenhado o papel de instrumento propulsor do desenvolvimento das forças produtivas que lhes coube, nem o capitalismo teria alcançado o impulso que conheceu.”*

Sobre os benefícios da luta de classes conclui:

*“Os regimes democráticos modernos são o resultado da ação convergente dessas duas forças”. (CF, 1964; 39).*

Ele criticava acidamente todas as formas de organização política de caráter autoritário, inclusive aquelas que visavam eliminar totalmente os conflitos de classe mantendo o capitalismo, como é o caso do fascismo. Furtado as explica como um tremendo engano da direita, pois tal tentativa além de negar o liberalismo eliminaria a dinâmica do capitalismo, destruindo-o na sua essência.

Ainda tentando demonstrar que o desenvolvimento de forma plena e do capitalismo industrial moderno de base tecnológica só se daria em sociedades livres e democráticas a partir de um mercado interno forte, Furtado associa o conflito de classes e as manifestações e pressões sociais ao normal e ao desejável política e socialmente, pois faziam parte do processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas e da divisão da renda, afirmava:

*“O regime democrático é exatamente aquele que permite o pleno desenvolvimento dessas tendências divergentes e abre o caminho para a superação dos conflitos delas resultantes. Nas palavras de um conhecido sociólogo americano (S. M. Lipset), “uma*



*democracia estável exige a manifestações de conflitos e desuniões, de forma que possa haver luta pelas posições de mando, desafio aos que estão no poder e mudança daqueles que exercem o poder”*” (CF, 1964; 42)

Sobre o aparato técnico burocrático, Furtado reitera que o Estado deve ter como uma de suas características essenciais a ação visando eliminar privilégios de grupos que tendem a nele crescer e conservar seu poder, obstruindo assim, o desenvolvimento das forças produtivas. Assinala ainda que o Estado deve ser dinâmico, aberto à participação de todos os grupos e camadas da população que atuam visando melhorar sua participação na renda, seja via mercado ou pressão política.

Vemos aqui, nestas passagens de textos escritos em 1963, que Furtado está extremamente preocupado com a preservação das instituições democráticas, pois sua perspectiva teórica igualitária é sempre mediada pela democracia social. Por isso teoriza visando demonstrar a necessidade da preservação da legalidade naquele momento tão convulsivo pelo qual passava a sociedade brasileira. Tenta de todas as formas demonstrar que a estabilidade institucional, jurídica, política e econômica caminham juntas ao desenvolvimento dinâmico do capitalismo moderno, sendo assim, prossegue:

*“O marco institucional deve, portanto, ser suficientemente flexível e ter aptidão necessária para reformar-se toda vez que a pressão gerada pelos conflitos alcance aquele ponto em que a convivência social se torna inviável. O impulso que induz a esse permanente reformar-se é o consenso geral de que existe um interesse social por cima de grupos e classes, e a diretriz desse interesse social está dada pelo desenvolvimento das forças produtivas.”* (CF, 1964; 43).

Penso que neste trecho Furtado queira demonstrar que, quando os conflitos sociais tomam proporções passíveis de inviabilizar o progresso, engessando as instituições, deve pairar acima dos interesses particulares o “interesse social”. A nação é vista como instância última onde pode se manifestar o “interesse social” que se associa assim, ao “interesse nacional” como fator aglutinador sobre o qual os interesses individuais e de classe deveriam convergir de forma republicana. Para que isto se realize Furtado conclama os setores modernos e dinâmicos para a aceleração da implantação das reformas que seriam de

“interesse nacional”. Entretanto, os setores conservadores ou “atrasados” estariam empenhados em impedir ou retardar estas transformações e estes setores condensavam sua força política no Congresso. Por isso Furtado apontava para a importância das eleições legislativas para as forças progressistas.

Impulsionado por um humanismo de inspiração neo-iluminista, Furtado fundamenta suas conclusões na razão. Acreditando na força esclarecedora e por que não dizer coercitiva das luzes, ele chega a elaborar todo um aparato teórico-metodológico de análise do processo de desenvolvimento das sociedades sob o capitalismo moderno, com ênfase na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, conforme publicação homônima, um dos seus clássicos.

Apostando na relação dialética dos fenômenos sociais, Furtado não submete o plano político ao econômico, há sim um caminhar juntos, como demonstra neste trecho:

*“Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que as duas aspirações supremas do homem moderno no plano político – as liberdades cívicas que abrigam o cidadão contra toda a forma de poder arbitrário, e o Governo representativo de base popular que afiança aquelas liberdades e abre caminho às conquistas sociais traduzem um processo histórico que transcende ao capitalismo.”* (CF, 1964; 72).

E completa:

*“Mesmo nas condições históricas mais favoráveis, entretanto, o regime capitalista não conduz necessariamente à consecução do desenvolvimento econômico conjugado com uma democratização progressiva das bases do poder político.”* (CF, 1964; 72).

Furtado repetirá que nas sociedades democrático-capitalistas a causa do progresso das liberdades está associada à crescente estabilidade institucional delas e esta busca da estabilidade sócio-institucional é possível pela compreensão do processo por parte de seus principais atores que, no capitalismo industrial, são as classes antagônicas. Esta estabilidade, então, é do interesse tanto da classe proprietária dos bens de produção – que tem amplos interesses estabelecidos a defender e, portanto, deve ser a garantidora natural da estabilidade – quanto da classe trabalhadora que almeja aumentar progressivamente sua participação na renda e nos benefícios sociais, através dos mecanismos de pressão política. Aqui ele levanta

princípios para um “pacto de tolerância”, levando os conflitos de classe para o âmbito da disputa política organizada institucionalmente e tratado como interesse de todos, ou nacional.

Será este modelo dinâmico dado pelo conflito, mas também, por interesses convergentes de forças aparentemente antagônicas que responderá, por um lado, pelas conquistas sociais, cívicas e políticas e, por outro, pelo lado da produção e do consumo, pelo desenvolvimento do mercado e do capital internos. Tal movimento teria se dado lentamente nas economias centrais, a partir da última metade do século XIX e durante o século XX.

Resumindo:

*“As modernas democracias capitalistas são o coroamento da evolução das forças que vimos de delinear. Nelas os centros de decisão mais significativos estão nas mãos da classe capitalista, detentora dos bens de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende em última instância das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras, cuja participação nas decisões políticas é principalmente indireta.”* (CF, 1964;65).

Como é a estabilidade (com flexibilidade) institucional que garante a continuidade e o equilíbrio deste processo, Furtado dirá que nas sociedades comunistas também existirá estabilidade, mas sob rigidez excessiva, inflexível aos processos de mudança, citando Weber, exemplifica que *“uma burocratização integral cria relações de domínio praticamente inquebrantável”* (CF, 1964; 46). Assim, a liberdade política que permite a flexibilidade institucional e alarga a margem das disputas organizadas entre as classes também atua como elemento dinâmico do desenvolvimento destas sociedades.<sup>6</sup> Como liberdade e dinamismo social são para Furtado condições de crescimento e de progresso humano, um modelo rígido que não permita livremente as manifestações dos interesses dos diversos segmentos sociais já é descartada por ele de antemão. Mesmo que ele ainda teça algumas considerações comparativas entre os sistemas democráticos ocidentais e os socialistas, como o soviético,

---

<sup>6</sup>Em publicação de 1977 (Brasil tempos modernos), em plena ditadura, Furtado volta a fazer um comentário sobre o problema da rigidez (em contraponto a flexibilidade das sociedades democráticas) social provocada quando estamentos burocráticos monopolizam o sistema de poder, assumindo atividade política autônoma. (pág. 20) Quando este segmento burocrático é operado pela lógica da hierarquia e da ordem, pior ainda. Para piorar Furtado aponta que devido às condições históricas os militares passaram a operar politicamente no Brasil de simples instrumentos de coação das classes médias ( até os anos de 1950) à uma organização que funcionava

serve apenas para que explicita todo seu temor quanto aos perigos do excessivo crescimento do poderes administrativos e burocráticos do Estado (1964; 74).

O objetivo maior é contribuir para a geração de condições econômicas e sociais semelhantes as que existiam nas economias européias centrais, nas sociedades subdesenvolvidas – com enfoque no Brasil – e Furtado defende que estas condições estão diretamente relacionadas à estabilidade político-institucional. Daí sua preocupação com o processo político e a forte crítica contra os movimentos revolucionários (que neste caso passam a ser “reacionários”) que insuflam a ruptura, tanto para a direita quanto para a esquerda. A fixação na estabilidade democrático-institucional faz com que apele à “consciência coletiva” ou ao “interesse social” que estariam num nível acima da racionalidade individual. Apela a sentimentos de pertencimento coletivos e patrióticos, instâncias que elevariam determinadas “urgências” acima dos conflitos e interesses. Estes interesses também teriam fundamento na disputa geopolítica que marcou as potências européias. A visão de que só uma nação forte economicamente sobreviveria às disputas continentais, e isto passava por um projeto nacional de desenvolvimento sustentado, teria estimulado as classes dirigentes européias a ceder espaço às conquistas dos trabalhadores.

*“Como o desenvolvimento moderno se realizou no marco do Estado-Nação, através da formação e defesa dos mercados nacionais, os interesses do desenvolvimento encontraram sua expressão política máxima no nacionalismo, única ideologia capaz de integrar em sua plenitude interesses antagônicos de classes”.* (CF, 1964;67)

Afirma, contudo, que as mudanças na “cultura não material” (conjunto de valores sociais ou culturais) normalmente se dão num processo mais lento que no âmbito dos processos produtivos. Este processo tende a se agravar nas sociedades subdesenvolvidas gerando situações de conflito, pois estas sociedades se caracterizariam pela desigualdade social e a rigidez dos seus marcos institucionais. A participação política democrática provoca um dinamismo social de tamanha grandeza, sob a forma de movimentos organizados, que

---

como verdadeiro partido político às vésperas de 1964. Soma-se a isto uma ideologia própria, movida por um

exige mudanças constantes na legislação e nas instituições nacionais - principalmente nas sociedades subdesenvolvidas - no sentido da universalização dos direitos e das conquistas sociais. Por outro lado, além das disputas naturais entre classes pela partilha do excedente social, também se instala um conflito entre padrões culturais superados e os contemporâneos. Os padrões culturais atrasados se manifestam nos setores conservadores que tendem a obstruir o desenvolvimento na medida em que se apegam ao *status quo* na defesa dos seus interesses e privilégios. Por isso a urgência do planejamento para aumentar a racionalidade do processo e demarcar as mudanças a serem feitas no marco institucional destas sociedades.

\*

Um dos exemplos dos graves problemas citados por Furtado como gerados pela penetração de novos processos produtivos em sociedades tradicionais é o caso do excedente de mão-de-obra. Quando o processo de transformação produtiva não é seguido por mudanças institucionais que acelerem as mudanças sociais cria-se um fator de grande instabilidade que é gerado por uma lenta e contínua liberação do excedente de mão-de-obra por parte do setor de subsistência. Entre outras conseqüências danosas ao processo, este fenômeno contribuiria para a manutenção de baixos níveis salariais no setor moderno, baixa produtividade, baixo nível de demanda e baixos níveis de organização e reivindicação entre os trabalhadores.

*“Nas atuais economias subdesenvolvidas... A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por uma lado, em uma distribuição extremamente desigual de renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa.”* (CF, 1964;30).

Assinala que nas sociedades subdesenvolvidas a apropriação dos excedentes pelos grupos dirigentes encontraria fraca resistência nas classes trabalhadoras, cuja consciência de classe se definiria muito lentamente devido à sua condição precária, engendrada por um desemprego e um subemprego estrutural. Daí também, a maior importância relativa dos

intelectuais nestas sociedades, como esclarecedores das reais condições do processo de desenvolvimento nacional e da necessidade de se buscar mecanismos que acelerem o fim do dualismo. Pelo lado da política, a saída seria por uma ação decisiva por parte das forças progressistas e populares no sentido da universalização dos benefícios do desenvolvimento. Entretanto, esta não era uma questão de fácil tratamento, pois, se colocava, por exemplo, francamente contrária ao modelo populista trabalhista de inserção seletiva e segmentada aos benefícios sociais, cuja lógica não se libertara das práticas patrimonialistas.

Segundo Furtado, a principal característica de uma sociedade subdesenvolvida é a ocorrência do dualismo estrutural. O dualismo é gerador de desequilíbrios, tornando-a econômica e politicamente instável. Neste sentido o elevado excedente de mão-de-obra atua como fator de desequilíbrio na luta de classes, proporcionando ao capitalista uma acumulação excessiva, sob elevadas taxas de lucro. Este desequilíbrio na disputa de classes seria um dos responsáveis pelo baixo índice de dinamismo - segundo o modelo dialético furtadiano - apresentado por estas economias.

A falta de equilíbrio na disputa de classes proporcionaria uma “acomodação” das elites dirigentes quanto à resolução dos problemas estruturais e aos entraves ao crescimento, contribuindo para a tendência à estagnação que estas economias apresentam. Por isso ação dos intelectuais é tão importante para o dinamismo do sistema e tem que se colocar ao lado das classes mais prejudicadas.

Para sustentar tal análise, Furtado vê a classe dirigente nas economias latinas em estágio de subdesenvolvimento complexo constituídas grosso modo de três grandes grupos fundamentais: os *latifundiários*, os *ligados ao comércio exterior* e o *capitalista industrial*. O primeiro grupo apresentaria como característica fundamental o horror a qualquer mudança no *status quo*. O segundo grupo se apoiaria na máquina do Estado para garantir seus privilégios. O terceiro seria protecionista e estatizante, sempre procurando benefícios do Estado. Estes grupos atuariam de forma politicamente conservadora no sentido de obstruir as reformas e o

desenvolvimento social dos países latino-americanos. Por esta análise de 1963 vemos que Furtado já não esperava dos empresários industriais brasileiros uma ação incisiva por mudanças na estrutura social do país. Para ele, todos estes grupos agiriam sobre a lógica e práticas pautadas pelo dualismo.

O primeiro grupo, devido à capacidade eleitoral de suas bases rurais seria o que controlaria a maior parte do poder político, exercendo uma força depressiva sobre o processo de desenvolvimento. O segundo grupo pela defesa do livre-cambismo e outras facilidades também exerceria força semelhante. De forma que nas estruturas subdesenvolvidas é extraordinária a importância do controle da máquina Estatal. E estes três setores travariam um luta permanente gerada por interesses antagônicos e incapazes de formular um projeto nacional. Daí a importância da consciência e da organização política dos segmentos populares, os mais prejudicados no processo. (CF,1964; 82).

Procurando fundamentar a importância da participação política das classes trabalhadoras, Furtado as distingue entre três condições gerais: primeiro, uma grande massa de assalariados urbanos do setor terciário que se comportaria mais como estrato social do que classe propriamente dita, pois sofria mais com o subemprego causado pela incessante imigração rural. Logo após viria a pequena classe dos trabalhadores industriais. Por último a grande massa camponesa de esmagadora maioria ligada ao setor de subsistência.

Então, a importância do controle do poder político via organizações ligadas organicamente aos setores populares se torna fundamental para o equilíbrio do sistema. A conscientização e a educação das massas se põem como fator determinante para a consolidação do processo de desenvolvimento para que, dessa forma, se organizem na defesa de seus interesses, se contrapondo como ator capaz de influenciar nas escolhas políticas. Entretanto faz uma ressalva sobre as sociedades subdesenvolvidas.

*“Em razão da ausência de autênticas lutas de classes, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista, o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores tende a ser extremamente lento. Ora, é através desse processo de tomada de*

*consciência de classe que se forma a ideologia própria da classe trabalhadora...*” (CF, 1964; 82)

Condições estruturais estavam impedindo este processo se realizasse no Brasil e um dos reflexos destas condições no campo político era o populismo. Furtado chama atenção para ideologias desviantes como o populismo. O populismo não corresponderia aos anseios universalistas propostos pelo modelo de desenvolvimento furtadiano já que utilizava as camadas mais pobres como massa de manobra e atuava de forma a distorcer a repartição da renda, privilegiando certos segmentos em detrimento de outros. Em última instância, desorientaria os trabalhadores, pois não investiria na formação de uma consciência crítica, incapacitando-os de distinguir seus reais interesses uma vez que se incentiva a cooptação, fundamentada em valores tradicionais e individualistas de inserção social em detrimento das opções e dos valores universalizantes de inclusão.

O modo populista de organização atuaria ainda como fator de desequilíbrio do sistema político, favorecendo àqueles adeptos dos “golpes de mão”, quer dizer, aqueles afeitos aos ideais não democráticos. Fazia-se então necessário contribuir para a superação do populismo incentivando movimentos dentro das classes assalariadas visando a educação e a autodeterminação política destas. Incentivar também a inclusão e a plena atividade política da camada de analfabetos impedidos de votar.

Para finalizar esta questão Furtado advoga que:

*“O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos – isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade democrática pluralista – consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação do poder.”* (CF, 1964; 85)

E conclui:

*“Essa ampliação das bases políticas é essencial para que o seu rumo definitivo, com o custo mínimo para a coletividade, o processo de transformações sociais que já está em curso de realização. Não há nenhuma dúvida de que para nós se abriu uma época de revolução social. Resta saber se este processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de*



*atividade prática crítica, ou como a tragédia de um povo que não encontrou o seu destino.*” (CF, 1964, 86).<sup>7</sup>

Ainda preocupado com o modelo patrimonial e concentrador de renda persistente no Brasil, Furtado se vale da análise histórico estrutural para discutir a participação das elites na formação – em boa parte desviante do seu papel republicano – da burocracia e do Estado nacional. Realça a falta de perspectiva de um projeto nacional e da existência de uma “ocupação espontânea” dos postos públicos de maior relevância por segmentos das elites e das classes médias, desde cedo, ligados apenas a uma possibilidade de ganhos mais efetiva. Ele quer ressaltar aqui os valores sob os quais se dá, num período formador tão importante para o país, a criação de quadros na burocracia do Estado brasileiro.

No capítulo três de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, de 1966, o autor ainda procura relacionar alguns dos fatores sociológicos estruturais internos às sociedades latinas e, especificamente a brasileira, impeditivos do desenvolvimento. Diz que é preciso uma análise detida, pois, estas forças aparentemente são ligadas às peculiaridades de cada estrutura sócio-econômica e apresentam condicionantes institucionais, mas, que sem o entendimento dos quais o saber econômico fica delimitado.

Apesar de destacar inicialmente algumas características genéricas da colonização hispânica e portuguesa, Furtado aponta algumas similaridades do caso brasileiro e o latino-americano em geral. No sentido de destacar segmentos situados no topo da estrutura de poder, demonstra que ainda no período colonial foi comum a formação de uma forte burocracia associada aos núcleos urbanos. Esta burocracia muitas vezes se associava ou se misturava à camada ligada ao comércio exterior e se colocava em oposição de interesses ao segmento rural ligado ao abastecimento interno.

Daí teria surgido uma dicotomia secular entre “liberais” e “conservadores”. O segmento “liberal” teria se constituído como um dos elementos essenciais das estruturas

---

<sup>7</sup> Infelizmente, como a história nos mostra, parece que se deu a tragédia, pois, o que prevaleceu foi um modelo de desenvolvimento excludente que manteve a dualidade estrutural incentivando a modernização e o

urbanas, associado à burocracia e teriam se aperfeiçoado na obtenção de “prebendas” junto ao poder metropolitano e, mais tarde, como criadores eles próprios, de vantagens e benesses para si.

*“...a estrutura político-burocrática possuía um forte ascendente dentro da sociedade, razão pela qual o seu controle era arduamente disputado pelas facções da classe dirigente. Com o tempo, o próprio desenvolvimento da estrutura burocrática daria origem a um novo segmento social de classe média o qual, em razão da penetração que possui dentro do aparelho do estado, veio a transformar-se em elemento essencial constitutivo do sistema de poder.” (1966, Pag. 54)*

Furtado vai associar, contudo, o grande crescimento da economia latina a partir da última metade do século XIX a este segmento “liberal”. Diz que, genericamente, cabia a eles a dupla função de descobrir novas linhas de comércio e de atuar sobre o interior para induzir a produção daquilo que tinha viabilidade de exportação. Os chamou ainda de “*os schumpeterianos do desenvolvimento*”, neste aspecto destacando o lado positivo de suas atuações para o crescimento da economia nacional. Acrescenta que, desde cedo, o aparelho burocrático do Estado assume, nos países latinos, certa autonomia. Isto sob a influência dos “liberais”, aos quais se incorporavam muitos dos elementos mais dinâmicos do setor agrário.

*“O Estado desempenhou um importante papel na fase de transição da sociedade semi-isolada de características feudais para uma crescente integração com a economia capitalista europeia em rápida expansão. Um exemplo típico dessa ação estatal foi o financiamento pelo governo brasileiro da grande imigração europeia que tornou possível o desenvolvimento da cultura do café no último quartel do século passado. (1966, pag. 55) <sup>8</sup>*

Preocupado com a concentração de poder e renda, Furtado aponta que, se fizermos uma leitura levando em conta o aspecto da renda, no período de grande expansão da economia agro-exportadora, a partir da segunda metade do século XIX, houve uma grande concentração por parte deste setor urbano que intermediava o comércio exterior<sup>9</sup>. Isto em

---

crescimento econômico sob o pressuposto da desigualdade social. E seus reflexos sentimos hoje, principalmente nos grandes conglomerados urbanos.

<sup>8</sup> Citando ainda a economia do café a implantação do transporte ferroviário naquela região também pode ser tomada como um grande exemplo da atuação conjunta desses grupos.

<sup>9</sup> Este é um aspecto interessante porque Furtado credita a este setor uma parcela significativa do avanço do processo de urbanização que se dá no Brasil a partir do último quarto do século XIX. Este setor, enriquecendo, demandou uma necessidade de bens e serviços que contribuiu muito para a diversificação do incipiente setor de serviços, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

detrimento dos fazendeiros ligados ao abastecimento interno. Apesar da elevação da produtividade do trabalho e da remuneração média do trabalhador há uma redução da participação do trabalho na renda global gerada pela agricultura. Mesmo entre os trabalhadores rurais, há um deslocamento maior da renda para aqueles do setor exportador. Furtado faz este rápido preâmbulo histórico para tentar demonstrar que a forma como se deu o crescimento econômico na maioria dos países latinos, liderado por grupos associados à produção e ao comércio exterior, com forte penetração nos aparelhos dos Estados, foi marcado por um crescente padrão de concentração de renda.

*“Sem pretender tirar conclusões de caráter geral da análise apresentada, diremos que o desenvolvimento como um processo espontâneo, isto é, como decorrência da atuação de certos grupos sociais empenhados em maximizar os seus benefícios materiais e sua influência sob os demais grupos componentes de uma comunidade nacional, ocorreu na América Latina a partir da segunda metade do século passado sem exigir ou provocar mudanças fundamentais na estrutura social.”* (1966, pag. 87)

Uma análise mais detalhada deste processo, no Brasil, em relação ao poder político e as ideologias expressas por classes e segmentos sociais Furtado apresentou em 1977, *em Brasil, tempos modernos*. Ainda se referindo aos grupos urbanos ligados ao comércio exterior, dirá que no último quartel do século XIX eles já foram os responsáveis pela operacionalização de dois processos chaves para o crescimento da economia brasileira: as estradas de ferro do café e o fomento da imigração externa.

Furtado diz que enquanto parte da elite agrária se amofinava pelo interior ou longe do centro do poder, este grupo substituíam os antigos *reinós* na atividade cosmopolita dos negócios de exportação e importação. Ao mesmo tempo assumiram posição relevante em órgão chaves do Estado. Com a descentralização federativa na república oligárquica eles se adaptam e aumentam seu poder, associados à elite cafeeira, no controle do Estado. Furtado destaca também que estes segmentos passam espelhar a sua condição empreendedora, passando uma imagem de classe progressista, voltada para a modernização do país (um processo de modernização conservadora nos aspectos sociais).

Ao mesmo tempo, o país também vê crescer e se fortalecer, tanto economicamente e organizacionalmente quanto na assimilação de técnicas modernas de conhecimento, outro segmento da burocracia nacional extremamente forte, que assumirá “proporções estamentais” ao longo da história. Este segmento, rapidamente assumirá uma participação ativa na vida política do país: os militares. Furtado faz toda uma análise da geopolítica latino-americana para explicar o fortalecimento deste setor da burocracia nacional, entretanto, vou me limitar a algumas passagens nas quais ele destaca a crescente participação dos militares nos orçamentos federais na república oligárquica:

*“Para o Brasil, a época das tensões com países vizinhos passaria, uma vez arbitrado de forma definitiva, em 1902, o litígio com a Argentina. Mas a hipertrofia do aparelho militar permaneceria. Com efeito, estabeleceu-se o princípio de que não menos de um quarto dos recursos orçamentários do Governo central seriam destinados às corporações militares.”* E ainda : *“Assim, crescendo a participação do Governo central no produto nacional de 4 a 25 por cento, os militares puderam elevar a sua conta de 1 para 6,5 por cento do produto total da coletividade...”* (1977, pág. 6)

A modernização das forças armadas foi complexa, a partir da missão francesa foram instituídos diversos mecanismos de ensino, destinados a formação de quadros técnicos que facilitassem a apropriação real de tecnologias modernas. Isto criou um diferencial em relação às elites dirigentes tradicionais, normalmente formadas nas faculdades de direito, e os militares, eminentemente técnicos. É daí que Furtado pressente o nascedouro de um complexo de superioridade com os quais segmentos militares tratarão as elites políticas tradicionais.

Com a consolidação do processo de urbanização do país a partir da industrialização, que toma força com a primeira grande guerra, as classes médias urbanas fortalecidas, começam a disputar espaço político com o fechado clube das oligarquias agrárias e grupos comerciais. Disputa à qual se soma os incipientes movimentos operários. O rígido marco regulatório imposto pela oligarquia, impedindo às demais classe e setores sociais uma participação política mais consistente, inclusive sobre o aparelho do Estado, começa a desmoronar na década de 1920 e se finaliza em 1930, quando é feito um novo rearranjo

político procurando ceder espaços aos novos segmentos. Furtado destaca que o principal instrumento de pressão das classes médias desde o início deste processo foi instigar, sob pressupostos seus do ideário liberal, a insatisfação das forças armadas contra a política oligárquica.

*“As oligarquias coligadas, controlando os centros de decisão do aparelho estatal, fechavam as portas a toda evolução institucional. A classe média não ficava senão o recurso de apelar para métodos “não convencionais” de luta política. Em tais circunstâncias, as Forças Armadas foram trabalhadas pelos políticos de classe média e transformadas no principal instrumento de ataque das posições da oligarquia. As condições para a realização dessa aliança eram muito propícias, pois não somente os quadros de oficiais eram recrutados em sua grande maioria na classe média, mas estavam eles imbuídos da idéia de que constituíam a vanguarda modernizadora da sociedade, comungando assim, formalmente, com a mesma ideologia “progressista” da classe média liberal.” (1977; pág. 8)*

Furtado ressalta que este movimento de insuflação dos militares contra o *status quo* pelos políticos da classe média teve em Rui Barbosa seu exemplo paradigmático e cita vários artigos nos quais Barbosa faz esse “apelo”.<sup>10</sup> Furtado credita a este tipo de conduta dos políticos e da própria classe média a exacerbação da participação dos militares na vida política nacional. Mesmo que visando fins democráticos e liberais como expressos pelas lideranças de classe média, teve efeitos devastadores, entretanto, serão estes mesmos ideais liberais que levarão ao processo de abertura e a participação política das massas urbanas, através do alargamento da abrangência do direito ao voto. Este movimento, porém, assume proporções muito além do que os ideólogos liberais da classe média poderiam supor e sua consagração se dá na política populista. Sobre este processo Furtado comenta:

*“Frustrou-se, portanto, o projeto (da classe média) de criação de uma República Liberal, na qual os grupos de classe média representassem a frente progressista, compartilhando o poder com os grupos oligárquicos, mediante um sistema de representação qualificada que conservasse as massas urbanas sob uma tutela similar à que vinha prevalecendo com respeito às massas rurais. O atraso e o tumulto com que se realizou a revolução liberal deixou a porta aberta à passagem das massas urbanas, abrindo a era do populismo e criando sérios obstáculos ao funcionamento de uma democracia formal capaz de conciliar preservação dos interesses oligárquicos com as reivindicações liberais da classe média.*

---

<sup>10</sup> Este procedimento ultrapassa o período oligárquico e retoma sua força no pós-45, quando os principais adversários da classe média liberal passam a ser a política populista. Com toda força ressurgem os herdeiros de Rui Barbosa, destacando-se Afonso Arinos e Carlos Lacerda.

*Se observarmos o processo brasileiro de uma perspectiva ampla, o traço mais significativo do período que se inicia em 1930 é o esforço na busca de um compromisso entre a democracia formal (exigida pela classe média) e um controle suficientemente amplo do poder pela oligarquia de base latifundiária.”(1977; pág. 10).*

Furtado destaca que no pós-1930 as oligarquias de base latifundiária conseguiram manter dispositivos constitucionais que as possibilitaram manter a estabilidade tanto do seu domínio territorial quanto o controle das massas rurais. O que possivelmente os líderes políticos das classes médias queriam copiar, mas não conseguiram. Com isso, as oligarquias latifundiárias mantiveram o controle do legislativo, mesmo com a crescente presença dos representantes da população urbana de caráter reformista. Fato que não se repetia no executivo, onde as lideranças populistas ganharam um espaço relativo cada vez maior, principalmente no executivo federal, o que causava, segundo ele, grande instabilidade no sistema de poder, pois o Presidente da República geralmente era eleito sob grande expectativa reformista no sentido de uma maior abertura do Estado e da sociedade aos anseios populares.

Esta instabilidade se acentua no decorrer dos anos de 1950 e toma contornos drásticos nos anos iniciais de 1960, com o deslocamento evidente do eixo central da política brasileira. Com isso, cerceados em sua aspiração como condutor do processo político os grupos médios passam a se utilizar da ideologia liberal como justificativa para iniciativas conservadoras e antidemocráticas que privilegiaram a manutenção do *status quo*. Enquanto que as forças populares passaram a exigir, cada vez mais, reformas que as beneficiassem, no sentido da expansão e da universalização dos direitos sociais, na medida em que mais segmentos passavam atuar politicamente.

*“A República liberal, surgida do compromisso entre a oligarquia e os grupos de classe média, possuía um marco institucional muito mais flexível. A necessidade de dialogar com as massas punha em marcha um processo de politização destas, o que exigia dos líderes populistas um permanente esforço de superação e freqüentes incursões no terreno ideológico. Na medida em que os movimentos de massas iam ganhando autonomia, modificava-se o conteúdo e a forma do processo político, passando para o primeiro plano a problemática das reformas. A própria resistência que a oligarquia oferecia no parlamento, criava condições para que a politização e mobilização das massas se intensificassem. Dessa*

*forma, a pressão no sentido de modernização institucional se exercia pelos canais próprios da política. Estava, assim, aberta a porta ao reformismo institucional. Foi o temor de que essa porta se ampliasse demasiadamente rápido que levou o pânico à classe dirigente, a qual apelou as Forças Armadas a fim de que estas desempenhassem agora o papel de gendarme do status quo social, cuja preservação passava a exigir a eliminação da democracia formal. (1977, pág. 12)*

Furtado define a turbulência do período populista na seguinte síntese:

*“o processo político que havia sido aberto às classes médias era perturbado pela presença de massas não estruturadas que, sob lideranças improvisadas ou oportunistas passaram a arbitrar as eleições nas zonas urbanas. Desta forma, o “populismo” tanto pode ser interpretado como conseqüência do atraso com que se introduziu a democracia formal, atraso esse que impediu as classes médias de introduzirem metodicamente um sistema de controle político das massas urbanas, como pode ser explicado pela resistência com que a classe dirigente (grupos oligárquicos e de classe média) se opôs à organização das massas em torno de movimentos capazes de traduzir de forma autêntica os seus anseios.” (1977; pág. 11)*

A definição de Furtado do processo que leva ao fim do período democrático “populista” no Brasil enfatiza alguns pontos interessantes como a resistência das classes médias a ceder espaço político às classes baixas, dada por um lado pela sua incapacidade de formular um projeto político popular. Esta resistência as teriam levado a uma “aliança” com os setores mais conservadores, antigos detentores do poder, representados, grosso modo, pelos grupos oligárquicos e os grandes comerciantes (e aquela camada da burocracia associada a estes grupos). A tudo isso se aliou as Forças Armadas que com ideário próprio, organização efetiva e ação política programática foi rompendo com a antiga condição de simples instrumento coercitivo a serviço das classes médias. Devido as suas condições particulares de organização, tamanho (presença nacional), capacitação técnica e certa unidade ideológica as forças armadas passaram de garantidores dos ideais liberais das classes médias à protagonistas políticos com um projeto de nação próprio.

A tudo isso Furtado opõe a desorganização das forças populares que na falta da consolidação de uma opção programática e de um movimento que indicasse uma ação coordenada se perdeu entre lideranças carismáticas e oportunistas. É interessante destacar que esta análise de Celso Furtado é muito semelhante à de Guerreiro Ramos, detalhada na minha dissertação de mestrado. É impressionante a coincidência de pontos de vista comuns, além do

mais, Guerreiro descreve uma análise bastante detalhada sobre o ideário da classe média conservadora, mostrando os princípios que regiam seu comportamento aparentemente paradoxal, querendo ser liberal sem ser democrática, exigindo democracia como parte de um ideal modernizador, sem aceitar a perder espaço político para as camadas mais baixas.

\*

Volto à discussão do processo de modernização pela industrialização, presente na sua publicação de 1966 (*Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*), porque aqui Furtado continua a discussão sobre o modelo concentrador de renda que caracteriza o processo latino-americano. A concentração de renda é o principal reflexo de um modelo de modernização que não leva em conta a preocupação com a justiça social e que prevaleceu no pós-1964. Ele ressalta que o mesmo movimento concentrador de renda da oligarquia do café ainda persistia nas economias latino-americanas no período de industrialização conhecido por “substituição de importações”. No Brasil, entretanto, a persistência do setor pré-capitalista associado a um setor industrial que se caracteriza por absorção de tecnologia externa e alta concentração de renda poderia levar, em breve, a uma crise social sem precedentes.

Aponta que o Brasil e algumas economias latino-americanas dos anos de 1960 em processo de industrialização, encontravam-se sob um dilema parecido: como superar a etapa de substituição de importações (onde prevalecem as indústrias de bens de consumo primários, de baixo desenvolvimento tecnológico) e ingressar numa etapa superior do capitalismo industrial. Mas, este dilema dava-se sob condições completamente diferentes das que se deram nos países centrais e que caracterizaram seu desenvolvimento, dado dinamicamente pelo lado da demanda e com acelerado desenvolvimento tecnológico.

Como veremos mais adiante também em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado apontará, citando o exemplo inglês, que o processo de desenvolvimento industrial nos países centrais, na sua segunda fase, quando a oferta de mão-de-obra se estreita, proporciona um aumento substancial na massa de salários a partir da pressão política dos



trabalhadores. Este fenômeno, associando uma efetiva organização das classes trabalhadoras e uma necessidade de manutenção do crescimento econômico e fortalecimento da nação, teria acionado os mecanismos dinâmicos que estimularam o processo de desenvolvimento das potências européias.

*“Contrariamente a esse modelo, o marco institucional que prevalece na América Latina cria padrões de distribuição de renda responsáveis por formas de comportamento incompatíveis com a utilização mais racional dos recursos disponíveis, em função da maximização do produto global num horizonte de tempo definido. Existe um conflito entre interesses de grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo, sempre que se admita que esta última aspira a maximizar as possibilidades de bem-estar social. Como os referidos grupos econômicos ocupam todas as posições estratégicas de poder, não é de se admirar que os sinalizadores políticos se mostrem inadequados para registrar as tensões estruturais, e que os órgãos de decisão política careçam da necessária funcionalidade para promover oportunamente a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.”* (CF, 1966;88)

Entretanto, Furtado não condena os agentes econômicos diretamente pelo processo concentrador, pois é da natureza destes agentes visarem à maximização dos lucros. Dirá que são os fatores estruturais os responsáveis pelos problemas que inibem o processo de desenvolvimento latino, muitas vezes, devido à ausência de uma política racional de direcionamento dada por uma compreensão mais abrangente do processo de desenvolvimento. Então, repetindo, cabe aos responsáveis pela condução política *“promover oportunamente a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.”*

Como se vê, Furtado credita à política a responsabilidade da condução do processo de desenvolvimento que é um processo de modernização global, no sentido que abarca todos os campos da atividade humana. Ele já nos disse que o processo de desenvolvimento econômico no Brasil foi liderado por determinados segmentos de uma elite detentora dos meios de produção e comercialização voltados para o mercado externo que historicamente obteve forte ascendência sobre a máquina estatal. E que esse desenvolvimento se deu sem que houvesse uma modificação significativa na estrutura produtiva, particularmente no que se refere às relações de produção, ou seja, nas relações de poder que expressão os marcos institucionais de cada sociedade e regulam as relações de trabalho, produção e consumo.

Como vimos a pouco, quando Furtado analisou o processo de abertura e de nova concentração do poder no Brasil em 1964, as questões políticas se apóiam em condições distintas, mas grosso modo, acabam seguindo um movimento comum nos países latino-americanos. Neles, de economias dependentes e primário-exportadoras, a ação externa potencializa reflexos imediatos na economia e na organização social. Reflexos estes que são sentidos e digeridos imediatamente pelas classes política e economicamente dominantes que operam pela manutenção dos seus interesses mais imediatos. Interesses estes que estão ligados a continuidade dos privilégios adquiridos sustentados inclusive através do controle da máquina do Estado e da condição de maioria parlamentar nos Congressos. Como os modelos que as inspiram são copiados das sociedades centrais e apontam para soluções liberais de viés democrático, as classes dominantes latino-americanas se viram obrigadas, mesmo a contra gosto, a ceder espaço político.

No Brasil, entretanto, teria sido a falta da consolidação de um projeto nacional democrático politicamente abrangente e de crescimento econômico sustentado que, segundo Furtado, possibilitou os fundamentos para a ruptura democrática. As principais forças econômicas e políticas dominantes (pacto oligárquico-latifundiário, grupos comerciais cosmopolitas) não possuíam um projeto liberal de viés democrático, ou seja, que evidenciasse características próprias do liberalismo político. O projeto das classes médias tinha bases liberais, mas não convivia bem com as questões democráticas. A abertura democrática de 1945 provocou uma intensa participação popular na disputa política, mas o marco institucional permaneceu rígido, engessado, em relação às mudanças estruturais democratizantes exigidas, visando à promoção de justiça social. Esta rigidez provocou a intensificação da participação popular nas disputas políticas que acabaram favorecendo o aparecimento de líderes carismáticos e oportunistas, impedindo que as forças populares se concentrassem de forma organizada sob um projeto consistente de desenvolvimento de perspectiva democrática e igualitária. A disputa então se tornou acirrada pelo controle da

máquina estatal do executivo e do legislativo. Com isso, parte das classes médias, da burguesia nacional e as Forças Armadas, pressentindo a perda iminente do controle do processo se aliaram ao pacto oligárquico e aos grupos comerciais, rompendo com o ideário democrático e novamente reorganizando o espectro político nacional de forma autoritária.

No que tange a modernização da economia via industrialização, Furtado aponta que foi um processo que se deu de forma “espontânea”, de acordo com as oportunidades provocadas pelo mercado internacional e a condição de cada país de se adaptar a elas. Esta “espontaneidade” do processo de industrialização brasileiro é vista por ele no sentido de que ocorreu de maneira conjuntural, ou seja, que foi possibilitado por conjunções de condições peculiares internas e a partir de problemas na oferta externa.

De qualquer forma, a falta de uma visão abrangente e de um projeto consistente de viés liberal democrático por parte das elites políticas, foi o que teria permitido que o estamento militar assumisse o controle da política nacional. Para Furtado a ruptura democrática foi um “duro golpe” no processo de desenvolvimento nacional. Esta forma de análise furtadiana, responsabilizando tanto os atores quanto a estrutura, se repete quando ele prescreve que a manutenção da desigualdade dada pelo padrão de distribuição prevalecente no país, não seria uma “teoria conspiratória” ou uma opção planejada das elites econômicas e políticas. Ressaltava que não haveria um projeto comum neste sentido, o que havia era uma leitura deturpada da realidade por parte das elites<sup>11</sup>. A situação seria o resultado natural de um processo de desenvolvimento capitalista “espontâneo”, ou seja, sem uma orientação racional e uma valorização da nação.

Assim, segundo Furtado, o mercado liberal tende naturalmente a ser concentrador, cabe aos indivíduos (a sociedade) atuarem de forma a condicioná-lo a certos parâmetros humanísticos, orientados por padrões éticos dados pelo processo civilizatório moderno. Por

---

<sup>11</sup> Mais tarde, em *Brasil Tempos Modernos*, Furtado vai reconhecer a prevalência no pós-1964 do projeto de desenvolvimento autoritário imposto pelos militares. Neste sentido reconhece que os militares tinham um

isso a responsabilidade maior deve ser dada aos representantes das sociedades nacionais, aqueles que têm por dever zelar pelo bem-estar coletivo: os políticos e, num segundo plano, a burocracia. Furtado confere aos entes públicos condutores do processo político responsabilidades éticas e morais que devem ser cobradas civil e penalmente. São eles os responsáveis por apontar os caminhos que levem ao fim da sociedade dual. Neste sentido o subdesenvolvimento se contrapõe à consolidação da Nação e do Estado democrático no Brasil, pois, para Furtado, o subdesenvolvimento só é possível em sociedades que ainda não consolidaram seu processo nacional. Ou ainda, em sociedades divididas, nas quais existem segmentos sociais discriminados em detrimento de outros privilegiados. Estas sociedades não teriam universalizado o conceito e a condição de cidadão.

Levando em conta o espírito público e a participação política, vemos que para Furtado os intelectuais tinham um dever moral para com a sociedade, e suas responsabilidades cresciam na medida em que mais complexas e inevitáveis vinham se dando as transformações produtivas e as mudanças sociais. Os intelectuais, no ideário furtadiano, se punham como intérpretes avançados dos processos sociais e teriam responsabilidades quanto ao entendimento e a divulgação dos fatos e suas conseqüências, atuando junto aos cidadãos no seu processo individual de conscientização.

\*

Dois dos pontos do pensamento político em Furtado que não quero deixar de destacar se referem à subordinação da propriedade privada aos interesses sociais e a inalienabilidade das liberdades. Quando ao primeiro, no sentido de esclarecer, diz que devemos saber diferenciar o que é “fundamental” do que é apenas “operacional”. Como exemplo citou o caso da propriedade privada dos meios de produção, classificando-a como “simplesmente operacional” e como tal, passível de ser subordinada a critérios sociais. (*Furtado, 1989;137*)

---

projeto nacional de desenvolvimento, porém, não democrático, não liberal, nem universalista, era reflexo de uma ideologia conservadora de direita difundida, inclusive, por partes consideráveis da classe média.

Não deixava de enfatizar, contudo, a importância de não se perder de vista a questão das liberdades. A simples troca de uma ditadura da burguesia, se assim fosse, por uma ditadura do proletariado, como queria a esquerda marxista-leninista, não traria avanço algum para sociedades abertas. No caso do Brasil, aonde a conscientização das massas e as conquistas sociais e democráticas vinham se dando, um regime de exceção seria um retrocesso e inviabilizaria o processo de desenvolvimento. Nos países onde as formas “superiores de organização social” (democráticas) já foram adotadas devia-se lutar por sua preservação e aperfeiçoamento. Outro ponto decisivo defendido por Furtado é quanto um possível dilema entre desenvolvimento (igualitário) e liberdade. Neste caso, afirma peremptório: “...*estes são dois objetivos irreduzíveis um ao outro.*” (Furtado, 1989;137).

Em relação à Direita se esforçava para demonstrar o real perfil do movimento desenvolvimentista ao qual estava engajado, suas diferenças em relação às esquerdas radicais. Esforçava-se para enfatizar seu compromisso com a estabilidade democrática e o processo de industrialização. Demonstrava a naturalidade dos conflitos sociais em momentos de transição e inerente à própria forma de organização social do capitalismo industrial em sociedades democráticas. A necessidade de racionalização do processo em sociedades subdesenvolvidas era tida como fundamental, visto que o desperdício de recursos era uma característica marcante delas. Enfim, da inevitabilidade das transformações econômicas e sociais, inerentes ao processo histórico e, como condição inegociável, a assimilação dos direitos universais do homem e da democracia representativa como referência do processo civilizatório em curso.

\*\*

## **2.2 – A lógica do pensamento e do método furtadiano**

Vou fazer aqui um apêndice visando esclarecer a partir de que parâmetros Celso Furtado formula seu pensamento. Veremos como este economista e cientista social nos mostra seus princípios metodológicos, principalmente através do que foi exposto em

*Dialética do Desenvolvimento*. De início, nos diz que considera a dialética e a visão de totalidade, conforme Hegel, como basilares na sua produção científica e intelectual. Mesmo assumindo a crítica de Marx que teria afirmado que sua maior contribuição fora pôr o método dialético de “cabeça para cima”, visto que Hegel o teria concebido de cabeça para baixo, a influência do método próprio a estes filósofos alemães é inegável em Furtado. (CF 1964;14)

Em Hegel o mundo das idéias acaba tendo uma preeminência nas decisões humanas e nas transformações sociais. Marx inverte esta condição destacando que a infra-estrutura produtiva é que será o elemento dinâmico das mudanças sociais. Furtado busca o equilíbrio, a interação dialética entre estas condições. Acredita na força transformadora das mudanças na estrutura produtiva, entretanto, não deixa de levar em conta a essencialidade da política, da ênfase na ação humana de um lado e, por outro, da cultura, como categoria sociológica ampla, estrutural.

Deste modo, podemos afirmar que Furtado não dá uma importância exclusiva às transformações puramente produtivas. As mudanças nas relações de produção e de distribuição terão um efeito maior nas mudanças sociais do que a simples transformação dos fatores ou dos métodos produtivos. Furtado foge, assim, do “economicismo”, ou de dar a economia um destaque acima das outras ciências nos estudos sociais. Daí o entendimento de que a compreensão dialética do mundo consiste em perceber estrutura como uma ação constante, dinâmica e circular da infra-estrutura sobre a superestrutura e vice-versa. Por este viés podemos perceber que a categoria cultura para Furtado está muito ligada a de estrutura. Cultura e estrutura interagem o tempo todo e influenciam a ação humana no cotidiano. Deste movimento se produz a alienação que é vencida pela consciência crítica a partir do momento que os indivíduos se conscientizam ou apreendem sobre o seu lugar na sociedade, os mecanismos do processo social e os valores que os conduzem.

Se pudermos dizer que há uma busca do equilíbrio, da relevância de todos os campos destacados pelas ciências humanas, principalmente o político (e o cultural quando se quer ter uma visão mais ampla), também podemos dizer que devido à independência do seu pensamento, Celso Furtado não acredita numa teoria econômica pura, nem de corte neoclássico, nem marxista. A economia é percebida como um instrumento para penetrar no social e influir no político (na condução do processo social) e avançar na compreensão da história, atuando na busca do bem estar das pessoas. Avesso ao pensamento estereotipado, ele se utiliza não de uma, mas de todas as teorias econômicas disponíveis. Além disso, para conseguir uma visão global do processo histórico se apega ao maior número de contribuições que as ciências humanas puderem prestar.

Neste sentido Furtado nos fala de sua visão da abstração científica:

*“A essência do pensamento dialético está na idéia simples de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes. O todo é inicialmente captado através de uma síntese, em grande parte intuitiva, que realiza o espírito humano e é a partir dessa síntese que a análise das partes adquire sentido.”* (CF 1964;14)

Furtado ainda distingue a idéia de totalidade da de sistema:

*“A idéia de sistema não deve ser confundida com a de todo, cuja imagem se forma antes do conhecimento analítico das partes. Um sistema somente pode ser identificado através de uma exata definição de um conjunto de relações que fazem com que suas partes sejam interdependentes.”* (idem; 15).

Insisto na idéia de que Furtado não acreditava que uma só teoria pudesse explicar todos os fenômenos econômicos. Também sempre rejeitou qualquer tipo de determinismo. Seja o neoclássico, baseado em uma racionalidade que postula a maximização dos interesses, mas não dá espaço para as escolhas individuais, seja apenas o marxista, apoiado nas “leis da história”.

Bresser Pereira em um comentário sobre o método furtadiano acrescenta:

*“Nada é mais avesso a Furtado do que o pensamento estereotipado dos ortodoxos, seja qual for a ortodoxia que adotem. Ele quer ver o mundo com seus próprios olhos. Usar os instrumentos de análise econômica sem perder sua própria liberdade de pensar e de criar, que é seu bem maior. Conforme observa Francisco Iglésias, “é absurdo apontá-lo como*

*neoclássico, marxista, keynesiano, rótulos que freqüentemente lhe dão. Ele tira de cada autor ou corrente o que é, a seu ver, correto ou adaptável à realidade brasileira ou latino-americana. Adota os modelos que lhe parecem corretos, sem tentar aplicá-los mecanicamente a casos diversos, sem ortodoxia”. Com isto Furtado não está pretendendo reconciliar essas teorias, nem sendo indefinido, como pretendem aqueles que querem uma visão única e integrada da teoria econômica: está apenas nos dizendo que, dependendo do problema enfrentado, uma ou outra escola de pensamento pode ser mais útil.” (Pereira, pág. 21. In Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego, orgs. (2001) *A Grande Esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34: 19-43.*

Bresser dirá ainda que:

*“O uso da liberdade ganha pleno sentido em Furtado porque é marcado pelo dom da criatividade. A contribuição de Furtado à teoria econômica e à análise da economia brasileira e latino-americana pode ser explicada em termos de método, mas é, antes de mais nada, fruto de uma enorme capacidade pessoal de pensar e criar. Furtado sabe disto, e certamente não é por acaso que a epígrafe de um de seus livros é uma frase de Popper reconhecendo que a “descoberta científica é impossível se não se tem fé em idéias puramente especulativas e muitas vezes destituídas de toda precisão.” (idem pág. 24).*

A liberdade e a criatividade em Furtado se colocariam para Bresser Pereira como as bases da sua independência intelectual em relação às ortodoxias. Mais que isso, explicariam a existência de um método furtadiano único, que o deslocaria de qualquer aproximação determinante além do cepalismo. Concordo em parte com Bresser, entretanto, neste trabalho desejo ressaltar que, neste aspecto, o método furtadiano encontra semelhança e, possivelmente, inspiração na redução sociológica de Guerreiro Ramos e na síntese interpretativa da realidade desenvolvida pelo ISEB no seu período inicial.

Esta perspectiva lhe permitiu, entre outras coisas, afastar qualquer dogmatismo, considerar o máximo possível de produções científicas sobre o seu objeto, adotando a ortodoxia sempre de maneira subsidiária, com o intuito de retirar delas aquilo que mais comprovadamente correspondesse à realidade estudada. Então, a partir daí elaborar um método mais compatível possível de interpretação e intervenção no concreto a partir de seus pressupostos valorativos ou ético-filosóficos.

*“O heterodoxo não nega os pressupostos mais gerais da sua ciência, mas recusa subordinar seu pensamento ao dominante. A direita e os economistas convencionais insistem em dar à*



*heterodoxia uma conotação negativa, identificando-a com populismo econômico, mas, na verdade, inovar em teoria e em análise econômica envolve quase sempre alguma heterodoxia. Ser heterodoxo é desenvolver teorias novas, muitas vezes a partir da identificação de fatos históricos novos que modificam um determinado quadro econômico e social e tornam as teorias preexistentes inadequadas. Quando Celso Furtado optou por usar prioritariamente o método histórico-indutivo, e quando se tornou um dos dois fundadores do estruturalismo latino-americano, Furtado estava optando pela heterodoxia e pela independência de pensamento.” (idem, pág. 25)*

Ainda neste texto, Bresser Pereira apresenta com grande intuição, uma associação entre o *mainstream* neoclássico que apresentaria um padrão de percepção lógico-dedutivo e o método histórico indutivo. Ele divide a teoria econômica em três grandes áreas, a microeconomia, a macroeconomia e a teoria do desenvolvimento e diz que, especificamente, se para a microeconomia o método mais correto é o lógico-dedutivo, para as outras duas áreas, o mais correto seria o histórico-indutivo. Estes métodos de percepção da realidade seriam o tempo todo complementares em relação ao processo humano de conhecer. Contudo, nem todas as ciências os utilizariam com a mesma intensidade. Se, para a matemática apenas o processo lógico-dedutivo basta, para a sociologia o método histórico-indutivo seria fundamental.

*“A teoria econômica é por definição abstrata, e não pode ser confundida com a história. Na ciência econômica o que se buscam são modelos, teorias, que expliquem a estabilidade e a variação dos agregados econômicos, o ciclo econômico de curto prazo e o desenvolvimento, a inflação ou deflação e o balanço de pagamentos, a variação dos preços relativos, da taxa de juros e do câmbio. O objeto da teoria econômica, portanto, está claro, como está claro que o que se busca é generalizar a respeito do comportamento das variáveis relevantes, e, através dessa generalização, ser capaz de prever o comportamento das variáveis econômicas. Isto posto, é importante reconhecer que, dependendo do tema que se aborde, o método mais aplicável será ora lógico-dedutivo, ora histórico-indutivo. (idem; 26)*

O que Bresser está querendo afirmar é que, tanto para as análises macroeconômicas quanto para a teoria do desenvolvimento econômico, a utilização conjunta dos métodos histórico-indutivo e lógico-indutivo são fundamentais – mesmo que muitos economistas não aceitem isso. Tanto a verificação das variáveis específicas, mais afeita ao método lógico-indutivo, quanto a observação do fato social e da sua evolução no tempo, dada pela observação histórico-indutiva, são imprescindíveis àquelas duas teorias econômicas. Esta

flexibilidade no trato das variáveis e sua utilização na perspectiva histórica Furtado teria feito com maestria, um exemplo é Formação Econômica do Brasil.

Furtado já nos afirmou em outras oportunidades que o seu ponto de partida é a análise histórica dos fenômenos isto porque sua perspectiva é uma abordagem de longo prazo voltada para o planejamento e a mudança social. Na sua concepção a importância da dialética na análise histórica é fundamental e não pode ser dada a partir do conhecimento isolado da multiplicidade de fenômenos que a compõem. Por isso a ênfase na forma como se dão as relações entre as partes componentes daquilo que se quer analisar. E esta forma, como as relações se dão, é mediada pelos aspectos culturais dominantes em uma determinada sociedade.

Tal perspectiva também pode ser utilizada para compreender como as relações cotidianas entre os indivíduos se processam, seja nas suas relações pautadas pelas conjunturas estruturais, seja na influência destas na sua prática diária, evidenciando como seus hábitos cotidianos sofrem a influência do espectro cultural. Sob este espectro estão as consciências, individuais e coletiva e, em estruturas subdesenvolvidas e dependentes, o complexo colonial age sobre elas. Só uma consciência crítica, naquilo que consegue perceber a sua real situação no mundo, em relação ao processo histórico, consegue superar a alienação que lhe é imposta pela sua condição estrutural e cultural específica.

*“Entretanto, o homem pela práxis individual – “experiência original da dialética”, para usar a expressão de Sartre – intui do processo histórico aquela visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade. É partindo dessa experiência original que se pode falar de dialética como instrumento de compreensão dos processos históricos. Lukacs captou este ponto muito bem quando afirmou que o problema central da dialética é o conhecimento da totalidade do fenômeno histórico” (CF, 1964; 15)*

Dessa forma, o método dialético associado à prática cotidiana ou a práxis individual, é mais que um método de análise histórica é um instrumento de autoconhecimento e transformação social, é um instrumento cognitivo de superação da alienação imposta pelo complexo colonial.

Pensando nas mudanças sociais, Furtado cita Marx para realçar o dinamismo do capitalismo, entretanto, acrescenta que nas sociedades capitalistas industriais o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo se põem como fatores dinâmicos, somados ao dinamismo social provocado pelo antagonismo de classes em disputa num ambiente democrático. Estes fenômenos transformam todo o conjunto social em um elemento altamente dinâmico, de forma que, sob o capitalismo, em sociedades democráticas, as transformações se dariam rapidamente, em um *continuum ad infinitum*. O que ele nos alerta é que este fenômeno altamente dinâmico precisa de agentes de controle e direcionamento, daí que elementos como consciência crítica, democracia e Estado se colocam como contrapontos políticos à força do capital.

E reitera:

*“O que interessa aqui assinalar é o reconhecimento de que o processo de rápida mudança que caracteriza a nossa cultura reflete as transformações intensivas que uma tecnologia em acelerado desenvolvimento introduz no seu processo produtivo.” (idem;19)*

Para concluir, penso que Furtado fez esta exposição com intuito de apresentar o modelo teórico do desenvolvimento como capaz de se colocar como uma hipótese ordenadora do processo histórico visando as mudanças nas sociedades subdesenvolvidas. Seus modelos se colocam como orientadores para ação política, tanto para a burocracia como para a intelectualidade em geral. Erige um modelo que destaca a preeminência motivadora das transformações na base produtiva a partir dos incrementos do desenvolvimento tecnológico sem deixar de levar em conta a importância fundamental do campo político e a amplidão do universo cultural, que devem se colocar como condicionantes do processo. Por outro lado, esta divisão afirma a característica e a interdependência dialética dos fenômenos sociais e a importância de uma perspectiva que forneça uma visão ampla do processo histórico.

*“A partir do qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico.” (CF 1964;22)*

Nesta parte tentei demonstrar sob que lógica Furtado interpretava o mundo a sua volta e como formulou seu método próprio de análise social, a seguir, veremos sua aplicação prática.

\*\*

### **2.3 - A CEPAL**

Antes de entrarmos nas formulações práticas de Furtado, vale a pena fazermos uma referência mais detalhada sobre a origem e a atuação da CEPAL, pois será a partir da CEPAL e dos trabalhos por ela orientados que um contingente de intelectuais latino-americanos se motivará na busca de soluções para o problema do desenvolvimento econômico e social de seus países e do continente em geral.

Foi através do Ministério da Fazenda que Furtado aceitou um convite para participar da CEPAL, até então uma incipiente e desacreditada comissão da ONU destinada a estudar os problemas econômicos da América Latina. Situada em Santiago, capital do Chile, país autor da proposta de sua criação. Furtado se integrou a Comissão em 1948 chegando, portanto, antes de Prebisch.

Entretanto, foi com o economista argentino em seus quadros que a Comissão ganhou consistência e visibilidade, pois este já era um dos mais respeitados economistas do continente. Estava recém saído da direção do banco central argentino tendo lá executado um trabalho reconhecido e destacado. Na CEPAL, como inicialmente relatado anteriormente, Furtado afirmou que viveria a primeira fase das três nas quais dividiu sua experiência como economista. Foram momentos difíceis, com poucos recursos, muita vontade e persistência. Se não bastassem as carências materiais – pois tinham que produzir muito em pouco espaço de tempo, sob uma abordagem nova e oposta àquela já estabelecida nos países centrais e sob forte pressão dos EUA, que atuavam todo o tempo na intenção de extinguir a comissão, vista

como um espaço suspeito de esquerdismo – era preciso correr contra o tempo para se conseguir a permanência da comissão junto a ONU, visto que ainda atuava de maneira provisória.

Tal pressão só não foi bem sucedida, relata em suas memórias, devido ao convencimento feito junto a Vargas em relação à importância dos trabalhos da CEPAL para o processo de industrialização dos países latinos. O presidente brasileiro deu sua chancela à manutenção da comissão, que assim, teria ganhado peso político e conseguido se manter, com apoios importantes também do México e do Chile.

Prebisch no início não se entusiasmara muito com as possibilidades da CEPAL, diz Furtado ainda em *Fantasia Organizada*, mas a partir da conferência de Havana, quando seus trabalhos obtiveram ótima repercussão, seu empenho e expectativa foram aumentando. Então a Comissão foi ganhando corpo e expandindo sua área de atuação e pesquisa. Prebisch só assume a direção geral da instituição depois da conferência de Montevideu, em 1950. Em 1951 produziu o Estudo para a conferência do México, documento que Furtado credencia como a mais completa versão do que veio a se chamar “pensamento cepalino”. A partir deste documento, intitulado *Problemas teóricos e Práticos do Crescimento Econômico*, a CEPAL viria definitivamente a influenciar a maioria dos governos latino-americanos.

Ricardo Bielschowsky, tem um trabalho de fôlego sobre o pensamento econômico desenvolvimentista no Brasil e escreveu em parceria com Carlos Mussi, o texto “*O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*”. Neste trabalho, os autores identificaram cinco importantes correntes do pensamento econômico brasileiro no período 1930-1964. Destas, três seriam variantes do desenvolvimentismo, as demais se posicionavam no antagonismo liberalismo x socialismo. As desenvolvimentistas foram designadas como: a do setor privado, a desenvolvimentista “não” nacionalista do setor público e a desenvolvimentista nacionalista do setor público.

Ainda segundo os autores, as correntes neoliberal, capitaneada por Eugenio Gudin e Octavio Gouveia de Bulhões, e a desenvolvimentista nacionalista foram as mais importantes e influentes no período 1950-1964. As posições centrais dos neoliberais eram: redução da intervenção do Estado na economia e incentivo à atração do capital estrangeiro. Prioridade para as políticas monetária e fiscal. Eram contra aos incentivos à industrialização e muitos defendiam a “vocação agrária” brasileira.

Destacam pelo lado desenvolvimentista a intenção fundamental de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e, a convicção de que, para isso, era necessário planejar a economia e utilizar recursos de intervenção e incentivos governamentais. Na página quatorze resumem assim as semelhanças e diferenças entre as correntes desenvolvimentistas:

*“i) Os economistas desenvolvimentistas tinham, segundo sua carreira profissional, preocupações e linguagens de algum modo diferentes. Aqueles que atuavam no setor privado defendiam os interesses empresariais de uma forma que era alheia aos que trabalhavam no setor público;*

*ii) No setor público havia duas posições desenvolvimentistas básicas quanto à intervenção estatal. Os economistas que denominamos “não nacionalistas” propunham soluções privadas para projetos industriais e de infra-estrutura, com uso de capital estrangeiro ou nacional, e admitiam a intervenção direta estatal somente em último caso. Os nacionalistas, pelo contrário, propunham a forte presença estatal nos setores de mineração, transporte, energia, serviços públicos em geral e alguns ramos da indústria básica. Entre os desenvolvimentistas do setor privado, as posições sobre o tema não eram uniformes, pois alguns aproximavam-se da primeira posição e outros tinham uma visão nacionalista.*

*iii) As três correntes adotavam posições distintas perante o controle da inflação: a corrente não nacionalista inclinava-se por programas de austeridade monetária e fiscal, enquanto as outras duas eram cautelosas com relação a esses programas, pelos efeitos sobre a produção corrente e os investimentos, ainda que se diferenciassem na análise do problema. No setor privado, a grande preocupação era evitar a diminuição do crédito, e não se adotava a interpretação estruturalista; os nacionalistas preocupavam-se tanto com a redução do crédito como com a redução da capacidade de gastos do Estado, e tenderam a adotar, nos anos de 1950, uma visão estruturalista da questão inflacionária.”*

Entre os desenvolvimentistas do setor privado se destacariam Roberto Simonsen, Nuno Figueiredo e João Paulo de Almeida Magalhães. Os desenvolvimentistas não nacionalistas teriam se consolidado como grupo a partir da Comissão Mista Brasil Estados- Unidos e teriam como principais expoentes Horácio Lafer e Roberto Campos.

Entretanto, afirmam Bielschowsky e Mussi, o grupo mais numeroso era composto pelos desenvolvimentistas nacionalistas. Como já vimos anteriormente, desde o pós-guerra este grupo vinha travando com os neoliberais uma disputa ideológica ferrenha a partir dos organismos de orientação econômica do Estado. Nos meados dos anos de 1950 os desenvolvimentistas nacionalistas vão começar a equilibrar a disputa. Com Getúlio novamente no governo, assumem o comando de importantes instituições como o BNDE e a poderosa Assessoria Econômica da Presidência da República. Pelo lado das organizações sociais, Celso Furtado e Américo Oliveira criam o Clube dos Economistas.

Os autores assinalam ainda que os nacionalistas se distinguiriam dos demais desenvolvimentistas por algumas características essenciais como: a) Defesa do controle dos centros de decisão sobre poupança/investimento; b) Defesa da subordinação da política monetária à política desenvolvimentista; c) Ênfase na necessidade de gerar autonomia financeira pela via do desenvolvimento das forças produtivas locais; e, d) Preocupação com os problemas das desigualdades sociais e regionais.

Sobre Furtado dizem o seguinte:

*“Celso Furtado tornou-se o líder da corrente desenvolvimentista nacionalista a partir de meados da década de 1950. Foi o principal difusor no Brasil da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, elaborada na CEPAL por Prebisch, e a ela acrescentaria uma série de contribuições analíticas que marcaram profundamente o pensamento desenvolvimentista brasileiro.”* (Bielschowsky e Mussi 2005; 17)

Bielschowsky e Mussi consideram assim as principais contribuições de Celso Furtado ao pensamento cepalino: incluiu a dimensão histórica na abordagem estruturalista, com o que se constituiu o *método histórico-estruturalista*; mostrou a *tendência à continuidade do subemprego inerente ao subdesenvolvimento brasileiro*: a oferta ilimitada de mão-de-obra proporcionaria uma lenta modificação na estrutura ocupacional do país, *tendendo o sistema à concentração de renda e a um grau de injustiça social crescente*. Ressaltam que essa conclusão de Furtado evocará nos anos de 1960 toda uma discussão sobre as relações entre crescimento e distribuição de renda.

Para finalizar, mostram que à esquerda do desenvolvimentismo encontrava-se a corrente socialista, cuja perspectiva era a revolução socialista. Seus principais componentes eram intelectuais ligados ao Partido Comunista, como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Defendiam muitas das teses dos desenvolvimentistas nacionalistas, mas sempre mantinham a discussão subordinada a “etapa da revolução socialista”, conforme linha definida pelo Partido.

Foi Prebisch quem primeiro lançou as bases para uma interpretação do desenvolvimento econômico e social latino americano a partir da deterioração do valor de troca dos produtos primários frente aos industrializados. Com isso demonstrava que havia no comércio mundial uma tendência crescente de perdas e uma transferência de renda dos países pobres (exportadores de bens primários) para os países ricos e industrializados. De início, seu trabalho surge como uma crítica à teoria neoclássica do comércio internacional. Para tanto, divide metodologicamente o mundo em duas partes: centro e periferia.

O primeiro se refere às economias desenvolvidas, o segundo às economias subdesenvolvidas do terceiro mundo. Então, o esquema cepalino defenderá que a dinâmica das transações comerciais e financeiras não leva a maximizar o produto, a renda e o consumo da mesma forma em ambos os lados. Ao contrário, verifica-se uma situação crônica de dependência e uma contínua valorização nos termos de troca a favor dos países ricos. Desse modo, as relações entre centro e periferia, sujeitas ao “livre mercado”, agravariam as condições de subdesenvolvimento aumentando cada vez mais a distância entre ricos e pobres. A CEPAL foi original desde os seus primeiros trabalhos, pois seguindo na linha das novas teorias do desenvolvimento criou uma abordagem própria dos problemas da periferia latino-americana. Seu diferencial foi justamente produzir uma visão dos problemas da periferia a partir de um olhar nativo.

A concepção cepalina procurou também levar em conta as particularidades de cada estrutura produtiva periférica, suas características sociais, culturais e políticas. Se quisermos



fazer uma classificação sucinta do pensamento cepalino podemos dizer que a CEPAL se orientava por uma teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano e traz como marca uma proposta incisiva sobre a industrialização da região a partir da contribuição do Estado como instrumento ordenador do processo de desenvolvimento.

Os trabalhos da Comissão levavam em conta a organização da economia e da sociedade de cada país, evitando as “receitas de bolo” características das teorias econômicas neoclássicas. Analisando as economias de cada país e destacando suas peculiaridades os trabalhos da CEPAL, neste momento inicial, priorizaram entre outros pontos o estudo do nível de produtividade do trabalho dos seus diferentes setores produtivos e o grau de complementaridade existente entre eles. Tais peculiaridades serviram para realçar as diferenças entre a estrutura produtiva dos centros, muito mais equilibradas e equânimes, e os desequilíbrios e as precariedades das estruturas periféricas, geralmente duais.

Em alguns dos aspectos destacados do enfoque cepalino a contribuição furtadiana foi decisiva. Com ele a análise cepalina ganha a roupagem definitiva daquele modelo interpretativo que passará a ser associado ao seu próprio pensamento e tratado como furtadiano-cepalino. Bielschowsky, em seu texto sobre os cinquenta anos da CEPAL relata que uma das características da CEPAL é que a instituição nunca foi acadêmica, sua atuação é voltada para os *policy-makers* da América Latina. Isto criou uma série de dificuldades para a formulação de uma unidade, um “sistema de economia política cepalino”. Diz que a dificuldade em interligar e dar um corpo as idéias permaneceu até o primeiro trabalho neste sentido feito por Aníbal Pinto em 1969. todavia, Bielschowsky defende que nos seus cinquenta anos a CEPAL permaneceu coerente ao mesmo enfoque metodológico, do qual ressalta quatro traços analíticos:

*“O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do enfoque histórico-estruturalista, baseado na idéia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: análise da inserção internacional e análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de*

renda); por último, encontra-se o plano da análise das necessidades e possibilidades da ação estatal.” (Bielschowsky, 2000; 17)

Bielschowsky identifica ainda fases na obra da CEPAL e dois períodos temporais diferenciados que condicionariam estas fases. O primeiro, que nos interessa neste trabalho, marca o período de expansão internacional do pós-1945 e vai até a crise do petróleo de 1973/1974. Neste período Bielschowsky demarca duas fases: “*Origens e anos de 1950: a industrialização*” e “*anos 1960: reformas para desobstruir a industrialização.*” O objetivo da instituição era fornecer subsídios para a interpretação e solução dos problemas latino-americanos a partir de um planejamento de longo prazo. Por isso mesmo o enfoque preferido era o histórico indutivo. Sobre o método comenta:

*“Em outras disciplinas das ciências sociais, como a lingüística e a antropologia, onde o “estruturalismo” se origina, esse tipicamente correspondeu a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. Diferentemente, na análise econômica cepalina o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que presta-se mais ao método “indutivo” do que a uma “heurística positiva”. Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórico comparativa da CEPAL: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais que determinam – comportamentos específicos, de trajetórias a priori desconhecidas”<sup>12</sup>*

*“Em outras palavras, o enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais.”* (Bielschowsky 2000; 20/21)

Por isso que a especificidade é tão importante e o subdesenvolvimento cepalino apresenta características próprias que o distingue das análises econômicas ditas “universais”. Esta abordagem, segundo Bielschowsky, produziu os melhores trabalhos de história econômica da América Latina, como foi o caso de *Formação Econômica do Brasil* de Furtado, *Un Caso de Desarrollo Frustrado* de Aníbal Pinto (Chile) e *La Economía Argentina* de Aldo Ferrer. Nestas produções é marcante tanto o enfoque histórico furtadiano como o estruturalismo do subdesenvolvimento periférico de Prebisch. A motivação original levantada por Prebisch era a ênfase no momento de profunda transformação pelo qual passavam as

maiores economias latino-americanas, ou a transição do modelo primário-exportador para o urbano-industrial. Sem o qual as condições de subdesenvolvimento daquelas sociedades tenderiam a perdurar.

*“Tratava-se de examinar o modo próprio como se dava a transição hacia adentro nos países latino-americanos, transição que entendia-se repousar sobre a condição de que o processo produtivo se movia sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período (primário) exportador.”* (2000; 20)

Uma das grandes inovações das conceituações de Prebisch e da CEPAL foi o deslocamento da perspectiva causal do subdesenvolvimento. Até então, este fenômeno era comumente visto como uma ausência de desenvolvimento ou um relativo atraso em relação às economias mais avançadas. Ao contrário, na visão cepalina o subdesenvolvimento das sociedades latino-americanas não é visto como um momento, mas um prolongamento particular, uma extensão específica do desenvolvimento capitalista mundial promovido pelas grandes potências nos últimos séculos. Sob este ponto de vista o subdesenvolvimento latino-americano deve-se, em parte, à sua antiga condição colonial, de produtor de bens primários necessários à expansão do capitalismo europeu e mais tarde norte-americano.

Mesmo depois de sua independência política as antigas colônias da América Latina praticamente mantiveram sua estrutura produtiva e social, continuando na condição de fornecedores de matérias primas para as economias centrais. A interpretação cepalina ressalta que da condição de estrutura produtiva periférica derivam efeitos econômicos, políticos e sociais perversos. A precariedade da posição periférica e a necessidade de uma perspectiva própria já são ressaltadas por Prebisch nos seus primeiros textos (1949). Ali ele demonstrou também que devido ao dinamismo das economias industriais a carência de progresso técnico nas subdesenvolvidas aumentaria constantemente a distância entre elas. Destaca também o problema do excesso de mão-de-obra desqualificada e a tendência aos déficits cíclicos no

---

<sup>12</sup> Conforme vimos no capítulo anterior, Furtado afirma em suas memórias que foi ele o responsável pela introdução das ciências sociais na CEPAL, contribuindo para estudos abrangentes das sociedades latino-americanas.

balanço de pagamentos por parte dos países periféricos (que mais tarde fomenta a idéia de inflação estrutural).

Ao longo dos anos de 1950 a CEPAL se esforça para produzir um arcabouço analítico relativos aos problemas lidos como “condicionantes estruturais internos” do crescimento e da industrialização regional, principalmente no que se refere ao processo que se condicionou chamar de substituição de importações. Este processo “espontâneo” começou a ser visto com desconfiança devido, principalmente, a carência de difusão de progresso técnico.

Dois condicionantes estruturais foram eleitos como pontos centrais da preocupação cepalina: a falta de integração e de diversificação produtiva (da pauta de exportações) e a baixa produtividade (industrial). Aos condicionantes produtivos somavam-se os institucionais: baixa capacidade de poupança do setor público, estrutura fiscal obsoleta, e suntuoso padrão de consumo por parte dos ricos. Além da precária infra-estrutura energética e de transporte somava-se o excesso de mão-de-obra desqualificada. Estes fatores estavam provocando três tendências perversas: déficits no balanço de pagamentos, inflação e desemprego. Todas as soluções ortodoxas apontavam para desvalorização cambial e medidas drásticas de contração fiscal e monetária.

Entretanto, a CEPAL resolve investir em soluções que visam superar as deficiências estruturais, através de reformas profundas. Planejamento e redistribuição de renda passam a ter destaque em seus trabalhos. Chega-se, então, a conclusão que os setores exportadores e as atividades urbanas não teriam condições de absorver o contingente excessivo de mão-de-obra que migrava para as cidades gerando desemprego e subemprego. Comentando as prioridades cepalinas nos anos de 1960 Bielschowsky nos conta:

*“...o processo de industrialização continuava a impor-se como tendência histórica, mas a urbanização correspondente fazia-se com crescente empobrecimento e favelização, evidenciando a incapacidade de absorção da força de trabalho proveniente da zona rural por atividades produtivas modernas e estendendo com grande visibilidade a pobreza rural aos centros urbanos. Simultaneamente, a democracia ganhava densidade, e uma crescente insatisfação passava a traduzir-se em pressões sociais, através do cotidiano da vida política e sindical. (2000; pg. 37)*

A CEPAL então declara guerra às desigualdades sociais e regionais e torna-se, segundo ele, o principal fórum de discussão de idéias críticas ao processo de desenvolvimento com concentração de renda em curso na América Latina.

*“O talento mobilizador cepalino atraía a intelectualidade a uma discussão que gravitava crescentemente em torno de três pontos que demarcavam a divisão político-ideológica: primeiro, a interpretação de que a industrialização havia seguido um curso que não conseguia incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico; segundo, a interpretação de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, apenas sua natureza havia sido alterada; e, terceiro, a idéia de que ambos os processos obstruíam o desenvolvimento. (2000; pg39)*

Estes princípios são reunidos por Prebisch no seu texto de 1963 (*Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*). Ele argumenta que sem uma mudança significativa na estrutura social no sentido de distribuir renda não se conseguiria superar a *insuficiência dinâmica* das economias da região. Para isso se colocavam com preponderância as reformas estruturais. Uma delas era a reforma agrária.

Mesmo correndo o risco de uma síntese grosseira da análise dual-estruturalista podemos afirmar que os cepalinos faziam a seguinte leitura das economias latinas do anos de 1960: a larga desocupação dos “fatores produtivos”, quer dizer, da abundância de mão-de-obra e de terras característicos dos países periféricos, aliados à carência tecnológica, tendem a gerar desemprego estrutural, baixa produtividade e baixa acumulação de excedentes. Além disso, a má distribuição desse pequeno excedente, devido à permanência de uma estrutura de dominação injusta persistente, contribui efetivamente para a perpetuação do subdesenvolvimento. Isso sem contar o acentuado desequilíbrio externo, no campo internacional, e a pouca capacidade de pressão da periferia sobre o centro capitalista. Com isso a CEPAL realça uma opção por uma análise que privilegia a interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e políticos para a explicação do desenvolvimento.

## **2.4 - A Formação Econômica do Brasil e o conceito de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento segundo Furtado.**

As teorizações de Furtado eram sempre apresentadas em consonância ao modelo cepalino, ou seja, a partir de análises históricas e de uma perspectiva de racionalização das relações sociais via processo de modernização capitaneado pela industrialização, a urbanização e o desenvolvimento tecnológico e institucional dos países latinos. Ele estava convencido de que as formações sociais possuíam um complexo estrutural que as explicavam em essência. Acusava que nos países da América Latina, como nos demais subdesenvolvidos, vivia-se o imobilismo decorrente de sua própria acomodação estrutural. Sua crítica a estrutura produtiva apontava basicamente o predomínio da exploração de produtos primários em detrimento do industrial e tecnológico. Os produtos primários há muito vinham perdendo valor no mercado internacional em relação aos industriais e, na medida em que as tecnologias iam se desenvolvendo, esta distância tenderia a aumentar.

Em relação ao mundo do trabalho e da busca do bem-estar social acontecia o mesmo. Furtado via nas economias desenvolvidas da Europa uma aproximação de um modelo ideal a ser buscado. A distância entre os rendimentos do trabalho nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos era uma preocupação, e se daria devido à maior capacidade política de mobilização, de educação e aprimoramento técnico dos operários dos países centrais. Isto proporcionava uma dinâmica social que fazia com que o rendimento do setor produtivo tendesse a ser melhor repartido e reinvestido na própria sociedade. Neste caso a luta de classes cumpriria seu papel, devido à organização de grupos de pressão por parte dos trabalhadores que, assim, disputariam as concessões sociais e o poder político.

Nos países subdesenvolvidos, mesmo no núcleo industrializado, o despreparo dos trabalhadores refletia-se nos baixos salários e nos baixos investimentos sociais. Aqui os rendimentos do trabalho tendiam a ficar nas mãos dos empresários ou ser remetidos de volta às matrizes estrangeiras. Ou pior, ser repartido e desperdiçado em consumo de luxo entre as

elites e na reprodução de investimentos produtivos de baixa capacitação tecnológica. Nestas sociedades a organização política dos trabalhadores era pífia, de pouca capacidade de mobilização e pressão política. Isto somado ao enorme exército de reserva dado pelo dualismo e de conseqüências nocivas diversas ao desenvolvimento como um todo. Desse modo, a organização e a pressão política dos trabalhadores passa a ser essencial para a modernização institucional no esquema furtadiano.

Diante deste quadro, Furtado prescrevia que para o Brasil a saída era uma política de desenvolvimento industrial acelerado associada a uma ampla reforma da estrutura agrária e, conseqüentemente, da produção agrícola que deveria basear-se no implemento tecnológico. Este tipo de política visava aumentar a oferta de alimentos na cidade, atuando sobre a inflação estrutural, acelerar o processo de inclusão dos trabalhadores ligados ao setor de subsistência pelo setor moderno e proporcionar aos que ficassem no campo um aumento substancial de renda, incrementando o consumo e renovando a produção industrial. Entretanto, somente uma ação coordenada pelo Estado teria condições de fazer valer tal projeto, devido às próprias características situacionais das estruturas subdesenvolvidas.

Em relação ao Brasil, Furtado mergulhou decisivamente nas questões internas e estas é que vão realmente me interessar neste trabalho. Destacamos que a questão da desigualdade social, mesmo quando aparece sob o signo das diferenças regionais e de renda, se enquadre entre as mais eminentes preocupações do economista paraibano. Estas questões estiveram sempre em evidência nas suas discussões sobre a forma errônea como o modelo de desenvolvimento brasileiro as tratava. A busca de um maior equilíbrio social e regional e de uma forma de amenizar uma tendência natural de acumulação desigual por parte do sistema capitalista são características marcantes de sua produção e, aos olhos de hoje parecem proféticas. Não há como negar que uma das faces da atual enorme desigualdade social brasileira se deve a adoção pelos governos autoritários de políticas que enfatizaram apenas o

crescimento econômico em detrimento do social e esta era uma das preocupações de Furtado, antes mesmo de 1964.

Furtado em seus textos muitas vezes deixa transparecer sua indignação com a situação social do Brasil e do seu atraso, mesmo em relação aos demais países da América Latina. Tais condições o chocava profundamente, principalmente quando refletidas pela situação nordestina. A preocupação com a rigidez estrutural da desigualdade nos países subdesenvolvidos possivelmente estaria na essência da motivação de toda a sua elaboração teórica e da tentativa de “humanização” do capitalismo. Seu conceito de subdesenvolvimento evoca tais questões de forma contundente. A situação de semi-servidão a que via submetida grande parte da população nordestina, e era por ele comparada a de regimes como o feudalismo, o preocupava em demasia. Penso que para Furtado era este o símbolo vivo das conseqüências do atraso brasileiro, sustentado por uma estrutura cultural autoritária, elementos que persistiam como legado de um modelo econômico ultrapassado que condenava seres humanos, em pleno século XX, a viver na ignorância e na extrema penúria.

Por mais que seu pensamento, posteriormente ao período restrito a este trabalho, tenha se movido por diversas trilhas e tenha assumido um quê de pessimismo, nunca deixou de expressar em essência, conteúdos idênticos aos ressaltados por este trabalho, como exemplificado por esta declaração de 2004, pouco antes da sua morte:

*“Hoje estou convencido de que os recursos científicos de que dispomos são insuficientes para enfrentar os problemas de nossa civilização material, a começar pelo mais urgente: a superação do subdesenvolvimento, que preocupa a todos nós aqui presentes. Que se parta de uma visão microeconômica ou macroeconômica qualquer que seja o exercício analítico, a dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável. A história nos demonstra que o avanço social dos países que lideram esse processo não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de pressões políticas da população. São estas que definem o perfil de uma sociedade, e não o valor mercantil da soma de bens e serviços por ela consumidos ou acumulados. Em outras palavras, só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com “crescimento econômico”, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existe um processo social subjacente. É só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento.”* (Cadernos do Desenvolvimento, nº1, orelha)



No mesmo volume, vemos na página 247 um resumo de Hélio Jaguaribe sobre a teoria furtadiana do desenvolvimento.

*“O que torna a questão brasileira muito mais complicada, como Celso nos alertou permanentemente, é o fato de que o nosso subdesenvolvimento não depende apenas da insuficiente transferência de formas mais modernas de tecnologia para o processo produtivo, mas o fato de que herdamos do nosso passado colonial, do nosso longo passado escravocrata e subescravocrata, que marca a República Velha, uma gigantesca massa de pessoas destituídas de educação, de cultura, de qualquer meio de produção, e que formam um setor importantíssimo da população sem condições de ter acesso às formas de modernidade.”*

*“Celso nos alertava muito contra essas coisas ao mostrar que o desenvolvimento, além de exigir o progresso tecnológico, exige a inclusão social. E, por meio da inclusão social, eleva-se a capacidade de consumo de uma sociedade, o que gera um mercado que, por sua vez, abre espaço para que essa sociedade aumente a sua capacidade produtiva.”*

Outra grande diferença da maioria dos pensadores sociais brasileiros de sua época é que Furtado jamais imputou qualquer tipo de culpa por tal situação ao homem do campo ou as nossas origens raciais, raízes ibéricas ou questões psico-sociais do povo brasileiro. Elegeu-o, isto sim, como vítima maior da opressão social e política dada por uma inserção produtiva excludente e uma elite política culturalmente alienada. A ausência completa de cidadania e da presença do Estado, aí incluído a carência de saúde, educação, direitos civis, políticos e sociais, fazia com que todas as necessidades do camponês fossem “supridas” pelo senhor das terras ou o grande proprietário. O trabalhador rural, da forma como se encontrava, era utilizado como um fator de poder, de barganha política e ganho econômico para o grande proprietário que não tinha o menor interesse na melhoria desta condição. Excluído do processo político, tendo como representante, mediador e “bem-feitor” apenas o grande proprietário, o trabalhador rural ligado à lavoura de subsistência permanecia esquecido, sem a menor noção de cidadania. Esta análise se anuncia principalmente a partir das enunciações de Furtado evocadas com a “Operação Nordeste” e presente na *Dialética do Desenvolvimento*. Um fato relevante para o pensamento social brasileiro é que depois de Furtado declina sensivelmente a ênfase dos “problemas de origem”, que não sejam econômicos, nos estudos sobre Brasil.

O pouco que já vimos nos permite adiantar que o pensamento furtadiano extrapola a simples questão das relações de troca entre nações e a simples industrialização do país. Acredito que a superação do subdesenvolvimento para Furtado passava sim pela superação do “atraso” relativo na utilização dos fatores de produção, contudo, as mudanças no campo da economia estavam atadas à outras destinadas a romper uma estrutura de dominação secular, politicamente gerida por uma elite atrasada e, por isso mesmo, preconceituosa. É neste sentido que prescreveu uma análise dos fenômenos que possibilita vislumbrar tal situação buscando identificar no processo histórico econômico as causas e os motivos da sua persistência, sempre destacando os reflexos sociais das decisões políticas.

Como já anunciamos, uma das inovações que o conceito cepalino de subdesenvolvimento traz aos estudos sócio-econômicos é a diferenciação do processo de desenvolvimento dos países centrais do processo que ocorre nos periféricos. É uma perspectiva nova no sentido de que privilegia o estudo do desenvolvimento capitalista a partir da ótica da periferia, desafiando o etnocentrismo europeu, propondo que o “universalismo” científico leve em conta também a visão do processo projetada pelos povos periféricos.

Ou seja, não estávamos cumprindo uma etapa de um capitalismo universal, éramos parte e conseqüência contemporânea deste. Não estaríamos passando por uma fase anterior, semelhante ao que já teria ocorrido nos países desenvolvidos, os fenômenos lá já acontecidos e já estudados pelos intelectuais do norte, a despeito do que pensassem não se repetiriam por aqui. Tudo aqui era novo, e não existia uma abordagem específica para esta situação. A ênfase furtadiana, principalmente no caso brasileiro, é dada pelas relações políticas internas, mas associadas a inserção do país no processo histórico do capitalismo mundial. Como também adiantamos ligeiramente a pouco, Celso Furtado teve participação ativa na fundamentação do pensamento cepalino e, também, na disseminação deste entre os economistas brasileiros. Primeiramente entre aqueles que circulavam nas esferas do serviço público, depois por todos aqueles que foram aderindo às idéias desenvolvimentistas. Segundo

a economista Leda Paulani são grandes a precisão e atualidade de suas idéias visto que o Brasil contemporâneo não consegue superar o subdesenvolvimento. Diz isto em um texto que faz parte da edição número 5 da revista Margem Esquerda, publicado também na internet no endereço [www.boitempo.com](http://www.boitempo.com). Para Paulani:

*“Furtado toma a dicotomia que Raúl Prebisch ia consagrando e resolve trabalhar com ela de modo diacrônico. Em sua autobiografia ele afirma que estava interessado no desenrolar dos acontecimentos no tempo, de modo que substituiu o par centro-periferia, essencialmente sincrônico, pela idéia de “economia colonial”, já que ela lhe permitia inserir o país em seu quadro histórico. Em função disso, ele percebeu que a deterioração dos termos de troca, descoberta por Prebisch, constituía na realidade o corolário natural da vinculação Metrópole-Colônia e um aspecto particular e historicamente específico da tendência geral do capitalismo de concentrar poder econômico.”*

Ainda sobre a contribuição furtadiana no pensamento cepalino, podemos citar

Gildo Marçal Brandão, em “Celso Furtado: o peregrino da ordem do desenvolvimento”, afirma, a respeito das principais características de Furtado:

*A julgar pelos artigos de A Grande Esperança, as principais características da elaboração furtadiana são: a) o tratamento da economia pelo método histórico-estrutural, violentando o mainstream da disciplina; b) a historicização do estruturalismo latino-americano, especialmente das teorias originariamente defendidas por Raul Prebisch; c) a crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio internacional; d) a percepção de que o mercado, não só na América Latina mas em geral, é uma entidade incapaz de se auto-regular, o que torna inevitável e necessária a intervenção planejadora do Estado; e) a hipótese de que o subdesenvolvimento não é um estágio que todas as sociedades têm que percorrer no seu caminho para o desenvolvimento, mas um processo qualitativamente distinto da experiência dos países centrais e um produto necessário, tanto quanto o desenvolvimento, do processo de expansão da economia capitalista mundial; f) a percepção de que a heterogeneidade estrutural e o dualismo dos países dependentes e produtos da expansão européia como o nosso, reproduzem também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, hiato capaz de por em risco a unidade da nação.*

Bernardo Ricupero, no número 19 (2005) da revista Estudos Avançados, publica sobre Furtado o artigo “Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro” afirma que:

*Ironicamente, desde cedo, o autodidatismo permitiu a Furtado escapar à rigidez acadêmica, combinando, de forma rica, algumas das maiores influências do pensamento brasileiro o positivismo, o marxismo e a antropologia norte-americana. Fez bom uso de cada uma dessas tradições intelectuais, selecionando alguns de seus aspectos mais relevantes: a crença no conhecimento científico do positivismo, a consciência da historicidade dos fenômenos econômicos e sociais do marxismo, a atenção à cultura da antropologia norte-americana. Esse ecletismo “bem temperado” abre caminho para uma das mais sofisticadas formulações teóricas elaboradas na América Latina.*

\*

Para compreendermos melhor a perspectiva furtadiana do desenvolvimento, as categorias e conceitos com os quais trabalha, vamos acompanhá-lo em suas digressões do campo econômico presentes em *Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Estes podem ser considerados seus dois grandes clássicos pré-1964 e que marcaram sua produção no período delimitado para este trabalho. Somo a estes em importância similar *A Dialética do Desenvolvimento*, pois nela Furtado expõe os fundamentos orientadores de seu pensamento. São estas as suas principais publicações que nos conduzirão ao entendimento daquilo que podemos considerar como elementos definidores dos princípios de uma teoria social presente no pensamento do intelectual paraibano.

Começaremos esta procura por *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. A ciência econômica foi escolhida por Furtado como sua ferramenta primordial de trabalho e de transformação do mundo e seus conceitos são direcionados a este campo do conhecimento. Assim, acredito ser importante um conhecimento elementar de suas elaborações a este respeito e este livro é um marco, tanto da sua teorização cepalina, quanto dos elementos ímpares de seu pensamento. Tentarei também descrever a partir desta leitura como a junção do pensamento econômico cepalino, do historicismo e do existencial/culturalismo isebiano influenciaram decisivamente na elaboração da sua teoria econômica, bem como na sua interpretação do Brasil. Prosseguindo, passaremos à discussão de suas idéias conforme expostas em sua mais famosa publicação, *Formação Econômica do Brasil e na Dialética do desenvolvimento*, procurando destacar as idéias nelas expostas que nos levam a concluir a montagem do “quebra-cabeça” teórico e analítico furtadiano.

Segundo Furtado, quando analisamos os mecanismos de desenvolvimento trabalhamos com certas categorias abstratas, universais. Isto apenas nos capacitaria a descrever certos mecanismos gerais do processo econômico. Entretanto, este nível de

generalização não nos permitiria construir uma teoria que nos explique satisfatoriamente o processo de desenvolvimento tal como observamos na realidade em uma determinada situação. Ou seja, há evidentemente um limite para a utilização generalizada de tais categorias ditas “universais”, principalmente quanto estas categorias são elaboradas sob o ponto de vista das sociedades centrais. Estas sociedades se beneficiaram por séculos das relações comerciais com suas colônias e depois com as sociedades periféricas sob sua influência. Assim, o tipo de trocas comerciais estabelecido secularmente – matérias primas por manufaturadas – tendeu a ser naturalizado e até “comprovadamente” constatado como “benéfico” para ambas as partes pela teoria neoclássica e até pela então recente teoria do desenvolvimento. Se isto já é um problema para as sociedades periféricas: que devido a forma como suas relações de troca se constituíram desenvolvem sérios problemas estruturais. O dualismo que, como conseqüência, se instala nestas sociedades induz a um modelo concentrador adotado pelas elites primário-exportadora cujos reflexos sociais são pautados pela desigualdade, de difícil superação. É pensando numa saída para estes problemas que Furtado teoriza.

Para uma sociedade aspirar ao desenvolvimento deve ter como sua principal preocupação o incentivo ao seu setor dinâmico. Ou seja, aquele setor que gera ou pode gerar poupança, renda e progresso técnico, responsáveis pela expansão e crescimento da economia. Para Furtado, o dinamismo da economia capitalista em sua fase industrial resulta, em última instância, do papel que nela desempenha a classe empresarial à qual cabe utilizar de forma reprodutiva uma parte substancial da renda em permanente processo de formação. O que garante este dinamismo é a forma como se utiliza a massa de renda que reverte aos empresários e que estes poupam. Não devemos, contudo, confundir o processo de acumulação de renda e de poupança por parte dos empresários – renda esta destinada a reinversão, ou seja, na aplicação em fatores produtivos – com concentração de renda e gastos em consumo extravagante. Vou detalhar um pouco esta questão, pois seu desdobramento é de

extrema importância para a compreensão da interpretação furtadiana em relação ao imprescindível papel das disputas entre as classes para uma sociedade capitalista industrial desenvolvida.

Pois bem, se a formação de poupança por parte dos empresários para melhoramento tecnológico e produtivo tem efeito positivo, a concentração de renda dada pela ausência deste tipo de investimento é devastador. Era o que estava acontecendo no Brasil dos anos de 1950. O processo de substituição de importações estava fazendo água, na medida em que não conseguia superar sua fase inicial, com incorporação e desenvolvimento tecnológico e expansão da renda. Se o investimento empresarial representa um papel extremamente importante no crescimento da renda os trabalhadores também representam um papel de mesma monta na sua reprodução.

Celso Furtado nos assinala que é preciso saber explicar os fatores reais que determinam a divisão do produto ou como se dá acumulação da renda gerada socialmente e sua inversão em uma determinada sociedade. A forma e o modelo que segue tal processo são, na maioria das vezes, característicos de cada sociedade e explícitos em seus marcos regulatórios. Contudo, os modelos distinguem-se profundamente entre as sociedades centrais e periféricas. Como o que mais nos interessa neste trabalho é a análise furtadiana do Brasil sob a ótica da sociologia e da política, vamos destacar suas impressões sobre as estruturas subdesenvolvidas, entre as quais se inclui nosso país, sem deixar de ressaltar os contrastes resultantes das comparações com as estruturas desenvolvidas, pois nelas estão as fontes e os ideais inspiradores do autor.

A forma como se dá o processo de apropriação e/ou acumulação (e posteriormente sua inversão) do excedente se assentaria no marco institucional de cada sociedade, o que se daria por escolhas políticas. Ou seja, quando estudamos economia estamos também tratando de relações de poder, ou de política. Um dos mais importantes aspectos para a análise do processo de desenvolvimento do sistema capitalista em uma sociedade que se pretende

industrial e moderna, para Furtado, estaria na forma como ela resolve o imbróglio de como se dará a reinversão dos lucros particulares e dos recursos oriundos da sua arrecadação fiscal.

Furtado ressalta que um dos fatores que sustentam uma sociedade capitalista democrática desenvolvida e possibilitam que ela continue a cursar este caminho é justamente a possibilidade do conflito de interesses entre suas classes fundamentais – respeitando o arcabouço jurídico-político estabelecido. Então, o embate, a disputa entre as classes é visto como positiva e desejável, como atividade natural e saudável da busca do bem-estar dos indivíduos política e socialmente organizados e deve estar prevista no marco regulatório destas sociedades. Essa era uma das saídas apontadas por Furtado para a passagem de um estágio de “substituição de importações” para o de “economia de livre-empresa” a partir da valorização do mercado interno.

É dessa disputa sadia, conflito natural que deve marcar as sociedades capitalistas democráticas, é que surgiram as bases que ao logo do tempo delimitaram seus marcos institucionais que garantiram o equilíbrio das disputas e o dinamismo social. Aí estariam embutidas as leis gerais e as regras que definiram suas prioridades sociais e econômicas. Ou como se aplicarão os excedentes sociais arrecadados pelo Estado, da poupança privada e como o todo social se beneficiaria deles. Estas prioridades deveriam ser debatidas e definidas durante a disputa política presente na sua regulamentação e também nas suas subseqüentes alterações. Evidentemente aparecem associadas a um projeto nacional.

Mas vamos examinar isto com mais clareza a partir do que Furtado nos apresenta. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, ele faz uma profunda análise sobre o desenvolvimento do processo capitalista europeu. Analiticamente divide este processo em duas etapas principais, a comercial e a industrial. Vejamos as suas distinções fundamentais.

*“Demais, o crescimento, na economia industrial, é imanente ao sistema e não contingente, como ocorre com a comercial. Não seria possível conceber uma economia industrial senão crescendo, pois as peças fundamentais de seus mecanismos só tomam corpo e se individualizam através do crescimento. Uma teoria da economia industrial tem*

*necessariamente que trazer dentro de si uma explicação do crescimento econômico.” (CF, 1961;154).*

Furtado nos aponta que uma sociedade industrial desenvolvida é eminentemente dinâmica e será este dinamismo sua característica fundamental. Este dinamismo se dá, em essência, a partir do momento em que se instalam certos “mecanismos” sociais e econômicos que permitem um processo automático de reinversão, consumo e disputa de classes, ou seja, a circulação da renda dada pela relação produção e consumo.

*“Na economia industrial, a renda do empresário e qualquer outra, tem que ser reintroduzida no circuito econômico para que este não se interrompa...*

*Mas voltemos ao nosso ponto central. Vimos que a economia industrial tem como característica básica o fato de que, nela, o empresário procura reinverter os seus lucros aperfeiçoando os métodos de produção. Entretanto, se se tem em conta o que vem de ser dito, comprovamos que não é menos específico do sistema industrial o fato de que o empresário não pode negar-se a reinverter seus lucros... .” (CF, 1961;157)*

Grosso modo, vamos tentar demonstrar como Furtado vai construindo sua interpretação sociológica do processo de desenvolvimento capitalista nas sociedades européias. Ele acredita que o capitalismo industrial ao chegar a uma condição descrita como de “bens de capital”, em sociedades cujas organizações dos trabalhadores conseguiram poder de pressão política, a importância do desenvolvimento tecnológico começa a se destacar junto com o crescimento do mercado interno. A expectativa de crescimento do mercado interno é que impulsiona a aceleração do desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo ele se torna o elemento motivador do consumo e do investimento, tornando-se um dos pilares da continuidade do crescimento econômico. Tendo em vista uma economia ideal de livre-empresa, onde prevalece uma condição previsível de distribuição da renda, baseada na capacidade reivindicativa dos trabalhadores e onde os conflitos sociais se dão sob uma sociedade politicamente estável, Furtado imagina que a concorrência faz com que as empresas invistam em progresso técnico no sentido de atender as exigências concorrenciais e de expansão do mercado.



Este tipo de elaboração demonstra a expectativa do autor em associar elementos que sustentem uma opção político-ideológica de centro esquerda de viés social-democrata ao desenvolvimento econômico sustentado. Daí faz uma importante inflexão no debate, principalmente com a esquerda, quando estabelece que a democracia não é apenas uma construção burguesa, ela é uma construção associada no âmbito das lutas de classe. Dessa forma, uma conquista também dos trabalhadores. Assim, desconsiderando o momento inercial, o consumo representado pela massa de salários é quem responderá, por um dos lados, pela continuidade do dinamismo do sistema, o outro é dado pela necessidade de investimento com renovação tecnológica pelas empresas. Como as empresas para continuar existindo neste ambiente competitivo são obrigadas a criar novos produtos, cada vez mais atrativos para os consumidores, a inovação tecnológica se impõe como fator dinâmico imprescindível para a lógica do sistema, ou seja, para a manutenção do crescimento econômico.

Ressalta, entretanto, que o empresário também pode optar apenas pelo investimento em tecnologia no sentido da redução dos custos e que visem redução da mão-de-obra. Esta será uma consequência que imporá diversos “ajustes” ao sistema. Neste caso, correções e ajustes teriam que ser feitos via pressão social e intervenção do Estado.

Por outro lado, historicamente nas economias industriais teria se dado um fenômeno inverso, segundo Furtado, a partir do momento que a oferta de mão-de-obra se tornou pouco elástica surgiu um fenômeno até então inédito: a carência do fator mão-de-obra. Neste momento teria ocorrido uma mudança nas relações produtivas, que ele chamou de segunda etapa do desenvolvimento industrial moderno. Estas mudanças nas relações produtivas só puderam se sustentar devido às pressões políticas que garantiram ganhos cívicos e sociais aos trabalhadores organizados.

*“A segunda fase do desenvolvimento das economias industriais – quando a oferta de mão-de-obra se torna pouco elástica – está assinalada por um desequilíbrio fundamental entre a capacidade de produção de bens de capital e a possibilidade de absorção dos*

*mesmos. Visto de outro lado, este fenômeno apresenta-se da forma seguinte: a oferta de capital tende a crescer mais rapidamente que a do fator trabalho, o que cria forte pressão no sentido da redistribuição da renda a favor dos trabalhadores. (CF, 1961;175)*

Em *A Dialética do Desenvolvimento*, Furtado novamente aponta que a democracia surge acoplada ao desenvolvimento do capitalismo, devido a crescente estabilidade institucional que esta associação proporciona. Para ele, interessa primordialmente à burguesia garantir a estabilidade política, pois é sob tal estabilidade regulatória que os empresários planejam seus investimentos de longo prazo.

Além do mais, o próprio funcionamento do sistema capitalista, a exacerbação da concorrência, induz a este processo de reinversão “automática” por parte das empresas que sabedoras da necessidade vital desta condição planejam automaticamente seus investimentos, seja sob a forma de novos produtos, desenvolvimento tecnológico ou ganhos de produtividade e a estabilidade político-institucional é um fator preponderante nos processos de investimento. A estabilidade do sistema político e institucional, entretanto, não é um elemento “reacionário” que funcione apenas a favor da burguesia é uma construção associada entre capital e trabalho. Mais que isso, esta “estabilidade dinâmica” é também garantidora do dinamismo econômico do sistema capitalista, gerando ganhos para os setores organizados. Dialeticamente, pelo lado da burguesia, os ganhos gerados pela tríade lucro-poupança-investimento (com desenvolvimento tecnológico) atua em conjunto com pressão política-salário-consumo, pelo lado dos trabalhadores gerando o dinamismo geral do sistema capitalista desenvolvido.

Na abstração furtadiana, a democracia deriva de uma necessidade “evolutiva” do capitalismo, que assimila ou se adapta (em um momento decisivo para consolidação deste processo) à participação ativa e reivindicatória da classe trabalhadora. Esta participação se daria preferencialmente pela busca por melhores salários, pela pressão política organizada, contudo, produziria também conquistas sociais comuns, dados pelos benefícios sociais. Furtado defende que foi o aumento da massa de salários que atuou sob a demanda agregada e

o crescimento do lucro das empresas fazendo com que os empresários adquirissem confiança na continuidade do processo de crescimento e continuassem investindo. Por outro lado, a ação governamental também atuou de modo a colaborar na consolidação deste processo.

Transportando os fundamentos desta análise para o processo de industrialização brasileiro, veremos que, segundo Furtado, até o final da década de 1950 o crescimento brasileiro estaria sendo bancado apenas pelo lado das inversões derivadas dos altos lucros dos empresários industriais e este processo poderia nos próximos anos, por diversas razões, não mais acontecer. Isto a despeito da enorme concentração de renda por parte do capital, o que poderia levar a uma crise social sem precedentes, interrompendo o processo de desenvolvimento.

Então, em um momento em que a estabilidade política se coloca como um fator determinante para a continuidade do crescimento, caberia a classe capitalista zelar pela estabilidade política e institucional. Estabilidade que, como Furtado procurou demonstrar, promove o crescimento e reforça a democracia e a inclusão social, para que se atinja um círculo virtuoso de desenvolvimento auto-sustentado. Nas sociedades industriais modernas, onde o progresso técnico assume uma aceleração progressiva e a competição se generaliza, o reinvestimento dos lucros não atenderia apenas à vontade do empresário, mas transforma-se em condição de sobrevivência das empresas. Associado às condições sociais e institucionais já citadas, isto proporcionaria ao desenvolvimento uma auto-sustentabilidade.

Na medida em que compartilha, por um lado, da definição analítica de desenvolvimento como aumento da produtividade, acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, Furtado incorpora os elementos políticos, institucionais, culturais e sociais à sua complexa teoria. A teoria do desenvolvimento com Furtado passa a ser não apenas acumulação de capital, mas também, incorporação de progresso técnico, distribuição de renda sob pressão política, que se daria preferencialmente pelas reivindicações dos trabalhadores organizados. No Brasil isto passava pela modernização de todo o sistema institucional.

Assim, para ele, não existe desenvolvimento fora da história, da incorporação dos valores modernos indutores do processo civilizatório ocidental, entretanto, mediados pelos pontos de vista dos países periféricos. Também fica claro que não há como dissociar desenvolvimento econômico de desenvolvimento político e social. Esta questão está no cerne da crítica que Furtado faz ao modelo brasileiro de desenvolvimento presente na parte final de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Ali aparece, entre outras, a preocupação com a concentração dos lucros e o baixo crescimento relativo dos salários, promotores da desigualdade social pelo lado moderno da economia, a deficiência do desenvolvimento tecnológico e o aumento progressivo do excedente de mão-de-obra nas áreas industriais.

Furtado nos diz, na página 256, que à medida que a industrialização contribuiu para a urbanização do país, mais e mais trabalhadores rurais foram atraídos para as cidades buscando benefícios e direitos sociais que se concentravam nos setores que predominavam nos núcleos urbanos. Tal corrida acarretava um fluxo interno permanente de mão-de-obra vinda das áreas rurais.

*“A consequência prática de tal situação foi que os salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente. Tal tendência foi reforçada pelo tipo de tecnologia que prevaleceu em toda a primeira metade do século XX, orientada no sentido de poupar mão-de-obra. Encontramo-nos, assim, em face de uma situação em que convergem uma oferta totalmente elástica de mão-de-obra e uma tecnologia que poupa mão-de-obra. Ora, se os salários reais se mantiveram de maneira geral estáveis, no decorrer dos últimos decênios, o mesmo tendo ocorrido na agricultura conforme indicaremos mais adiante – é que os benefícios da elevação da produtividade foram absorvidos pelos lucros. Parte desses benefícios terá sido chamada a si pelo poder público, cujas responsabilidades sociais aumentaram. Contudo, não há como desconhecer que o grupo empresarial absorveu uma parcela crescente do produto, o que explica a elevada taxa de inversão do setor privado no Brasil.”* (CF, 1961; 257)

Seguindo o raciocínio furtadiano vemos que nas sociedades subdesenvolvidas inferiores típicas a renda circulante via salários era mínima o que inibia qualquer atividade fora dos níveis de subsistência e do setor exportador.

*O nível do salário real era e é determinado pelas condições de vida prevalentes na região onde se instalam as novas empresas, sem conexão precisa com a produtividade do trabalho na nova atividade econômica. Bastava que o salário na empresa capitalista fosse algo superior à média regional, pra que se deparasse uma oferta de mão-de-obra totalmente*

*elástica. Assim sendo, o fator decisivo era o volume de mão-de-obra absorvida pelo núcleo capitalista. Ora, a experiência demonstra que esse volume de mão-de-obra não atingia, via de regra, grandes proporções. No caso das economias especializadas na exploração de minérios dificilmente se alcançava 5 por cento da população em idade de trabalhar. (CF 1961;181)*

O que Furtado quer ressaltar neste parágrafo é que nas economias subdesenvolvidas onde penetram as empresas exportadoras, não há modificação expressiva na sua estrutura econômica. Porque apenas uma pequena fração da mão-de-obra disponível é absorvida pela economia exportadora. Além do mais, os salários estão descolados do nível de produtividade da empresa, principalmente, devido à elasticidade da oferta de mão-de-obra. De acordo com Furtado, raramente se teria observado, historicamente falando, a modificação de uma estrutura arcaica pelo núcleo capitalista, quando esta estava ligada à agricultura de exportação. Pensando em sociedades minimamente democráticas, diz que é a industrialização que tem se apresentado como fator econômico revolucionário dada inicialmente pela condição de aglutinação do operariado. A partir de suas conseqüências como a urbanização, o desenvolvimento tecnológico e os ganhos econômicos gerados pelas disputas de classe ele tenta demonstrar que é a partir da industrialização, da consolidação do antagonismo de classes em um ambiente urbano e, mais tarde, de estabilidade institucional é que se geram condições para as modificações estruturais necessárias à quebra do dualismo.

Por isto que, se escorando nos exemplos históricos, afirma que também nas sociedades subdesenvolvidas baseadas na monocultura de exportação, mesmo quando acontecia uma melhora de salários e de vida, não se chegava a uma modificação estrutural da economia e da sociedade em questão. Isto, também, devido à condição de estabilidade estrutural que estes sistemas proporcionavam. Geralmente as empresas agrícolas tipicamente de exportação em economias subdesenvolvidas pagavam salários próximos à condição de subsistência – mantendo sua alta margem de lucro. Desse modo, ficavam em condições de absorver as quedas de preço e as variações do mercado internacional, razão pela qual o salário pouco flutuava. Isto contribuía para manter o nível de estabilidade interna,

dificultando mudanças que normalmente ocorrem impulsionadas por crises econômicas. De um modo geral, tal situação proporcionava certa estabilidade ao sistema se levarmos em conta as ebulições que trazem grandes variações nos níveis de emprego e renda na maioria das sociedades.

O Brasil historicamente desfrutou desta condição de “estabilidade estática”. Mas, devido a suas especificidades como: grande elasticidade dos fatores de produção e da empresa exportadora estar na mão de empresários locais, proporcionou o surgimento de uma massa de salários suficiente para dar um caráter monetário a importante faixa do sistema econômico. Para Furtado, o crescimento desta faixa monetária contribuiu para a criação de novos hábitos de consumo, com a penetração de artigos manufaturados de procedência estrangeira. Isto incentivou a diversificação dos hábitos de consumo que teve importantes conseqüências para o desenvolvimento posterior da economia.

No período áureo da cafeicultura no Brasil, o nível de emprego seguiu uma tendência relativamente estável, embora o valor das exportações flutuasse ao sabor das oscilações dos preços internacionais. Furtado credita a tal situação contribuição decisiva para a estabilidade política e social do sistema. Por outro lado, a estabilidade da renda interna em confronto com a instabilidade da capacidade para importar gerava, principalmente em tempos de crise, fortes pressões no balanço de pagamentos. Até nas fases de forte declínio dos preços de exportação, a rentabilidade dos negócios ligados ao setor interno mantinha uma continuidade de crescimento em termos relativos, pois aumentavam os preços das mercadorias importadas ao mesmo tempo em que se mantinha o nível de ocupação e da renda monetária. Grosso modo este foi o embrião de um mercado de consumo interno que possibilitou o surgimento do núcleo industrial. Entretanto, o “equilíbrio estático” gerada pelo dualismo estrutural permitiu que este núcleo se desenvolvesse sob uma oferta constante de mão-de-obra mantendo baixos os salários e o desenvolvimento tecnológico.

Este núcleo industrial apresentaria outra característica que lhe freava o dinamismo econômico: seu elemento dinâmico atuava pelo lado da procura e este era um ponto central quando se pensa em lógica produtiva, diz ele, principalmente pelo lado do seu principal indutor, o progresso técnico. A lógica do empreendedor que atua pelo lado da procura é diferente da lógica do empreendedor que atua pelo lado da oferta, daquele que aposta na criação de novos produtos, na inovação tecnológica não apenas para reduzir custos, mas na criação de novos mercados. Neste sentido imagino que Furtado seja *schumpeteriano* quando analisa a lógica das economias desenvolvidas e enfatiza a carência de empreendedorismo e de desenvolvimento tecnológico nas subdesenvolvidas. Contrapõe esta lógica à do empresariado nacional que se limita ou se satisfaz com o lucro fácil da substituição de importações, sem uma ambição ou uma visão maior de futuro.

Além de o núcleo industrial ter crescido no rastro da procura de manufaturas originariamente importadas – e se manteve assim durante todo seu período de expansão, inclusive durante o período conhecido como “de substituição de importações” – o setor exportador, gerador de divisas, mantinha-se dependente dos preços do café. A pauta de importações que os empresários nacionais investiram para suprir o mercado interno era composta por produtos básicos de consumo e este processo se deu com baixa incorporação tecnológica. Pelas características intrínsecas à economia brasileira, os empresários preferiam continuar investindo em expansão linear, em produtos e estruturas produtivas já obsoletas assimiladas dos países centrais, do que em desenvolvimento de tecnologias próprias.

Alguns dos aspectos negativos deste processo que Furtado resume é que a industrialização se deu sob alto grau de concentração de renda, salários estáveis e baixo desenvolvimento tecnológico. Assim, todo crescimento estava sendo sustentado apenas pelo lado do investimentos, em detrimento do crescimento da renda do trabalhador. Mesmo com incremento monetário gerado pelo crescimento relativo da massa de salário, estruturalmente, o incipiente mercado interno brasileiro não estimularia o industrial a romper o “equilíbrio

estático”, ou seja, vislumbrar o rápido esgotamento do modelo de substituição de importação. Furtado apela para uma mudança comportamental dos capitalistas brasileiros, dizendo que era preciso romper com a lógica empresarial criada ao longo do processo de substituição de importação e passar a operar os empreendimentos a partir de inovações tecnológicas e da criação de novos produtos e mercados próprios, com características próprias, pois é esta dinâmica que ele vê operar e sustentar o crescimento contínuo das economias centrais.

*“A etapa superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva. O fato de se alcançar essa etapa não implica que o elemento dinâmico principal passe, automaticamente, a ser o núcleo industrial ligado ao mercado interno. O processo normal de desenvolvimento do núcleo industrial é ainda o da substituição de importações; destarte, o elemento dinâmico reside ainda na procura preexistente – formada, principalmente, por indução externa – e não nas inovações tecnológicas introduzidas nos processos produtivos, como ocorre nas economias industriais totalmente desenvolvidas. (CF,1961;191)*

Resumindo: até agora Furtado tem nos mostrado que o subdesenvolvimento é um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas ou coloniais. O fenômeno apresentava-se sob formas variadas e em diferentes estágios. O caso mais simples seria o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma ou mais mercadorias de exportação, somada a uma larga faixa de economia de subsistência. Coexistência esta que poderia perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos, devido ao baixo dinamismo social destas economias.

Preconizava ainda que em uma sociedade em estágio de subdesenvolvimento complexo, caso do Brasil da década de 1950, o sistema era capaz de produzir parte dos bens de capital de que necessita para expandir sua capacidade produtiva. O processo de crescimento poderia continuar, então, por um bom tempo, mesmo que houvesse estancamento da capacidade de importação ocasionada pelos déficits comerciais cíclicos. Entretanto, a capacidade de importação era necessária para a incorporação tecnológica e o aumento de produtividade, fundamentais para a continuidade do crescimento a altas taxas.



No Brasil, onde o núcleo industrial se desenvolveu apoiado por um processo de substituição de importações de baixo desenvolvimento tecnológico, o maior desafio que o industrial inserido neste processo assumia era fabricar artigos similares ao importado, adotando métodos que o permitisse alcançar maior produtividade e lucratividade. As novas tecnologias se limitavam apenas ao habilitar a competir com os preços dos países centrais, entretanto, sem inovar na procura por novos produtos e novos mercados. No pós-guerra, incentivados pela política econômica do governo, que foi adotada mais sob forma a beneficiar o setor agrícola exportador, os industriais brasileiros aproveitaram para investir fortemente na substituição de importação de produtos manufaturados primários em detrimento dos investimentos em bens de capital e de novas tecnologias. Contudo, não estavam conseguindo superar àquele primeiro momento, se mantendo presos à lógica que os fazia apenas procurar aperfeiçoar métodos importados de produção e a fabricação de produtos pré-existentes.

Com estas observações, Furtado pretende levantar várias questões, mas, vou eleger três como de principal interesse para este trabalho: As questões do desenvolvimento tecnológico (inovação e criação de mercado), da ação governamental (planejamento) e a da formação da massa de salários (divisão de renda como garantidora do consumo). Como já apontei outras vezes, estas aparecem para o autor entre as questões fundamentais para a concretização do desenvolvimento naquele momento (início de 1960).

Não restam dúvidas da importância dada por Furtado ao lucro e a poupança por parte dos empresários industriais como questão crucial ao crescimento, este é um momento inicial, o primeiro passo. Mas, para a continuidade, para a conquista de elevadas taxas de crescimento por um longo período de tempo era preciso consolidar um mercado interno forte, distribuir a renda. Para isso era também necessário que as políticas institucionais apontassem não só para o incentivo às inversões, mas principalmente, para aquelas que possibilitassem o desenvolvimento tecnológico, a produção de bens de capital, como também, viabilizassem o

crescimento da massa de salários. Só uma sociedade que implementasse juntamente com medidas econômicas, medidas sociais e políticas, ou seja, onde democracia rimasse com inclusão social, poderia conseguir a “ativação” dos mecanismos que “automatizam” o processo de crescimento contínuo que permite alcançar o desenvolvimento sustentado, onde prevalece a lógica do “equilíbrio dinâmico”. Para isso era preciso que o país se reconhecesse como nação e que proporcionasse condições mínimas de igualdade para seus cidadãos e entes federativos.

Além da acumulação e inversão do excedente, Furtado destaca a importância da distribuição, para a formação do salário e do consumo. O fenômeno do desenvolvimento, contudo, extrapola novamente o econômico aparecendo intrinsecamente ligado ao sociológico e ao político, via consolidação das novas classes sociais e da democratização das instituições políticas e administrativas de governo. Prossegue então, indicando as conseqüências já observáveis naqueles dias iniciais de 1960 do descompasso do processo brasileiro de desenvolvimento. Em primeiro lugar aponta para a lucratividade excessiva da classe capitalista e demonstra heterodoxia, afirmando que não basta elevar a poupança para sustentar o crescimento. Aponta que o que estava se dando no Brasil era um crescimento da renda e do consumo desproporcional em favor das classes mais ricas, preservando-se a lógica do subdesenvolvimento e mantendo-se elevado o grau de injustiça social.

Diz ainda que esse modelo, de concentração de renda por parte do capital, sem pressão por parte da sociedade para a inversão deste processo, induziria o sistema a um vício inaceitável em uma sociedade industrial: uma ausência de preocupação com os ganhos de produtividade, ou seja, daqueles advindos da implementação de uma lógica empreendedora competitiva visando a inovação tecnológica através da criação de novos produtos e mercados, que caracterizariam a dinâmica e a lógica produtiva inovadora do capitalismo industrial moderno.

*“Na ausência de preocupação predominante com a produtividade, os problemas da escolha de tecnologia, de adequada localização, enfim todos os critérios de racionalidade são relegados a segundo plano. O que vem a ser o mesmo que afirmar que todo o desenvolvimento se faz com elevado custo social.”* (CF, idem, idem).

Quanto à baixa pressão social por melhores salários e benefícios sociais, diz ele que o crescimento exponencial do setor de serviços em relação ao operariado, pelo lado das pressões políticas e sociais por melhores salários, também se apresenta como mais um aspecto negativo num sistema em que a oferta de mão-de-obra é extremamente elástica. Pois os empregados do setor de serviços tendem a uma baixa capacidade de organização e reivindicação.

*“Esse fator contribui para que no conjunto das populações urbanas predominem os pontos de vista políticos moderados, em consonância com os fatores mais profundos que mantém estacionário o nível dos salários.”* (CF, idem; 258)

Furtado aponta também para o momento complicado em que se encontra a relação entre o campo e cidade no Brasil da época e como, principalmente pelo lado do deslocamento contínuo de mão-de-obra, a ausência de direitos sociais (e civis) e baixos salários no campo, contribuía para a manutenção dos baixos salários também nas cidades. Por outro lado a baixa produtividade do campo também contribuía para a diminuição da renda relativa do trabalhador urbano devido ao alto custo dos alimentos.

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* Furtado não sugere uma reforma agrária com distribuição de terras como solução imediata para os problemas da agricultura brasileira. Aponta isto sim, para a modernização produtiva, para a necessidade imediata da melhoria da produtividade no campo, com o incremento de técnicas e insumos agrícolas. Mostrava-se, entretanto, pessimista quanto à viabilização imediata destas idéias, visto que, devido à oferta elástica de terras e mão-de-obra não partiria dos agricultores tal opção, pois também operavam sobre a lógica predominante da expansão em detrimento do aproveitamento mais racional dos fatores. O conservadorismo do legislativo brasileiro também dificultava a aceitação de mudanças deste tipo.

*“Assim, o crescimento da produção agrícola se vem fazendo à base de uma oferta elástica. Tanto de mão-de-obra como de terras. Em tais condições explica-se que nenhuma pressão haja surgido dentro da própria agricultura para modificar a sua estrutura. A abundância de terras vem operando no sentido de reduzir as necessidades de capital destinado a conservar ou melhorar o rendimento por unidade de superfície. Por outro lado, a abundância de mão-de-obra minora a procura de capital destinado à mecanização.”* (idem, idem; 263)

Nas considerações finais do livro, onde Furtado exprime suas principais preocupações com o momento que considera crucial para o desenvolvimento nacional, fica explícito que sua maior preocupação é em relação ao desequilíbrio, ao desajuste ou nas suas palavras, a *irracionalidade* com que continua se dando o processo brasileiro de desenvolvimento. Para Furtado planejar era racionalizar os recursos, administrar a escassez, aperfeiçoar e facilitar os projetos modernizadores. Reafirma que o crescimento de maneira geral, vinham sendo bancados apenas pelo lado das inversões e dos projetos industriais em detrimento de uma visão institucional de crescimento da massa de salários. Por isto dá uma atenção maior à questão da concentração de renda por parte dos proprietários dos fatores de produção e do baixo crescimento da massa salarial, principalmente por conta da camada mais pobre. Afirma que mesmo o pouco que sobra para os trabalhadores é distribuído de maneira vertical.

*“Em síntese, os benefícios do desenvolvimento se distribuíram de forma regressiva, tendo o aumento do consumo alcançado o máximo nas classes proprietárias de fatores e o mínimo na agricultura das regiões de mais baixo nível de vida.”* (idem, pág. 265)

O perigo não se apresentava apenas no sentido da continuidade do processo de desenvolvimento, estava até na regressão das conquistas sociais e econômicas. Isto porque as inversões que bancavam o crescimento se fizeram, a despeito da concentração de lucros, pelos incentivos oficiais, intencionais e não intencionais. Entre os não intencionais inclui as políticas de inflação e câmbio. De forma que o processo de crescimento que vinha sendo bancado apenas por este viés não teria como se sustentar. Furtado já previa que se mantendo a velha lógica, a crise do sistema era iminente, pois não procurava saídas pra adoção de um projeto que se sustentasse numa lógica moderna de mercado induzida pela inovação tecnológica e sustentada por uma massa salarial crescente (um mercado interno forte).

Essencialmente Furtado acreditava que a inserção de tecnologia na produção agrícola acarretaria uma série de efeitos positivos para a economia do país, inclusive, tal implemento aumentaria enormemente o consumo dos produtos industriais brasileiros voltados para o campo, pois incluiria no mercado uma enorme massa de consumidores até então excluída. A expectativa desta inclusão poderia orientar todo um processo de investimento industrial destinado a atender as novas necessidades de consumo advindas deste segmento. Seria uma oportunidade única para a indústria nacional investir em novos produtos e novas tecnologias.

Além do aumento de consumo de mercadorias manufaturadas o desenvolvimento agrícola sustentaria o crescimento das cidades com alimentos muito mais baratos, ajudando a conter o processo inflacionário. Por isso as inversões industriais deveriam primeiramente priorizar o atendimento ao fornecimento de insumos e a mecanização da agricultura, completando o incentivo ao setor e fechando o círculo virtuoso.

Mas, vamos ver isto nas suas palavras:

*“Quaisquer que sejam as dificuldades decorrentes do esgotamento do processo de substituição de importações, o desenvolvimento terá de abrir o seu caminho, como alternativa a tensões sociais crescentes. Esse caminho, muito provavelmente, apontará em duas direções. A primeira é o aumento da produtividade nas indústrias e da transferência dos frutos da maior produtividade para os setores assalariados – decorrência de um mercado mais disputado – o que poderá permitir um crescimento mais rápido do poder aquisitivo do conjunto da população, inclusive rural. Essa maior produtividade traduzida em preços relativos mais baixos abriria às indústrias, dentro da agricultura, um mercado que são bens de produção neste setor. Haveria, assim, estímulo para um processo de capitalização na agricultura, do qual decorreria, necessariamente, elevação da produtividade e, provavelmente, melhoria do salário real.” (1961; pág.267)*

Como podemos ver, a *segunda direção* é uma aposta incisiva na questão agrária e, não passa necessariamente por uma divisão de terras pura e simples. A intenção é racionalizar o uso dos fatores, que são basicamente a terra e a mão-de-obra e a implementação de técnicas modernas de produção. O objetivo principal é o aumento da produtividade e a ferramenta é o incremento tecnológico, via incentivo à adoção de modernos implementos e técnicas agrícolas. Furtado acreditava que não havia como melhorar a

produtividade e mudar o modo e as relações de produção no Brasil, sem que acontecesse uma profunda transformação na estrutura agrária.

Acreditava ainda que o simples incremento de técnicas mais avançadas fatalmente propiciaria um crescimento generalizado de relações trabalhistas assalariadas o que, além de possibilitar a inserção de partes dos trabalhadores rurais no mercado de consumo, propiciaria também mudanças na organização social. A modernização da produção e o incremento do consumo agiriam junto às transformações sociais, capitaneadas pelo aumento da participação política, que lhes seguiriam a direção no sentido de uma melhor divisão da renda social. Quando a luta política se acentua, no decorrer dos anos de 1960 até 1964 Furtado explicita melhor sua posição quanto à necessidade das mudanças estruturais, contudo, encerra afirmando peremptoriamente no último parágrafo de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*:

*“Mas, desde já, podemos estar seguros de que o desenvolvimento somente se realizará se se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais.”* (idem; pág.268).

Penso que para Furtado questão da mão-de-obra ultrapassa em muito os problemas conjunturais, ele está todo o tempo pensando no sentido das mudanças nas relações sociais de produção. Ele destaca a importância da implantação de relações capitalistas de trabalho como condição indispensável de modernização, como ficará explícito logo a seguir na leitura que faço de Formação. Entretanto, apesar de ficar claro que ele pensa 1960 com a mesma lógica de 1870, ou seja, elegendo os fatores tecnologia, mão-de-obra e renda do trabalho como centrais para a modernização e o desenvolvimento, a perspectiva agora é outra. Em 1960 ainda havia lugares no Brasil que as relações capitalistas de produção e trabalho ainda não estavam completamente consolidadas e era importante que o fossem, entretanto, agora as condições políticas eram completamente diferentes. Com o regime democrático estabelecido e as possibilidades de organização e pressão política os trabalhadores poderiam se

transformar em poderoso ator político e isto era fundamental para a consolidação do desenvolvimento social.

\*

Para desenvolver esta complexa análise da sociedade brasileira na passagem da década de 1950 para a de 1960, Celso Furtado elabora uma reinterpretação histórica do Brasil, enfatizando a visão de processo e os efeitos das relações entre o país e o mercado internacional e seus reflexos na formação da nação. Em *Formação Econômica do Brasil* ele ressalta como as decisões políticas internas foram decisivas para a configuração da forma de inserção do país no comércio mundial, bem como, dos seus reflexos para a estrutura socioeconômica interna que muda drasticamente a partir dos efeitos desta participação. Entretanto, sem deixar de considerar as decisões políticas internas. Para compreendermos a lógica da análise furtadiana aplicada ao contexto nacional, creio ser necessário acompanhá-lo por algumas de suas considerações contidas na sua obra mais importante, sublinhando os aspectos sócio-políticos que se dão em consonância com os econômicos.

Celso Furtado destaca que à medida que a economia cafeeira adquiriu proeminência econômica um novo fenômeno político começou a despontar no Brasil. É que a atividade exportadora passa a ser controlada por capitais nacionais, ao contrário do que até então se dava com nosso grande produto agrícola de exportação, a cana-de-açúcar. Neste último caso, o comércio era gerido por forças externas, que compravam o produto diretamente nas fazendas. Isto, além de proporcionar um incremento de capitais nacionais também marca o surgimento de uma nova elite política no Brasil.

Segundo Furtado, um dos fatores que diferencia os usineiros dos cafeicultores é que os primeiros nunca procuraram se organizar de modo a tentar influir decisivamente no processo e no preço de comercialização internacional de seu produto, bem como explorar internamente sua força política. Celso Furtado dirá que, por vários motivos, a elite do açúcar foi uma elite débil politicamente e submissa ao mercado internacional.

Elejo esta como uma das passagens marcantes de *Formação Econômica do Brasil*, pois, deixa transparecer conceitos teóricos determinantes que vejo entre os alicerces de toda a interpretação furtadiana. São conceitos que o aproximam de analiticamente do grupo intelectual isebiano que destacarei neste trabalho. Vou destacar agora três deles, utilizando como exemplo a analogia feita pelo autor sobre a relevância da atuação política entre as elites do café e do açúcar, são eles: a *autonomia*, a *autenticidade* e a *consciência crítica*.

Em *Formação* podemos perceber em vários momentos a importância destes conceitos que aparecem implícitos, visto que Furtado se utilizava deles, mas nunca se preocupou em defini-los e situá-los explicitamente. Porém, quando ele analisa positivamente, por exemplo, a elite do café em relação à elite da cana-de-açúcar, o vemos realçar a relevância destas classificações para a fundamentação de sua análise. Deixa perceber que a elite cafeeira supera em parte a alienação política e ideológica imposta pelo mercado internacional. Deixam a posição de passividade característica da elite do açúcar e passam a ser protagonistas, a ter uma presença decisiva na formação do mercado internacional do café e na condução política nacional.

Ora, os cafeicultores rompem em parte com a *alienação periférica* (que se contrapõe a consciência crítica), cujo um dos efeitos é o *mimetismo* (antítese da *autenticidade*), condicionante da sua situação de dependência e passam a interferir diretamente no comércio mundial e nos centros de poder nacional, tornando-se protagonistas. A elite cafeeira que pregava o credo liberal e defendia um Estado federativo excessivamente descentralizado, contudo, nunca teve um projeto real de desenvolvimento e integração nacional. Permaneciam voltados apenas para o mercado externo. Contudo, passaram a exigir uma participação ativa do Estado como facilitador de seus negócios, utilizando seus mecanismos, inclusive, para a manter a estabilidade do mercado interno com políticas de emprego e renda e para exercer de forma hegemônica o controle internacional dos preços do café. Não há dúvida que Furtado destaca também problemas causados pela hegemonia na



condução da política econômica nacional por parte dos cafeicultores, como por exemplo, a falta de visão social e da compreensão da condição extremamente instável dos produtos agrícolas no mercado internacional.

Pois bem, a elite liberal conservadora liderada pelos cafeicultores nunca se preocupou com a condição de subdesenvolvimento do Brasil e com a criação de um mercado interno forte, pois sua inserção era toda voltada ao mercado exterior e lhes interessava reproduzir esta situação que lhes era altamente favorável. Apostavam na exacerbação dos conceitos federativos por um lado e pensavam apenas nos seus próprios interesses “aristocráticos”. Nunca procuraram romper com o pacto colonial a partir de um projeto de nação, pois se viam mais como parte do centro do que da periferia. Seu ideal liberal era justificado pelos neoclássicos que enfatizam a teoria das vantagens comparativas para os produtores primários. Seus valores, sua identidade e desejos de consumo eram reproduções dos valores aristocráticos do centro. Dessa forma a estrutura produtiva do país foi mantida regionalizada e voltada diretamente para o comércio internacional, como unidades produtivas isoladas onde as elites produtoras locais procuravam se relacionar diretamente com as elites dos países centrais.

Durante toda a República Oligárquica os estados, ou melhor, as províncias, voltavam sua produção e negociavam diretamente com os mercados centrais consumidores. Assim, as elites produtivas locais negligenciavam a possibilidade de um mercado interno integrado e mantinham-se voltados sempre para o mercado internacional acentuando a condição de dependência periférica. Devido a uma visão eminentemente aristocrática, ao consolidar internacionalmente o café, passaram a se ver como parte do centro, uma elite distante da realidade do país, legitimada por um *laissez-faire* conservador e discriminatório. Deixaram-se levar pelo fascínio do consumo cultural irradiado pelos centros, copiando e ostentando uma pompa que era extraída de uma riqueza que era de toda a sociedade. Através do controle político dos centros de decisão e da conseqüente utilização dos recursos do

Estado, do excedente social, mantinham altíssimas margens de lucratividade. Assim, encontravam facilidade para reproduzir internamente as relações colonialistas tradicionais pasteurizadas por uma transposição indevida do liberalismo econômico para a organização social. Para Furtado, um real projeto de nação no Brasil só começaria a ser implementado a partir da integração econômica do país, com a criação de um mercado interno articulado a partir do núcleo industrial paulista, e entraria em seu momento decisivo com as conquistas democráticas dos anos de 1950.

Vejo que Furtado destaca em *Formação*, quatro momentos políticos decisivos para o país e para a consolidação da nação: 1822, 1870, 1930, e 1950. Penso que ele vê o primeiro como o formador do Estado, que advém da Independência. Ali são tomadas as decisões e se opta por uma posição subalterna associada do Império brasileiro ao domínio inglês. Mantém-se o pacto colonial, uma visão que teria legitimado a continuidade da participação periférica do Brasil, de forma complementar a economia da Inglaterra. 1870 é uma referência à implantação do trabalho assalariado na lavoura do café, inaugurando um processo que repercutirá decisivamente no futuro do país. Além dos efeitos multiplicadores proporcionado pela massa de salários que produz, a grande inflexão deste momento se dá pela implementação de relações de trabalho capitalistas na região, cujas conseqüências serão profundas para o país.

Não é a toa que Celso Furtado dá preeminência à quarta parte de *Formação*, esta parte trata deste momento decisivo no Brasil: da transição de uma economia marcada pelo trabalho servil para outra regida pelo trabalho assalariado, característica fundamental de uma sociedade desenvolvida. De acordo com sua interpretação da teoria do subdesenvolvimento, este movimento marcaria o início da passagem de uma economia subdesenvolvida primitiva para um estágio de subdesenvolvimento complexo, onde as relações dicotômicas entre os setores moderno e atrasado se acentuam. Além do mais, para Furtado como já vimos, está na disputa de classes um dos mais importantes fatores dinâmicos das modernas sociedades

capitalistas industriais e este será o momento formador de uma futura classe assalariada, de um mercado interno e da urbanização e posterior industrialização do Brasil.

Furtado tenta superar neste estudo vários pontos que trata como “mitos” do pensamento brasileiro sobre as causas do nosso atraso, questões que são analiticamente tratadas, principalmente, numa comparação com os EUA, devido a sua origem colonial e também de grande exportador de produtos primários como o Brasil até o início do século XIX. Como é referência de toda sua obra, Furtado institui os campos econômico, político e cultural (ou antropológico se assim quisermos) como centrais para a explicação deste fenômeno (o atraso relativo do país).

Para percebermos a dimensão de *Formação* temos que levar em conta que ela possui muito de valores e idéias de uma vertente do pensamento social e político brasileiro da época, que tentava sepultar de vez as interpretações dos problemas nacionais inspiradas em conceitos raciais, biológicos, climáticos, geográficos e psico-sociais ou ainda amparados nos problemas de origem (latina). Prosseguindo na leitura da quarta parte de *Formação*, veremos que Furtado procura comparar as elites intelectuais norte-americanas e brasileiras na época de suas respectivas independências com o intuito de demarcar suas diferentes posturas em relação à interpretação da teoria liberal. Afirma que este foi um momento decisivo na história destes países e, no caso do Brasil, crucial para a consolidação da sua condição de dependência e, conseqüentemente, de subdesenvolvimento.

A elite brasileira que articulou o processo de independência não teria sido capaz de romper com a estrutura colonial de dominação. Isto tanto no que se refere às práticas internas quanto no que concerne à sua relação com a potência hegemônica, no caso, frente aos interesses ingleses. Ao contrário da elite norte-americana que nitidamente tinha ambições maiores, mantiveram a antiga forma de inserção colonial, periférica, de submissão e dependência, em detrimento de uma posição afirmativa que almejasse soberania, autonomia e integração nacional.

Por outro lado, Furtado ressalta as dificuldades econômicas pelas quais passava o Brasil neste período. Vínhamos de um longo período de estagnação desde a queda da produção do ouro de Minas-Gerais. O açúcar e o algodão estavam em baixa no mercado internacional e os recursos produtivos oriundos do auge da mineração estavam subaproveitados. Diz ainda que não foi por falta de um protecionismo maior que a parca tentativa de se criar indústrias no país, com destaque para a siderurgia, não funcionou.

Não teria funcionado porque não tínhamos um mercado interno capaz de absorver uma produção que também não tinha como ser exportada devido à falta de competitividade e de infra-estrutura. Sem mercado não há produção em escala. Furtado diz que nos países subdesenvolvidos o mercado interno não se cria a partir da construção artificial de indústrias. Criam-se as indústrias a partir da demanda. Outro problema grave, sem falar na escassez de capital, era a carência tecnológica, a falta de mão-de-obra qualificada e estrutura de transporte.

Os Estados-Unidos, ao contrário, possuíam centros de relativo desenvolvimento tecnológico, possuíam um comércio ativo com a região do caribe e firmaram com os ingleses uma parceria que lhes possibilitou um tremendo fluxo de renda. Furtado chega a afirmar que a primeira fase da revolução industrial, capitaneada pela indústria têxtil, teve dois protagonistas: os ingleses, responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico, e os norte-americanos que sustentaram o fornecimento do algodão num período de tremenda expansão da demanda inglesa.

Além do mais, pelo aspecto cultural e político ideológico, Furtado ressalta que era flagrante a diferença entre as elites dos dois países. No Brasil, dominavam o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA, uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos. Sobre a diferença ideológica entre estas elites comenta:

*“Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexandre Hamilton e o Visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas idéias*

*absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe dos pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulos diretos às indústrias e não apenas medidas passivas de caráter protecionista – Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: deixai fazer, deixai passar e deixai vender.” (CF, 1968; 109).*

Como as elites imperiais professavam o liberalismo como ideal, Furtado parece querer nos demonstrar que, parafraseando o que disse Sérgio Buarque de Hollanda a respeito da democracia, o liberalismo também nunca foi bem entendido no Brasil. Alexander Hamilton, foi eleito por Furtado como o grande representante de uma corrente de pensamento liberal norte-americano que, lendo Adam Smith teria interpretado suas elaborações de acordo com os interesses e necessidades pelas quais passava seu país. Representava uma elite que não se acomodava a uma situação periférica e ambicionava construir um país soberano.

Por imposição da metrópole, boa parte da elite dona do principal produto dinâmico da colônia, o açúcar, se acomodou a uma posição secundária e dependente dos comerciantes de Lisboa, que atuavam como simples entreposto distribuidor. Tendo naturalizado esta condição, a elite do açúcar tinha limitada profundamente sua lucratividade. Os norte-americanos negociavam diretamente seu algodão como os ingleses e sob vantagens consideráveis, em relação ao resto do mundo. Furtado insinua que muito destas conquistas norte-americanas se deveu a perspicácia dos seus negociadores que souberam utilizar da ação política organizada via governo, como forma de fazer valer seus interesses e sua soberania.

No Brasil teria se dado justamente o contrário. Na última metade do século XIX o açúcar vinha de um longo período de depressão, justamente devido às posições protecionistas inglesas à suas colônias antilhanas, o que enfraquecia brasileiros e portugueses. Na primeira metade do século XIX todos os produtos primários brasileiros conviviam com problemas no mercado internacional, fazendo com que todas as regiões da colônia e, logo após do Império, vivessem momentos de penúria.

O montante de problemas conjunturais e estruturais pelos quais passava o país, somados a falta de iniciativa e compreensão do funcionamento do mercado exterior, teria contribuído para que a elite brasileira – que passa a comandar efetivamente o governo a partir de 1831 –, optasse mesmo com algumas resistências, a assumir passivos portugueses e privilégios ingleses que prolongaram uma situação de penúria. Daí que, para Furtado, esta primeira metade de século XIX aparece como grande responsável pelo atraso brasileiro em relação aos EUA – visão negativa do autor que se estende por toda a sua análise do período ligado a independência – que no início do século XX passa potencializar esta distância.

Com mais ou menos um século de atraso e guardadas as devidas e diferenças, começará no Brasil um fenômeno que lhe proporcionará um fluxo de renda parecido com o que os norte-americanos tiveram com o algodão: o café. Será a renda do café que patrocinará o surgimento de uma nova e importante classe dirigente no país: os cafeicultores. A economia do café modificará definitivamente a cara do país. Mais que uma classe dirigente com perspectiva empresarial, conhecimento de todas as etapas produtivas e comerciais de seu produto – inclusive no mercado internacional – e consciência da importância de ação política governamental, os cafeicultores serão responsáveis pela implementação do trabalho assalariado no país. Essa questão é de fundamental importância para Furtado, pois marca a entrada do país na etapa que chamará de “subdesenvolvimento complexo”. O evento do trabalho assalariado na lavoura de café se coloca como o marco temporal mais importante em sua análise porque é através dos “multiplicadores” dados pelo consumo daquela massa de salários que corroborou para o surgimento de um mercado interno e das primeiras indústrias. Sua implantação, contudo, não se deveu a uma “visão avançada” dos cafeicultores a respeito dos benefícios de uma moderna sociedade de classes, pelo contrário, foi um desses resultados inesperados que as situações conjunturais muitas vezes provocam. A partir deste momento a questão da mão-de-obra passa a ser decisiva para se entender *Formação*.

Por isso, vamos ver com mais detalhes como se deu esta implantação. Por outro lado, também nos mostra como a república oligárquica conseguiu manter uma política de privilégios para o setor exportador, agravando a concentração de renda no país. Como os cafeicultores encontravam uma forte demanda externa pelo café, prosseguiram aumentando exponencialmente sua produção a partir da segunda metade do século XIX. Isto porque encontravam grande facilidade de acesso a um dos principais fatores de produção para esta cultura: terra, cada vez mais fértil, à medida que avançavam pelo planalto paulista. Com o incremento do transporte ferroviário a expansão foi ainda mais facilitada.

Contudo, de início, encontraram um sério estrangulamento no que diz respeito à expansão do fornecimento de mão-de-obra. O trabalho escravo, desde o começo da pressão inglesa, já tinha prazo para findar e a migração dos excedentes internos, seja de mão-de-obra escrava ou livre não atendia as expectativas. Tanto em relação à qualidade quanto as dificuldades políticas e sociais que esta migração gerava. Foi então que se iniciaram as primeiras tentativas do aproveitamento da mão-de-obra excedente europeia nos cafezais brasileiros.

Mas os cafeicultores tentaram nas primeiras levadas de imigrantes, manter as relações de produção nas condições a que estavam culturalmente acostumados, ou seja, a servidão. Logo houve fortes reações, ao ponto de os governos europeus chegarem a proibir a imigração de seus cidadãos para o Brasil. Como os cafeicultores precisavam expandir sua produção para continuar a atender a demanda externa aos preços cada vez mais convidativos do café, aceitaram as exigências impostas pelos organismos internacionais para restabelecer o fluxo migratório.

Com isso, devido a regulamentação do trabalho imigrante, os trabalhadores do café passaram a receber um salário muito maior do que o até então pego pela economia de subsistência, além de outras vantagens, o que proporcionou uma divisão de renda, limitada, mas que ocasionou um fluxo de renda que impulsionou o consumo e um incipiente mercado

interno regional com ramificações por outras partes do país. Tudo isso aconteceu de uma forma contínua e exponencial por pelo menos quatro ou cinco décadas, inclusive as duas últimas no século vinte, que verá ainda a inclusão dos japoneses neste processo quando se tem diminuída a participação dos europeus a partir dos anos iniciais daquele século.

A forma como Furtado descreve este episódio da história brasileira deixa à mostra concepções que estão presentes ao longo de toda sua produção. Estas concepções aparecem em relatos da ação positiva dos cafeicultores como grupo organizado, como uma elite consciente de suas possibilidades e da forma como se organiza a estrutura econômica e política nas quais estão inseridos e que atuam de forma racional e ordenada para moldá-la de acordo com sua visão de classe ou de mundo. Consciência de classe e ação política organizada são elementos chaves para a dinâmica de uma sociedade desenvolvida, ou seja, onde o conflito de classes e a ação de grupos de pressão institucionalmente organizados atuam sobre o Estado de acordo com seus interesses.

Parece-me óbvio que Furtado quando escreve, na segunda metade da década de 1950, faz desta análise uma analogia com a situação contemporânea quando esperava que a burguesia industrial assumisse um papel de ator político de destaque, com aspirações semelhantes a dos cafeicultores. Ressaltando que esta observação deve ser mediada pelos aspectos conjunturais da época, onde as instituições e a participação política são muito mais democráticas do que na república oligárquica e possibilitariam às massas preeminência nas escolhas políticas. Como já apresentei, para ele, empresários industriais e trabalhadores organizados deveriam assumir a hegemonia da disputa política naquele momento.

Furtado não se furta a deixar pistas sobre com quais correntes interpretativas da sociedade brasileira está debatendo no momento. Isto me parece evidente no capítulo que trata da “transumância amazônica”, uma abordagem que transborda uma ácida crítica ao descaso das elites dirigentes conservadoras com os mais pobres. Neste exemplo ele deixa claro que onde houve uma intervenção institucional, pautada em valores de fundo igualitário,



como nas sociedades européias, exemplificada pela exigência de garantias mínimas ao imigrante que iam para a região brasileira do café, se deu progresso social. Onde garantias legais de condições mínimas não foram exigidas pelo Estado, se deixou fazer livremente ocorrerem as desumanidades que aponta quando descreve a migração nordestina para a Amazônia, ressaltando que lá não houve progresso social.

Para Furtado as condições conjunturais atuam de forma decisiva para e sobre as decisões tomadas pelos atores políticos e econômicos, mas estas não bastam como resposta definitiva para a análise dos problemas sociais, visto que se assim fosse, poderia se abrir mão das análises diacrônicas, optando apenas pelas sincrônicas. O fator histórico não se apresenta importante para Furtado, apenas pela análise detida do encadeamento dos fatos, ou de uma visão causal das coisas. Também, pelo fato de que o processo histórico submete os atores, individual e coletivo, a toda uma força ideológica que se deixada invisível se naturaliza e transforma-se em hábito e tradição, ou seja, cultura. É neste momento que se mostram os componentes ideológicos que guiam as decisões das elites dirigentes, a lógica que os guia e justifica suas ações, seus investimentos e prerrogativas.

Furtado, como a grande maioria dos intelectuais da época, elege o legado do passado colonial como fator que traz em si uma inércia que impede o dinamismo dos setores modernos de consolidarem-se na sociedade como mais facilidade e esta condição se estabelece com mais ênfase no campo da política. A rigidez e a estabilidade do tipo de estrutura de dominação imposto pelo modelo de produção colonial também atuariam no sentido da permanência desse modelo. Esta ação também pode ser expressa no âmbito da cultura, que se apresenta como um dos fatores que contribuirão para a rigidez da estrutura social nos países subdesenvolvidos, atuando como vetor contrário a penetração dos valores modernos e às mudanças sociais, principalmente no âmbito das instituições do Estado. Desta forma, economia, política e cultura são eleitos campos decisivos para quem deseja atuar sobre as mudanças sociais.

Furtado, quando se refere aos imigrantes, diz que, realmente, os trabalhadores europeus tinham produtividade superior aos nativos e aos ex-escravos da época, mas, enfoca que esta qualidade não era inata, elas lhes foram fornecidas pela vivência em um meio sócio-cultural e laborativo mais afeito a uma sociedade capitalista moderna. Tais requisitos foram apreendidos socialmente, eles já haviam absorvido um “ethos” que ligava o trabalho às conquistas sociais e a melhoria de vida. Isto era um fator preponderante na produtividade do trabalho do imigrante europeu que já vinha ao Brasil na intenção de “fazer a América”, como expressavam os italianos.

O mesmo não acontecia ao trabalhador nativo que, recém-saído do regime de escravidão permanecia vinculado a terra e ao chefe político, sua perspectiva e ambição não supera o abrigo e a proteção dada por um chefe político poderoso. Não tem idéia formada sobre a lógica capitalista e perspectivas de crescimento e reconhecimento individual. Por isso Furtado ter dito que, para a maioria das regiões do país, a abolição foi uma mera formalidade política, pois, a estrutura e a lógica de dominação que prendia o homem ao trabalho servil fora mantida.

Superar o subdesenvolvimento não era apenas uma questão econômica. Mais que isso, se punha como uma questão humanística e civilizatória para Furtado, um racionalista guiado pela crença nos valores universais do homem, que classifico como um “neo-iluminista”. Para ele o “embotamento” mental provocado pelo isolamento rural, a carência nutricional e a servidão limitavam e condenavam os indivíduos submetidos a tal processo a uma “subvida”, uma condição inadmissível a um ser humano do século XX. Devido a estas condições, as pessoas submetidas a uma organização produtiva perversa, eram mantidas à distância das noções mínimas de cidadania e direitos civis que o aparato jurídico do país lhes proporcionava.

Por isso, podemos notar uma revolta incontida em Furtado quando vê a “transumância amazônica” como um movimento que, baseado em uma propaganda enganosa, levava os

nordestinos a um destino cruel e desumano. Ele ressalta ainda que o governo que tanto ajudou os cafeicultores, chegando a financiar a imigração européia, nada fez para amenizar as condições adversas em que se deu aquele grande deslocamento humano.

Dentro da sua lógica de análise dos contrastes, presente do dual estruturalismo cepalino, Furtado contrapõe a forma como as duas regiões do Brasil que apresentaram uma séria necessidade de mão-de-obra resolveram a questão: a cafeeira e a da borracha. Na primeira, as decisões políticas acarretaram modificações profundas nas suas organizações sociais e produtivas, regionais e depois nacionais. Na segunda, que ceifou a vida de dezenas de milhares de pessoas, prevaleceram as relações tradicionais, sem intervenções ou mediações éticas, que respeitassem minimamente os direitos dos cidadãos e pudessem contribuir para mudanças estruturais a partir da implementação de um novo processo produtivo.

Ainda no caso da imigração européia, o governo aceitou as condições mínimas exigidas pelos países originários para a transferência daquele contingente populacional. No caso dos caboclos e dos nativos apenas a própria sorte pôde fazer por eles. Ou seja, a ética, os valores morais e civilizatórios que conduziam os representantes dos países europeus que, na verdade, queriam se livrar de todo aquele excesso populacional não se manifestaram nos homens de governo do Brasil em relação aos seus cidadãos. Aqui prevaleceram os valores tradicionais coloniais e discriminatórios que regiam as relações entre gentios e bugres dos tempos de colônia.

\*

Resolvidos os problemas da mão-de-obra na economia cafeeira, Furtado destaca no capítulo XXV a questão da concentração de renda, outro problema primordial para o crescimento com diversificação da produção e o desenvolvimento social. Este capítulo é fundamental para descrever como o fluxo de renda gerado pelo café foi determinante para os níveis de crescimento conseguidos pelo país na segunda metade do século XIX. Também

para percebermos, nos capítulos seguintes, como se deu o processo de concentração de poder e renda, alimentando as disparidades sociais e regionais. Ainda aqui ele reitera a posição de que o atraso relativo do país naquele século se deveu, principalmente, à estagnação da sua primeira metade.

Para efetuar seu cálculo da renda da última metade do século XIX, Furtado divide a economia brasileira em três regiões produtivas principais: o primeiro setor constituindo-se pela economia do açúcar e do algodão e seu vasto entorno de subsistência. O segundo pela economia de subsistência do Sul, com sua proximidade cada vez maior com o terceiro, que tem como centro a economia cafeeira. Estas regiões, pelo censo de 1872, englobariam mais de 90% da população brasileira.

Furtado chega à conclusão que durante a segunda metade do século XIX a renda real do país teria se multiplicado por 5,4 com uma taxa de crescimento anual de cerca de 3,5% e com um percentual *per capita* de 1,5% a.a. Com isso, procura demonstrar que esta é uma taxa elevada, mesmo para as principais economias mundiais. Os EUA tiveram um incremento da renda com níveis bem parecidos neste mesmo período e com uma taxa *per capita* menor, devido ao seu maior fluxo migratório.

Neste capítulo, em que aborda a questão sobre uma ótica estritamente econômica, diz que o retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores, provocado pela ausência da integração do Brasil nas correntes de expansão do comércio internacional, durante uma etapa decisiva de transformação das estruturas econômicas mundiais, foi preponderante para o atraso relativo do Brasil. Só com o café o país volta a ter um produto capaz de proporcionar a acumulação de divisas.

No capítulo seguinte, Furtado ressalta a importância para a economia brasileira do fluxo de renda gerado pelo trabalho assalariado. Procura demonstrar que a partir da implementação desse mecanismo toda uma nova dinâmica econômica e social é acionada. Com a ação dos multiplicadores keynesianos, se desencadeiam uma série de modificações

estruturais que resultariam, até a metade do século XX, na transformação da economia brasileira de simples exportadora de matérias primas numa economia de mercado interno.

O processo de crescimento da renda real que é potencializado com a implementação do trabalho assalariado, determina uma melhor utilização dos fatores produtivos. Dessa forma, o aumento do impulso externo associado a um setor da economia organizado à base de trabalho assalariado (setor cafeeiro) foi provocando transformações profundas na organização produtiva do país, estabelecendo um mercado de consumo interno incrementando inclusive um setor urbano de serviços. Entretanto, Furtado credita que o crescimento relativo da massa salarial cafeeira foi limitado pelo excedente de mão-de-obra que aos poucos foi se transferindo do setor de subsistência para a economia do café. Diz que se toda a mão-de-obra a ela necessária fosse suprida por imigrantes europeus, os níveis salariais teriam sido muito mais altos. A oferta de trabalhadores nativos, que recebiam menores salários, não foi suficiente para atender a demanda imediata, contudo, permaneceu como um suprimento complementar importante, dado pelo deslocamento migratório interno constante e ininterrupto.

A diferença entre os salários relativos pagos pelo setor cafeeiro e aqueles pagos pelos outros setores produtivos rurais, todavia, era tamanha que fez dos trabalhadores do café um grupo privilegiado, até mesmo dos nativos. Ainda assim, a região do café teve a possibilidade de acumulação de uma larga poupança durante todo o período de expansão da cultura.

Durante os períodos de retração toda a pressão da queda cíclica pesava sobre a massa de lucros dos empresários. Isto fez com que os cafeicultores agissem sobre os governos no sentido de criar mecanismos para repassar esse “prejuízo” para os demais setores da sociedade, “socializando” suas perdas. Engenhosamente mantinham os salários relativos dos seus trabalhadores e “socializavam” o prejuízo para o conjunto da nação. Como toda economia exportadora de produtos primários, a brasileira sofria com os desequilíbrios da balança de pagamentos. Furtado aponta isto no capítulo XXVII, realçando sua tendência

“natural” ao desequilíbrio externo. Mostra ainda que, se para os países centrais era difícil se manter fiel ao padrão ouro, para os subdesenvolvidos então era impossível, devido às freqüentes oscilações a que os produtos primários estavam sujeitos.

Como, a partir do incremento do trabalho assalariado, o Brasil tinha uma necessidade contínua de importação de manufaturados, nos períodos de baixa dos produtos primários caía também bruscamente a entrada de divisas no país. Entretanto, a procura pelas importações continuava crescendo por um tempo já que o salário mantinha-se estável, criando um desequilíbrio na balança de pagamentos. Furtado diz que o maior erro dos nossos políticos e técnicos de governo, principalmente daqueles ligados a área econômica durante todo o período da República Velha, seria o *mimetismo* (Cap. XXVII, pág. 169). Afirma que tal característica se derivava de uma fé inabalável nos princípios da doutrina liberal exposta pelos países centrais. Doutrina esta que, elaborada para os problemas e condições econômicas dos países centrais, em nada levava em conta as especificidades dos países dependentes.

Assim, nossos economistas tratavam problemas típicos de uma economia subdesenvolvida como “aberração” ou “patológico”. Furtado nos diz que é de se espantar a insistência com que nossos economistas insistiam em tratar de “aberração” aquilo que era a mais pertinente das realidades de uma economia periférica, os déficits e as constantes emissões de moeda. Isto sem que eles nunca precedessem de um esforço para a elaboração de um estudo sério e sistemático no sentido de compreender a situação segundo dados concretos da realidade nacional. Literalmente se refere a este aspecto afirmando que:

*“A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito (brasileiras) e tendia a transformar-se em um “corpo de doutrina”, que se aceitava independente de qualquer confronto com a realidade. Ali onde a realidade se distanciava do mundo ideal da doutrina, supunha-se que tinha início a “patologia social”. Dessa forma passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crença na doutrina em confronto com a realidade. Essa inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico é particularmente óbvia no que diz respeito aos problemas monetários.”* (CF; Cap. XXVII; 169)

No capítulo XXVIII, que Furtado nomeia como “A defesa do nível de emprego e a concentração de renda” ele trata de explicar com que facilidade os cafeicultores puderam expandir suas lavouras. Além da média dos preços do café ter se mantido sempre ascendente por cinco décadas e da ajuda dos governos em seus momentos de crise, outros dois fatores foram fundamentais: a abundância de terras férteis e, pelo lado da mão-de-obra, a oferta ininterrupta e a estabilidade dos salários. Sem contar que para a expansão das lavouras foi fundamental a estrutura de transporte ferroviário adquirida dos ingleses, que rapidamente escoava a produção do interior do Estado para o porto de Santos.

Enfatiza que sob tais condições o empresário não encontrava motivos nem estímulo para buscar um aumento de produtividade física, seja da terra ou da mão-de-obra envolvidas na sua empreitada. Era muito mais fácil optar pela simples expansão das lavouras buscando terras virgens mais férteis, e isto foi feito também nos momentos de crise, graças à ação decisiva patrocinada pelos governos estadual e federal. Quanto mais crescia a economia do café, mais o Estado se via obrigado a colaborar, socializando os prejuízos cíclicos dos cafeicultores. Principalmente devido à dimensão e a estabilidade de salários proporcionada pela economia do café.

Quando vinham os períodos de baixa cíclica do café, seja pela demanda ou pelo preço, logo se refletia em desequilíbrio da balança comercial. A correção deste desequilíbrio era tentada quase sempre pela desvalorização cambial. Mantendo-se os salários estáveis, baixava-se bruscamente o poder aquisitivo da população em relação aos produtos importados. Em uma economia altamente dependente de produtos manufaturados externos isto causava sérios transtornos sociais e políticos, com todos os problemas que acarreta um processo inflacionário.

Furtado ressalta ainda os efeitos da repetição de tais situações sobre o mercado. Quando se previa o desequilíbrio já se desencadeava (o tal do efeito hoje em dia chamado de “manada”) um ataque contra o valor externo da moeda. Isto, além dos gastos que provocava

ao governo, também produzia um aumento muito brusco nos preços, seguido de escassez dos produtos importados. Fenômeno para o qual contribuía o governo que em determinadas situações estabelecia uma “taxação sobre a exportação de capital”. Estes mecanismos beneficiavam os cafeicultores e os exportadores de matérias primas de maneira geral, que nos períodos de abundância embolsavam os lucros e nos de depressão socializavam o prejuízo. No final das contas, o processo de correção do desequilíbrio externo das contas brasileiras terminava em uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Este mecanismo funcionava tão bem, para a economia do café, que ao preço que fosse continuava aumentando sua expansão e o volume de sua produção. Fato que contribuía, também, para fazer do produto brasileiro o mais competitivo do mercado mundial.

No capítulo seguinte, Furtado vai tratar dos efeitos deste processo para o resto da sociedade brasileira. Dizendo-nos que eram perceptíveis as diversas formas de transferência de renda que acabava ocorrendo dos outros setores, o de subsistência e o urbano, para o setor exportador. Se bem que este fenômeno ocorresse também dentro do setor exportador, no sentido de assalariados para produtores, sua incidência era muito mais sentida nos outros. O setor de subsistência, além de perder fatores para o exportador, via seus produtos cada vez mais desvalorizados em relação aos importados, isto empobrecia os proprietários e levavam os trabalhadores rurais a um nível baixíssimo de subsistência.

Furtado aponta, contudo, que o ainda incipiente setor urbano, que começava a ganhar importância, era o que mais perdia. Pois via sua renda se exaurindo a cada intervenção governamental, seja pela via cambial ou pela emissão de moeda (que acontecia principalmente quando o governo tinha que saldar grandes dívidas). Assim, as freqüentes depressões externas rapidamente se transformavam em processo inflacionário. Este ponto é descrito por ele como um dos fatores cruciais que contribuíram para a instabilidade social e as constantes revoltas dos anos de 1920 que desembocam na revolução de 1930.



Com a queda do Império e o advento da República, pelo menos nos primeiros anos quando o governo fica nas mãos dos militares, foram criados vários artifícios na tentativa de evitar que o governo central arcasse com os gastos dos déficits da balança. Entretanto, a descentralização administrativa provocada pela federalização proporcionou às províncias liberdade fiscal e monetária, para que empreendessem acordos econômicos diretamente com o exterior. Com isto, as elites locais passam ter relativo controle das políticas de endividamento.

Por outro lado, todo este desgastante processo trouxe a tona um importante grupo de pressão política, a classe média. A classe média urbana, formada por empregados do governo, civis e militares, do comércio e profissionais liberais, somada aos outros grupos que eram prejudicados pelas ações do governo para beneficiar a economia do café, como os assalariados em geral, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploravam serviços públicos e os nascentes grupos industriais, começaram a pressionar politicamente os governos que, entretanto, se mantinham presos aos compromissos da política oligárquica.

Furtado encerra este capítulo e a quarta parte do livro enfatizando que:

*“Se a descentralização republicana deu maior flexibilidade político-administrativa ao governo no campo econômico, em benefício dos grandes interesses agrícola-exportadores, por outro lado a ascensão política de novos grupos sociais, de rendas não derivadas da propriedade – facilitada pelo regime republicano – veio reduzir substancialmente o controle que antes exerciam aqueles grupos agrícola-exportadores sobre o governo central. Tem início assim um período de tensões entre os dois níveis de governo – estadual e federal – que se prolongará pelos primeiros decênios do século atual.”* (cap. XXIX, pág.183).

Como vimos há pouco, a economia cafeeira traz uma novidade que será de extrema importância e corroborará para a formação de uma classe dirigente no país diretamente ligada ao setor dinâmico da economia. Furtado reitera que esta nova camada da elite foi formada por homens com noção empresarial moderna e uma visão de toda a complexidade do mercado, da plantação à comercialização do seu produto, inclusive sua inserção no mercado internacional,

e utilizaram este conhecimento também de forma a influir decisivamente a seu favor na condução da política econômica nacional. Daí o ponto relevante para Furtado: planejamento estratégico e interação entre a ação política organizada e os produtores visando melhor rendimento e aproveitamento dos fatores e da produção e do capital nacional. Estas são as inovações que os cafeicultores, como grupo política e economicamente mais fortes, trazem ao cenário nacional. Praticamente “inauguram” o capitalismo no Brasil, se fizermos uma leitura como a de Furtado em empreendedorismo, trabalho assalariado e ação do Estado compõem o tripé de expansão das sociedades capitalistas modernas.

Tentaremos, então, demonstrar a seguir como Furtado descreve as estratégias de conquista da proeminência do setor cafeicultor nas políticas econômicas adotadas, principalmente, pelos governos da República Velha e como se deram os efeitos inesperados de uma política de proteção exclusivamente voltada ao setor do café. Sendo que o maior deles foi a criação de um mercado interno e o próprio processo de industrialização. Como já nos referimos, ainda no Império, liderados pela província paulista, os estados cafeicultores empreenderam uma política de valorização do preço do café bancada por empréstimos internacionais. O êxito financeiro desta empreitada teria vindo a consolidar nacionalmente a vitória política dos cafeicultores, obrigando o governo central a embarcar neste projeto. Todavia, o bem elaborado e eficiente plano de defesa dos lucros que proporcionava à cultura do café no Brasil uma situação privilegiada entre os outros produtores do mercado internacional, também apresentava um lado negativo que se acumulava e se evidenciaria insustentável mais tarde.

Mantendo-se firmes os preços e os lucros elevados, as inversões na cultura do café eram enormes e cresciam exponencialmente devido a abundância dos fatores de produção e ao implemento do transporte ferroviário, atingindo as terras virgens do noroeste paulista. Ficava evidente a enorme pressão nos preços pelo lado da oferta se não fosse feito o controle artificial. Controle que ia ficando com o tempo mais caro e mais difícil. A situação se

colocava na forma de um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura. Não se podia esperar um aumento da procura por parte dos países importadores. Nem pelo aumento da renda dos consumidores nem pela quantidade consumida. A única maneira encontrada de se manter o preço e os lucros era pela retirada do mercado de parte da produção.

Furtado acrescenta que esta política foi audaciosa e bem elaborada, o erro estaria em não terem percebido a vulnerabilidade inerente aos produtos primários no mercado internacional. Ou seja, não atentarem tanto para sua tendência progressiva à perda do valor de troca em relação aos produtos industrializados quanto à instabilidade de preços, que sofriam com as alterações cíclicas dos mercados consumidores. Furtado aponta algumas alternativas que o governo poderia ter incentivado como forma de fugir a esta lógica que já se mostrava insustentável em longo prazo. Como alternativa, poderiam tomar iniciativa quanto à valorização do mercado interno com um investimento paralelo em outras culturas como forma de evitar os prejuízos nas quedas cíclicas dos produtos de exportação. Ao mesmo tempo, deveriam procurar manter o preço do café num patamar que desencorajasse o excesso de novas inversões, evitando a superprodução.

De todo modo, devido à sua força política os cafeicultores mantiveram uma política de controle de preços e lucros pelo alto, através de ações do Governo Federal, conseguindo, assim, manter uma situação de semimonopólio no mercado internacional. A política brasileira de defesa do café foi baseada principalmente no controle cambial, fiscal e em empréstimos externos. Esta combinação de ações públicas proporcionou uma lucratividade relevante aos cafeicultores brasileiros e teria inviabilizado, à época, a expansão do produto em outros países.

Com a crise de 1929 os mecanismos de defesa chegaram à exaustão. Com a depressão a procura caiu drasticamente ao passo que a produção brasileira continuou em crescimento, atingindo seu pico em 1933, pior ano da “grande depressão”. Os empréstimos externos se extinguíram, as reservas brasileiras rapidamente tomaram o mesmo caminho. O custo da

colheita do café era muito alto. O mais fácil, e aparentemente menos custoso, seria deixá-lo apodrecer nos pés. Mas não foi o que aconteceu.<sup>13</sup>

Em primeiro lugar Furtado procura mostrar como operou o mecanismo de defesa cambial. Ao tempo que os preços do café caíram por volta de 60% o governo brasileiro permitiu uma depreciação da moeda em torno de 40%. Dessa forma o grosso das perdas foi transferido para a coletividade com a alta do valor das mercadorias importadas. Como a desvalorização da moeda amenizou as perdas, o setor cafeeiro continuou a aumentar a sua produção.

Os estoques foram se tornando insustentáveis, mas os cafeicultores não se comoveram. Fez-se, então, uma expansão do crédito com emissão de moeda, mais uma vez “socializando” o prejuízo. Tal emissão acabou contribuindo para uma ainda maior desvalorização da moeda, mais prejuízo para a população. A destruição dos estoques passou a ser inevitável com a continuidade da política de se colher muito mais café do que o mercado podia suportar e o governo subsidiar. Porém, Furtado vê conseqüências positivas nesta política e a mais importante delas, como já enfatizamos, é a “não esperada”. Além da garantia de emprego e renda no importante setor cafeeiro em época de crise extrema, este processo acabou por influir decisivamente, mesmo que não intencionalmente, para a urbanização e a industrialização do país. Mais ainda, queimando os excedentes evitou-se que a baixa nos preços se tornasse contínua e acentuada e que a quebra se generalizasse. Obteve-se com isso um equilíbrio entre oferta e procura com um nível de preço mais elevado. Garantindo um preço mínimo de compra o Governo evitou o colapso da economia exportadora, mantendo razoavelmente os níveis de emprego e renda.

Como bom keynesiano, Furtado defenderá tal política demonstrando que o valor gasto pelo governo para a contenção de uma desvalorização maior do café se multiplicaria pelo

---

<sup>13</sup> O preço internacional do café caiu a níveis assustadores, de 22,5 centavos por libra em 1929 para 8 centavos em 1931. A crise atacava então por dois lados. Do lado da procura e do lado da oferta.

menos “por três” em geração de renda no mercado interno. Daí que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava internamente. Neste período de grande depressão a política de defesa do setor cafeeiro acabou por se transformar num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Mesmo que inconscientemente, teria se praticado no Brasil uma política anticíclica e anti-recessiva da maior magnitude, evitando assim, que se agravassem as conseqüências da “grande depressão” internacional.

Se por um lado geraram problemas e concentração de renda, por outro lado, Furtado destaca que a simples existência da vultosa massa de lucros que a economia cafeeira proporcionou ao país por décadas abriu novas possibilidades para a economia nacional. Mesmo não atuando de forma relevante para a formação de um mercado interno nacional, porque o elemento dinâmico da economia cafeeira era a procura externa, ela se destacaria de outras economias tradicionais de exportação pela formação de um centro de poder e capital nacional e pela sua própria magnitude. Isto teria feito do Brasil um caso a parte entre as economias exportadoras de produtos primários. Contudo, seus vultosos lucros nas fases de prosperidade tendiam a se concentrar basicamente no seu próprio setor, sem desempenhar qualquer papel fundamental no sentido da modificação e da complexificação da estrutura geral do sistema produtivo nacional. Todavia, foram estes recursos que, além de possibilitar a absorção de parte da economia de subsistência preexistente, também financiaram a imigração européia, como isso, substituindo as antigas relações servis por relações capitalistas assalariadas. Promovendo, assim, mais uma vez como conseqüência inesperada, a expansão do setor monetário, que passa a contar com um mercado interno de consumo pautado por relações capitalistas entre patrões e empregados. Isto se deu porque as necessidades de manufaturas do setor cafeeiro eram elevadas, assim, ele contribui significativamente para o surgimento de um mercado de produtos manufaturados que, mais tarde, teria incentivado a criação de um núcleo urbano e industrial no país.

É interessante lembrarmos que *Formação* é um livro elaborado no sentido de uma nova interpretação, uma nova leitura, que se quer crítica à visão tradicional e elitista da construção nacional então em voga na historiografia brasileira. É uma proposta de refundação da historiografia e da nação sob valores que ressaltam a condição de igualdade de direitos civis, políticos e sociais no Brasil, ressaltando as razões econômicas do subdesenvolvimento. Esta interpretação é feita sob a ótica do dual estruturalismo cepalino, mediado pela síntese metodológica isebiana e os ideais do nacionalismo desenvolvimentista democrático, com o intuito de explicar e influenciar a política e a economia brasileira da década de 1950.

No meu entender, a quarta parte do livro destaca quadro momentos que são cruciais para entendermos a lógica da interpretação furtadiana da realidade brasileira. O primeiro momento, como já ressaltai anteriormente, é um marco político importante e teria como referencial a independência e suas escolhas estratégicas, levando em conta, claro, todos os momentos cruciais que a antecederam e a provocaram, bem como aqueles que a seguem e por conseqüência, a completam. O segundo tem como referência justamente a consolidação do trabalho assalariado na lavoura de café, e será um marco das profundas transformações sociais e econômicas advindas do seu processo de consolidação de um mercado interno nacional e a conseqüente supressão (progressiva) das tradicionais e seculares relações de servidão e semi-servidão que caracterizavam o trabalho até então. Este será um fenômeno inicialmente característico da região cafeeira, que impulsiona posteriormente o desenvolvimento de todo um setor “moderno” da economia e da sociedade.

O terceiro momento teria como marco 1930 e o fim da descentralização federativa. Seus símbolos seriam: a consolidação do processo de industrialização do país, a partir da estruturação de um mercado interno apontando para uma integração regional e o início do processo de inclusão política e social da população mais pobre. Nossa história, até então marcada por economias regionais estanques passa a ter um núcleo dinâmico irradiador de uma produção voltada a suprir toda a extensão territorial do país. Pelo lado da política, as

camadas populares tornam-se atores relevantes, passando a influírem cada vez mais nos processos de escolha de representação política.

Já sobre o quarto momento, que é de onde ele está escrevendo e ao mesmo tempo debatendo com as principais forças político-ideológicas, Furtado assinala que a política econômica iniciada com Vargas e retomada por Juscelino possibilitaria a conclusão do processo de industrialização e de integração econômica do Brasil. As transformações advindas das mudanças nos modos de produção e da consolidação da democracia, requisitos básicos para a formação de um novo marco jurídico-político baseado nos princípios universalistas da modernidade, consolidar-se-ia uma nação soberana.

Vale a pena chamar a atenção para um aspecto que aparece embutido na construção de Formação: é que Furtado está a todo o momento fazendo uma analogia entre a economia do café e a industrial dos anos de 1950, realçando as oportunidades do desenvolvimento. Ele percebe que o crescimento econômico e o comércio mundial no capitalismo operam em ciclos de alta e baixa. Aproveitar os momentos de alta ou conjunturas propícias, externa e internamente é fundamental para que uma nação aproveite as oportunidades gerados pelos fluxos de renda que os acompanha e prospere. Suas pesquisas sobre o desenvolvimento dos EUA em comparação com o brasileiro durante a última metade do século XIX e a primeira do XX revelam isso.

A descrição de Furtado do surgimento do núcleo industrial paulista é um elemento chave do debate com outras correntes do pensamento social brasileiro, principalmente com intelectuais da USP e a interpretação de Fernando Henrique Cardoso.

Furtado nos diz que a certa estabilidade do nível de renda interna e a instabilidade na capacidade de importar dados pela política da economia cafeeira agiram cumulativamente, no sentido de garantir as inversões ligadas ao mercado interno. A política de controle artificial

da oferta de café, iniciada no primeiro decênio do século XX, deu maior estabilidade à capacidade de importar e, muito provavelmente, afetou de forma negativa o desenvolvimento do núcleo industrial naquele período. Entretanto, este fato não se repetirá nas décadas seguintes, apesar das políticas econômicas sempre pesarem no sentido de ajudar a manter a lucratividade dos cafeicultores.

O núcleo industrial, criado com base na procura preexistente por manufaturas que antes eram atendidas pelas importações, iniciou-se a partir de indústrias ligeiras, produtoras de artigos de consumo geral, como têxteis e alimentos elaborados. Devido ao crescimento deste núcleo industrial e às políticas de integração nacional adotadas a partir da década de 1930, o mercado interno passou a ser o fator dinâmico principal da economia nacional. A partir deste momento Furtado vislumbra a coexistência de três setores principais na economia brasileira que configuraram o que designou como economia subdesenvolvida complexa. No primeiro predominariam as atividades de subsistência em que seria reduzido o fluxo monetário circulante. No segundo se situariam as atividades ligadas diretamente ao comércio exterior. Finalmente, no terceiro se situam as atividades ligadas ao mercado interno de produtos manufaturados em geral.

Então, no pós-45, se consolida no país uma estrutura de economia subdesenvolvida bem mais complexa do que aquela que aponta para a simples coexistência de empresas capitalistas modernas com reminiscências de um sistema “pré-capitalista”. Falando da formação do núcleo industrial paulista, Furtado teoriza que em estruturas subdesenvolvidas de grau superior, a massa de salários e a contínua expansão das terras produtivas – pelo setor moderno, ou seja, aquele regido por relações capitalistas assalariadas – se constituem nos elementos dinâmicos do sistema. A expansão do setor exportador engendra um fluxo maior de renda monetária no sistema, o que torna possível a absorção de fatores antes ligados ao setor de subsistência ou tradicional – aquele cujas relações se dão ainda pelas formas tradicionais de proteção, escambo ou trocas e não majoritariamente monetárias. Entretanto, se



o setor exportador, onde está a massa de salários, se mantém estacionário, o crescimento da população levaria à redução da renda média dos salários e ao declínio da renda por habitante, comprometendo o crescimento de todo o conjunto.

Nas estruturas subdesenvolvidas mais complexas – onde já existe um núcleo industrial ligado ao mercado interno, como é o caso do Brasil neste período – podem surgir reações cumulativas, tendentes a provocar transformações estruturais no sistema. Neste caso, através do consumo, a massa de salários paga pelo setor exportador age como um multiplicador internamente, tanto da renda quanto da produção. Quando aumenta a demanda externa crescem também os lucros e a demanda do núcleo industrial já consolidado ligado ao mercado interno e aumentam as inversões deste núcleo. Isto proporciona um aumento do nível de renda monetária e reduz a importância relativa da faixa de subsistência. Do desenrolar deste processo resultariam várias conseqüências, inclusive a absorção de parte dos fatores até então ligados a esta última faixa. Todo este movimento proporcionaria também uma maior integração do mercado interno. Este fenômeno potencializado induziria às transformações no sistema como um todo.

Então, exemplificado pelo caso brasileiro até meados dos anos de 1950, estaria assim demonstrada a etapa superior do subdesenvolvimento. Esta etapa seria alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva. Ou seja, quando existe já instalada uma indústria de bens de capital. A partir daí observa-se também a coexistência cada vez mais interativa de um núcleo industrial urbano com os setores primários. Tendendo o primeiro a absorver e atrair um número cada vez maior de trabalhadores do setor rural de subsistência.

Por observação, o autor prossegue afirmando que o processo mais freqüente de desenvolvimento do núcleo dinâmico de uma economia industrial em gestação ainda seria o de substituição de importações. Contudo, o elemento dinâmico residiria ainda na procura

preexistente – formada principalmente por indução externa – e não nas inovações produtivas e tecnológicas como aconteceria nas economias industriais desenvolvidas. Esta dependência do setor exportador ressalta a preocupação central dos economistas cepalinos nos anos 50.

Segundo Furtado, o elemento dinâmico da industrialização e do desenvolvimento econômico europeu atuou na sua primeira etapa pelo lado da oferta de novos produtos. Ou seja, o mercado foi se formando atendendo a demanda local, que cresce a partir da consolidação de um mercado interno. A industrialização brasileira, ao contrário, foi induzida de fora para dentro, surgindo primeiramente de uma procura por um tipo de manufatura que teria de ser satisfeita pela importação, pois a tecnologia necessária para a produção desta era de domínio externo. Considerando como Furtado que nas sociedades industriais modernas um dos principais fatores dinâmicos é dado pelo desenvolvimento tecnológico, temos aqui a ausência de um fator imprescindível para a sua reprodução: a ausência de um mercado interno forte que estimule a competitividade e garanta escala de produção.

O processo de aceleração da indústria no Brasil se deu por uma falta de capacidade momentânea de fornecimento de mercadorias manufaturadas pelos países industrializados motivada principalmente pelas grandes guerras mundiais e os períodos de turbulência que as intermediaram. Desse modo, o incipiente parque industrial brasileiro pôde assumir o fornecimento de parte das mercadorias exigidas pelo consumo interno e que até então eram importadas. Volto a este assunto para frisar a importância dada pelo autor ao que vou chamar de duas lógicas produtivas diferentes. A primeira é a lógica do centro, cujo desenvolvimento, visto como reprodução do capital investido pela indústria é dado pelo desenvolvimento tecnológico a partir da procura e competitividade interna. Os industriais destes países operariam sobre esta lógica, procurando sempre investir no aperfeiçoamento e na elaboração de novos produtos. Incentivados por seus governos procurariam criar mercados. Já os industriais periféricos, no caso os brasileiros, operariam pela lógica da substituição de

importações. Estas duas lógicas produtivas reproduziriam processos e comportamentos típicos da relação centro-periferia.

Os industriais da periferia se contentariam com o lucro fácil, no sentido de rápido, que a reprodução dos processos produtivos centrais proporcionava. Com isso não investiriam em desenvolvimento tecnológico cujo risco e o tempo de maturação e retorno do capital eram maiores. Esta lógica produtiva era a lógica típica da produção periférica, pois se apoiava no lucro imediato a partir da exploração da abundância dos fatores primários, no caso mão-de-obra e insumos. Ora, me parece que Furtado estava antevendo o esgotamento do processo de substituição de importações e a necessidade da implantação de um novo modelo sob uma nova lógica reprodutiva. Uma lógica cuja dinâmica estaria ancorada na inovação tecnológica.

A industrialização privada brasileira, contudo, caminhou para um processo de crescimento e diversificação dependente. A manutenção da lógica da dependência, que é a geradora do subdesenvolvimento, provocou não a estagnação, como inicialmente Furtado, mas a impossibilidade de em desenvolvimento pleno e soberano. Esta interpretação de Furtado não se restringe a uma constatação meramente econômica. Está fundamentada na associação do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico à expansão do mercado interno, tido como âncora da instabilidade dos ciclos que caracterizavam o setor primário-exportador.

Como a proposta fundamental de Furtado era o desenvolvimento com equidade e justiça social a reinversão dos excedentes sociais em consumo supérfluo, ou seja, voltado apenas para os mais ricos, num país tão carente aparecia para ele quase como uma imoralidade. De toda forma, abordaremos com mais detalhes esta questão mais adiante quando examinarmos a produção isebiana. Podemos observar que as colocações de Furtado apontam para uma visão otimista com as possibilidades das transformações geradas pelo processo de industrialização. Mesmo ressaltando e condenando as características concentradoras e excludentes que já moldavam o processo de desenvolvimento industrial

brasileiro, Furtado se mantinha otimista quanto às possibilidades e as correções de rumo necessárias. Contudo, este otimismo só se mantém até a ruptura democrática de 1964. Da metade da década de 1960 em diante esta visão muda drasticamente e Furtado passa a desenvolver mais o conceito de sociedade industrializada subdesenvolvida, ressaltando o atraso como condição cultural do subdesenvolvimento, cujo reflexo principal é a manutenção da dualidade e da desigualdade social.

\*

Depois da leitura de *Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, principais produções de Celso Furtado, fica clara sua crítica da ausência no país de um planejamento voltado para a implementação de projetos que priorizassem um desenvolvimento igualitário. Os objetivos principais deveriam estar centrados na busca do desenvolvimento tecnológico, da divisão de renda e da democratização institucional. A falta de *autenticidade*, o *mimetismo* (conseqüências do complexo colonial), a carência de uma visão que ressaltasse a importância da *autonomia*, mais uma vez vão atuar obscurecendo o caminho e as decisões das elites industriais e políticas. Isto era facilitado pela crença e no uso abusivo e irracional da abundância de fatores existentes no Brasil.

Outro ponto interessante a ressaltar neste caso é a relevância que Furtado dá aos resultados imprevistos das políticas econômicas, apesar de seu lado racionalista não deixa de perceber os resultados imprevistos das decisões e ações de governo. Quando resalta a importância do planejamento para as sociedades subdesenvolvidas ou pobres é justamente no sentido da economia de tempo e maximização de recursos. Estes países buscavam atingir um nível de desenvolvimento sócio-econômico semelhante àquele dos países centrais, para isso era preciso crescer a taxas superiores a deles. Precisavam dar um salto, um *catching up*.

Segundo Celso Furtado a industrialização no Brasil se deu de maneira “espontânea”, no que prescindiu de racionalidade e planejamento e seus desdobramentos nos anos de 1950 assim também o foram. O problema de tal fato estaria principalmente no desperdício de

tempo e recursos, fatores que uma sociedade injusta como a Brasileira não podia dispor. Por isso as reformas institucionais deveriam ser aceleradas, para aumentar a velocidade de absorção do setor *tradicional* pelo *moderno*.

Furtado nos diz que, de toda forma, o resultado prático das ações de governo até então favoreceram o crescimento extensivo do setor industrial ligado ao mercado interno que aumentou sua participação no PIB. Porém, pelo lado social, que era o elemento motivador de sua luta, Furtado afirma que apesar do crescimento da renda *per capita* do conjunto da população, o contingente desta beneficiado pelo desenvolvimento manteve-se reduzido, mesmo entre a população urbana. Da forma como estava se dando, tal movimento estava servindo, senão para agravar, para expor de forma exponencial as mazelas das desigualdades sociais do país.

O declínio da importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção de subsistência estava muito lento. Sendo este o setor atávico, carecia de uma ação maior no sentido de reduzi-lo na sua importância. Explicitar-se-ia, deste modo, mais uma característica das sociedades subdesenvolvidas complexas, onde uma economia em que a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto interno que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos, mas que ainda apresenta uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista, mantendo grande parte de sua população alheia aos benefícios do crescimento econômico e sem contrapartida social. Mas isto Furtado só irá explorar com mais afinco a partir dos anos de 1970 quando discutirá as características de um novo fenômeno: o subdesenvolvimento sob industrialização.

\*\*

## **2.5 – Onde tudo começou: a interpretação furtadiana do Nordeste brasileiro.**

*"O Nordeste brasileiro, onde nasci e vivi até aos vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade nos séculos XVI e XVII, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país. A descoberta do ouro e dos diamantes nas Minas Gerais lhe retirou a preeminência econômica, e a transferência da capital da Bahia para o*

*Rio de Janeiro significou a perda da preeminência política. Na minha infância, no sertão, a política absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias: consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram freqüentes. Histórias de violências povoaram a minha infância. Referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à western.*

*Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o Padre Cícero. Quando eu tinha oito anos, surgiu um chefe político no estado, que convulsionou profundamente a vida de toda a comunidade: João Pessoa que, no espírito da população, fundia as imagens do chefe e do milagreiro. Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava "numa pessoa qualquer" para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia em que eu completava os meus dez anos) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso me recordar sem me emocionar.*

*Esses dados quiçá possam explicar a formação em meu espírito de certas idéias-força que considero como invariantes, das quais dificilmente poderia libertar-me sem correr o risco de desestruturar minha própria personalidade. A primeira é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva. (...)*

*"Aventuras de um economista brasileiro" (1972), em International Social Sciences Journal, vol. XXX, n° 1-2, 1973, Paris.*

Furtado, quando retorna ao Brasil em agosto de 1958, diz que trazia de Cambridge uma importante lição: uma nova visão da importância da aproximação do trabalho intelectual da atividade política. Não fala de uma *intelligentsia* cooptada, mas daquela autônoma, com fortes raízes acadêmicas. Lá, além de produzir *Formação Econômica do Brasil* ele teve contato com a nata dos economistas da nova teoria do desenvolvimento. Entretanto, de suas declarações demonstrando seus intentos ao retornar ao Brasil, destaco esta:

*"A lição era clara: o trabalho de teorização em Ciências Sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico e induziram-me a alterar meus planos para o futuro no sentido de valorizar a atividade política." (CF, 1985; 226)*

Foi então que conseguiu a nomeação para uma diretoria do então BNDE, impondo a condição de se dedicar aos problemas do Nordeste. Assumiu a direção do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Ainda em 1958 Furtado passa a viajar pela

região nordestina e destaca a calamitosa situação social encontrada em um período de seca como há muito não se via. Sua idéia era produzir um estudo que explicasse o subdesenvolvimento do Nordeste. Elaborando um “diagnóstico” dos problemas nordestinos poderia formular um projeto que chamaria de “nova política de desenvolvimento” para a região.

Furtado relata anos mais tarde, que a 6 de janeiro de 1959 foi convidado pra um debate sobre a questão nordestina no Palácio Rio Negro em Petrópolis sob o comando de JK. Lá, expõe suas idéias, que são imediatamente encampadas por Kubitschek que o incumbiu de que se chamará “Operação Nordeste” e será o embrião da SUDENE, criada por decreto em março do mesmo ano. Além do extenso estudo sobre a situação sócio-econômica do Nordeste, Furtado nos diz que elaborou, aos moldes da CEPAL, um relatório demonstrando como a região “transferia” recursos para o centro-sul. Como periferia, o Nordeste transferia renda ao setor privado industrial do centro-sul e nos períodos de seca recebia dinheiro público que era, na grande maioria das vezes, utilizado nas frentes de trabalho, via políticos locais, fortalecendo os elos de gratidão e servidão.

A sua proposta de uma nova política de investimentos no Nordeste visava a industrialização da região com três objetivos principais: dar emprego a massa de empregados e subempregados contendo a emigração, criar uma classe dirigente imbuída do “espírito do desenvolvimento” e criar condições de fixar na região capitais locais. No documento chamado “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” demarcou as diretrizes básicas do seu plano de ação nos seguintes pontos:

*“a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, viabilizando a industrialização destes; c) transformação progressiva da economia das áreas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e de torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocação da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia na faixa semi-árida.” (CF, 1989; 55)*

Apesar da defesa da industrialização do Nordeste, Furtado diz que as dificuldades maiores seriam com a agricultura “*nó górdio do problema do subdesenvolvimento*”. Afirmava que o ideal seria uma reforma agrária nas terras férteis da região úmida, monopolizadas secularmente pela elite do açúcar. (Furtado, 1989;62) Dali se poderia retirar os alimentos que supririam a expansão da economia dos grandes centros da região.

De toda forma, por mais bem intencionados que fossem seus projetos, sabia que encontrariam enormes resistências frente às antigas estruturas de poder. Tanto que a aprovação do Congresso para a criação da SUDENE, dizia, exigiu de JK o uso de toda sua perícia política. E a resistência maior teria sido da bancada nordestina, que temia as idéias e o poder que teria seu futuro superintendente. (Furtado, 1989;80)

Furtado nos diz que no seu discurso de posse tentou demonstrar que esperava uma “despolitização” da SUDENE. Que as decisões maiores seriam tomadas conjuntamente com todos os governadores da região através do Conselho Diretor, de forma republicana e suprapartidária. Prossegue afirmando que no governo de Jânio Quadros se mantiveram as orientações técnicas e políticas e seus poderes foram até aumentados, na mesma proporção que os problemas com o Congresso.

Alguns pontos que Furtado destaca neste período (JQ) frente à SUDENE podemos relatar a busca de apoio externo, tanto técnico quanto financeiro. O apoio técnico de Israel e a expectativa quanto à *Aliança para o Progresso*, promessa com a qual Kennedy acenava à América Latina uma ajuda ao estilo do Plano Marshall. A idéia era utilizar estes dois fatores (técnico e financeiro) para revolucionar a agricultura no Nordeste. A Aliança, entretanto, não trouxe os frutos esperados, apesar de toda dedicação que Furtado lhe dedicou. Isto teria se dado em virtude da desconfiança (incentivada pela campanha ideológica interna das forças conservadoras) por parte dos americanos em plena guerra-fria.



Outra tarefa na qual Furtado afirma que se empenhou neste período foi o estudo para a ocupação das terras úmidas do Maranhão. Sua expectativa era criar uma opção para a mão-de-obra excedente da região do semi-árido. O intuito era evitar a migração para as grandes cidades de um contingente que iria avolumar o já grande número de desempregados e subempregados. A luta contra as desigualdades nacionais se destaca na motivação da produção furtadiana e, neste contexto, os problemas da região nordestina mereceram relevo maior ainda.

Celso Furtado foi responsável direto pela criação da SUDENE que marcou uma nova era de desenvolvimento para o nordeste brasileiro. Penso poder apontar os enormes problemas socioeconômicos desta região como os motivadores ontológicos da elaboração do pensamento do economista paraibano. Em minha opinião, o Nordeste aparece para Furtado como o representante típico, como tipo ideal weberiano mesmo, dos problemas sociais brasileiros. Ali as “forças do atraso” teriam fincado suas trincheiras. Sua luta prioritária contra as “desigualdades regionais” traz esta marca, da luta contra a permanência de uma estrutura de dominação arcaica, decadente e injusta, que teimava em se perpetuar frente ao novo, ao indelével processo civilizatório que as duras penas se alastrava pelo mundo movido pelos ideais democráticos e universalistas do pós-1945.

Furtado vê no sistema de servidão implantado no semi-árido nordestino semelhanças com o feudalismo europeu, principalmente nos grandes latifúndios que se espalhavam da zona açucareira até os sertões onde predominavam a pecuária e a agricultura de subsistência. A ruptura dos laços que propiciavam a manutenção, que nutriam e sustentavam esta situação de dominação e servidão, era tratada por ele como questão de honra, civilizatória, imprescindível para o prosseguimento de um novo momento do processo histórico que estava se dando no Brasil. (CF, 1982; 20)

Isto requeria uma verdadeira revolução, mas por mais paradoxal que poderia parecer para alguns, deveria ser uma revolução dentro da legalidade do processo político institucional. O “reformismo” era a melhor saída para completar a “revolução” brasileira. Para assegurar a condução democrática do processo ele acreditava no despertar da consciência dos trabalhadores e dos mais pobres para a política, a partir de um debate nacional que se punha cada vez com mais força e com mais virulência. Prescrevia que de toda a forma a via democrática deveria ser preservada e as transformações necessárias deveriam vir pelas vias institucionais estabelecidas.

O congresso nacional aparecia como reduto político do conservadorismo, devido à manutenção da estrutura agrária tradicional. É aqui que Furtado investirá agora todas as suas forças, nas mudanças produtivas e sociais no campo. A inclusão das camadas populares no processo político, ocorrida a partir de 1930 e intensificada em 1946, aliada ao processo de urbanização, industrialização e a mobilização dos trabalhadores, propiciaram o crescimento das forças políticas progressistas que deveriam levar adiante o processo de desenvolvimento nacional. Era preciso, contudo, não se perder nas aventuras irresponsáveis do populismo e do personalismo, alertava.

No Nordeste brasileiro, estas forças se encontravam em estágio bastante incipiente. No intuito de um conhecimento abrangente da situação nordestina Furtado nos faz uma contundente análise sociológica da região. Segundo ele (1964, pág.140) duas terças partes da população nordestina viviam no campo no final dos anos de 1950. A grande maioria sem nenhuma forma de organização política. Formavam comunidades, não constituídas de cidadãos, mas de unidades familiares, onde imperavam não as relações capitalistas, mas sim, aquelas de gratidão e servidão, cujas características se destacavam o *personalismo* e o *paternalismo*. Prossegue relatando as conseqüências de tal situação:

*“Ora, o homem que não participa diretamente de uma sociedade politicamente organizada não toma consciência de que o mundo em que vive pode transformar-se mediante a sua atuação pessoal. Sua atitude é de passividade ou de total submissão àqueles que*

*controlam o Poder, de cujo arbítrio, supõe, depende o bem e o mal. Esse estágio pré-político em que se encontra grande parte da população nordestina constitui dado essencial para compreender-se a importância das autoridades locais, bem como o papel dos vínculos pessoais no exercício do poder político.”*

Para Celso Furtado, em quase todo o nordeste, na região onde predomina a faixa úmida e que se instalou secularmente a indústria canavieira, se conservava ainda, em linhas gerais até os anos de 1950, o tipo de organização econômica e social implantado pela colonização portuguesa. Ou seja, uma estrutura social baseada em relações tipicamente tradicionais e anticapitalistas. Os trabalhadores dos engenhos até 1963 não tinham relações de trabalho definidas contratualmente, de modo que não se organizavam de maneira institucional, assim não conseguiam reivindicar direitos através de movimentos legais de pressão política.

Até então estes trabalhadores e suas famílias viviam nas propriedades dos engenhos como agregados, onde a permissão de residência lhes era dada sob condições que beiravam as de servidão. Essas pessoas formavam comunidades extremamente rudimentares no ponto de vista da sua organização política. Tal situação é incompatível com o direito de cidadania e não lhes permitiam ganhar consciência e responsabilidade quanto à condução de seu próprio destino, visto que a condição que se encontravam se repetia, para muitos, há gerações. Estavam, há séculos, condenados a reproduzir a mesma condição social, de forma inescapável.

Todos os atos de suas vidas de agregados diziam respeito à forma de participação na grande unidade econômico-social que era a plantação de cana. Estas famílias não sabiam o que era se integrar a um município ou distritos, unidades básicas de organização político administrativas da República. Mesmo quando suas habitações compunham aldeias ou lugarejos, estas estavam dentro de alguma propriedade particular, o que fazia com que a condição da autoridade pública ficasse embaçada frente a presença do grande proprietário, geralmente o político mais forte do lugar.

Para Furtado, dificilmente alguém que tenha nascido e crescido em condições de cidadania pode dimensionar o estado psico-social de alguém que nasce e morre dentro de uma “propriedade” da qual é parte como um dos “ativos”. Estas pessoas não têm a mínima noção de que fazem parte de uma organização social e política maior, do que é uma república, do que é ser cidadão. Seus horizontes ficam extremamente limitados pela grande probabilidade de nascer e vir a morrer cortador de cana, sob as mesmas condições de subsistência de seus pais. Toda a sua ação deve sempre ficar restrita a agradar e defender os donos das terras, das máquinas, das casas, das estradas, enfim, de suas vidas.

A própria restrição à propriedade, por si, já inibia as ambições primárias do indivíduo. Pois todas as melhorias que pretendesse fazer na casa, no terreno ou nas cercanias onde morava eram desencorajadas pelos proprietários que temiam por possíveis reivindicações de indenização quando da remoção de agregados. Estas precauções corroboraram também para a dispersão das famílias pela propriedade. Visto que as terras altas eram consideradas as de pior qualidade, colocavam-nas nos topos das colinas, distantes umas das outras. Segundo Furtado, esta dispersão, de certa forma premeditada, dificultava a organização comunitária, reduzia a influência dos mais ativos e entorpecia a troca de idéias, inclusive com as comunidades próximas. Dessa forma, com os moradores isolados o senhor das terras exercia com mais facilidade sua autoridade e com liberdade organizava sua máquina política de acordo com a situação.

Veremos agora como Furtado descreveu a rápida transformação pelas quais as condições apontadas até aqui passaram a sofrer a partir do final da década de 1950. Drásticas modificações no quadro social se deram, segundo ele, principalmente no início dos anos de 1960. Com o processo acelerado de industrialização e urbanização do país o consumo de açúcar cresceu em mais de 50% entre os períodos de 1953-54 e 1962-63 (1964, pág.143). Este aumento de consumo foi acompanhado de uma grande expansão dos canaviais que tiveram duas importantes conseqüências práticas: a) eliminação das áreas até então dedicadas

à produção de alimentos e; b) devido tendência à elevação dos custos reais, se criou uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores. Isto fez com que aquele agregado que, principalmente nos períodos de entre safra da cana, se dedicava à lavoura de subsistência, quase que como um pequeno sitiante, fosse transformado em mero trabalhador assalariado. Sendo empurrado para a beira da estrada, sem sua roça e sem um aumento substancial nos seus rendimentos.

De forma que o já baixíssimo padrão de vida dos trabalhadores da indústria da cana tendeu a piorar. A reorganização produtiva dada para atender a uma demanda explosiva, propiciou uma quebra nas relações de produção tradicional, resultando na piora das condições dos trabalhadores, mesmo que sob condições de trabalho assalariado. O que Furtado nos expõe é que mesmo as relações de trabalho assalariado não são suficientes para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Sob apenas a lógica do capital, sem a mediação de uma ética de princípios universalistas e uma condição política que propicie ganhos aos trabalhadores tende-se a reproduzir a lógica acumulativa do capital, cujo resultado é concentração de renda e desigualdade social.

O autor advoga então que este movimento de concentração dos trabalhadores próximo a localidades mais povoadas somado ao aumento do custo de vida vai proporcionar importantes transformações na estrutura sócio-política da região. Observa que as novas relações de vizinhança teriam facilitado o surgimento de lideranças e a circulação de idéias no sentido de fomentar a tomada de consciência dos interesses comuns daqueles trabalhadores. Todo este processo que culminará na organização dos trabalhadores rurais do setor canavieiro foi, na verdade, estimulado pelas novas imposições da classe proprietária, que reduziu os níveis de subsistência da classe trabalhadora a condições insuportáveis. Este movimento de queda na renda dos trabalhadores foi acompanhado do aumento da produção de açúcar ano a ano, cujos resultados foram todos acumulados pelos proprietários.

Furtado fez esta análise para poder explicar o surgimento das Ligas Camponesas. Diz que se surpreendeu como em curto espaço de tempo as Ligas conseguiram se manter e reproduzir, enfrentando o poder de uma oligarquia que se assemelhava ao de um Estado totalitário. Mesmo assim o período democrático possibilitou que o debate de idéias chegasse aos trabalhadores da zona úmida pernambucana. Furtado creditava à tomada de consciência por parte dos trabalhadores da sua condição de existência e de classe possibilitou a percepção da situação a que se submetiam. Passaram a associar o aumento crescente da produção e conseqüentemente dos lucros, ao enriquecimento dos patrões e a piora das suas condições de vida. Perceberam então que eles estavam se enriquecendo a custa do seu suor daí, possivelmente, o crescimento ascendente do movimento.

Devido às condições repressivas, as Ligas teriam adquirido um ar de mistério, característico das sociedades secretas e até com ressonância no espírito religioso das massas camponesas nordestinas, dizia Furtado exercitando sua “veia antropológica”. Notou isto a partir de observações empíricas. Testemunhou que, muitas vezes, as Ligas se utilizavam de veículos culturais para propagar suas mensagens. Seja através de poemas cantados, recitados em formatos de jograis e trovas ou contos escritos.

Ao mesmo tempo em que Furtado chega a descrever a citação de um intelectual francês de que a miséria imposta à massa camponesa pela indústria da cana nordestina se tratava de flagrante genocídio, se emocionava ao descrever o “*fenômeno inusitado que foi a formação de uma consciência de classe nos camponeses do açúcar*” enfrentando a ação tenaz “*com que a classe proprietária pretendeu salvar a sua constelação de privilégios feudais*” (CF, 1964,.146). Continuando, faz uma afirmativa importante para que possamos compreender bem a situação na qual se encontravam os trabalhadores até então:

“*Na grande plantação de açúcar o trabalhador não tinha idéia do poder público senão através da força policial...*” (CF, 1964,.147).

Comenta que sendo os trabalhadores rurais analfabetos em sua grande maioria, morando em terras particulares, sem noção de cidadania e republicanismo, não tinham como perceber onde terminava o arbítrio dos proprietários e onde deveria começar a ação do poder público. Estes trabalhadores, ao tomarem noção de que existia um conflito de interesses com os patrões passaram a se ver então em pleno antagonismo com o poder público privatizado, ou seja, controlado pelos proprietários. Então, para muitos daqueles trabalhadores o Estado passou a ser visto como um instrumento de opressão da classe proletária.

Aqueles que se firmaram na direção das Ligas foram justamente os que se apegaram a esse discurso, afastando os que aceitavam favores e paternalismos. Essas lideranças, na sua maioria ligadas a esquerda católica ou as de orientação marxista revolucionária, pregavam a modificação da ordem vigente, visto que partiam do princípio de que esta era injusta estava a serviço dos usineiros. Furtado creditou a forte reação repressora da classe proprietária que, a qualquer movimento de organização por parte dos trabalhadores reprimiam com tremenda violência, a uma condição natural, como já esperada por parte daqueles que até então nunca imaginaram que aquela massa pudesse reivindicar ou ter algum tipo de direito. Defendiam que esta massa há muito vivia dos seus favores de proprietários, patrões e líderes políticos.

Para Furtado esta lógica imperativa só começou a ser modificada a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, criado com a intenção de estender aos trabalhadores do campo os mesmos benefícios dos urbanos, estendendo-lhes, inclusive, o direito de sindicalização. A pré-existência de organizações semiclandestinas entre os trabalhadores da cana, ao abrigo da nova lei, propiciou a imediata criação de sindicatos rurais. Isto só foi possível porque Miguel Arraes, recém empossado governador de Pernambuco, aplicou de imediato a nova lei, não esperando a sua regulamentação federal, que só aconteceu quase uma década depois, já sob a tutela da ditadura militar. A partir deste momento, e ao longo de um ano, os trabalhadores do açúcar conseguiram várias conquistas e aumentos substanciais de salários:

*“A vitória espetacular dos trabalhadores da cana, levando à aplicação em tempo recorde de uma legislação que não somente elevava substancialmente seus salários reais, mas também modificava pela base relações de trabalho seculares, foi facilitada pela ação concomitante de outros fatores de ordem econômica. (CF, 1964, 149)*

Furtado explica que o aumento da procura interna e externa aumentou os preços do açúcar nos dois mercados. O que facilitou para que os usineiros assimilassem as reivindicações dos trabalhadores, entretanto, o que realmente importava, dizia, era a quebra de uma estrutura secular de dominação baseada em relações de produção semi-serviçais que comparava à feudal. Ou seja, passou-se de relações de trabalho tradicionais para relações que enfatizavam a condição de classe, onde os trabalhadores conscientes da sua situação podem se organizar de forma a pressionar os patrões e as instituições políticas com o intuito de melhorar a sua condição. Aliviado conclui:

*“Houvesse continuado ainda por algum tempo a pressão contra os salários reais, exercida por uma classe feudal e alienada, e as tensões sociais dentro do complexo açucareiro nordestino muito possivelmente teriam provocado no processo histórico uma ruptura de caráter irreversível.” (CF, 1964, pág. 151)*

Entretanto, profeticamente ressalta a preocupação sobre a possibilidade dos usineiros nordestinos conseguirem fazer esta transposição, ou seja, aprender a trabalhar sob novas relações de produção:

*“Resta saber se a atual classe proprietária, marcada por todas as taras de uma estrutura feudal que ainda não desencarnou, poderá colocar a agro-indústria em condições de sobreviver, ou se terá de abandoná-la como ferro velho e máquina de fazer déficits públicos.” (CF, 1964, 155)*

Apesar desta passagem em *Dialética do Desenvolvimento* apontar para algumas semelhanças entre as estruturas produtivas feudais e aquela da região do açúcar, em Formação Furtado já havia criticado comparações deste tipo. Na parte que faz uma análise histórica do fluxo de renda e crescimento da economia açucareira, diz que apesar do baixíssimo fluxo de renda/salário, gerado dentro deste setor, não seria viável este tipo de comparação:

*“O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta isolamento imposto a uma economia,*



*isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permitem o nível da técnica já alcançado. Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade Feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos in natura em uma e outra. Mas ainda aqui existe um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos a fatores são todos de natureza monetária, ...” (CF, 1968, 55 e 56).*

Se em Formação, muitos anos antes, Furtado já diz que tecnicamente é um total equívoco pensar em feudalismo para analisar a organização produtiva do açúcar e ainda, que era impraticável a transposição de instituições feudais para as Américas (nota 59), então, como anos depois retoma a questão aparentemente de forma contraditória? Possivelmente a resposta esteja associada a um descuido provocado pelo calor do debate político, numa tentativa de realçar o peso do atraso das relações produtivas locais.

\*

Furtado não se preocupou apenas com a região úmida onde se instalava a indústria do açúcar, mais conhecida como Zona da Mata. Descreveu suas preocupações de forma “euclidiana” também em relação ao Agreste e ao Sertão ou Caatinga. Regiões onde até então prevaleciam o latifúndio, a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência e uma insipiente produção algodoeira, todas marcadas pelas relações de semi-servidão que na falta de melhor definição chamava de “feudal”. Os camponeses destas áreas estariam ainda em pior condição que os da Zona da Mata, sobre tal situação comenta:

*“Por outro lado, cabe reconhecer que o grupo mais importante do campesinato nordestino foi transformado em um setor privilegiado, com respeito à massa camponesa.” (CF, 1964; 151).*

Esta outra parte da “massa camponesa” nordestina se situava no Agreste e nos Sertões. Estas regiões tinham seu contingente habitacional variando de acordo com a safra e épocas de estagnação e expansão do processo de produção do açúcar que, devido a sua baixa produtividade, oscilava fortemente de acordo com a procura internacional. A população que

era descartada nos períodos ruins tendia a rumar para os sertões onde era aproveitada principalmente na pecuária extensiva.<sup>15</sup>

Sobre o Agreste e o Sertão nordestinos Furtado destaca que até então as grandes extensões de terra estavam nas mãos de poucos proprietários que as utilizavam de forma bastante precária. Predominavam a pecuária extensiva e uma parca agricultura de subsistência somada ao plantio do algodão. Afirmo que a população dos sertões era mantida isolada em unidades familiares que recebiam apenas um pedaço de terra suficiente para sobreviver, o que os deixava em situação bastante precária. Furtado ressalva que já existiam condições de desenvolvimento tecnológico suficientes para permitir o melhor aproveitamento principalmente das terras do Agreste, entretanto, a sua aplicação enfrentaria dificuldades para além do campo econômico e científico. Para ele, o mais difícil de modificar eram as seculares relações de trabalho servil que sustentavam toda uma estrutura de dominação política e econômica, típicas do setor tradicional das economias subdesenvolvidas.

Se novas técnicas de produção fossem implantadas, dizia, a melhoria dos padrões técnicos utilizados na agricultura e pecuária acabaria tendo uma repercussão em toda a estrutura socioeconômica e política da região. A geração de riquezas sob novas condições de crédito e cooperação tecnológica, envolvendo organismos nacionais e internacionais, fatalmente promoveriam mudanças nos padrões de dominação, na repartição da renda e até da propriedade. Então, é através da implantação de novas tecnologias de produção que, para Furtado, estaria um dos principais vetores de transformação daquela região. Entretanto, tais condições poderiam não satisfazer àqueles proprietários que geralmente tinham as terras do agreste como cacife político e as utilizavam para criar solto o gado em tempos de estiagem, o que era facilitado pelas suas grandes extensões onde o gado magro vagava a procura de pasto. Nos períodos mais amenos “emprestavam” a terra aos agricultores para que cultivassem suas

---

<sup>15</sup> Furtado comenta que este fenômeno só perde sua força com o incremento da industrialização e da urbanização acelerada – condições que se implementaram no país com mais força a partir dos anos de 1950.

lavouras por conta própria. Estes trabalhadores geralmente habitavam em pequenas comunidades fora dos latifúndios. Isto possibilitava a troca de idéias sobre seus problemas comuns. Daí, Furtado acredita que foi das fronteiras do Agreste com a Zona da Mata que brotaram e se multiplicaram as Ligas. Era nas pequenas localidades do Agreste que se encontravam as sedes ostensivas das ligas que, na região do açúcar funcionavam como sociedades secretas.

Diz que foi a partir do cultivo do “mocó”, variedade de algodão nativo da região, que a caatinga começou a despertar interesse econômico. Assim, o grande latifúndio pecuário passa a desenvolver uma segunda atividade, atraindo parte da mão-de-obra do Agreste e da Mata. Segundo Furtado esta combinação “tão feliz” da pecuária com o algodão modificou as bases da economia sertaneja e transformou o fenômeno da seca num problema de grandes dimensões sociais. A população atraída pelos rendimentos da cultura do algodão e da abundância de alimentos gerado durante a invernada estava, na verdade, sendo atraída para uma armadilha mortal.<sup>16</sup>

Submetido a um regime de “meação” por parte dos proprietários, aos trabalhadores somente restava o suficiente para sobreviver. Como nas épocas de estiagens mais longas não conseguiam retirar do solo nem a comida para sua subsistência nem o rendimento do algodão, ficavam completamente desvalidos. Devido a tal situação, os períodos de seca ao invés de causarem apenas um revés econômico, transformavam-se em terríveis catástrofes sociais. Este tipo de estrutura de dominação, que sujeita a pessoa humana ao ciclo vicioso da servidão, da miséria e da ignorância indignou de tal forma Celso Furtado que o fez eleger a luta pela emancipação do povo nordestino sua maior bandeira, representada no seu esforço pelo desenvolvimento da região. Pensava seus projetos no sentido de que as transformações

---

<sup>16</sup> Digo que quando se propõe a discutir a Caatinga Sertaneja o autor o faz com traços que lembram a descritiva euclidiana, pois, inicialmente abusa das ciências biológicas e geográficas para retratar os duros aspectos a que estavam submetidos seus habitantes, lembrando a descritiva positivista de Euclides. Contudo, aos poucos volta a sua descrição histórico-estrutural da evolução das práticas econômicas na região.

na base econômica viessem a impulsionar modificações significativas naquela estrutura social e política que vinha se perpetuando no tempo.

Ele percebia que cabia ao Estado uma parcela significativa de responsabilidade tanto em relação à perpetuação histórica deste descalabro, quanto a uma ação decisiva e organizada no sentido de promover o desenvolvimento da região a partir de novas bases, apoiadas no planejamento e em técnicas modernas. Sob estas novas condições, de desenvolvimento tecnológico, relação de produção capitalista e liberdade política, Furtado tinha convicção que ruiria toda a antiga estrutura de dominação até então existente, abrindo uma oportunidade histórica para que também o nordeste seguisse o caminho da modernidade conforme se enunciava no sul do país.

Em relação à atuação histórica do Estado brasileiro frente ao Nordeste, Furtado, como já havia apontado em *Formação Econômica do Brasil*, percebia um fluxo de transferência de renda desta região para o Sul-Sudeste. Porém, em relação aos investimentos feitos até então pelo Estado para atenuar os efeitos das secas é que demonstrava sua maior indignação.<sup>17</sup> É que o governo central enviava os recursos sempre de acordo com as necessidades relatadas pelas lideranças políticas locais, que quase sempre os utilizavam nas melhorias das condições de produção de suas propriedades. Como já foi dito, os trabalhadores rurais não tinham nenhum canal de representação política que não passasse necessariamente pelo senhor das terras.

Um dos exemplos de melhor destaque se dava pelos investimentos na construção de açudes que foram feitos aos milhares, sempre direcionados de forma a atender e dar maior estabilidade à pecuária. A motivação inicial ou o rótulo, sob o qual foram aprovados estes projetos era de se criar uma rede de integração destes reservatórios, de forma a dar origem a sistemas de irrigação que possibilitasse o abastecimento de alimentos da população flagelada.

---

<sup>17</sup> Pois estes investimentos nunca visaram atacar realmente o ponto central do problema que era a existência daquilo a que se referia como uma das mais cruéis e irracionais formas de latifúndio que já existiu na

Entretanto, isto até então nunca se efetivara, nunca se conseguiu força política para desapropriar as terras que propiciariam o avanço de tais projetos. O que ocorreu foi que os latifundiários se utilizaram do pouco que se conseguiu implantar do sistema de irrigação para a produção comercial, até mesmo de cana-de-açúcar.

O que Furtado quer destacar é que a despeito do esforço feito pelo governo federal para amenizar o flagelo da seca, todos os recursos acabam por se desviar de sua intenção inicial e indo reforçar a estrutura de dominação existente, ficando nas mãos dos líderes políticos e dos latifundiários, reforçando assim, os elos de gratidão alimentados por ações assistencialistas. Ele aponta que outro tipo de ajuda comum que o governo central prestava em tempos de seca, também acabava por agir como um reforço destas práticas, ou seja, da consolidação dos domínios locais. Eram as frentes de trabalho. Tratava-se da contratação de um grande número de camponeses com o intuito de manter essa população ocupada, geralmente nas imediações do latifúndio a que se vinculavam, o que acabava por beneficiar o proprietário do resultado final destes trabalhos. Furtado destaca a irracionalidade e a privatização dos recursos públicos que esta atividade gerava. Sob alegações humanitárias mantinha-se preservado o contingente populacional no latifúndio.

Furtado acrescenta que devido a estas “políticas públicas” a Caatinga nordestina se tornou o semi-árido mais populoso do mundo com uma densidade de mais de 20 habitantes por quilometro quadrado, absolutamente sem paralelo em nenhum outro ecossistema semelhante no globo. Para modificar tal situação a receita de Furtado continua, em essência, a mesma, presente em todas as suas análises sobre subdesenvolvimento. Passa por uma ação política de Estado, pois o que se quer é a quebra de uma estrutura de dominação secularmente instalada. Esta ação deve apoiar-se em um planejamento estratégico e em inovações tecnológicas que permitam maximizar a produção agrícola e pecuária local. Por outro lado,

---

história em qualquer parte do mundo. Ou seja, um sistema de dominação social, política e economicamente consolidado sob relações de servidão, há muitas gerações.

também se refere participação política e à tomada de consciência da população local. Sobre este ponto, como também já vimos em parte, Furtado tinha muita esperança que os movimentos sociais iniciados no Agreste e na Zona de Mata chegassem a Caatinga, e acelerassem as mudanças sociais no Nordeste brasileiro.

\*\*\*

### **CAPITULO 3**

#### **AS FONTES ELETIVAS FURTADIANAS, OS PRINCIPAIS INTELECTUAIS DO MOVIMENTO DESENVOLVIMENTISTA CEPALINO-ISEBIANO E A DISPUTA INTELECTUAL E POLÍTICA NA DÉCADA DE 1950/60**

Neste capítulo tenho a pretensão de elencar algumas das principais correntes ideológicas que circulavam nos anos de 1950. Aquelas próximas aos ideais centristas isebianos, que queriam se afastar da polarização dada pela disputa imperialista-ideológica internacional e manifestavam certa afeição pela possibilidade da modernização do país fazendo do Estado nacional seu principal agente estratégico. São correntes de espectro ideológico variados, difusos e fragmentado, com institucionalização partidária precária, porém, de apelo eleitoral insofismável nos núcleos urbanos.

O que os unia era justamente a possibilidade de modernização, simbolicamente representada pelo desenvolvimento nacional. Penso que o comunitarismo e o solidarismo católico (democracia cristã), o trabalhismo e o desenvolvimentismo juscelinista influenciavam, a partir da segunda metade dos anos de 1950, as forças político-ideológicas mais importantes no debate interno sobre um projeto nacionalista de desenvolvimento democrático. Para mim, o ISEB se colocou como um catalisador de idéias que, filtrando as aspirações destes movimentos de enorme força eleitoral, tentava de forma organizada e até normativa, dar um escopo racional e programático a um movimento político que queria unificado como representante político dos anseios de justiça social e modernização nacional.

O ambiente político do pós-45 está embebido de uma ânsia por mudanças na estrutura sócio-econômica do país e os intelectuais daquele Instituto sabiam que era preciso uma resposta a esta expectativa no sentido de acelerar este processo de forma organizada e democrática. Havia no ar uma revolta contra o imperialismo e o que passou a ser identificado como seu principal reflexo nos países pobres, o subdesenvolvimento. Toma-se consciência

também do tamanho do atraso nacional, dado pelos seus precaríssimos indicadores sociais, levantados pela CEPAL, na comparação com outros países subdesenvolvidos, principalmente da América Latina. Privilegiou-se uma resposta que fosse originada a partir das condições reais de existência dos países periféricos. Quem trabalhava sob estes pressupostos na América Latina era a CEPAL e foi de lá que partiam as principais idéias nesta direção. A partir dos argumentos cepalinos, somados a uma condensação teórica invejável, os isebianos puderam construir uma síntese da realidade nacional que se transformou, não no que desejavam (síntese condutora do projeto nacional-desenvolvimentista), mas em inspiração para uma série de interpretações e propostas de desenvolvimento para o país a partir de pressupostos periféricos e nacionais. A produção de Celso Furtado é paradigmática neste sentido.

Furtado já nos contou da efervescência do ambiente intelectual dos anos de 1950 na capital federal, onde se formou em direito no início dos anos de 1940 pela Universidade do Brasil. Adquiriu uma formação basicamente humanística e só posteriormente se especializou em economia. Desta forma, participou de um momento de transformação que se dava nos cursos de formação superior no Brasil, das antigas faculdades de formação abrangente e pouco especializadas para a criação de especialistas em carreiras cada vez mais específicas. Este movimento inicial se deu na USP e na antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. No serviço público reencontrou vários de seus colegas e professores como na EBAP e no Ministério da Fazenda, aqui a preocupação com o mérito e a especialização também estavam em voga. Muitos compartilhando uma visão semelhante dos problemas sociais e políticos brasileiros, enfatizando a necessidade de modernização do país com justiça social.

A visão mais comum era a que contrapunha o universo rural como fonte do atraso e infenso às mudanças, cujo instrumento de resistência se dava através da sua representação política legislativa e a sua inserção, a partir desta representação, nos aparelhos de Estado.



Entretanto, análises de isebianos como Guerreiro Ramos e mesmo Celso Furtado, encontram na classe média urbana, basicamente composta de funcionários da União, civis e militares, um forte enclave do pensamento conservador. Se orientariam por um conjunto de idéias liberais regadas por fontes católicas e oriundas do recém sepultado integralismo. Estas vertentes da direita conservadora que se queria liberal, começaram a apresentar certas restrições democráticas a partir das suas derrotas eleitorais, assim, se aliavam cada vez com mais freqüência às forças políticas que atentavam contra a estabilidade política durante todo o período democrático.

A “nova burocracia federal”, composta por técnicos e especialistas, toma força a partir do segundo governo Vargas e passa a formar, com os demais segmentos da intelectualidade que partilhavam dos ideais democráticos do pós-guerra, grupos de discussão sobre a modernização do país na capital federal. Furtado aponta, entretanto (1977), que foi da exigência de modernização sob ideais liberais, através dos setores de classe média, que se conseguiu iniciar as reformas democráticas no país. Os setores de classe média e seus representantes mais atuantes teriam a expectativa de dirigir o processo político. A ascensão de líderes populistas e a participação política ativa das massas urbanas, contudo, frustram e obstruem este processo. O que se viu é que essa expectativa de poder dos representantes das classes médias os aproximou rapidamente das perspectivas autoritárias de poder.

Penso que a formação de Celso Furtado na Capital Federal tenha contribuído de maneira decisiva na estruturação do seu pensamento científico e da sua visão de Brasil. A sua experiência pessoal vida no sertão paraibano e no círculo intelectual da Universidade do Brasil e da burocracia estatal do final dos anos de 1940 e início dos 1950, possivelmente estruturou sua forma de pensar e sua perspectiva intelectual. O instrumental analítico cepalino vem complementar posteriormente esta formação.

Nesta época, na capital federal, intelectuais da alta burocracia estatal costumavam também freqüentar os meios acadêmicos e os debates públicos compartilhando propostas de modernização, principalmente via jornais e revistas. Praticamente todas as correntes de pensamento se propuseram a discutir o atraso do país, mesmo aqueles segmentos mais conservadores, como o católico e o militar positivista, seja de viés tenentista ou castilhista, sempre atentos à proliferação das idéias comunistas ou “subversivas” no campo e na cidade. Suas bandeiras, contudo, ainda permaneciam fortemente ligadas à questão da ordem e da preservação dos “bons costumes” e das “tradições da família brasileira”.

Mesmo seus segmentos mais afeitos à modernização, se pautaram por soluções de viés elitista e, mais tarde, acabam cedendo aos autoritários. Este foi o caso, por exemplo, do grupo desenvolvimentista que criou a Escola Superior de Guerra. Seja pelo viés nacionalista ou de maior abertura ao capital estrangeiro, este grupo desenvolveu um pensamento que aliava o desenvolvimento econômico à segurança nacional. Na capital federal, a relação próxima entre intelectuais, política e Estado se fazia presente desde o tempo do Estado novo. Graças ao fim da República Oligárquica, a classe média também começa a participar mais ativamente da política e a aumentar sua inserção no aparelho do Estado. No pós-1945 os trabalhadores urbanos também passam a participar ativamente da política, principalmente através dos sindicatos e dos movimentos trabalhistas. Organizações sociais como UNE, ABI, Igreja etc., todos estes segmentos sociais vão se inserir na disputa eleitoral e ideológica do pós-guerra. Esta era uma disputa que, à medida que acirrava o embate internacional entre Estados Unidos e União soviética, mais acirrada ficava internamente a polarização esquerda x direita.

Brasil, entretanto, surgiram correntes de pensamento com forte viés de centro, naquilo que procuravam fugir ao ideário proposto pelo imperialismo, o individualismo, o liberalismo e o capitalismo que muitos consideravam como culpados pelas graves crises econômicas e as

grandes guerras que abalaram o mundo na primeira metade do século XX. Se havia correntes de esquerda que se apegavam a alternativas via comunismo soviético, outras não se empolgavam com as propostas socialistas mais radicais e se espelhavam nos movimentos de esquerda europeus, como o trabalhismo inglês, a democracia cristã alemã ou os ideais social-democratas em geral. Acredito que o pensamento católico, devido a sua presença hegemônica na formação da classe média brasileira, tenha contribuído para a busca deste viés conciliatório de centro, inicialmente pela direita, mas após 1945, muitos migraram para posições de esquerda, que entusiasmavam principalmente os mais jovens.

Dentro do escopo deste trabalho, que se dedica a conhecer os fundamentos teóricos e as orientações valorativas que compunham a visão de mundo de Furtado e do grupo mais próximo a ele (intelectuais que elejo como os representantes do pensamento que classifico de nacionalista desenvolvimentista democrático de orientação cepalino-isebiana), interessa-me perceber como eles se alimentaram destas fontes e se elas influenciaram nas suas concepções, na sua visão de Brasil e na orientação de suas propostas para o país. Isto, no que se remete por um lado, pela aceitação que as idéias conciliatórias e reformistas com viés de centro produziam e nos juízos de valor no qual suas propostas se fundamentaram. Ressalto que não vejo nenhuma possibilidade da ligação direta do pensamento de Celso Furtado ao católico ou até mesmo ao trabalhista e a outros relacionados aqui. Estes, contudo, estiveram presentes, dialogando todo o tempo, no mesmo campo político de Furtado.

Penso que a partir do segundo governo Vargas, mas com destaque para o período do mandato de Juscelino Kubistchek, o entusiasmo em torno do salto do desenvolvimento possibilitou a um grupo de intelectuais a configuração de um projeto para o país, altamente elaborado, calcado em torno de uma opção política nacional-desenvolvimentista de “terceira- via”. Naquele momento em que produção intelectual e ação política se aproximaram tanto, devido, principalmente, a urgência que as transformações sociais e econômicas exigiam, estes

intelectuais se apoiaram em forças políticas organizadas no sentido de fazerem valer suas propostas. Forças políticas estas que também compartilhavam este viés de centro e a expectativa de fugir ao dogmatismo que ia se impondo na medida em que acirrava a polarização capitalismo x comunismo. Entretanto, o embate político-ideológico durante o processo de desenvolvimento pré-1964 irá fragmentando as diversas correntes que se aliaram em torno do nacionalismo-desenvolvimentista. Na aliança que apoiou Juscelino, pela esquerda, esta fragmentação começará a aparecer nos meados deste governo. Os motivos foram diversos e variavam pelo espectro ideológico tanto no sentido das decisões econômicas, como quanto a abertura do processo de industrialização ao capital estrangeiro.

Com o acirramento da disputa política, principalmente depois que Goulart foi efetivado na Presidência da República, as definições de posição no campo político-ideológico tiveram que necessariamente se colocar. Isto serviu para que se delimitasse o campo político do nacionalismo desenvolvimentista. Os autores aqui estudados, com destaque para Celso Furtado, vão se posicionar de maneira diversa durante o processo, definindo o seu espaço no espectro político daquele movimento, com isso, vão se separar e até se indispor com segmentos poderosos de sustentação política do movimento. Entre estes segmentos destaco os comunistas e os trabalhistas.

Buscando a orientação ideológica das forças de centro com viés de esquerda é que destaco, além do surgimento do pensamento católico progressista, algumas forças políticas de viés de centro que participaram do grande espectro político que compôs o movimento nacional desenvolvimentista que, por outro lado, também incluía segmentos autoritários de direita e de esquerda. Levo em conta que os “segmentos autoritários” vão engrossando suas fileiras à medida que a disputa político-ideológica se acentua, entretanto, é justamente devido a este deslocamento e os conflitos gerados que os atores definem suas posições.

O objetivo é tentar reconhecer as forças políticas e grupos intelectuais com os quais Celso Furtado estava dialogando num processo de negociação de um projeto político. Compreendo que o ambiente político é antes de tudo um lugar de conflitos, mas também de concessões, de diálogo, onde posições e concepções são reavaliadas na medida em que o processo evolui. Uma dedicação tão grande e uma elaboração tão extensa quanto foi a de Furtado na época, demonstram que encontrava apoio político e percebia possibilidades de sucesso das suas propostas. Propostas desenvolvidas sob uma argumentação embasada cientificamente, mas que necessitava ser digerida e aceita pelos atores políticos. Entendo que esta aproximação, tanto do técnico como do intelectual, de forma alguma comprometesse sua autonomia e sua coerência tanto no campo da produção das idéias quanto na sua atuação como técnico de Estado. Neste trabalho procuro discutir as obras teóricas de Furtado em detrimento àquelas feitas como formulador de políticas públicas diretas, ou *policy maker*, como foi o caso do plano trienal. Isto por que a produção do formulador, do técnico está diretamente ligada às diretrizes do governo e não pode, ali, explicitar totalmente suas idéias.

Repito que o espectro ideológico dos intelectuais nacionalistas era extremamente variado, atingindo os pólos da esquerda à direita, dos autoritários aos democráticos, inclusive dentro do próprio ISEB. Disputa que foi crescendo a partir do aumento do apelo eleitoral que o movimento ia conquistando. Todavia, o grupo que se organizou em torno da direção do ISEB procurou demarcar seu espaço e suas posições dentro do campo nacionalista, visando capitalizar a força de mobilização do movimento que passaram a considerar de grande viabilidade como instrumento para as transformações estruturais que julgavam de imediata relevância para o país. Este grupo nos deixou contribuições significativas a cerca do que se pensava naquele momento no meio desenvolvimentista e das disputas entre seus segmentos, justamente porque procuravam se afirmar como a *intelligentzia* de todo o movimento. Mais ambiciosamente ainda, em princípio a direção do ISEB possivelmente se pensou como um veículo de articulação entre as principais correntes desenvolvimentistas e o governo. Como

se fosse possível, fazer com que essas correntes intelectuais e forças políticas chegassem a um consenso sobre as principais diretrizes do processo de desenvolvimento nacional. Isto por que acreditavam numa possível “conciliação” em torno de um projeto que apelava à consolidação da nação.

Entretanto não foi o que aconteceu. Se havia um objetivo comum, as formas de alcançá-lo e as razões últimas que orientavam a finalidade do desenvolvimento colocaram suas diversas correntes em sério conflito político. Os juízos de valor, a orientação ideológica e até a ciência acabaram por se tornar objetos de disputa política dentro do movimento. Um dos destaques a que darei será sobre a questão da democracia. Por isso denomino a vertente liderada por Celso Furtado como nacionalista desenvolvimentista democrática, num momento de dissensão em que a democracia, para muitos, era apenas um detalhe.

Celso Furtado foi figura exponencial entre os intelectuais nacionalistas desenvolvimentistas. Após tentar mapear seu meio político e a orientação ideológica destes grupos neste capítulo, partirei para uma pequena introdução ao que chamei de “pensamento nacional desenvolvimentista cepalino-isebiano”. Pois como vimos há pouco, Furtado circulou com desenvoltura pelo grupo que atuou inicialmente no Instituto, bem como já nos mostrou que foi a partir da troca de idéias com intelectuais ligados a Jaguaribe que concluiu seu modelo de análise teórica. Um modelo que percebia as sociedades em relações (capitalistas) de conflito, seja externa ou internamente, privilegiava a mudança social sob via democrática e possuía um aspecto totalizante que sintetizava análise econômica, história e ciências sociais como instrumento de ação política e orientação intelectual. É um modelo que se pretendia dialético e pluralista, que levasse em conta uma compreensão profunda da sociedade estudada, suas nuances, suas diferenças regionais, suas variantes históricas, políticas e culturais. Tudo isso mediado pela visão periférica. Pode até ser pretensioso e voluntarioso,

pois foi produzido como proposta política. Era marcado por um planejamento estratégico, preocupado com o equilíbrio regional e uma maior igualdade social.

\*

Aliada ao vetor político do nacionalismo, as derivações do pensamento cepalino vão inundar o universo desenvolvimentista. A união entre este arcabouço teórico e as possibilidades políticas do nacionalismo deu a Furtado os elementos necessários para a “amarração” dos seus argumentos teóricos em torno de um objetivo prático, de um projeto de nação inserido no debate econômico e político daquele momento.

Para entendermos melhor o ambiente intelectual da época na capital federal, principalmente pelo lado daqueles que se propuseram a demarcar o pensamento nacional-desenvolvimentista, é interessante retornarmos um pouco à influência do pensamento época. Essa influência se estenderá por boa parte dos “isebianos históricos”. Por isso, este apêndice me parece importante para entendermos sobre que fundamentos e expectativa política se formaram a maior parte dos intelectuais da época. Outro ponto importante que tentarei realçar é como se dá o surgimento no pós-guerra, de uma vertente do pensamento católico democrática e de esquerda, contrapondo-se a hegemonia de grupos autoritários e de direita. Além disso, no pós-1945, o pensamento católico brasileiro também vinha procurando com mais ênfase apresentar uma opção entre a bipolarização direita/esquerda, visando uma posição conciliatória de centro.

\*\*

### **3.1 - Apêndice ao pensamento católico**

Como já enunciei, uma parte do pensamento católico brasileiro depois da 2ª guerra, vai procurar em Maritain e no solidarismo cristão uma posição mais afeita à democracia e à liberdade dos novos tempos mantendo-se, todavia, distanciada tanto do socialismo soviético

quanto do capitalismo liberal clássico. Em 1952, é fundada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) que marca uma guinada de partes da Igreja brasileira em defesa da justiça social, procurando se distanciar dos antigos métodos corporativos e conservadores patrocinados pelo Cardeal Leme e veiculados pelo instituto Dom Vital.

A partir deste encontro, os bispos procurarão reorientar a inserção institucional da igreja frente ao Estado e aos problemas políticos nacionais. Neste mesmo encontro inaugural já é recomendado um abrandamento da fobia anticomunista, como uma forma de atrair amplos segmentos para a discussão social. Os bispos do nordeste publicam, em 1955, um manifesto condenando as estruturas econômico-sociais responsáveis pela enorme injustiça social existente no país e de modo acentuado na sua região. No mesmo ano na sua assembléia geral, a CNBB decide dar seu apoio ao nacional desenvolvimentismo, como via de promoção da soberania e do bem estar geral, desde que o movimento se mantenha no caminho “são e equilibrado”. Freitas (1998:79)

Por outro lado, também já vimos que o acirramento da bipolarização mundial se refletia no Brasil, impactando de maneiras diversas o espectro político-ideológico. Assim, a partir da eclosão do nacionalismo e posteriormente do desenvolvimentismo como movimento de mobilização política de massa, os grupos intelectuais tenderam a realçar suas diferenças, até mesmo dentro das suas próprias fileiras.

De início, vou procurar destacar dois pensadores dos mais importantes na formação do pensamento católico que, a partir da década de 1930, até praticamente o golpe de 1964, terão presença marcante na discussão teórica e militante dos vários grupos católicos de ativa atuação política que se vão se criar ao longo daquele período. São eles: Jacques Maritain e Emmanuel Mounier. Sobre o primeiro, Vanilda Paiva (em *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*) dirá que seu livro *Humanismo Integral* defendia uma “democracia orgânica”, “comunitário-personalista”, baseada num pluralismo econômico e político voltado



para a dignidade da pessoa humana (1986; 55). Vislumbrava a construção de uma nova cristandade, num mundo pós-capitalista, onde surgiria um novo homem, orientado por valores espirituais e uma ordem em que o bem comum aparece como valor prioritário. Em uma sociedade comunitária, com voto universal e participação ativa, o desenvolvimento técnico e industrial só teria sentido se orientado por uma “*ética da pessoa, do amor e da liberdade*” (1986: 55).

De concepção *solidarista*, esta sociedade deveria promover o entendimento entre as diferentes classes sociais. Isto implicava na conscientização dos trabalhadores e das classes dominantes. Amoroso Lima, um dos líderes teóricos da Ação Católica, lidou com as idéias de Maritain nos idos de 1930 e 1940. Com a derrota dos regimes autoritários na Europa, Alceu retoma suas idéias liberais, agora sob a influência de Maritain e, mesmo com alguma resistência no interior do movimento, passa a defender um “apostolado pessoal e livre”. O livro *Humanismo Integral*, publicado em 1935 condena o franquismo e defende um catolicismo aberto ao mundo moderno e aos ideais democráticos. Assim, com o fim do ciclo autoritário, o maritanismo se tornou uma boa saída para aqueles católicos adeptos a uma visão mais liberal e progressista.

Lúcia Lippi Oliveira (1995; 33) comenta um texto de Paul Ricoeur no qual são analisados os artigos escritos pelo filósofo francês para a revista *Esprit* entre 1932 e 1934. Para Ricoeur, a fundação da revista *Esprit*, pelo próprio Mounier, aponta o início de um projeto e de uma filosofia cujo princípio se confunde com a crise da civilização humana que tem início com a Renascença. A proposta é o desenvolvimento de uma *Nova Renascença*. Para isso é necessário criar uma pedagogia para a conversão e conscientização do homem. O conceito “*personalista*” surge como um de seus princípios mais importantes, designa uma função civilizadora, vinculada à conversão da pessoa. Esta nova civilização deve surgir a partir da força dos valores do espírito, libertando o homem da prisão material. Mounier cita o

burguês como exemplo da crise da civilização. Para o autor a vida burguesa é baseada no menos, na dissensão e na avareza do indivíduo. Já a pessoa significa o despertar, a concretude da pedagogia da comunidade. A generosidade da pessoa tem como paradigma a caridade cristã.

Se havia os progressistas os conservadores também tinham seu destaque. Segundo Vanilda Paiva (1986: 56), muitos outros autores católicos franceses também foram lidos no Brasil neste período aproximado de 1930 a 1960, se destacando dois: Gabriel Marcel e Simone Weil, que também se incluíam entre os personalistas. Apesar dos aspectos em comum entre estes autores, Marcel apresenta certa desconfiança em relação à democracia. Condena o progresso que encorajaria à preguiça e o desejo de possuir. Entretanto, ambos os autores desencorajariam o “desenraizamento comunitário”. Os movimentos de massas, contudo, expressariam seu maior temor. Entes amorfos, as massas apresentariam o ser humano no seu estado mais degradado. Simone Weil também defende o solidarismo cristão e a harmonia social via entendimento entre as classes principais: empresários e trabalhadores. Acreditava que à medida que fossem “penetradas” do espírito cristão as pessoas e, respectivamente as classes, se transformariam. Preocupada com as condições de vida dos trabalhadores, mas não perdendo de vista a questão das massas, dedicou-se a estudar o “desenraizamento”.

Para Weil, era preciso evitar as migrações, os seres humanos precisariam criar e conservar raízes em seu local natural de existência. O que se daria a partir de uma participação mais ativa na vida social, pois é na sua comunidade natural que recebem ou aprendem a quase totalidade dos valores morais que os conduzirão no futuro. A civilização moderna, despreocupada com tais valores, precipitaria sua destruição, incentivando a proletarização e a massificação. A defesa da pessoa humana começaria pelo entendimento entre trabalhadores e empresários no sentido de evitar a proletarização em massa.

A educação é sempre uma grande preocupação entre estes autores, colocando-se como passo fundamental para a conquista da dignidade e da liberdade interior do homem. O conhecimento aqui é diretamente associado à liberdade. A educação não deve simplesmente refletir a cultura do lugar (abrangendo todo espectro social, incluindo a estrutura político-econômica), mas contribuir para modificá-la naquilo que apresente de erros e crueldades. É dessa forma que personalismo e solidarismo se entrelaçam com um pensamento econômico distributivista de grande propagação nos meios católicos brasileiros nos anos de 1950.

Será a partir daí que os maritanistas passam a sofrer também a influência do Padre Lebet, cujo pensamento buscava uma maneira de superar o dilema capitalismo/socialismo. Esta confluência de correntes filosóficas passa a sustentar, então, a busca da associação entre Governo, empresários e trabalhadores que, unidos a um fim comum, passam a atuar como parceiros em busca da paz social, fato que para sua real implementação deveria passar essencialmente pela transformação das relações de trabalho e produção, no sentido de serem mais humanas, mais solidárias.

Para Vanilda, no solidarismo vamos encontrar muitas das preocupações sociais e políticas que moviam os isebianos históricos (já que muitos deles, como Guerreiro, Vieira Pinto e Corbisier, vinham de posições católicas e flerte com a juventude integralista). A principal delas era a busca por uma opção entre a oposição capitalismo/socialismo. A ênfase dada por estes intelectuais e ainda por Jaguaribe na busca de uma terceira via respondia em muito aos anseios que esta despertava em boa parte da elite intelectual brasileira e da classe média em geral, de formação católica. Em síntese, tais grupos refletiam o desgosto com o capitalismo, como conseqüência das suas crises cíclicas e seus reflexos sociais perversos e com o comunismo revolucionário, causador de desordem social e cerceador das liberdades individuais. A elite intelectual brasileira formada nas décadas de 1930 e 1940, de um modo ou de outro teve contato com essa ideologia, de ampla divulgação.

Além de o catolicismo ser oficialmente a religião predominante no país, com Vargas a Igreja retoma boa parte dos privilégios e das parcerias com o Estado que perdera durante a República Velha. Isso Graças a um grande movimento patrocinado pelo Cardeal Leme com penetração nos meios cultural, intelectual e político com o objetivo de recuperar a velha influência da Igreja no “maior país católico do mundo”. Com isso, a Igreja a partir dos anos de 1930 retoma com força suas atividades institucionais. Assume praticamente o monopólio da formação escolar da classe média, da assistência social e da saúde. Citando pesquisas de 1963, Thomas C. Bruneau (*Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*, 1974) nos mostra que até em décadas anteriores, 84% das escolas de assistência social do país eram ligadas à Igreja, também 54% das escolas de enfermagem. A instituição operava diretamente 416 hospitais mantidos pelo Estado. Entre os particulares, de um total de 2.854 existentes cerca de 800 eram mantidos diretamente pela Igreja e 300 pelas Santas Casas de Misericórdia. Dos 285.000 leitos disponíveis no país, 150.000 eram atendidos por membros de congregações da Santa-Sé. (1974, 96). Em relação à assistência social, cita como exemplo a cidade de Salvador, onde cerca de 40% dos habitantes recebiam esmolas ou algum tipo de ajuda da Igreja. Na educação, ressalta o investimento maciço da Instituição na classe média citando que num país onde mais da metade da população era de analfabetos o investimento desta no ensino primário era irrisório, 2.184 escolas num universo de 105.525. Na educação secundária, contudo, que era de acesso quase que exclusivo das classes média e alta, possuía quase a metade das escolas. No ensino superior controlava um terço dos cursos e formava 42% dos bacharéis em direito. (Bruneau,1974; 94)

Penso que tudo isto contribuiu enormemente para a difusão do pensamento católico no Brasil. O pós-1945 traz novamente à tona toda uma discussão em torno do papel da Igreja e os novos partidos da democracia cristã na Europa passam a servir de exemplo. Mas as idéias mais a esquerda também começam a tomar força e dão origem a vários segmentos, ou grupos de ação social católica, como foi o caso da dissidência da Ação Católica, que se

tornou depois Ação Popular. Também é importante o surgimento posterior da Juventude Universitária Católica, entre outras. Com isso, o campo político partidário também sentirá o resultado prático do reflexo das idéias que levaram ao crescimento de segmentos do pensamento católico para posições de centro e esquerda a partir da década de 1950.

\*\*

### **3.2 – As forças políticas de centro mais próximas dos nacionalistas desenvolvimentistas cepalino-isebianos**

O trabalhismo getulista já havia se consolidado nos anos de 1950. Foi largamente difundido, principalmente nas capitais e regiões metropolitanas, a partir da década de 1940, com a intensificação política sindical populista de Vargas. Seu ideário apresenta muitos aspectos do pensamento católico e é marcado pela busca de uma opção de centro, de terceira-via entre a disputa capitalismo-socialismo.

O PTB logo encampou o ideário nacional-desenvolvimentista e foi o partido que mais cresceu entre os anos de 1950 até 1964, período áureo da, assim mais tarde conhecida, “democracia-populista,” sendo este mesmo período decisivo para a composição do cenário político brasileiro que levará a ruptura democrática. O PTB era a agremiação que a maioria dos intelectuais nacionalistas apostavam como braço político do movimento. O partido nasceu das mãos de Getúlio, já afinado com as causas nacionalistas e trabalhistas, de viés urbano e corporativo. Mais ainda, seria o único a tentar construir um aparato programático-ideológico com orientações próximas àquelas difundidas por parte do pensamento católico “progressista”. Ideário este que traz como uma de suas características mais marcantes a busca de uma terceira-via e fundamentado no solidarismo cristão.

O PTB, desde sua fundação, se configurou como a organização partidária mais eminentemente getulista. Seus fundadores se consideravam herdeiros e continuadores da obra trabalhista de Getúlio e nunca deixaram de considerá-lo líder e figura maior do partido. Boa

parte dos líderes petebistas veio do Estado Novo, principalmente das fileiras do Ministério do Trabalho e dos sindicatos oficiais. Para seus admiradores, teria sido só a partir de Getúlio que os trabalhadores urbanos deixam de ser considerados “caso de polícia” e passam a ser “caso de política”. No regime varguista montou-se um grande esquema, baseado numa política eficaz de controle da agitação operária que aliava repressão, concessão e cooptação. Os sindicatos que teimavam em permanecer independentes em relação à política governamental, tinham seus líderes processados e a entidade acabava sofrendo intervenção do Estado, passando a ser comandada por gente fiel ao governo.

Ao mesmo tempo, Getúlio acenava à classe trabalhadora tornando efetivamente válidas várias de suas antigas reivindicações como o salário mínimo e a legislação de férias, cuja junção com outras leis deu origem a Consolidação das Leis do Trabalho. Aos poucos foi sendo montada uma enorme estrutura de base sindical vinculada ao Ministério do Trabalho. Não foi difícil, a partir daí, criar um partido forte. Mesmo porque nem com a queda de Vargas foi possível desmontar tal aparato. Mas o PTB nasce com uma ambigüidade básica em suas entranhas para um partido trabalhista. Boa parte dos seus componentes foi atraída às suas fileiras por oportunismo fisiológico e facilidades corporativas e patrimonialistas. Outros, contudo, serão leais militantes da nascedoura ideologia trabalhista, que nos interessa de forma complementar com o intuito de demonstrar reflexos do pensamento católico em um movimento amplo que se coloca como um dos representantes do nacionalismo desenvolvimentista e muito próximo dos isebianos, mas, que no limiar das disputa política se antagonizam. Também porque o trabalhismo, através do PTB, além de representar um viés do nacionalismo desenvolvimentista, acaba se tornando seu braço político mais importante. Chamo atenção mais uma vez para o fato de todos estes movimentos se posicionarem ideologicamente próximos a uma opção de “terceira-via”.

Após a eleição de Jânio e sua inesperada renúncia, mas principalmente o plebiscito de 1963, Furtado e a maioria dos isebianos tendem a intensificar sua atividade política e a teorizar sobre a importância de ações visando o fortalecimento das instituições democráticas. Isto acreditando na iminência das transformações estruturais via reforma de base. Tanto que Corbisier se elegeu deputado pelo PTB em 1961 e Guerreiro Ramos conseguiu a suplência, assumido logo a cadeira em substituição a Leonel Brizola, quando este se elegeu Governador do Rio Grande do Sul.

A ideologia trabalhista, que tem em Getúlio seu pai fundador, no nacionalismo desenvolvimentista seu catalisador, e no solidarismo cristão sua inspiração filosófica, dividia espaço com outros segmentos de esquerda dentro do PTB, inclusive com os comunistas, devido à exclusão do “partidão” do convívio democrático. Durante a campanha de retorno à presidência, Vargas procurou manter sempre um princípio de não comprometimento com nenhum partido ou grupo econômico. Mesmo antes da oficialização, Vargas já exigia, como pré-condição para o aceite de sua candidatura a condição de “candidato de conciliação nacional”. Com o agravamento das crises políticas em seu governo, Vargas investiu decisivamente na política e na afirmação da ideologia trabalhista. Estes teriam a função de solidificar sua imagem de patrono das leis sociais no Brasil e consolidar sua imagem mítica de “pai dos pobres”. Uma das construções simbólicas resultante desta situação será a afirmação da cidadania trabalhista, tão bem representada pela carteira de trabalho. Durante muito tempo no Brasil a carteira de trabalho atuará como um “passaporte” um documento que identifica o trabalhador, lhe garantindo os direitos pertinentes à sua condição cidadã.

A condição de cidadania dada pela carteira de trabalho era aqui referida como uma garantia legal de direitos e benefícios. Pode-se dizer que esta era uma condição praticamente inexistente até então aos trabalhadores de baixa renda no Brasil. Mas ainda, apresentava um viés excludente pois, deixava de fora a população desempregada, subempregada e,

principalmente, as massas rurais. Entretanto, o ideário trabalhista compreendia a necessidade de estender às áreas rurais os benefícios do trabalhador-cidadão e, para isso, era preciso levar o trabalhismo a toda nação, como a única saída para a solução dos seus graves problemas sociais. Na medida em que apregoa a justiça e a necessidade da harmonia entre as classes e a ampliação do bem-estar, o trabalhismo se preocupa em reunir as condições fundamentais para um desenvolvimento eficaz e pacífico, com respeito à ordem social.

O trabalhismo solidarista também tentava se impor como uma alternativa possível frente à polarização política que recém dominava o mundo e influenciava o país. Apostava em uma proposta nativa, de terceira via, que o Brasil poderia até oferecer ao mundo, principalmente aos países que procuravam, *como Ele próprio*, sustentar uma posição entre os “não-alinhados”. Internamente o trabalhismo, principalmente nos governos de Getúlio e Juscelino, procurava se colocar como única saída democrática e igualitária possível frente à ameaça comunista e ao imperialismo norte-americano.<sup>18</sup>

Trazendo como referência o interesse e a soberania nacional, o trabalhismo getulista conclamava todos os segmentos sociais a participar da modernização da nação. Propõe um projeto apaziguador das tensões sociais, nega a luta de classes, pois todos seriam cidadãos, com as mesmas necessidades e os mesmos deveres perante o país.<sup>19</sup>

É relevante reafirmar que o trabalhismo vai se propor a agir como instrumento de correção das distorções e injustiças oriundas do então processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, e aposta no nacionalismo como via promotora de um desenvolvimento mais justo e igualitário. Vemos aqui, mais uma vez, a negação da opção ideológica bipolar e dicotômica entre comunistas e capitalistas liberais, que perde espaço frente a uma opção conciliadora, de um pacto nacional para o desenvolvimento. Como nas correntes do

---

<sup>18</sup> Talvez a proposta do PTB tenha tido tanta aceitação e sucesso eleitoral progressivo que uma das maiores bandeiras dos golpistas de 1964 era a insinuação que Goulart transformaria o Brasil numa “grande república sindicalista”, aos moldes de Perón na Argentina.

<sup>19</sup> Esta é uma posição que os afasta de Furtado e da maioria dos intelectuais isebianos aqui estudados.



pensamento católico brasileiro aqui já citadas, o trabalhismo se prende a uma opção conciliatória de terceira-via.

Como a questão social era vista como reflexo e condicionante do nível de desenvolvimento econômico de um país, então era imprescindível a modernização, o crescimento e a geração de riquezas. E este será um fundamento básico que agregará o caráter desenvolvimentista ao trabalhismo, por sua vez, o desenvolvimentismo estava estritamente ligado ao nacionalismo.

No discurso de Vargas o fortalecimento autônomo da economia nacional era um dado sempre presente. Na visão dele, a independência econômica era imprescindível para que um país pudesse decidir de maneira soberana os destinos de seus cidadãos. Dessa forma, a “*questão nacional*” e a “*questão social*” aparecem acorrentadas ao mesmo elo econômico. (D’Araújo, 1982: 93)

Vemos que *soberania* e *autonomia* são conceitos muito próximos e há muito debatidos por correntes expressivas do pensamento católico e do culturalismo brasileiro (com destaque para a vertente de Miguel Reale). Contudo, outras categorias marcantes são adicionadas ao trabalhismo pelo solidarismo cristão. Como exemplo pode-se citar a ênfase no pacto, no “espírito conciliador”, a preocupação demasiada com a coesão social e com a questão da ordem. Neste ponto vemos a grande influência do pensamento católico conservador. Também destacaria que a opção de terceira-via se liga à questão da ordem por este viés conciliador, negando o conflito e a luta de classes como condição inerente ao capitalismo industrial. Dessa forma, o trabalhismo assume uma postura de centro, com ligeira inclinação para a esquerda.

Quem se esforçará para conferir um programa articulado e uma doutrina ao trabalhismo será o então senador pelo PTB gaúcho, Alberto Pasqualini. Pioneiro como organizador do primeiro centro de estudos dentro do partido, Pasqualini tem em seu discurso

*Trabalhismo e Solidarismo*, proferido originalmente em Caxias do Sul, em 1946, os princípios fundamentais de seu pensamento. Para o senador a perspectiva do *capitalismo solidarista* deveria ser o guia dos trabalhistas. Na sua essência se destacava a busca de um meio termo entre o capitalismo individualista e o socialismo.

Muito resumidamente, o capitalismo é definido por Pasqualini como um modo de produção caracterizado pela exploração privada da propriedade e dos meios de produção, mas o capitalismo se faria individualista e adquiriria uma conotação extremamente negativa, quando associado ao princípio psicológico do egoísmo. Há, então, uma crítica profunda aos princípios do liberalismo econômico clássico, rejeitado como desumano e predador. O individualismo aqui se opõe ao personalismo, que é valorizado.

O sistema socialista, como o implantado na Rússia, também é severamente criticado. No capitalismo solidarista a propriedade privada deve ser mantida e estimulada e a liberdade dos indivíduos incentivada, mas uma e outra devem se ordenar e se adequar segundo princípios da solidariedade e da ajuda mútua entre os diversos atores e classes sociais. Todavia, no capitalismo solidarista o Estado tem função primordial. Cabe a ele arbitrar dissensos, corrigir iniquidades acentuadas e promover o equilíbrio e o bem-estar social. Para efetuar tais tarefas deve proceder à taxação das atividades produtivas, bem como financiar cooperativas e pequenos empreendedores. O capital privado deve ser garantido e protegido sempre que concorrer para o desenvolvimento econômico e social do país. Os investimentos estrangeiros serão bem-vindos desde que concorram para o desenvolvimento nacional e devem ser regulamentados conforme tais objetivos. O nacionalismo em relação ao desenvolvimento econômico, conforme concebido por Pasqualini, se acentua quando toca na exploração dos recursos naturais. Sua exploração deve ser de responsabilidade do Estado e sempre em consonância com o “bem público”.

É bem provável que o pensamento de Pasqualini sofra grande influência, além do pensamento cristão, fundado na idéia do solidarismo e na concepção holista da sociedade e da pessoa humana, também do trabalhismo inglês, especialmente no que confere ao caráter assistencial e à promoção do bem-estar das classes trabalhadoras pelo Estado. Conclama a valorização do trabalho como fonte de produção de riquezas e invoca os trabalhistas à preservação do regime democrático, os direitos fundamentais do homem e os princípios cristãos. (Sento-Sé, 1999: 180).

\*

O governo de Juscelino até hoje é lembrado pelo seu caráter desenvolvimentista. Por um lado, assume a encarnação deste ideário tendo o PTB como seu principal aliado frente às massas urbanas e em João Goulart, principal herdeiro e continuador da obra de Vargas, seu Vice. Entretanto, aos poucos o governo Juscelino se mostraria muito mais desenvolvimentista do que nacionalista ao estilo petebista.

Em 1955, com a proximidade das eleições e mesmo com muitas discussões internas e oposições externas, o PSD de JK compõe novamente chapa com o PTB tendo João Goulart como candidato a vice. Mesmo com o vice carregando o estigma de radical, esquerdista, populista e herdeiro de Getúlio, Juscelino sabia que sem o voto urbano e proletário estava destinado a derrota. Como adversário mais forte da dobradinha PSD/PTB, com o apoio de alguns pequenos partidos como o PL e o PDC, e encarnando as bandeiras do antigetulismo e da fobia comunista, estava a UDN, que se intitulava representante das classes médias e dos militares, principalmente os da aeronáutica e os mais afeitos a uma aproximação “carnal” com os Estados Unidos. Desse modo, alguns representantes da UDN, como Carlos Lacerda, não escondiam as ameaças de, no caso de derrota eleitoral, acontecer uma possível intervenção militar, ocasionada pela rejeição que a chapa JK-Jango provocaria em certos meios conservadores nos quais se incluíam os militares. Mas, para o desgosto dos udenistas,

a vitória da coalizão PSD-PTB foi confirmada, graças ao “contragolpe” encabeçado pelo General Lott. (SKIDMORE, 1982.)

O discurso de Juscelino também encampa várias das principais questões políticas caras aos vários segmentos de centro que estamos acompanhando. Sejam os intelectuais isebianos, os católicos ou os trabalhistas. Há uma identificação entre desenvolvimento, democracia e justiça social, mas, um afastamento das correntes nacionalistas quanto à participação do capital internacional no processo de desenvolvimento, principalmente no processo de industrialização.

Até mesmo quando fala aos organismos internacionais como o FMI ou o governo americano Juscelino defende que a democracia e a ordem social estão diretamente relacionadas ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e exige investimentos no país. Aponta para a desvantagem das posições ideológicas bipolares em disputa como veremos adiante. Juscelino encampa em seu discurso, e isto foi visível durante todo o governo, várias das teses defendidas pelos nacionalistas desenvolvimentistas democráticos. Seu discurso é muito mais universalista que o de Getúlio, que dava ênfase aos trabalhadores urbanos. Apesar de ter se esforçado mais pelas transformações na estrutura produtiva do que pelas mudanças sociais e jurídicas, o Presidente *bossa nova* sempre procurava se referir a inclusão social como questão fundamental do processo civilizatório. Isto no sentido de que a própria maturidade política, espelhada pela democratização do país caminharia junto com a inclusão social, o combate a pobreza e o desenvolvimento econômico.

Devido ao clima de grande instabilidade política, Juscelino governava tentando agradar a todos os lados. JK era muito mais desenvolvimentista que nacionalista, mas em razão do grande apelo popular do nacionalismo tentava atrair para si os principais líderes do movimento. Apesar da ausência de um programa estritamente definido, a campanha eleitoral de Juscelino foi centrada numa política de planejamento e desenvolvimento econômico. A

bandeira da modernização e o sucesso de seu programa de metas e da política desenvolvimentista, perceptivelmente, conseguiam sustentar bem a coalizão.

Possivelmente, também os principais segmentos que compunham a coalizão governamental foram, em parte, atendidos em seus anseios básicos. Os ruralistas vão conseguir manter sem alterações o sistema de poder e de propriedade no campo, os interesses do empresariado (inclusive do capital estrangeiro), como na concessão de créditos públicos e na política financeira e cambial, também serão atendidos de forma satisfatória. Quanto aos trabalhadores organizados o presidente acreditava que as camadas urbanas seriam atraídas pelos benefícios advindos do crescimento econômico. Além disso, os sindicalistas do PTB foram beneficiados com amplo espaço no governo (espaço este negociado previamente em troca do apoio do partido de Jango) e tiveram a garantia da manutenção dos benefícios sindicais e das práticas peleguistas. Mesmo que na “corda-bamba” em vários episódios, Juscelino conseguiu se sustentar politicamente e até desfrutou de uma certa estabilidade, se comparado com os outros governos democráticos do período. Contornando vários “escândalos” (muitos pré-fabricados pelos seus inimigos políticos) o seu governo conseguiu se transformar numa referência histórica. Dessa forma, com o PSD “desenvolvimentista” governando, com os ruralistas mantendo seus privilégios e o PTB controlando basicamente a política trabalhista, a coalizão se manteve até o final do governo.

Quero apontar, entretanto, para adesão e a defesa ideológica de JK ao desenvolvimentismo e da grande divulgação que dá ao ideário deste movimento. Em *Ideologia do Desenvolvimento no Brasil de JK a JQ*, Míriam Limoeiro transcreve inúmeros discursos, recomendações e mensagens veiculados pelo presidente Juscelino durante a campanha eleitoral e, praticamente, durante todo o seu governo. Estas descrições demonstram como o presidente se colocava ideologicamente frente à população e às forças políticas que o sustentavam, bem como a forma pela qual seu discurso refletia esse ideário.

As categorias principais exaltadas nos discursos são a “ordem e o progresso”, velhas bandeiras do discurso conservador positivista. Por outro lado, associa desenvolvimento e paz social que aparecem alocadas praticamente em condições xifópagas. Ou seja, são condições que num ambiente democrático passam a só poderem existir se aprenderem a coexistir. Penso que esta posição reflita a busca por uma opção que visa atrair por um viés conciliatório os até os segmentos mais radicais da direita e da esquerda para uma posição de centro. Além do mais, tenta mostrar a inevitabilidade das transformações sociais e econômicas pelas quais passava a sociedade brasileira. A modernização teria que seguir seu curso e com ela uma sociedade mais justa e democrática teria que vir.

O discurso de Juscelino se aproxima muito, na sua fase inicial de governo, dos desenvolvimentistas aqui apresentados. Tal opção de “terceira-via” dava ênfase à questão da busca da democracia com justiça social, para isto pregava o aumento progressivo dos direitos e da igualdade social associadas ao processo de modernização, dado um caráter “progressista” ao conceito de desenvolvimento. A afirmação da soberania e da autonomia nacional também caminham juntas no discurso de Juscelino. Todavia, nada indica uma influência dos isebianos nas suas políticas de governo, o que justificaria as críticas e as dissensões ao longo do tempo.

A ambigüidade original da coalizão política se expressava nos inconciliáveis interesses primordiais dos principais partidos que a compunham. Mesmo o discurso conciliatório de Juscelino não conseguia impedir os conflitos. Pelo lado do PSD prevaleciam os políticos tradicionais, de maioria rural, que preferiam a manutenção do *status quo* às mudanças sociais bruscas. Forma diferente de pensar daqueles que majoritariamente se associavam ao PTB e às demais “forças progressistas nacionalistas” que buscavam a implementação do desenvolvimento com uma melhor repartição da renda e conformador de uma nova ordem econômica e política.

As concepções contidas no “solidarismo-cristão”, possivelmente, cimentaram bem tal aliança de interesses, apesar das forças políticas que a compunham aparentarem distinções ideológicas incompatíveis. A real possibilidade de um processo de transformação social reformista, “pactuado” “ordeiro”, “pacífico” e sob égide da “moral do trabalho”, teria conferido à aliança seu aspecto momentaneamente aglutinador em torno de um ideal que vai se tornar tão difuso quanto confuso nos anos seguintes, quando a condução política começar a perder este aparente viés de centro dado pelo acirramento da polarização política.

JK acreditava que – aos moldes do ideário isebiano e cepalino – a industrialização e a urbanização, se bem planejadas e pactuadas politicamente, trariam por consequência o aumento da riqueza e a prosperidade para toda a sociedade. Neste sentido, afirmava que a “*valorização do homem brasileiro*” se dará com a sua integração à “*civilização contemporânea*”. Valorizando o esforço individual e a ética do trabalho para o bem estar coletivo, afirmava que o pauperismo degrada o homem e a prosperidade o valoriza, pois traz consigo a elevação do nível de vida e dos padrões de consumo. O desenvolvimento industrial é encarado como “*aspiração coletiva*”, promotor do “*progresso e bem-estar*”.

Na sua primeira Mensagem ao Congresso Nacional, por exemplo, o presidente Juscelino pretendia definir globalmente sua política frente aos problemas que a nação atravessava. Dessa forma, afirmava que na então fase de transição por que passava o país, de um estágio acentuadamente agropecuário para um estágio de industrialização intensiva, cabia a seu governo: “*ampliar, estimular e fundar as indústrias que o Brasil necessita para a sua completa e verdadeira libertação econômica...*”. (Limoeiro, 1972 . 79)

Por outro lado, o desenvolvimento industrial entendido neste sentido como prosperidade e progresso, também será associado à paz (grande preocupação dos setores mais conservadores) e a justiça social (elemento fundamental para a esquerda progressista). Destaca-se além da preocupação com a preservação da ordem, a grandeza nacional como

destino. Nas palavras do presidente: “...os caminhos que nos conduzirão a dias de paz de prosperidade e de grandeza...não visa outros objetivos senão os de assegurar ao país condições de progresso e de paz política e social. (idem, idem: 80). Juscelino acreditava, ou pelo menos dizia que acredita, que a industrialização e a urbanização se dariam sob paz política e social se somados a democracia e distribuição de renda. Possivelmente, a natureza do conflito de classes é aqui relativizado pelos ideários do solidarismo cristão e do trabalhismo.

Justiça social com prosperidade e ordem se fundiam no discurso de JK assim como autonomia econômica com seu conceito de soberania, dessa forma, parece que ele tentava agradar aos progressistas e aos conservadores ao mesmo tempo. A ordem também se prende a legalidade, às garantias legais do governo democrático. Para mantermos a democracia, dizia, é preciso que o país se desenvolva e, ao mesmo tempo para tal, a democracia se coloca como fator preponderante, fechando o círculo. Para a conquista deste “círculo virtuoso”, ressalta a importância da participação do capital estrangeiro, afirmando que para atraí-lo é necessário se modernizar também política e socialmente, preservar a legalidade e a estabilidade política.

No que tange à junção de modernização com democracia, justiça social e desenvolvimento econômico, JK e Furtado parecem compartilhar da mesma idéia. Por este lado, assinala que os países ricos e democráticos têm o dever de ajudar as democracias instáveis do terceiro mundo para que não sucumbam ao caos social e aos apelos do comunismo. De acordo com JK, subdesenvolvimento e democracia dificilmente convivem por muito tempo. Por isso mesmo, a luta contra a miséria envolveria um esforço racional articulado entre o econômico e o político, num pacto nacional, pois é uma luta pela democracia e pela manutenção das liberdades.



Sob esta ótica, Juscelino volta sua política externa às nações democráticas ricas solicitando sua ajuda à superação do subdesenvolvimento do Brasil e de todos os países pobres, como única forma de manter as liberdades democráticas e afastar o perigo do comunismo. Para que as nações atrasadas, aquelas que vivem a crise de transição do subdesenvolvimento, atinjam sua soberania é necessário um esforço duplicado, pelo desenvolvimento e pela ordem. Juscelino se preocupava em atrair o capital estrangeiro e não só o capital privado, mas principalmente dos recentes órgãos de financiamento internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução Mundial), mais conhecido como Banco Mundial, que a partir de Brentton Woods (1944) tentam o controle e a regulamentação do mercado financeiro internacional e da política econômica mundial. A atuação destes órgãos, a partir da guerra fria, também pode ser percebida como uma reação dos países ricos ocidentais, capitaneados pelos Estados Unidos frente ao crescente aumento do mundo socialista. Visavam atrair, através de injeção de recursos monetários e incentivo ao desenvolvimento capitalista, os países do terceiro-mundo, tão carentes destes recursos. Contudo, esta aproximação com o capital internacional redera críticas significativas a JK, por parte das correntes políticas nacionalistas.

Durante todo seu governo, Juscelino procurou pregar e manter uma imagem legalista. A questão da ordem, da superação da pobreza e da ética do trabalho é ressaltada inclusive na analogia que o presidente fazia entre a situação do país e sua própria história de vida. Seu discurso procura aliar progresso, ordem e trabalho, na linha dos solidaristas e dos trabalhistas. Nasceu pobre, sem pai e parentes poderosos. Começou a trabalhar ainda criança. Dirá:

*“Aprendi, desde cedo, que é trabalhando que nos aproximamos da virtude, conquistamos os direitos mais sagrados... É uma demonstração incontestável de não ser preciso amparo familiar, nem tradição para conseguir posição social,... São coisas possíveis mesmo para um trabalhador: basta ser trabalhador.”* (idem, idem: 94).

JK enunciava, de acordo com as perspectivas contidas na sua visão de mundo para o novo Brasil que imaginava nascendo, uma sociedade mais livre e justa, onde os trabalhadores seriam mais respeitados e teriam seu valor reconhecido. Associava o desenvolvimento a possibilidades concretas de ascensão social. Assim, não haveria motivos para revoltas para os trabalhadores e preocupações para as elites, pois mantendo-se os altos índices de crescimento a ordem se manteria por si mesma. O que parece que se queria passar é um discurso político ambíguo que acenava para uns que as transformações pela via do desenvolvimento não abalariam os alicerces da sociedade brasileira. Pois a “subversão social” seria uma consequência direta da pobreza que, uma vez superada pelo desenvolvimento, eliminaria a instabilidade democrática. Juscelino acenava ao mesmo tempo aos trabalhadores urbanos com poucos ganhos e muitas promessas em relação às benesses do crescimento econômico e aos conservadores que manteria a ordem social. Como não apontava para reformas estruturais, principalmente no campo, mantinha seus correligionários do PSD tranquilos e se afastava cada vez mais dos progressistas de esquerda.

\*\*

### **3.3 - A formulação da “síntese teórica” isebiana.**

Para retornarmos as discussões em torno do ISEB, voltemos ao início da década de 1950 quando um grupo de intelectuais começa a se reunir para discutir os problemas nacionais. Este conjunto de intelectuais ficou conhecido por “Grupo de Itatiaia”. Mais tarde se institucionalizou e formou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP. Esta entidade tinha por finalidade reunir e mobilizar a nata da *intelligentsia* brasileira em torno de um projeto de modernização nacional, independente da posição ideológica ou partidária de cada um. Seu órgão divulgador foi a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, que circulou em cinco volumes até 1956, quando o antigo instituto deu lugar ao ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Com o suicídio de Vargas os ibespianos passaram por momentos difíceis, mas se sustentaram buscando apoio principalmente junto a militares nacionalistas legalistas como Estillac Leal e Teixeira Lott. Quando se define a campanha para a presidência da República, o grupo procura se acercar de Juscelino Kubitschek, fornecendo-lhe assessoria. Mesmo tendo encontrado apoio no governo Vargas, o IBESP só se tornará um órgão governamental em julho de 1955 com Café Filho. Passa a ser conhecido como ISEB, conseguiu isto através da influência de Anísio Teixeira, que era diretor da CAPES desde 1951 e que conseguiu inserir o ISEB na estrutura do Ministério da Educação como um órgão permanente.

Além de Jaguaribe e Guerreiro Ramos, também ficaram conhecidos como *isebianos históricos* Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Cândido Mendes, entre outros. Mesmo dentro deste pequeno grupo as posições já eram muito heterodoxas, não tanto quanto ao objetivo a que se propunham, mas principalmente, quanto à evolução das idéias de cada um a partir dos desdobramentos do campo político durante o governo Juscelino. É muito difícil se falar em um pensamento iseбiano de forma unívoca. Porém, até o evento que selou a saída de Guerreiro e Jaguaribe por divergências quanto à orientação nacionalista do desenvolvimento e sua condução política, não deixaram de apresentar fundamentos de uma perspectiva de análise comum.

Esta parte do trabalho destina a uma síntese sobre a consolidação temática e metodológica do ISEB, ocorrida num período de embate político-ideológico onde os defensores da “terceira-via” iseбiana desejavam vê-la expressa pelo movimento nacional desenvolvimentista como uma ideologia autóctone e autônoma. Nos ainda ibespianos “Cadernos”, Freitas definirá a orientação das produções ali apresentadas da seguinte forma:

*“Desde o início de sua publicação, os “Cadernos” já traziam as reflexões programáticas embrionárias sobre o desenvolvimento nacionalista. Indicavam uma posição que buscava um meio termo, uma terceira via entre o marxismo e o liberalismo clássicos. Queriam ressaltar a possibilidade de uma posição “não alinhada” em relação à guerra fria que se avizinhava entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Viam*

*positivamente uma aproximação do Brasil com os países que compunham o Terceiro Mundo. Visavam também difundir o pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira, da qual reivindicavam uma participação mais ativa na condução do futuro político da nação. Defendiam uma posição nacionalista mais enérgica em relação, principalmente, à política de exploração de recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política, etc.” (Freitas, 1998: 54)*

De acordo com Schwartzman (1981: introdução), estava posto na "*Breve Introdução ao IBESP*" no nº. 1 dos *Cadernos do Nosso Tempo*, a idéia de que o conhecimento da realidade social tem que ser integrado, sistemático e abrangente. Condição necessária para que se desenvolva socialmente uma:

*“...visão da realidade que pretende ser uma ideologia, e não um simples conhecimento aberto, diferenciado e tentativo.” (idem: idem).*

Dessa forma, o IBESP também se pretendia promotor de um movimento social apoiado numa ideologia periférica e nacional, que se queria tornar prática, ou seja, influir na realidade social tal qual o liberalismo e o marxismo (ideologias dos países centrais) já faziam, isto, mantendo uma orientação programática para a disputa política e o debate intelectual. *Para uma Política Nacional de Desenvolvimento*, publicação contida no último número dos *Cadernos*, aponta uma formulação mais clara no sentido de uma proposta política mais concisa. A realização do programa político do IBESP teria, prossegue Schwartzman, duas condições:

*"o esclarecimento ideológico das forças progressistas acima indicadas, a partir das mais dinâmicas - burguesia industrial, proletariado e setores técnicos da classe média - e arregimentação política destas forças. Tanto aquela como esta condição, conforme se viu, requerem, para se realizar, a atuação promocional e orientadora de uma vanguarda política capaz e bem organizada" (1981: introdução).*

Schwartzman lembra-nos que a noção de ideologia adotada pelo IBESP e a visão de seu papel na transformação da sociedade, era muito particular, mesmo sendo notória a

influência de *Karl Mannheim*.<sup>20</sup> O sociólogo húngaro distinguia a ideologia em "parciais" e "totais", prossegue Schwartzman,

*“a primeira seriam as representações coletivas próprias de grupos sociais colocados diferencialmente na estrutura social - classes sociais, basicamente - e a segunda, a visão de mundo mais geral, ou weltanschauung de uma época.”* (1981: introdução).

Para Mannheim, contudo, continua Schwartzman, os antagonismos que surgiriam entre as ideologias parciais e totais poderiam ser superados a partir da... *“constituição de um grupo social acima das classes, a intelligentsia, que teria condições de se colocar além das ideologias parciais e ter, assim, uma visão verdadeira do conjunto”* (1981: introdução).

Mas, dirá Schwartzman,

*“O conhecimento obtido pela intelligentsia manneimeana não seria, entretanto, necessariamente "ideológico." Ao postular a necessidade da formulação de uma ideologia e sua difusão na sociedade como passo inicial para as transformações sociais que o país exigia, o IBESP atribuía aos intelectuais, formuladores desta ideologia, um papel muito mais importante do que o que Mannheim havia pretendido para sua "intelligentsia.”* (1981: introdução).<sup>21</sup>

Penso que Schwartzman acerta quando afirma que os “ibespianos” se propunham mais ousados em relação ao seu papel como *intelligentsia* do que exposto por Mannheim em seu conceito de ideologia total. Eles pretendiam aglutinar as forças progressistas em torno de um ideário nacional desenvolvimentista elaborando uma proposta de terceira-via capaz de rapidamente se posicionar política e programaticamente como condutora do processo de modernização e concretização da nação. Os condicionantes sociais do Brasil, extrema desigualdade, pobreza, analfabetismo, ruralização, sem falar das peculiaridades do quadro político nacional impunham ao intelectual uma ação ainda mais abrangente.

Vanilda Paiva nos mostrou que Mannheim distinguia, da mesma forma, a nível individual, os dois tipos de consciência: a “parcial” e a “total” e elas corresponderiam, em escala, às definições de ideologia. Aos isebianos interessava atingir a *consciência total*, que

---

<sup>20</sup> Acredito que Furtado partilhava desta concepção de ideologia e da função do intelectual professada pelo ISEB, mesmo que fazendo sua própria leitura de Mannheim. Penso que sua idéia do planejador, o técnico do Estado voltado às políticas de longo prazo, esteja bem próximo do ideal de intelectual sugerido por Mannheim.

<sup>21</sup> Guerreiro Ramos afirmou que o ISEB foi criado com na idéia de atuar como o “Colégio de França”, uma entidade acima das exigências da cátedra, que reunisse o melhor da inteligência nacional no sentido de pensar e propor rumos ao destino do Brasil. Guerreiro persistiu nesta idéia, mesmo sabendo que, politicamente, o ISEB se colocava como oposição a ESG (Escola Superior de Guerra), que na época do Governo JK se aliava à oposição udenista.

possibilitaria às massas, acima das classes e segmentos sociais, identificarem os reais problemas e objetivos que requeriam a fase em que se encontrava o desenvolvimento brasileiro. Então se fazia necessário promover veículos de orientação das camadas populares visando sua conscientização política, pois com a democracia o povo passava a ser o ator político principal e suas decisões orientariam a condução do país. Seria o despertar, no sentido de provocar e promover, a conformação de uma “*consciência da realidade nacional*”, voltada aos reais interesses da população e do país (Paiva, 1986: 133).

Vanilda Paiva dirá ainda que a obra de Mannheim teve uma influência expressiva entre os isebianos porque seus conceitos correspondiam à forma como aqueles homens compreendiam sua inserção e posição dentro do cenário brasileiro. Paiva interpretará esta questão resumindo o pensamento isebiano segundo conceitos descritos por Mannheim em “Ideologia e Utopia”:

*“Eles se reconheciam como “inteligência socialmente desvinculada”, capaz de resumir em si mesma “todos os interesses que permeiam a vida social” e de descobrir uma posição que lhes permitisse uma “perspectiva total” na interpretação da sociedade brasileira e na proposição de soluções para os seus problemas. Uma vez formulada a “síntese válida” das aspirações dos diversos grupos e classes sociais, cabia-lhes fazê-la penetrar “nos amplos setores da vida social”, para que adquirisse “raízes naturais na sociedade, a fim de colocar em ação o seu poder de transformação.””* (Paiva, 1986: 136).

Sobre a “*síntese válida*” isebiana, Vanilda dirá<sup>22</sup>:

*“Os corolários desse iluminismo que pretende a transformação social dentro dos limites do sistema, de forma racional, ordeira e pacífica são claros. Por um lado, ele supõe que a razão pode substituir o poder como instância determinante da evolução social, na medida em que a inteligência dele se aproxima para indicar o caminho; por outro, a educação recebe ênfase especial como instrumento que propaga a razão e que, portanto, promove a mudança social.”* (Paiva, 1986: 137).

Tanto o grupo isebiano tratado aqui, assim como Furtado, podem ser criticados também a partir deste ponto: da ênfase na crença das possibilidades da razão e do

---

<sup>22</sup> Grosso modo penso que a síntese isebiana no seu sentido analítico se constitui de três instâncias principais que eram utilizadas sempre de maneira dialética, ou seja, interagindo entre si o real, o cultural e o individual (consciência). Enfatizando-se uma ou outra de acordo com o problema e o interesse específico da área do intelectual que a utilizava.

conhecimento na ação humana como elemento condutor do processo histórico e na capacidade inata de reflexividade dos indivíduos, mesmo aqueles submetidos a condições precárias de educação. Daí que se produzindo métodos de aprendizagem compatíveis com as condições existenciais dos indivíduos, eles poderiam rapidamente se integrar de forma consciente ao processo político.

Gláucia Villas-Boas (Mudança provocada, 2006, pág. 88) nos diz que a influência de Mannheim sobre os sociólogos brasileiros da década de 1950 foi muito grande. Um exemplo disto podemos tomar pela quantidade e pela data das publicações de seus livros em português.

*“Quando se comparam as datas das edições brasileiras dos livros de Mannheim com aquelas obras importantes de Max Weber e Émile Durkheim (Lima, 1994), nota-se que os livros de Mannheim as antecederam no Brasil, vindo a público pouco tempo depois de sua publicação nos Estados Unidos e na Inglaterra. A ética protestante e o espírito do capitalismo, por exemplo, só foi publicado no Brasil em 1967, 17 anos depois de Ideologia e Utopia.”*

Gláucia também nos diz que, obcecados com a idéia de mudança social, os sociólogos brasileiros da década de 1950 se deixaram seduzir por Mannheim. Entretanto, a difusão de seu pensamento talvez tenha tido mais aceitação entre os cariocas, como afirmou Werneck Vianna em *Revolução Passiva*. Ela nos diz que este autor utilizou o adjetivo “mannheimianos” para distinguir os sociólogos cariocas dos paulistas que seriam “mertonianos”.

Uma das atribuições às quais Mannheim conclamava os intelectuais, segundo Gláucia Villas-Boas, seria em relação à autoridade e a capacidade para formular uma síntese entre as mais diversas tendências e concepções que agitavam o mundo político, no sentido de ordenar a vida pública ou política. Só os intelectuais poderiam ser os portadores desta síntese devido ao seu treinamento único para tal. Numa expressão que teria sido adquirida por empréstimo a Alfred Weber, o intelectual na sociedade moderna corresponderia a uma “camada intelectual desenraizada” ou desamarrada, que poderia se colocar livre dos interesses de classe. Eles

seriam capazes de transitar entre os diferentes grupos sociais e assim, compreender os diversos pontos de vista políticos de sua época.

Daí, para os isebianos, a possibilidade de intervir no rumo dos acontecimentos políticos, com base na racionalidade e no conhecimento científico direcionados por um compromisso humanístico (no caso, representado pelo desenvolvimento com justiça social). Além disso, o espaço nacional ganha relevância na medida em que o intelectual teria como se referir a uma instância mais ampla que o limite das classes. O intelectual deveria atuar visando a construir uma sociedade democrática, universalista. As idéias de Mannheim serviram para justificar, para atribuir um papel histórico à sociologia como técnica de análise social capaz de distinguir as tendências racionais das irracionais da sociedade. Possibilitando, assim, atuar de maneira racional sobre os processos sociais.

Gláucia Villas-Boas nos mostrou que a pobreza foi eleita pelos sociólogos da década de 1950 como o inimigo número um do país. Com a onda desenvolvimentista passaram a analisar o problema das desigualdades sociais a partir da consolidação no país de uma ordem legal moderna e mais justa. Entretanto, muitos atribuíam a persistência das desigualdades sociais a uma fraqueza institucional em relação cumprimento das leis. A ordem legal e burocrática não se impunha de fato a todas as classes, fraquejava diante dos interesses privados poderosos. Daí que, para muitos, a implantação de uma ordem igualitária moderna, no sentido de mais democrática, se punha como determinante para os problemas de estratificação social para a maioria dos sociólogos daquela época.

*“O modernismo sociológico da década de 1950, orientado deliberadamente para uma concepção moderna/universalista da vida social, preteriu a busca do específico, do singular, das origens, da fonte de brasilidade, mediante a construção de uma imagem do futuro do país, universalista, democrática e moderna.”* (Villas Boas 2006, 101).

\*

No ano de 1958 o governo desenvolvimentista de JK continuava seu curso, ainda que sobre momentos de instabilidade política. Aproveitando-se disso, os economistas ortodoxos, apoiados nas instituições financeiras nacionais e internacionais e nos Estados Unidos,



buscaram tutelar a sua política econômica. Inclusive tentando derrubar o monopólio estatal do petróleo, diminuir o ritmo dos gastos com a acelerada construção de Brasília e as políticas de incentivo à modernização do país de forma geral.

Furtado, recordando, nos diz que o acirramento das discussões trazia à tona antigas paixões, obrigando as pessoas a se posicionarem entre “nacionalistas” e “entreguistas”. O que fez com que o movimento e a própria idéia de nacionalismo fossem envolvidos por grandes ambigüidades e dissensões. Afirma ainda que os nacionalistas eram o lado fraco nessa luta, pois tinham contra eles a maioria dos meios de comunicação e dos interesses organizados. Daí que procuravam se ancorar nas massas, muitas vezes atijando-as como forma de pressionar os adversários.

Foi neste momento que os intelectuais nacionalistas começaram a se preocupar com a demarcação político ideológica do fenômeno do nacionalismo. Cada segmento, ou indivíduo por conta própria, procurava caracterizar e parametrizar os ideais que deveriam conduzir o movimento nacionalista e/ou deixar claro qual era a sua vertente. Um caso clássico foi a briga, em 1958, entre os amigos e isebianos Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe que culminou com a saída dos dois do Instituto. Intrigas a parte, nacionalismo e desenvolvimentismo já começavam a se dissociar, mesmo dentro do núcleo isebiano, a partir das decisões da política econômica de JK. Jaguaribe e Guerreiro tinham pelo menos duas grandes divergências que seriam um bom motivo para um distanciamento programático. O primeiro era a favor tanto da abertura ao capital estrangeiro (com ressalvas) quanto da condução política do processo pela burguesia industrial brasileira. Guerreiro já se colocava contra incentivos ao capital internacional e a favor das massas como condutoras do processo político de desenvolvimento.

Alzira Abreu descreveu bem em linhas gerais como este conflito que passou a demarcar posições políticas distintas nos segmentos nacionalistas desenvolvimentistas:

*“Das divergências de posições entre os “desenvolvimentistas”, pode-se estabelecer grosso modo duas vertentes: uma que vai defender a posição nacionalista. Esta, basicamente, pregava uma forte participação do Estado na economia, tanto nos setores da infra-estrutura como em setores onde o capital privado (nacional) não tinha possibilidades de se lançar por falta de recursos e/ ou tecnologia.”*

*“Era para se oporem, primeiro, à suposta resistência à industrialização e, depois, ao controle pelo imperialismo do processo industrial, que os nacionalistas propunham a formação de uma ampla frente política capaz de dar condições ao Estado e ao empresariado nacional para resistirem à imposição de controles externos ao processo industrial. Esta frente política deveria incluir as massas urbanas, mobilizadas em torno da promessa de que só o “desenvolvimento nacional” permitiria, posteriormente, a integração das camadas populares ao processo econômico dinâmico, pois os frutos destes seriam represados no país. Daí falarem os nacionalistas em nome da nação, abstraindo, assim, as diferenças e os conflitos de classe.”*

*“A outra vertente dos “desenvolvimentistas” tinha uma posição favorável à participação dos capitais e da tecnologia estrangeiros no desenvolvimento, vista como único meio possível de o Brasil acelerar o seu processo de industrialização e de ultrapassar rapidamente seu estágio de subdesenvolvimento.” (Abreu, 2005; 109).*

Alzira irá ressaltar também, que mesmo com algumas tentativas, os intelectuais do ISEB não conseguiram influir diretamente na condução da economia e das políticas públicas do governo JK. Isto por que a maioria deles teria se formado num momento anterior, de valorização do saber humanístico, em detrimento da especialização técnica e não teriam conseguido fazer essa passagem. Mesmo que tentassem participar ativamente do governo, ficaram mesmo restritos a elaborações mais amplas no sentido de direcionar o processo de acordo com as concepções nacionalistas. A alta burocracia do Estado já era composta por uma tecnocracia jovem, de especialistas.

O que diferencia Furtado, e ao mesmo tempo se põe como uma característica fundamental de sua produção é justamente a capacidade de fazer esta ligação. De ser o técnico, o programador e, ao mesmo tempo o intelectual que consegue trabalhar a síntese “mannheime-isebiana” da sociedade e tirar dela sua diretriz para a elaboração dos projetos técnicos e políticos.

Entre as ambigüidades que se acentuavam naquele final de década e começavam a distinguir os segmentos desenvolvimentistas, Furtado cita o artigo de Álvaro Vieira Pinto

“Ideologia e Desenvolvimento” que apontaria para um nacionalismo como “*categoria suprema da inteligibilidade do processo histórico*”. Um tipo de “nacionalismo” que se afastava dos seus parâmetros, assim, discordando desta interpretação lembra:

*“A idéia de desenvolvimento passava a servir de cobertura a uma habilidosa construção ideológica em que se promovia o “ser nacional” abrindo caminho para justificar a subordinação da sociedade civil ao Estado.” (CF, 1986;198)*

Mesmo se colocando a favor das principais causas nacionalistas, defendendo publicamente essas causas, Furtado não deixou de condenar o clima de sectarismo que estaria contagiando àqueles que se deixaram levar pela “*ideologia nacionalista do desenvolvimento saída da consciência das massas*”. Referia-se a postura do “grupo”, que a partir de 1959 assumia a direção do ISEB e tinha como referência além de Vieira Pinto, Corbisier e Nelson Werneck. Segundo ainda nos conta Furtado, eles teriam sido os responsáveis pela “crucificação” de Jaguaribe no Instituto, após a saída de Guerreiro Ramos, quando o primeiro defendeu publicamente a possibilidade da participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais brasileiros.

Outro ponto que é bom destacar é que Furtado não embarcou na concepção da preeminência do Estado sobre a sociedade civil. Pelo contrário, atrevo-me a dizer que ele via apenas circunstancialmente a importância da atuação do Estado como coordenador do processo de desenvolvimento no Brasil e isto com ênfase nos países subdesenvolvidos. Esta ênfase se devia às razões histórico-estruturais inerentes a condição de subdesenvolvimento do país, como reflexo do longo período em situação colonial e, posteriormente, periférica e dependente. Os problemas inerentes a esta situação são grandes e complexos gerando uma fragilidade estrutural quando se pensava em relações capitalistas em sociedades centrais, bem mais equânimes que nas subdesenvolvidas. Defendo que Furtado perceba a função proeminente do Estado em sociedades subdesenvolvidas como um importante instrumento de correção dos seus problemas estruturais. Em sociedades desenvolvidas esta função iria se

limitando a intervenções cada vez mais suaves. Contudo, o Estado moderno só se justificaria se capaz de conduzir de maneira democrática, e assim mais acelerada, as demandas sociais na busca pelos direitos universais da pessoa humana conforme percebia como marco do processo civilizatório ocidental. Quando Furtado examina as sociedades desenvolvidas, que seria o objetivo a ser alcançado pelas subdesenvolvidas, seu paradigma destaca que o dinamismo delas advém justamente das interações da sociedade civil. O Estado moderno, seus aparelhos e seu quadro técnico, são percebidos como instrumentos mais adequados ou mais “isentos” para fazer valer o cumprimento objetivo dos valores éticos e morais contidos no seu marco regulatório, representação das escolhas políticas de seus cidadãos, que passa assim a ter um valor legal, jurídico. Nesse caso, além de uma visão do burocrata pragmático e racional, como presente num hipotético modelo ideal ao estilo weberiano, Furtado apresenta, como já vimos, um quê das funções e das qualidades do intelectual conforme o modelo “mannheime-isebiano”. Segundo ele, serão as disputas políticas entre as classes, reguladas pelo marco institucional de cada sociedade e acrescidas pelas inovações tecnológicas implementadas pela constante renovação das relações de consumo, os elementos dinâmicos das sociedades desenvolvidas. De forma que o Estado nestas sociedades teria uma função muito mais reguladora e fiscalizadora, função bem diferente da percebida para o Estado em sociedades subdesenvolvidas, onde deveria atuar também como agente do desenvolvimento, uma função bem mais ativa.

Nas sociedades subdesenvolvidas, onde o Estado assume funções que a iniciativa privada ainda não conseguiria suprir, não pelo menos com a urgência necessária, tanto o empresariado incipiente como a baixa qualidade da mão-de-obra, a escassez de recursos e a tibieza institucional presente nas sociedades dependentes obrigariam o Estado a atuar como condutor do processo de desenvolvimento. Por isso é que para Furtado é extremamente importante a montagem de um corpo técnico capacitado no Estado amparado em valores republicanos. Nas sociedades em que predominam a dualidade estrutural, e as práticas

tradicionais se contrapõem às modernas (democráticas e republicanas) dificultando as transformações sociais.

### **3.4 - As fontes eletivas do culturalismo isebiano e o nacionalismo desenvolvimentista segundo Jaguaribe**

Nesta parte do trabalho pretendo apresentar um pequeno resumo de uma análise de Jaguaribe sobre o desenvolvimento da filosofia no Brasil, tendo como mote a possível conformação do “existencial-culturalismo” adotado, mesmo que de formas variadas pelos intelectuais que deram o tom naquele Instituto. Também de forma rápida, veremos como este sociólogo isebiano percebeu a transformação de conceitos oriundos da “Escola Católica” para as vertentes culturalistas cujas influências mais marcantes já enunciei em partes anteriores do trabalho.

Em *A Filosofia No Brasil*, livro publicado já pelo ISEB, Jaguaribe discorrerá sobre as influências filosóficas do universo isebiano. Aqui poderemos encontrar como o autor via todo o panorama da evolução do pensamento que culminará na filosofia que batizará de “*existencial-culturalista*” isebiana. Ele nos conta que seria da confluência da historiografia pós Ranke, do historicismo de Dilthey e da filosofia dos valores da escola de Baden, que surgiu uma nova filosofia da história, marcada pelo culturalismo. Ou seja, um reconhecimento da cultura e da própria ordem de valores como algo decorrente do processo histórico a que estão submetidas. Este seria o resultado de um esforço de superação da velha antinomia realismo-idealismo. É nesse sentido, acredita o autor, que Heidegger formulou a teoria do “ser-no-mundo” e Ortega elaborará a teoria da circunstancialidade – daí a expressão tão em voga entre os isebianos: eu sou eu e minha circunstância.<sup>23</sup>

Dessa forma, dirá Jaguaribe, as filosofias da existência caminharam na intenção de negar os antigos pressupostos do idealismo e do realismo, propondo a concomitância do

sujeito e do objeto, imbricados e constitutivamente implicados um no outro. Segundo ele o culturalismo começou a tomar força na segunda metade do século XIX, a partir de historicistas como Burkhart e filósofos como Dilthey. No século XX surgiram figuras afinadas com aquelas tendências como: Max Weber, Alfred Weber, Spengler, Raymond Aron, Georges Gurvich, Collingwood e Arnold Toynbee. Nestes autores se manifestaria, cada vez mais, a ligação entre as filosofias da existência e o culturalismo. Isto implicaria a crença de que os sistemas das representações e das significações antecedem e condicionam o das idéias.

Jaguaribe diz que na sua primeira fase a Escola Católica brasileira teve um caráter voluntarista e irracionalista. Jackson de Figueiredo sonhava em recuperar a antiga unidade da civilização cristã e, desse modo, reagia contra os efeitos “perversos” da Reforma e da Ilustração. Sua influência nos meios católicos foi considerável, prossegue. Pregava a valorização da autoridade e das instituições, levadas por vezes às últimas conseqüências do reacionarismo. Politicamente, afirma Jaguaribe, Jackson irá lançar as bases de uma ideologia anti-individualista e corporativista, que resultou no movimento integralista.

Segundo Jaguaribe, a segunda etapa da Escola Católica corresponde à ação desenvolvida por Alceu de Amoroso Lima – famoso crítico literário que teria sido convertido ao catolicismo por Jackson de Figueiredo. Afirma ainda que, tornando-se líder da escola católica brasileira, Alceu abandona antigos dogmas e se conduz por intermédio de Maritain ao neotomismo liberando-se do ranço autoritário de Jackson. Contudo, os *neotomistas* se manteriam presos ao conceito de substância e à concepção eleática do ser. Além da falta de historicidade, os comprometia também, a pouca compreensão do processo cultural como condicionante do homem. O movimento neotomista no Brasil teve amplo proselitismo, insinua Jaguaribe. O culturalismo brasileiro foi iniciado por Miguel Reale, a partir do

---

<sup>23</sup> Aqui, para Hélio Jaguaribe, aparece uma distinção do *eu abstrato* – resultado de uma reflexão *abstrativa* – e do eu concreto, vivente real, que é o *eu circunstanciado*, inserido no seu contorno vital. O “*ser-em-situação*” de J. P. Sartre, com algumas alterações caminharia bem próximo desta idéia.

neokantismo de Baden em associação a um culturalismo crítico. Já a filosofia da existência encontrava em Vicente Ferreira da Silva seu mais destacado representante. Influenciado por Heidegger, o filósofo brasileiro procurou na síntese entre o existencialismo e o culturalismo, uma nova idéia do homem. Seguindo a mesma direção, mas sob influência marcante de Gabriel Marcel e Ortega. Roland Corbisier é quem vai procurar explicar, após o precoce desaparecimento de Silva, a formação de uma “*consciência cultural*” de base *existencial-culturalista* para interpretar a cultura e a vida brasileira. São basicamente estes homens e estas idéias que levaram à criação do *Instituto Brasileiro de Filosofia*, em 1949, na cidade de São Paulo, cujas idéias tiveram bastante influência sobre os isebianos. Acredito que deste relato de Jaguaribe podemos ter uma noção do caminho e do corolário de idéias que influenciaram e deram sustentação na elaboração da “*síntese do cultural-existencialismo*” adotada pelos isebianos, cujos maiores artesãos foram Corbisier e Vieira Pinto que, mais tarde, a trabalharão cada qual seguindo suas próprias orientações e convicções vindouras.

Percebemos essa síntese interpretativa comum quando comparamos as produções dos diversos intelectuais do primeiro período isebiano. Parece-me, entretanto, que não existiu a tentativa de elaboração de uma teoria filosófica única para a interpretação da realidade por parte do instituto, não pelo menos normativa. Visto que seus participantes tinham liberdade absoluta de expressão e não abriam mão de sua liberdade e individualidade intelectual. O que unia aquelas pessoas era um objetivo comum: a recriação da nação sob novas bases a partir de um “pacto desenvolvimentista”. O objetivo era a conclusão da “Revolução Nacional Brasileira”, uma revolução que teria sido iniciada em 1930, mas que, desvirtuada, não conseguiu superar seus passos iniciais. Percebiam que naquele momento, a partir da segunda metade dos anos de 1950, se concretizava a oportunidade de, agora sim, se fazer uma verdadeira revolução com justiça social.

Como insistia Guerreiro Ramos, pela primeira vez na história do país o “povo brasileiro” atuava como ente político. Pela primeira vez a elite dirigente havia aceitado a

participação popular nas questões decisórias. Cabia a *intelligentzia* “progressista” promover, através da informação e da conscientização a propagação dos valores e ideais modernos, para que o “povo” tomasse pé das transformações que se consolidavam no país e no mundo e de suas responsabilidades como condutor natural do processo político democrático.

A questão da democracia, contudo, será um ponto que distingue alguns destes intelectuais a partir da ruptura de 58. Aqueles que permanecem no ISEB aceitam mediá-la a partir da expectativa de uma via mais rápida de justiça social. Para todos, contudo, tratava-se de refundar o país sobre novas bases que possibilitassem a concretização da nação que se quer plena, desenvolvida e igualitária. Neste projeto política, economia e cultura se coadunam na formação de uma síntese programático-ideológica associada a um movimento de ação política.

No campo econômico percebiam no acelerado processo de industrialização o elemento propulsor das mudanças sociais. No campo cultural era preciso superar o complexo colonial. Para isso se fazia necessário universalizar através da educação e da informação a capacidade de cada indivíduo racionalizar sua própria existência no sentido de poder se contrapor às determinações culturais dadas pela condição periférica e o legado colonial. Uma verdadeira nação só se formaria realmente quando seu povo se descobrisse como cidadão e se reconhecesse e fosse reconhecido como tal. Para isso era preciso dar um passo adiante para recuperar o tempo perdido em relação aos países desenvolvidos e fazer prevalecer aqui os novos valores democráticos e igualitários que marcavam o processo civilizatório.

Da economia vinha o “empurrão”, mas não conseguiria por si só destruir as bases da estrutura de dominação pré-existente que caracterizavam o campo político e a estratificação social. Era preciso trabalhar o imaginário coletivo e pessoal para que, através da organização e mobilização política, os agentes do desenvolvimento pudessem conduzir os verdadeiros representantes de seus interesses ao comando das decisões nacionais.



Em 1958, Jaguaribe publica através do ISEB “*O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*” onde, como também faziam outros isebianos, tenta dar ao nacionalismo desenvolvimentista uma formulação teórica consistente e demarcar posição numa acirradíssima disputa pela orientação ideológica do movimento. Distinguindo-o, assim, das várias “interpretações errôneas” que se faziam naquele momento, Jaguaribe aponta para as muitas preocupações que estes “desvios” geravam e acabavam utilizados por seus inimigos para ridicularizar o movimento como um todo, bem como disseminar o alarmismo entre a população.

Jaguaribe expõe esta preocupação logo na introdução do livro, para o sociólogo as tendências que se apoiavam no nacionalismo eram suprapartidárias e extrapolavam a divisão de classes. Desse modo, dizia que, grosso modo, era possível notar a opinião pública brasileira dividida em um falso antagonismo: entre os “*nacionalistas*” e os “*entreguistas*”. Uma simplificação que esconderia vários enganos. As correntes nacionalistas, por exemplo, possuíam um espectro tão heterogêneo e complexo que incluíam tanto a extrema direita quanto a extrema esquerda, de antigos fascistas a uma parcela dos comunistas do PCB. A preocupação era que tendo então, o nacionalismo surgido como “força operante” antes mesmo de uma formulação teórica, impunha-se imprescindível que se fizesse tal formulação, sob pena de que os enganos e as contradições, expostas principalmente pela mídia de forma alarmista, dessem fim ao movimento antes mesmo que se realizasse seu intento, ou seja: a emancipação da nação brasileira.

Para Jaguaribe, antes mesmo de ser uma ideologia racionalizadora do comportamento político, ou ter uma programação para orientá-lo, o nacionalismo se apresentava como um fenômeno histórico-social daqueles tempos. Entretanto, um projeto nacional seria antes de tudo um projeto de integração regional e sua continuidade no tempo apareceria como resultado da ação política.

O nacionalismo no Brasil teria aparecido historicamente de forma descontinuada e fragmentária, diz Jaguaribe, isto em função da falta de integração econômico-social. Houve um nacionalismo cultural com os modernistas, mais tarde um nacionalismo econômico com o debate sobre a criação da Petrobrás. Contudo o nacionalismo do final dos anos de 1950 teria principalmente um viés político e como bandeiras de destaque a exigência de democracia e justiça social. No plano internacional o nacionalismo político brasileiro teria se inspirado no desejo de diminuir sua dependência e fortalecer sua soberania no quadro das nações, principalmente frente à influência dos Estados- Unidos. Contudo, todas essas manifestações se encontrariam no debate sobre o desenvolvimento econômico, que se pautava no confronto de duas forças que Jaguaribe preferiu chamar de Cosmopolitas e Nacionalistas.

Os primeiros seriam os adeptos da internacionalização e das políticas econômicas liberais, se comporiam daqueles vinculados ao antigo regime produtivo dominante, sua força viria basicamente dos grandes ruralistas e comerciantes, exportadores e importadores, também com expressivos apoios de parte da classe média, inclusive nos meios militares. Os segundos se remeteriam às novas forças produtivas que aspiravam ao predomínio econômico e político. Estes segmentos defendiam o apoio à industrialização através de medidas protecionistas e de transferência de renda, como se dá, por exemplo, pelo controle direcionado do câmbio. Compõe-se basicamente da nova burguesia industrial e camadas do proletariado urbano, ambos em franca ascensão. Entretanto, ressalta Jaguaribe, posições extremas em mentes pouco capazes podem levar o nacionalismo a gerar um xenofobismo, o que não passaria de um nacionalismo inculto e, o que é pior, propenso a erigir esta própria condição em ideologia – neste ponto notamos em Jaguaribe a mesma desconfiança apresentado por Furtado em relação às idéias que tomariam força com Vieira Pinto.

Tais segmentos apresentariam uma confiança “ingênua” ou pura, no sentido de simplista nas irrestritas potencialidades do país e no sentimento de auto-suficiência sem controle crítico. Por outro lado, o cosmopolitismo de outros se ancoraria na descrença das

potencialidades do país a níveis em que a frustração provocaria um complexo de inferioridade que esterilizaria a confiança na nação. Nesta passagem podemos destacar que as colocações de Jaguaribe também apresentam uma preocupação semelhante às de Furtado quanto ao ideário preconceituoso que dominaria segmentos “ortodoxos” do liberalismo conservador brasileiro que dificultavam o processo de integração nacional. Mostram também a perspectiva de Jaguaribe quanto a procura de uma posição conciliatória entre uma disputa que assumia um caráter ideológico dicotômico e maniqueísta. Essa preocupação manifesta o desejo da preservação das conquistas democráticas, com a preservação da ordem legal, ao mesmo tempo em que aponta para propostas de mudança social e da quebra do *status quo* via conquistas políticas e institucionais.

Para Jaguaribe, contudo, o problema da falta de capitais internos apareceria como a principal carência para o desenvolvimento. A atração do capital estrangeiro surge então como necessidade imediata para a continuidade do processo de desenvolvimento. Segundo Jaguaribe as classes trabalhadoras brasileiras ainda não teriam optado por uma alternativa política que realmente se pautasse por um projeto que promovesse sua ascensão social via igualdade de oportunidades e competição individual. Ao contrário, vinham optando por manifestações inconsistentes e inorgânicas do populismo e da demagogia de líderes carismáticos.

Jaguaribe aponta também problemas em relação às camadas da classe média que teriam crescido como subproduto da ascensão urbana apoiada na velha estrutura cartorial do Estado brasileiro. Tais camadas cristalizariam um pensamento conservador e, sua principal presença se daria na ocupação de cargos, muitas vezes inócuos, criados apenas para perpetuar privilégios. Desse modo, se colocavam no espectro ideológico professando um liberalismo tosco, elitista e conservador. Entre seus representantes estariam verdadeiros grupos estamentais, que permaneceriam no comando desta estrutura cartorial e prestariam péssimos serviços à nação e à população, tornando a máquina do Estado ineficiente e corporativa.

Cooptados por essa nefanda influência, boa parte da classe média e da burguesia se manteria associada a esses grupos parasitários de forma a manter e garimpar privilégios.

Como partes destes grupos se colocavam entre os nacionalistas se configurava, assim, uma contradição fundamental dentro das forças que sustentavam e apoiavam este movimento. Jaguaribe considerava que nestes grupos encontraríamos, de forma encoberta, uma pretensão de promover o desenvolvimento econômico preservando a política de clientela e o Estado Cartorial. Por isso evidencia a incompatibilidade natural entre a possibilidade de um Estado soberano e a manutenção das antigas formas clientelísticas e cartoriais que habitavam o país. Na perspectiva de Jaguaribe, o verdadeiro projeto nacionalista tinha que se opor a estes representantes das antigas estruturas que permaneciam corroendo o Estado brasileiro.

Os conflitos que se apresentavam em nosso país exprimiriam em sua essência mais do que simples lutas de classes. Mais que isso, exporiam o conflito que existe dentro de cada classe entre seus setores dinâmicos e estáticos. Deveriam ser vistos não como lutas de classes e sim como problemas estruturais. Assim, o despertar da *consciência histórica* aparecia como um dos mais importantes acontecimentos da época com ela, e através dela, o homem adquiriria consciência própria do processo histórico. A partir da consciência histórica dos fenômenos “faseológicos”, enfatizados nos processos de mudança social e nas reações a ela – ou seja, dos conflitos que seguem as transformações na organização produtiva de uma sociedade, ou entre uma estrutura arcaica que persiste e uma moderna que surge e disputa espaço – os indivíduos teriam condição de perceber o caráter das ideologias.

Jaguaribe afirmava que era possível converter um processo socialmente deliberado como o nacionalismo em um projeto de desenvolvimento econômico e social. Antes de tudo, o nacionalismo seria um movimento espontâneo provocado pelo desenvolvimento (das forças produtivas) e deveria ter por fim acelerá-lo e racionalizá-lo. Era um movimento inerente ao processo histórico e que interessaria a todas as classes, exceto àqueles setores vinculados às estruturas semicoloniais existentes, inclusive, dentro das próprias classes.

Ressalta porém, que o nacionalismo não teria aparecido como expressão de nossas características nacionais ou de particularidades relacionadas ao “caráter nacional”. Era apenas um meio para atingir um fim – o desenvolvimento, que era uma condição imposta pelo processo civilizatório ocidental. Dessa forma, embora a primeira vista possa parecer paradoxal, o nacionalismo deveria se colocar como *antinativista* e *antifolclórico*. Em longo prazo, como conseqüência do desenvolvimento do capitalismo mundial, devido a suas características globais, deverá nos conduzir a formas supranacionais com uma maior integração da América Latina, aos moldes da nascente comunidade européia.

Este livro de Jaguaribe provocou imensa polêmica no meio nacionalista, visto que procura demarcar posições em um terreno amplamente disputado. Reforçava uma posição conciliatória num universo marcado pela bipolarização ideológica. Entretanto, seus opositores se apegaram à questão do petróleo para colocá-lo ao lado dos “entreguistas”. Jaguaribe dizia que não via questão da indústria do petróleo de forma unívoca, considerava que poderia tanto ser realizada pela Standard Oil ou qualquer outra empresa, nacional ou estrangeira, se isto fosse o melhor para o país no momento.<sup>24</sup> A burguesia industrial brasileira deveria se colocar como promotora do desenvolvimento mediante a máxima eficácia da função empresarial. Politicamente deveria promover a democracia social no sentido de reduzir os privilégios de classe e igualar as oportunidades entre os cidadãos. Se essas condições não fossem preenchidas a burguesia brasileira perderia sua grande oportunidade histórica, conclui.

\*

A questão do pacto político presente na revolução nacional isebiana remete a discussão sobre um pretenso modelo *neobismarckiano* de Jaguaribe ou o da *via prussiana* de

---

<sup>24</sup> Este foi um dos pontos mais criticados no livro de Jaguaribe. Sendo utilizado de forma a gerar um extremo desconforto ao autor dentro do movimento nacionalista, principalmente em relação aos comunistas. A direção da UNE se colocou frontalmente contra esta posição exigindo explicações do ISEB. Os desdobramentos desta crise levaram Guerreiro Ramos e depois Jaguaribe a se desligarem do Instituto.

Nelson W. Sodré a partir dos quais estes intelectuais percebem o caminho da nossa “revolução”. Parece-me que a partir da cisão de 1958, apenas Jaguaribe defende o modelo de um pacto político do tipo neobismarckiano, cuja liderança se dê pelo lado da burocracia e da burguesia industrial, assim mesmo, graças a tibieza desta última em liderar o processo. Sua cisão intelectual com Guerreiro Ramos vai justamente nesta direção. Enquanto Jaguaribe gostaria de ver a associação burocracia-burguesia como condutora de um projeto nacional estratégico, sem relegar a democracia – destaque-se, Guerreiro (assim como Sodré e os demais históricos, guardando suas diferenças) vai insistir num pacto nacional-popular, cujo aspecto central está nos ganhos eleitorais como condutores das reformas democrático-institucionais, político-partidárias e estruturais. Para ele, o “povo” devia ser a perna forte do tripé (+tecnocracia+burguesia), o grande condutor do processo de desenvolvimento que esbarrava justamente na fragilidade institucional da democracia representativa brasileira que permitia aos conservadores retardar o processo de desenvolvimento democrático.

Oliveira Filho descreveu do seguinte modo a perspectiva de revolução nacional de Jaguaribe e N. W. Sodré, distinguindo o modelo neobismarckiano do sociólogo daquele de “inspiração” prussiana do historiador:

*O projeto de revolução de Jaguaribe e de Sodré se diferencia de uma concepção de revolução burguesa clássica: em Jaguaribe, pela introdução do conceito de bismarckismo, a rigor neobismarckismo, o que equivale a propor um Estado forte e alavancador da industrialização; e em Sodré, pela idéia de uma frente nacionalista, democrática, e popular que conduziria a revolução burguesa como etapa prévia ao socialismo. Em ambos não se trata de uma revolução radical nem disruptiva da ordem capitalista. Pode-se dizer que seus projetos se identificam com a linha ideológica do governo J.K. de desenvolvimento “dentro da ordem” - em Sodré com maiores ressalvas.” (Revista Estudos de Sociologia UNESP, Araraquara, pág. 23)*

Celso Furtado no início dos anos de 1960 se associa a perspectiva de Guerreiro Ramos. O seu “esquema” do desenvolvimento nacional se baseava em um tripé, em que dividiriam a liderança do pacto político o povo, em primeiro lugar, como orientador político-democrático. Em seguida, de forma associada, apareceria a burguesia nacional como promotora dinâmica do processo, no sentido schumpeteriano. A tecnocracia participaria

como organizadora estrutural, no sentido de fornecer subsídios para a expansão sustentada da oferta e da procura.

Além da convicção democrática, Furtado destacava a função de vanguarda política para o povo baseado em algumas constatações que podemos perceber já em Formação Econômica do Brasil. Ele demonstra em várias passagens que as elites econômicas nacionais nunca tiveram necessidade de atrelar sua riqueza a qualquer tipo de projeto de soberania nacional ou popular e ressaltava a facilidade com que concentravam o poder e a riqueza, se utilizando dos mecanismos de Estado para favorecimento mercantil através da associação com uma camada privilegiada de “funcionários públicos”.

De modo que só sob a orientação das massas sob via eleitoral representativa se colocaria como prioridade para o Estado a democratização das instituições e das políticas públicas. Tal projeto, entretanto, não poderia abrir mão da capacidade empreendedora da burguesia (industrial) para tocá-lo. Era na composição do legislativo, onde o sistema político proporcionava uma alta representatividade relativa do setor agrário, sustentando a resistência conservadora, que Furtado percebia as maiores dificuldades ao avanço do processo de desenvolvimento democrático. Daí a ênfase na urgência da modificação da estrutura agrária brasileira associada aos ganhos políticos dos setores urbanos.

\*\*

### **3.5 - Vieira Pinto e a importância da Consciência Crítica.**

Possivelmente Vieira Pinto “errou na mão” nas suas críticas às posições etnocêntricas em relação ao conhecimento produzido nos países centrais, bem como nas possibilidades do nacionalismo como questão central das elaborações periféricas. Entretanto, deixa uma contribuição efetiva em vários aspectos. O seu conceito de consciência crítica se coloca entre as principais categorias utilizadas pelos intelectuais que vemos dando destaque. É uma categoria que se coloca em contraposição a idéia de alienação. Refere-se a um estágio de

superação da alienação e de todo o complexo colonial que incide sobre o indivíduo e sua consciência de si em relação ao outro, referência importantíssima na formação da identidade individual e coletiva da nação. Esta é uma posição que ressalta uma postura crítica em relação ao imperialismo, ao etnocentrismo e seus reflexos para a ciência e a cultura nacional.

Entendo que é importante percorrermos um pouco mais seu pensamento, pois suas publicações discutem fundamentos comuns a todos os isebianos históricos e também a Celso Furtado. A questão da alienação tanto ao nível da cultura quanto da consciência individual vai estar sempre presente nos trabalhos de Celso Furtado, mesmo que não se manifeste de forma direta. Se manifesta quando, por exemplo, ele trata das relações entre a cultura e o consumo, na crítica ao “complexo de inferioridade” sob o qual certos intelectuais brasileiros interpretam a realidade nacional, ao “universalismo” etnocêntrico da teoria econômica clássica, etc. A visão dialética da sociedade no sentido de uma perspectiva que leva em conta uma totalidade em movimento e da interação constante entre seus diversos campos e seu uso como instrumento formulador de uma “síntese” interpretativa da realidade também foi desenvolvida por Vieira Pinto.

De origem integralista e formado no pensamento católico como Guerreiro, Corbisier e Jaguaribe, Vieira Pinto passou pela Faculdade Nacional de Filosofia, cuja montagem se dá a partir do desmanche da Universidade do Distrito Federal, que foi orquestrado pelo ministro Gustavo Capanema em 1939 e que teve em Alceu Amoroso Lima um dos seus principais colaboradores. Teria sido este último o responsável pela indicação de Vieira Pinto para a cátedra da instituição. Do mesmo modo, seguindo a lógica das relações de amizade e afinidade ideológica que Corbisier o teria convidado para lecionar Filosofia no ISEB.

Dos quatro isebianos abordados por este trabalho todos tiveram forte formação na “Escola Católica”. Todavia, todos irão rompendo gradativamente com essa formação sob a crítica ao conservadorismo do pensamento católico e sua posição autoritária e compactuada



ao *status quo* brasileiro. Com o tempo se aproximam do marxismo e outras correntes do pensamento associadas à esquerda, com destaque para o existencialismo de Sartre e a filosofia da ação de *Karl Mannheim*. Como já enunciei o clima intelectual do pós-1945 realçava as qualidades do universalismo e da democracia contrapondo aos elementos autoritários e elitistas que predominavam nas antigas correntes católicas.

Em 1956, na sua aula inaugural no ISEB, Vieira Pinto já defenderia pontos nada próximos aos segmentos católicos mais conservadores. Serão fatores determinantes desta cisão, além da sua aproximação com a esquerda, a sua adesão ao grupo liderado por Anísio Teixeira em defesa da escola pública. A igreja defendia verbas para suas instituições escolares, postas como “não oficiais”, mas de utilidade pública, voltadas para o povo. Em contraposição estavam aqueles, liderados por Teixeira, que defendiam que a educação deveria ser democrática, laica e função básica do Estado que, dessa forma, deveria voltar todos seus recursos e investimentos apenas às instituições oficiais.

Ainda em 1956, Vieira Pinto publicou uma coletânea de seus cursos no Instituto sob o título de *Ideologia e Desenvolvimento*. Lá estão presentes, logo de início, as quatro formulações principais que se propõem a desenvolver no livro com o intuito de colaborar com o movimento nacional-desenvolvimentista. A primeira é: “*Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento*”; a segunda: “*a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa*”; a terceira: “*o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas*”; e por último: “*a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas*”.

Em 1959 conclui os dois volumes de seu livro *Consciência e Realidade Nacional*, que vem a público em 1960, com o intuito de melhor desenvolver as idéias apresentadas em 1956. Tendo em destaque a questão do subdesenvolvimento, ele encarou de forma singular a perspectiva do trabalhador e da categoria trabalho, tentando valorizar, qualificar a produção

cultural e a capacidade racional da classe trabalhadora. Assim, fazia-se expressamente necessária uma nova visão para encarar a questão da pobreza; era preciso que se levasse em conta as diferenças materiais e suas circunstâncias ímpares, uma vez que, para o homem conseguir expandir seu potencial de trabalho e alcançar ao topo do processo civilizatório seria imprescindível que lhe estivessem disponíveis as condições objetivas reais para tal. Só assim este homem adquiriria a capacidade de entender e apreender as, cada vez mais elaboradas, condições sociais e de controle da natureza que as novas tecnologias lhe impunham. Para Vieira Pinto o conhecimento não poderia servir para separar os homens e sim aproximá-los.

Um ponto que dá destaque é sobre a consciência e a conscientização política dos trabalhadores como atores decisivos do processo de desenvolvimento nacional. Apesar do aumento constante da sua proximidade com o marxismo, para Vieira Pinto, o conceito de alienação não partia do trabalho, seja ele qual for. Na sua concepção, ao contrário do que afirmara Marx, o trabalho mesmo primário, induziria à aquisição de consciência. A percepção do real, contudo, seria influenciada diretamente pela atividade do indivíduo e refletiria na sua produção e nos seus objetos culturais. Assim, as características do trabalho do homem do povo o levariam a uma percepção da realidade diferente, mas, tão valiosa quanto à das classes dominantes.

O que daria ao homem comum a aparência de inculto é a ausência de reflexão mais elaborada sobre as categorias que fundamentam seu pensamento. Elevado à instância da cultura, o pensamento popular mostra que a aparência de “incultura” que acompanhava o mundo do trabalho era resultante da ausência de reflexão por parte do trabalhador das categorias a partir das quais este elabora seu ideário. A idéia de alteridade vai ser aqui utilizada pelo autor para tentar demonstrar que não existe produção cultural inferior ou menos valiosa do que as mais elaboradas, seria apenas uma “outra” cultura que não foi analiticamente trabalhada e sofisticada. Assim, seguindo tal lógica, expõe que a propaganda

“incultura” do trabalhador comum não significa falta de conhecimento do mundo, pois o modo pelo qual os homens vêem o mundo deriva das circunstâncias que o rodeiam durante sua vida, inclusive das condições que cercam suas atividades laborativas.

O conjunto das condições materiais objetivas de uma sociedade ou de uma nação, é acompanhado, por reflexo, de uma consciência social característica da sua situação. No âmbito da nação, Vieira Pinto nos diz que este conhecimento pode ser designado por “consciência nacional”. É da relação entre as condições materiais objetivas de uma sociedade e da consciência que nela se apresenta em decorrência destas próprias condições que Vieira Pinto vai derivar seus conceitos mais discutidos, de *consciência crítica e ingênua*.

O autor acreditava que o desenvolvimento econômico provocaria a expansão da *consciência crítica* pela nação. Pois, enquanto as estruturas arcaicas que controlam o Brasil não tiverem esgotados seus mecanismos de reprodução do passado tal consciência não alcançaria preeminência absoluta. E, desse modo, a grande massa trabalhadora não teria como superar sua situação material de atraso e opressão. A *consciência crítica*, todavia, não apareceria apenas com o simples desmoronamento das velhas estruturas a partir do crescimento industrial associado à modernização da sociedade. Dependeria da experiência adquirida pelo mundo do trabalho nas suas lutas e do conhecimento advindo do reconhecimento e da reflexão da sua própria realidade vivida. Essa experiência deve ser progressivamente enriquecida à medida que se ampliar o processo de superação do modelo antigo de exploração do homem (colonizado), expresso pelo modo de pensar inocente, ou ingênuo.

As condições de miserabilidade do Terceiro Mundo, contudo, assegurariam o convívio entre os dois tipos de consciência ainda por algum tempo. Pois ao mesmo tempo em que novas condições induziam à percepção de superação do subdesenvolvimento, persistiriam os bolsões de conservadorismo que, em resposta, agiriam procurando preservar suas atuais condições sociais.

Se a *consciência crítica* é superação e intencionalidade, a *consciência ingênua* responderia pelo feixe de ações que “desacelera o tempo histórico”, ou seja, que atuaria em sentido contrário ao processo civilizatório, à modernização social, à industrialização e à universalização do novo fluxo tecnológico pelo tecido social. A *consciência ingênua* não é reflexiva, ela reduz o real ao dado imediato, não consegue ultrapassar esta instância. Mas *não poderia* ser diferente, pois de outra forma seria um processo que, de tal modo, conteria um protótipo da *consciência crítica*, o que não é possível. Seria típico dos ingênuos se fecharem à razão, à discussão dos processos sociais, atuando, principalmente, na supressão da comunicação e do debate, da aceitação da rotina e da tradição como uma condição dada *ad eternum*. No caso dos seus intelectuais, tenderiam a se apoiar na indigência semântica e no beletismo, são infensos às mudanças. Fechando os olhos à realidade, não conseguiriam entender a urgência da transformação estrutural, da necessidade da ruptura com a tradição e o atraso.

A *consciência crítica*, seria patrimônio das massas, da classe trabalhadora, quer elas saibam disso ou não, esteja em latência ou não, seria antes de tudo, racionalista, no sentido de pragmática, crítica, a partir do reconhecimento da sua circunstância. Cumpriria aos intelectuais emancipados interagir com as massas, revelar seus conceitos e expressões. De todo modo, ao pensamento crítico caberia refletir em si o mundo exterior. Não caberia ditar leis à realidade, apenas as tornar inteligíveis.

Apesar das discordâncias de Furtado quanto aos rumos das elaborações de Vieira Pinto, não resta dúvida quanto a importância da sua contribuição na elaboração da “síntese” do pensamento isebiano, ou seja, na condensação de um somatório de idéias de cujo núcleo bebeu boa parte dos nacionalistas desenvolvimentistas cepalino-isebianos. A sua concepção de cultura e de consciência crítica, como contraponto à alienação periférica, da ênfase na possibilidade da racionalidade das massas como superação tanto do populismo quanto dos estigmas da miséria e da ignorância, ultrapassam a elaboração do pensamento isebiano da

década de 1950 e influenciaram correntes na área da filosofia e da educação, como foi o caso exemplar da produção de Paulo Freire, conforme nos mostrou Vanilda Paiva.

Sobre a importância de Vieira Pinto na elaboração do pensamento isebiano o professor Pe. Henrique Vaz nos diz que *Ideologia e Desenvolvimento* representa a “suma” daquele pensamento (isebiano). (Encontro Com a Civilização Brasileira nº4, 10/1978). E reafirma:

“É inegável, entretanto, que as idéias que estão no ponto de partida do autor de *Consciência e Realidade Nacional* são aquelas que conferiram fisionomia inconfundível ao grupo do ISEB e lhe permitiram apresentar uma interpretação original da realidade brasileira face ao fenômeno que assume caráter dominante nas manifestações da vida nacional, o fenômeno do desenvolvimento.” (pag. 69)

### **3.6 – O nacionalismo, a sociologia e o método reduutivo de Guerreiro Ramos.**

Além de enfatizar a proximidade de ideais e idéias programáticas entre Celso Furtado e um grupo de intelectuais ligados ao ISEB dos primeiros anos JK, penso que uma das formas pelas quais podemos analisar a teoria do subdesenvolvimento furtadiana é sob a perspectiva da redução sociológica de Guerreiro Ramos. Mais ainda, penso que o método adotado por Furtado possa ser entendido como exemplificação ideal daquilo que Guerreiro imaginou como produção intelectual orientada pelo método reduutivo.

Por um lado, a *redução* nada mais é do que uma reação à alienação e ao complexo de inferioridade de partes da intelectualidade brasileira. Mal considerado dos mais graves à elite nacional por parte dos isebianos como Vieira Pinto, Corbisier, Guerreiro e Jaguaribe e também por Furtado, daí a ênfase um pouco exagerada das suas conclusões. Este “mal” comprometeria a superação do complexo colonial e atrasaria o processo de mudanças estruturais no país. Penso que *Formação Econômica do Brasil* foi elaborada por Furtado a partir desta perspectiva crítica, no sentido de repensar a história econômica do Brasil sob novos conceitos e sob uma visão periférica. Coloca-se assim como a pérola de um pensamento crítico que mescla o cepalismo com o culturalismo-existencialista isebiano.

Os isebianos produziram em um momento de modificações profundas na organização acadêmica e científica do país. Os próprios limites e abrangência das ciências e das disciplinas acadêmicas estavam em discussão e, neste sentido, Guerreiro Ramos afirmava que as dificuldades enfrentadas pela disciplina sociológica no Brasil eram reflexos das condições de transição que a sociedade estava passando. Desta forma, seus defeitos estavam inseridos no seu contexto, ou em uma configuração econômico-social que era resultado de um processo histórico específico, de transição. Caberia àqueles realmente conscientes desta situação contribuir para o seu esclarecimento e sua superação desvendando certos dogmas que impediam o sociólogo nativo de se pensar como possível produtor de conhecimento. Não um conhecimento elaborado sob a perspectiva etnocêntrica dos ricos ou pela distância imposta pelo imperialismo, mas um conhecimento mediado, dado a partir de uma crítica à sua condição periférica.

Guerreiro Ramos defendia que a sociologia como toda ciência era universal. Para ele cabia à sociologia brasileira, naquele momento especial de transição, uma função similar aquela expressa pelos intelectuais mannheimianos, de atuar sobre os indivíduos como fornecedora de subsídios que os permitissem refletir sob sua condição no mundo. O sentido, diz Guerreiro, é colocar os temas da interpretação da realidade nacional a um nível que os leitores comuns pudessem entender e os orientassem no processo de mudança.

Guerreiro defende a busca do aperfeiçoamento das práticas e técnicas racionais no sentido de se aprimorar a eficácia dos organismos sociais e institucionais segundo os paradigmas da modernidade, filtrados sob a ótica da redução. Em 1958, Guerreiro publica *A Redução Sociológica*, onde concentra esforços para sistematizar o que até então já vinha afirmando em artigos, textos, palestras e aulas. Esta primeira edição, de boa repercussão, se esgotou rapidamente e em 1965, lança sua segunda edição.

A idéia da Redução surgiu, segundo Guerreiro, da necessidade de se definir um procedimento científico, cujo objetivo principal era a orientação dos interessados em sociologia sobre como, metodologicamente, assimilar o patrimônio intelectual estrangeiro de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional. Rebate com firmeza muitas das críticas recebidas desde o lançamento da primeira edição, mas o mais atingido será seu agora ex-companheiro de ISEB, Álvaro Vieira Pinto, que já algum tempo teria optado por uma aproximação com a esquerda marxista-leninista. Guerreiro o ataca com virulência.

Apesar da aparente semelhança entre as perspectivas adotadas por estes autores, Guerreiro diz que nunca pensou o nacionalismo como via definitiva de orientação política e ideológica, sempre defendeu o “nacionalismo de circunstância”.<sup>25</sup> Não acreditava, ao contrário de Vieira Pinto, no nacionalismo como “*a ideologia essencial aos povos periféricos*”. Sua defesa do nacionalismo era circunstancial. Acreditava que o destino do homem e da ciência era a universalidade. Guerreiro dizia que a perspectiva da transformação do nacionalismo em dogma ou doutrina ideológica, o irritava profundamente. Depois que se desligou do ISEB, o instituto passou a direção de Corbisier para Vieira Pinto. Guerreiro acreditava que a partir daí Vieira Pinto passou a se aproximar cada vez mais dos comunistas, tornando o ISEB um de seus “aparelhos” e o utilizado no sentido de radicalizar a pressão das massas sobre as instituições nacionais.

Guerreiro afirma que a sociologia elaborada nos países centrais como os Estados Unidos refletia a realidade social daqueles países. Ou seja, se referia a uma realidade social onde a divisão social do trabalho se encontrava em um estágio de desenvolvimento muito superior ao nosso. Estariam em outra fase, uma fase mais democrática, adiante no processo civilizatório, muito mais estável politicamente que a nossa. Nas sociedades que conseguiram

---

<sup>25</sup> Sobre a forma adesão de Guerreiro Ramos ao movimento nacionalista dos anos de 1950, ver Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira, José Saraiva Cruz, in Pensamento Social Brasileiro, orgs. Sento-Sé e Paiva, ed. Cortez, SP, 2005.

completar sua revolução nacional, os valores modernos, universalistas e democráticos, já estariam culturalmente absorvidos pela maioria da população e pelas instituições.

Dessa forma, a produção dos cientistas norte-americanos se daria então sob a ótica da conservação e da estabilidade social. A produção científica norte-americana era extremamente sofisticada, mas não era esta questão que estava em discussão, o fato é que não correspondiam a nossa realidade e necessidade, eram de outra ordem, por isso a importância da redução e o alerta quanto a cópia e a implantação imediata de certos “modismos” intelectuais. O caso brasileiro requeria uma ótica oposta, que privilegiasse a transformação das estruturas sociais, uma sociologia “revolucionária”, ou seja, engajada no propósito da mudança com justiça social. A sociologia norte-americana, neste ponto, devido a sua pouca aplicação às necessidades dinâmicas e transformadoras do momento brasileiro, se apresentava, para nós, em muitos aspectos, de pouca utilidade. Além de seu caráter conservador, também agia no sentido de desviar a atenção dos estudiosos das questões verdadeiramente relevantes.<sup>26</sup>

Guerreiro Ramos apresentou a Redução, primeiramente, como método de apreensão crítica do patrimônio sociológico universal. Mas dizia que sua função não se resumiria apenas à transposição de conhecimentos de um contexto social para outro, se remeteria, também, à formação de uma existência humana superior, culta, crítica e transcendente. A expressão “redução” seria de origem fenomenológica, inspirada no método de Husserl, cuja finalidade inicial era estabelecer uma filosofia capaz de transcender o conhecimento empírico, e fugir à autoridade do empiricismo e do psicologismo que até então se impunham como bases únicas capazes de formular uma teoria do conhecimento de ampla aceitação.

A vocação da sociologia, para Guerreiro, seria o resgate do homem, dando-lhe condições de ingressar num plano de existência autoconsciente, reflexivo. O método da

---

<sup>26</sup> Com certeza, este exemplo comparativo entre o direcionamento ideológico das produções sociológicas brasileiras e norte-americanas está no bojo do debate com Florestan Fernandes, que foi muito influenciado por Merton e pela sociologia americana nos anos de 1950.



redução lhe prestaria condições de transcender toda a sorte de condicionamentos circunstanciais.<sup>27</sup> Tal atitude se colocaria como opção fundamental do homem moderno que busca conhecimento, liberdade, igualdade e a justiça social. Este homem moderno teria sua identidade formada e calcada sob estes valores, de forma a se pensar no mundo sob um patamar socialmente nivelado. Sua correta apreciação poderia habilitar o indivíduo à transcendência dos condicionamentos que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma. Os sentidos básicos do seu método estão contidos e discutidos de forma mais abrangente nas “leis da redução sociológica”, e são tratadas pelo autor como sistematizações condensadas dos aspectos centrais de seu pensamento. A primeira lei, chamada de “*comprometimento*”, ressalva a importância do engajamento. Guerreiro voltará a afirmar que o homem não é apenas um “ser-no-mundo”, é principalmente, um “ser-do-mundo”. De tal maneira, será expresso na sua lei que:

*“Nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou compromisso consciente com seu contexto.”* (1996: pág.105).

Este comprometimento do sociólogo é que propiciará a ele uma visão *intuitiva* do objeto em seu contexto, unindo uma visão totalizante do processo histórico a uma proposta de ação objetiva em uma determinada situação. De uma forma mais abrangente, Guerreiro tece sua crítica quanto à possibilidade da separação do sujeito do conhecimento de seu objeto. No caso dos países subdesenvolvidos, se põe contra um cientificismo que acredita na possibilidade de um saber apenas prescritivo, puro, explicativo, mas não transformador, contra a concepção que separa a esfera do conhecimento da esfera da ação. Posiciona-se contra a idéia que separa o cientista dos seus valores, e a favor de uma sociologia engajada que valorize a ação do sujeito frente uma sociedade dinâmica, sempre em transformação.

---

<sup>27</sup>Ainda segundo o autor, três são os sentidos básicos da redução: o primeiro a coloca como *método de assimilação crítica da produção sociológica internacional*. O segundo, que seria denominado como “*atitude parentética*”, se refere à *adestração cultural do indivíduo*. De caráter libertador, visaria à redenção humana, a *construção de um novo homem, sob novos valores universalistas e democráticos*. O terceiro sentido básico da

Tal engajamento, contudo, não pode se confundir com uma forma ingênua de pensar, diz ele. Deve ser sistemático, levar sempre em conta os critérios de universalidade, mas se basear numa crítica radical, reflexiva, valorativa, quanto aos critérios e fundamentos da ciência e sua produção. Deve colocar-se como um ponto de vista orientado para o futuro, objetivando acelerar a transformação dos contextos do subdesenvolvimento frente ao desenvolvimento humano universal. Fato que impõe aos cientistas dos países periféricos a exigência da não assimilação mecânica do patrimônio científico estrangeiro, principalmente, no seu aspecto ideológico, polarizado e dicotômico da forma em que se encontrava em plena guerra fria.

A segunda lei se refere ao “*caráter subsidiário da produção científica estrangeira*”. Para Guerreiro “*À luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária.*” (1965; pág. 113). Um objeto cultural, como por exemplo, o “Estado” ou a “nação” podem ser considerados de várias formas, um sociólogo americano pode procurar entendê-los segundo um determinado sentido, um francês de outro ou um alemão de um terceiro e assim por diante. As metodologias e as perspectivas de análise teriam se desenvolvido nestes países de acordo com suas próprias características, de acordo com as necessidades de superação dos problemas sociais locais. Por isso os aspectos originais que cada uma apresenta. Um produto sociológico qualquer, seja um sistema, teoria, conceito ou método de pesquisa sempre será elaborado para atender um objetivo ou uma imposição dada. É assim que a redução vai se apresentar, como antípoda da repetição, da cópia e da imitação. Mesmo porque, a mera repetição analógica das práticas e estudos contraria a essência da atitude científica. Se não for assim, assinala, a ciência e seus seguidores perdem de vista as particularidades que cada situação histórica apresenta.

---

redução seria a superação da forma dependente que a sociologia se encontrava nos meios universitários brasileiros de então.

A “*lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência*” vem em seguida para ratificar a universalidade da sociologia e das ciências em geral, pois a ciência se constitui um patrimônio, composto por um elenco de categorias universais, que deve ser comum a todos os cientistas do mundo. Por isso, é assim enunciada sua terceira lei:

“*a redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais*” (1965; pág.123)

Para Guerreiro, todo cientista deve se manter atualizado com o que se produz de melhor mundialmente na sua área de atuação. É justamente devido ao acesso a diversos autores, inclusive das diversas ciências afins, a uma instância de enunciados gerais que constituem o núcleo do pensamento sociológico, de onde os sociólogos retiram os fundamentos para produzir seus próprios conceitos e sistematizar sua compreensão do mundo a partir das suas condições de existência. Como um “ser-do-mundo”, o sociólogo é um ser em situação, um ser historicamente encarnado, de tal forma, comprometido com sua conformação histórico-social específica. Os enunciados gerais e universais devem ser assim, utilizados na elaboração de novos conceitos e categorias que visem compreender e promover a sociedade em que se insere o pesquisador.

A última das leis que compõem a redução é a “*lei da fases*”. Para Guerreiro, não é possível se analisar os fatos sem referi-los à realidade em que se acham integrados. Por isso é que as razões dos problemas de uma sociedade podem ser compreendidas, analiticamente, em face da fase do seu desenvolvimento e do seu processo de mudança social. Além disso, os problemas sociais devem ser conhecidos a partir de uma análise da totalidade. A importância da compreensão “faseológica” é dada por sua capacidade de indicar a direção em que se orienta a produção cultural, levando em conta o processo civilizatório. Dessa forma, metodologicamente, utiliza-se a “lei das fases” como complementar a compreensão mais ampla do processo histórico. Ela permite apreender, por exemplo, a distância entre estruturas sociais, enfocando uma perspectiva centro-periferia.

\*

Em 1960, já fora do ISEB, Guerreiro publica *O Problema Nacional do Brasil*. No capítulo “*Nacionalismo, ideologia dos povos periféricos*”, ele procura demonstrar sua preocupação em situar o nacionalismo em medidas exatas quanto a sua funcionalidade e especificidade. Para Guerreiro, a concretização da “revolução nacional” seria a única proposta política viável naquele momento, para a libertação da condição colonial que amargavam os países do Terceiro mundo, principalmente o Brasil. Mas adverte para os perigos do nacionalismo como instrumento político-ideológico, pois não deveria ser pensado como um fim, e sim um meio. Alerta que seus adeptos deveriam sempre ter em mente esta condição temporal do movimento. O nacionalismo seria a forma mais clara de reação ao imperialismo, um instrumento político do qual os países dependentes poderiam dispor para almejem a universalidade, a independência econômica e a soberania política, de uma forma consciente, fora do eixo da bipolarização mundial.

O primeiro passo seria romper com o complexo colonial, buscar uma proximidade entre os países em condições de dependência semelhantes e procurar desenvolver uma proposta política de acordo com as peculiaridades de cada um. Preocupado com a falta de organicidade do sistema político partidário e da convivência pouco saudável do nacionalismo e o populismo no Brasil, Guerreiro apontava para a necessidade de se sanar a confusão em torno dos ideais nacionalistas e das suas reais possibilidades. Para que isto se desse, era preciso encarar o movimento a partir de uma ótica científica, organizada. Era preciso clarear o assunto, distinguindo o joio do trigo e afastar certas manifestações distorcidas que o atingiam. Essa preocupação em demarcar os limites do movimento leva Guerreiro a distinguir os vários “nacionalismos” que estavam se configurando no Brasil a partir da segunda metade da década de 1950.

Entre as várias vertentes analisadas, Guerreiro inclui aquela que representava o seu “nacionalismo”, que é o de *circunstância*. Deveria ser um processo racionalizado, perene,

direcionado a um objetivo prático e concreto. Os outros seriam distorções carregadas de sentimentos e emoções que só serviriam para confundir o movimento e a população e os afastarem do seu objetivo. Tais vertentes se apresentariam da seguinte forma: 1- *o nacionalismo ingênuo*- era aquele em que seus adeptos acreditariam que só o que é genuinamente brasileiro tem valor. 2- *o nacionalismo utópico* – Era aquele mais próximo aos fatos econômicos, para o qual só o capital nacional poderia gerar o desenvolvimento. Não levaria em conta as influências permissivas e necessariamente antinacional de alguns dos capitalistas nativos. 3- *o nacionalismo de cúpula* – Era onde apareceriam homens dos altos círculos que pretenderiam se fazer representantes e guardiões dos interesses nacionais, mas que na verdade só utilizariam as massas demagogicamente para conseguir seus objetivos políticos individuais. 4- *o nacionalismo de cátedra* – Era a vertente do nacionalismo formada por professores e intelectuais, que não estariam dispostos a assumir os riscos de uma posição mais firme e que, dessa forma, encampariam a questão apenas no campo verbal. 5- *O nacionalismo de circunstância* – Era onde se encontraria mais freqüentemente o oportunista, no bom sentido.

Uma característica que aponta como marcante do então nacionalismo brasileiro – que Guerreiro creditava diverso de movimentos semelhantes anteriores que pontuaram a história brasileira é que este se apresentava como um movimento de emancipação popular de extensão nacional. Ou seja, se integrava a um anseio de modernização baseado num ideal de inclusão e justiça social que proporcionaria ao país romper com as amarras da dependência. Não era um movimento exclusivo de uma parte da elite como os incipientes movimentos nacionalistas anteriores que pontuaram nossa história. Era possível para Guerreiro acreditar nesta situação porque, para ele até então, a categoria histórica “povo” (no sentido de cidadão, de ator político, imbuído de direitos e deveres cívicos) não havia se ainda apresentado no cenário nacional. Como ator político era a primeira vez que na história do país os mais pobres tinham uma participação ativa nas escolhas políticas. Por isso

deveríamos nos esforçar para superarmos a radicalização político-ideológica e corrigir “desvios” como o populismo, que poderiam colocar em perigo as conquistas democráticas. Procurando se afastar das aventuras populistas Guerreiro evoca que a principal virtude do movimento nacionalista estava na sua capacidade de aglutinar e de ser perceptível a todos os segmentos da população.

Guerreiro, entretanto, assim como Furtado, percebe as mudanças estruturais de forma articulada e dialética entre estrutura e superestrutura, trabalhava com a idéia de que o surgimento de uma nova organização produtiva implicaria novas relações de produção e consumo, contribuindo assim para as modificações na estrutura social do país. Mas para que isto realmente se concretizasse de fato, era preciso investir na mobilização e conscientização da população que passaria a ser o agente principal do processo via participação política. O que teria possibilitado ao “povo” surgir como uma categoria sócio-política foi a urbanização e o desenvolvimento econômico e industrial, implementando a formação de classes definidas e do fortalecimento político dos núcleos urbanos.

Seguindo os preceitos nacionalistas isebianos, de orientação cepalina, Guerreiro dirá que o desenvolvimento econômico se daria de diversas formas, de acordo com a individualidade de cada país. Mas, o desenvolvimento do Brasil deveria partir de suas próprias forças, com a participação mas, sem incentivos ao capital estrangeiro, que é subordinado a diretrizes e políticas externas. O Estado deve estar voltado para os interesses do cidadão – para isto se fazia imprescindível uma reforma política e administrativa no sentido de democratizar as instituições. Para ele o processo de consolidação da nação estava associado a um processo de consolidação da cidadania e de universalização dos seus conceitos, dado pela participação de todos nas benesses do desenvolvimento.

Analisando o espectro político brasileiro no ano de 1960, Guerreiro começa a demonstra seu pessimismo em relação à composição das forças políticas desenvolvimentistas, destacando as dificuldades extremas para se concretizar uma aliança.

Diz que os movimentos que se guiavam pelo ideário do trabalhismo solidarista e do getulismo, que foram revigorados pela aliança desenvolvimentista de Juscelino e acreditavam na tese da união nacional e do papel da burguesia industrial e dos trabalhadores na condução do processo de emancipação nacional. Até mesmo parte da esquerda comunista acreditava, pelo menos, de certo pacto com os empresários, que deveriam estar interessados em concretizar a tão ansiada “revolução burguesa” no país. Entretanto, para Guerreiro esta possibilidade era bem duvidosa, pois devido a sua origem, derivada dos grandes proprietários e comerciantes, a burguesia brasileira não assumiria o seu papel “natural” de condutor da revolução burguesa no país. Em última instância, caberia ao “povo” através da sua conscientização, mobilização política e das conquistas democráticas levar o processo a diante.<sup>28</sup>

Em relação à “cultura”, Guerreiro a define como um conjunto de produtos materiais e não materiais resultantes das atividades transformadoras dos homens e mediante as quais eles interpretam e exprimem suas idéias em relação ao mundo e aos outros homens. Dessa forma, será o espectro cultural responsável pela reificação de práticas e hábitos arraigados. De tal modo, a cultura também se apresenta como um ponto-de-vista ou uma construção elaborada de imaginário coletivo, uma visão de mundo que seria compartilhada pela maioria de uma sociedade. Reuniria comprometerimentos, aspirações, aspectos éticos, morais e simbólicos comuns. Algo que pudesse criar entre os indivíduos um elo de identificação comum e de pertencimento entre indivíduo e coletividade.

No Brasil ainda não haviam se apresentado as condições reais que possibilitassem a construção de um ponto-de-vista autóctone, uma visão particular de mundo pela qual os brasileiros pudessem se reconhecer, ou seja, a identidade nacional ainda estava por se

---

<sup>28</sup> Mediante tais considerações Guerreiro Ramos exprime da seguinte forma o que considera as diretrizes básicas do povo brasileiro. Seriam estas: 1- O povo é o principal empresário do processo econômico brasileiro. Cabe-lhe o controle ideológico da programação global da economia. 2- O povo é uma realidade englobante, que ultrapassa o âmbito da classe. 3- O povo é o dirigente político do processo histórico-social e deve exercer

construir. Este era o espaço que a “cultura nacionalista” deveria preencher, no sentido de consolidar o processo de construção da nação que estaria ainda incompleto, pois ainda não incorporara todos os seus cidadãos. As novas bases estavam sendo dadas durante o processo de industrialização e urbanização, por isso a sua condução por forças democráticas era tão importante.

Guerreiro nos lembra que uma nação só adquire significação universal a partir de uma concepção particular de mundo. Esta visão de mundo, compartilhada nacionalmente, ou ao nível da consciência coletiva, propiciaria sustentação para a pessoa na construção da sua identidade individual. É uma interpretação que une indivíduo e sociedade num entrelaçamento de valores compartilhados que lhes possibilitariam uma relação de pertencimento e reconhecimento mútuo, como cidadãos de uma mesma nação. Já que o presente é um momento de transição, esta “concepção de mundo”, deveria se espelhar no vir-a-ser, no futuro, amparada na “inevitabilidade” do processo civilizatório, em contraponto ao passado colonial. Sua especificidade, porém, deveria ser buscada no povo, e gerada no então presente processo de luta de autoconstrução dos seus direitos e valores. Dessa forma, a nação se apresenta como antagônica à colônia, enquanto o complexo colonial subtrai aos indivíduos suas capacidades a nação acrescenta. Todo o espectro cultural deve ser envolvido neste processo de construção de uma nova mentalidade, moderna, universalista e democrática, capitaneada pelas lutas populares, conduzidas através da participação política institucional, durante processo de industrialização e urbanização.

\*

Tanto para Guerreiro, como para Furtado, o populismo era visto como uma deformação e deveria ser combatido no sentido do aperfeiçoamento das instâncias democráticas. Isto por que práticas comuns ao populismo eram vistas como ligadas ao tradicionalismo e se opunham aos valores republicanos propagados inquestionáveis para a



construção de uma nação moderna. Apesar de suas críticas incisivas em um momento de extrema instabilidade política, mantiveram uma postura reformista em relação às instituições políticas, considerando-as perfeitamente passíveis de correção de rumos mantendo a expectativa de continuidade das reformas democráticas. Em um ambiente de fragilidade institucional, acreditavam que era sob a permanência e a vigência da legalidade que se daria o aperfeiçoamento do sistema e das instituições democráticas e fecharam questão neste ponto.

Na parte três do livro de 1961 que designa por “*Trajetória Política do Brasil – (do clã a ideologia)*”, Guerreiro reafirmava sua aposta na tomada de consciência e na emergência participativa do povo como ente político, alertava que naquele momento em que se evidenciava uma etapa realmente democrática no país, devia-se fazer, e era função primordial dos sociólogos, uma nova teoria social e política que induzisse os quadros dirigentes, para a boa condução dos negócios públicos e privados, insistia que era preciso democratizar as instituições nacionais.

Na sua interpretação o populismo era visto como uma etapa de um processo de consolidação democrática a ser superado por reformas que acentuem o caráter republicano e democrático das instituições nacionais. Tentava mostrar que, contudo, o populismo era um avanço em relação à política oligárquica. O populismo superara a política de clã, já que não apelava mais para a consangüinidade, o parentesco ou quaisquer das fórmulas da política oligárquica. Mas, apelaria ainda para a solidariedade pessoal. O chefe político seria agora um “delegado de interesses” de quem, uma vez no poder, seus adeptos esperam, para si ou para sua categoria, vantagens, favores ou facilidades mediante a manipulação de órgãos do Estado. Embora inoculado na República Velha, prossegue Guerreiro, o populismo vai dominar a esfera política a partir do Estado Novo. Como avanço, nota-se que um dos

requisitos da vigência do populismo é um mínimo de probidade eleitoral, fato que só se poderia considerar no Brasil a partir de 1946. Seu surgimento se daria com a constituição dos núcleos populacionais urbano-industriais:

*“O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar.”* (Guerreiro, 1961: 56)

Constituiriam expressão do populismo no Brasil: *o varguismo, o janguismo, o janismo e o adhemarismo.*

Guerreiro contrapõe o populismo à “política de grupos de pressão” que seria mais afeita à política contemporânea, correspondendo aos modelos mais avançados de estrutura econômica e social. Este tipo de ação política levaria em conta a as organizações da sociedade civil, a “opinião pública” e a das vastas camadas organizadas partidariamente. Os “grupos de pressão” atuariam junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma a pressioná-los no cumprimento de suas funções institucionais e no atendimento de seus interesses de grupo. Os partícipes deste tipo de política não procurariam ser “donos do poder”, ou seja, dispensariam o controle de aparelhos de Estado, reconheceriam seus fundamentos públicos e republicanos e atuariam na função de postulantes aos cargos provisórios do poder. A tomada de consciência destes grupos se daria geralmente por “indignação moral”, frente a situações nas quais as instituições democráticas operariam em detrimento do interesse geral. Os representantes populares deveriam se guiar por estes princípios, sabendo que ordinariamente nenhum direito popular é reconhecido, nenhuma reivindicação é atendida pelos poderes públicos sem que ajam sobre eles as pressões sociais.

\*\*

### **3.7 - O existencial-culturalismo isebiano segundo Corbisier.**

O ISEB publica em 1958, “Formação e Problema da Cultura Brasileira” baseado na conferência pronunciada por Corbisier em dezembro de 1955 e no seu curso regular de 1956.

Neste livro, Corbisier discorre sobre a cultura brasileira, sua situação e alternativas. Prescreve que sua concepção de cultura não parte de uma definição abstrata, mas sim, daquela próxima à filosofia da existência. É uma filosofia que procura o real e a ele pretende se manter ligada. Está em consonância com as posições filosóficas expostas anteriormente por Guerreiro, Jaguaribe e Vieira Pinto.

Para Corbisier, os objetos culturais apareceriam ligados a sua circunstância e como produtos da atividade e do trabalho humano. Seriam exemplos desses objetos a religião, a filosofia, a ciência, a arte, os utensílios, os usos e costumes, as instituições sociais e políticas, a linguagem, etc. Dirá que se o mundo da cultura resulta do trabalho humano, então é possível dizer que os objetos culturais são projeções ou encarnações do espírito humano.

Discípulo de Hegel a quem chamava de “a própria filosofia” (Encontros com a Civilização Brasileira número 4 – outubro de 1978. pág. 62), Corbisier dirá que sua perspectiva de cultura tem como categoria fundamental a totalidade e a “*consciência de que, próxima ou remotamente tudo está ligado a tudo na interdependência universal.*” (idem, pág. 63). E a totalidade seria a condição essencial do pensamento dialético. Dessa forma seria impossível separar a cultura da infra-estrutura econômica e social.

*“A sociedade é uma totalidade e tudo está ligado a tudo, na interdependência universal, razão pela qual a categoria da totalidade é a categoria fundamental do pensamento dialético. Em consequência, verificamos que é impossível separar a vida da cultura da infra-estrutura econômica e social, assim como é impossível separá-la da política.”* (Encontros com a Civilização Brasileira número 4 – outubro de 1978. pág. 58)

Ainda na edição de 1958, Corbisier afirma que podemos encontrar três elementos como componentes fundamentais dos objetos culturais: o primeiro seria a matéria da qual o objeto é feito, e estaria diretamente relacionado à sua natureza. Mas o segundo, onde o que importava era sua dimensão humana, se expressaria pelo sentido e pela significação dada ao objeto. De acordo com Corbisier, para se conhecer um objeto cultural seria preciso verificar, desentranhar e interpretar a significação contida neste objeto. A terceira dimensão se refere

aos valores em função dos quais esses objetos são concebidos e criados. Vemos aqui como Corbisier destaca a dimensão valorativa das produções culturais. Esses objetos refletiriam os valores subjetivos encarnados por uma determinada comunidade. Assim, estes objetos possuiriam ainda um “*espírito objetivado*”, onde se “encarnaria” o espírito subjetivo, individual e coletivo de um homem ou uma comunidade em uma determinada época. No mais a cultura deveria ser observada como uma totalidade dinâmica, todo um complexo em movimento.

No seio da “comunidade humana universal”, se chocariam várias culturas diferentes. Um dos tipos de contato entre as culturas seria a colonização. O *complexo colonial* teria como uma de suas características fundamentais o “transplante cultural”. O colonialismo impregnaria todo o complexo das relações, instituições, valores e forma de conduta que compunham este “choque de culturas”. Enfaticamente afirma:<sup>29</sup>

*“Em essência, o estatuto filosófico do país colonial é o seguinte: a colônia não é sujeito, é objeto; não é forma, é matéria; não é centro, é periferia; não é consciência, é torpor; não é cultura, é natureza; não é história, é geografia. ...O país colonial é o país oco, cuja vida não passa de reflexo da vida metropolitana.”* (Encontros com a Civilização Brasileira número 4 – outubro de 1978. pág. 56)

Corbisier afirmava que o estatuto da cultura brasileira nos anos de 1950 era basicamente a *alienação*, na sua concepção:

*“A palavra significa, etimologicamente, perder-se, estar ou ser no outro, deixar de ser a si mesmo para tornar-se o outro, alienar-se. Uma cultura alienada será, então, uma cultura que não é ela própria, que não tem conteúdo próprio, mas cujo conteúdo é alheio, estranho. A cultura alienada é a erudição, que, a rigor, não é cultura, mas consumo não crítico e irreflexivo dos produtos culturais elaborados pelos outros, em função de necessidades deles e não nossas.”* (Encontros com a Civilização Brasileira número 4 – outubro de 1978. pág. 61)

Corbisier contrapõe a figura do erudito a do intelectual que, como vimos, segundo o “estatuto” isebiano, tem uma função crítica, comprometida com a valorização da sua

realidade. Dessa forma, o estatuto do intelectual isebiano era regido por uma ética humanista, igualitária, associado a uma perspectiva de mudança com justiça social baseada na valorização do conhecimento (local) e da razão como instrumento de ação política. Furtado e os isebianos também mantinham posição semelhante quanto à alienação de boa parte dos “eruditos” brasileiros e da necessidade de uma nova postura por parte deles na percepção da relação centro-periferia. A alienação é inimiga da consciência crítica e, por consequência, das mudanças sociais. Dessa forma, o conceito de alienação e sua superação é central na perspectiva destes autores.

Segundo Corbisier, o dualismo hegeliano senhor / escravo marcaria o princípio sob o qual se dão as relações entre o colonizado e o colonizador e impactam todo o complexo cultural daí resultante. Este teria sido o princípio sob o qual se estruturou a sociedade brasileira. A superioridade da camada dominante estaria sempre presente na consciência do senhor, aos seus olhos adquiriria valor e se objetivaria em categorias como raça, cultura, superioridade técnica e militar, etc.

O imperialismo fazia da colônia um instrumento a serviço da metrópole. A partir deste projeto e em função dele, a estrutura colonial se configurou na base da *alienação*, o que explicaria a fundamental *inautenticidade* do complexo colonial. O complexo colonial se apresentaria em vários níveis e campos da atividade humana. Para os isebianos estava associado ao atraso, ao tradicionalismo, às heranças arcaicas da velha estrutura colonial que persistiam em querer sobreviver e se refletiriam em práticas que resultavam em exploração dos indivíduos e dependência econômica sob uma ordem anti-igualitária e anti-democrática.

Em relação à nação, *autonomia* e *soberania*, objetivos a serem alcançados, estariam em pólos opostos ao da situação colonial. Para Corbisier, a pessoa que cresce sob a influência do complexo colonial formaria sua identidade a partir de conceitos e condições que o

---

<sup>29</sup> Para desenvolver esta questão, Corbisier busca inspiração em Georges Balandier (1951) que, assim como

induziriam a se ver como um indivíduo e/ou comunidade inferior, de segunda classe. Isto produziria uma deformação na construção da sua identidade, uma apatia, uma falta de perspectiva em relação às suas potencialidades como indivíduo e em relação a sua comunidade. Esta situação só poderia ser superada a partir da conscientização de sua verdadeira condição como pessoa e como cidadão.<sup>30</sup>

Para que realmente um país se configure em nação além do território, da língua e de uma “psicologia comum” se faria necessário sua independência econômica. Corbisier pondera que a dependência econômica seria o principal ingrediente responsável pela “situação colonial” dos países periféricos. Um país dependente e sob uma estrutura dual sofreria as conseqüências do “complexo colonial”, que o impediria de enxergar suas potencialidades e projetar seu futuro no sentido de superar suas deficiências. Torna-se um país dividido entre uma pequena fração rica e que se projeta no exterior e uma grande parte socialmente marginalizada, sem perspectivas e sem uma identidade integral.

\*

Para Corbisier a cultura, neste aspecto, não pode ser observada a partir de um conjunto de mitos, tradições e lendas, comumente associados ao folclore. Ao contrário, deve ser encarada como um ideal que se desenha para o futuro, um projeto de existência coletiva. Uma nação se configuraria a partir da consciência de um destino comum, tomada como uma tarefa a se compreender e a realizar em prol de uma comunidade que, conseqüentemente, faz parte da “comunidade humana universal”. Há que se ressaltar os valores sociais igualitários e as possibilidades de sua realização através das ações políticas dos homens sob as instituições que devem refletir estes valores se se quer configurar uma verdadeira nação.

---

Franz Fanon, se colocavam como os principais intelectuais anti-colonialistas que inspiraram os isebianos.

<sup>30</sup> Na interpretação de Furtado sobre a condição da população rural nordestina percebemos o mesmo tipo de análise desta realçada por Corbisier.

Dessa forma, o movimento nacionalista deveria também expressar ou se tornar um movimento de transformação cultural e daí libertador. Prepararia as condições para a mudança de “fase” das nações periféricas, para uma nova etapa das relações econômicas e sociais entre os homens, muito mais equânimes. As consciências individuais e coletivas deveriam passar a expressar e a reivindicar os termos contidos neste projeto que seria libertador fazendo a passagem do indivíduo servil para o indivíduo cidadão. Das antigas relações expressas no atraso colonial para as novas relações modernas e democráticas.

Segundo Corbisier, vemos que o homem colonizado não se enxerga com seus próprios olhos, o faria com os olhos do colonizador. Isto seria observado no complexo de inferioridade que marcariam os povos colonizados, que sempre analisariam o mundo e a si próprios segundo a ótica e os pressupostos do colonizador. A partir das exigências do fenômeno histórico do desenvolvimento, dadas pela imposição de novas relações econômicas e culturais, surgiria também de forma impositiva a necessidade de uma tomada de consciência, cujo primeiro passo era o reconhecimento da nossa situação colonial. O que traria como conseqüência uma autoconsciência entendida como tarefa histórica de libertação.

Aqui exposto por Corbisier está todo um princípio orientador – pelo lado do culturalismo e já com as tintas existencialistas e anti-colonialistas – das teorias que os intelectuais cepalino-isebianos desenvolverão com características próprias ao longo do tempo. Este “gérmen” estará presente de forma marcante na produção de todos eles. A questão da superação do complexo colonial, da busca da autenticidade e de autonomia (no sentido também de soberania) é definitiva tanto no âmbito da elaboração do método da Redução Sociológica em Guerreiro como da Teoria do Subdesenvolvimento de Furtado. Elas estruturam o pensamento de ambos. O processo de consolidação da nação também passa pela libertação da consciência individual e coletiva. Buscava-se meios e condições que

propiciassem aos indivíduos do terceiro mundo a construção de identidades plenas, livres da alienação e da descaracterização da pessoa imposta pelo complexo colonial.

\*\*

### 3.8 – O debate entre o ISEB e a USP

As divergências entre o ISEB e a USP que começaram a se evidenciar a partir do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos envolveu principalmente questões sobre o método sociológico e a função do intelectual em relação ao processo de mudança social. Entretanto, seus desdobramentos foram muito além como deixou expresso Edson Bariani Júnior no resumo da sua dissertação.

*“Marco das ciências sociais – e da sociologia em particular – a contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, iniciada nos anos 50, balizou os termos do debate intelectual no Brasil e seus posteriores rumos, suas considerações influenciaram sobremaneira o ordenamento da construção intelectual no que diz respeito ao modo de produzir a ciência, seus sustentáculos, alocação de recursos, prioridades e relevâncias, padrões e mesmo formas de intervenção político-social possíveis e/ou necessárias para uma querela, o debate compreende um enfrentamento entre diferentes concepções do papel da ciência e dos cientistas e, no limite, projetos para o país.”*

E ainda:

*“Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois schollars, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual – teórica, política e ideológica –, de conceber a sociologia e o papel do sociólogo, diferentes interpretações da sociedade brasileira, “visões de mundo”, projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil.” (2003; pag.05)*

Destaquei estas citações com o intuito de frisar a importância do debate e o que estava em jogo: métodos diferentes, visões de mundo diferentes e, mais a frente, projetos diferentes para o Brasil. Este antagonismo marcou aquela geração e o debate intelectual no país nos anos de 1950 e em pelo menos mais duas décadas.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Esta foi a época da institucionalização efetiva das ciências sociais no Brasil. Para isto, desde a década de 30, as instituições vinham investindo, entre outras coisas, na importação de professores estrangeiros. Os cursos de ciências sociais procuravam se consolidar dentro das universidades. Essa também era uma luta por espaço e poder que envolvia, inclusive, disputas políticas internas (e às vezes de alianças externas) na luta por financiamentos para pesquisa e manutenção. Foi uma luta travada em vários âmbitos, inclusive com os (hoje folclóricos) folcloristas, como lembrou o professor Luis Rodolfo Vilhena (1990), que até meados da década de 50 eram generosamente beneficiados com financiamentos governamentais. Os folcloristas também lutaram por um espaço nas universidades e perderam.



Um dos desdobramentos deste debate incluiu, por parte da USP, o reconhecimento valorativo da produção intelectual brasileira, ou seja, discriminar o que deveria ter ou não reconhecimento científico ou acadêmico, ou ainda, o que deveria ou não ser lido nos cursos de ciências sociais no Brasil. Todas estas questões inspiraram Florestan a publicar *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*. Neste trabalho, Florestan, entre outros destaques, aponta o padrão universitário (da USP) como única via possível do trabalho científico. Sua implementação serviria de demarcação, cuja caracterização delimitava a produção intelectual no Brasil em “científica”, “não-científica” ou “pré-científica”. Não por acaso os autores considerados por Guerreiro e outros isebianos como os mais importantes analistas sociais da história do país, ficaram de fora da etapa de produção “científica” elaborada por Florestan.

Comentando sobre esta disputa que se generaliza a partir da segunda metade dos anos de 1950, Joel Rufino dos Santos nos diz:

*“A diferença entre as teses isebianas e uspianas foi, a certa altura, apresentada por representantes menores destas últimas – que se deslumbravam como os brazilianistas na exata medida em que desdenhavam analistas brasileiros do Brasil – como sendo de “rigor acadêmico”.* (2005; pág. 52)

Depois do golpe militar de 1964, com a inviabilização da via democrática estas críticas se acentuam pelo lado da política, exemplificada na acusação dos acadêmicos defensores da esquerda revolucionária sobre a atuação dos reformistas no enfraquecimento da consciência de classe das massas, como conseqüência fundamental da apatia destas em relação à ruptura democrática.<sup>32</sup>

Vários trabalhos aparecem neste sentido. Na década de 1970 ainda continuam a aparecer produções emblemáticas associando a crítica metodológica à crítica política na condenação do *modus operandi* isebiano. Caio Navarro de Toledo fez um trabalho (ISEB,

---

<sup>32</sup> Como ainda ressalta Rufino, as críticas começaram pela política muito antes, onde os intelectuais nacionalistas desenvolvimentistas eram genericamente associados ao Varguismo, e, depois, ao populismo trabalhista e ao conservadorismo social. Como nos meios acadêmicos em São Paulo o repúdio à “herança varguista” era possivelmente quase unanimidade, para essa crítica se alastrar foi fácil.

fábrica de ideologias) que marcou esta posição crítica que se inicia em 1950 e vai com força até a abertura política na década de 1980. Além da crítica ao método, ao pouco rigor analítico e a associação ao populismo, Toledo professa a tese de que o ISEB funcionava como “aparelho ideológico do Estado”, o que de fato nunca ocorreu. Os isebianos foram pretensiosos, não resta dúvida, mas conseguiram formular uma “síntese” interpretativa que obteve aceitação em alguns segmentos intelectuais, contudo, nunca conseguiram uma influência maior na condução das políticas públicas nem nas orientações da política econômica.

Gláucia Villas Boas (Mudança Provocada, 2006) se refere a esta disputa e nos relata suas influências entre os sociólogos brasileiros da década de 1950. Nesta época Guerreiro Ramos assumia figura de destaque e contrapunha suas idéias a outras correntes em que apareciam representantes também importantes como Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo e Costa Pinto. Gláucia nos mostra que Guerreiro via o passado como um tempo a ser rapidamente superado. Dizia que fazer ciência é fazer história e afirmava as premissas sociais e conjunturais contidas na Redução. O momento brasileiro exigia uma profunda reflexão por parte dos cientistas que tinham a obrigação de voltar suas vistas para o processo de modernização exigido pelo desenvolvimento nacional. Isto requeria que, a partir da análise dos problemas nacionais se buscasse fórmulas específicas para a solução destes problemas. O objetivo fundamental era evitar o desperdício de tempo e dinheiro, acelerando as transformações sociais e produtivas.

Desse modo, a produção científica dos países centrais não podia ser imediatamente aplicada ao Brasil, que se encontrava em um momento de atraso e de profunda instabilidade. Afirmava que as teorias produzidas nas nações desenvolvidas visavam à estabilidade e o equilíbrio, enquanto que nós deveríamos pensar enfatizando a mudança, optando por metodologias que privilegiassem o estudo das estruturas em transformação. Gláucia assinala assim, uma distinção entre paradigmas no que se refere à opção pelos sociólogos da época

entre a produção científica das sociedades centrais e uma voltada para as periféricas. Daí a posição defendida por Guerreiro Ramos de que as teorias estrangeiras deveriam ser assimiladas sempre de maneira subsidiária, visto que não eram especificamente desenvolvidas para sociedades em transformação estrutural. Então, o que os sociólogos nativos deviam fazer era, a partir da configuração e da análise dos problemas locais, desenvolver métodos próprios de teoria e ação.

Conforme Gláucia nos diz:

*“Diferenças marcam as proposições de Florestan Fernandes e de Guerreiro Ramos: uma delas está no fato de que a integração do país em nova etapa do processo civilizador se faz, para Florestan Fernandes, através da identificação com padrões societários já existentes e tidos como historicamente avançados. No ponto de vista de Guerreiro Ramos, aquela integração, ao contrário, exige a emergência das diferenças nacionais e políticas. Outra distinção diz respeito à noção de sociedade inerente àquelas proposições. Florestan Fernandes a concebe enquanto sistema diferenciado em partes interligadas. O desenvolvimento desigual daquelas partes, num período de mudanças, provoca o desequilíbrio do todo. Deve-se buscar a reintegração funcional das partes e um novo equilíbrio.”* (Gláucia 2006,73).

Gláucia ressalta que Florestan tinha uma visão das transformações sociais condicionada pelo desenvolvimento da cidade de São Paulo (pag. 74). Penso que, naquela época, Florestan pensava a partir das premissas difundidas pelos professores franceses e americanos que ajudaram a fundar a escola de sociologia de São Paulo. Uma visão de ciência dada pelo estrutural-funcionalismo e que pensava a sociedade a partir da busca do equilíbrio, conforme difundida por Parsons e Merton. Visão profundamente oposta à professada por Guerreiro, seus pares do ISEB e por Celso Furtado cuja orientação era eminentemente de inspiração hegeliana e marxista, ou seja, da filosofia alemã, de concepção dialética. Este distanciamento aponta para um afastamento epistemológico e se coloca como um ponto fundamental na discussão, pois aponta para paradigmas distintos, a noção de sistema difere fundamentalmente da dialética hegeliana. Por outro lado, o culturalismo-existencialista isebiano, naquilo que professa a flexibilização dos marcos teóricos a partir das circunstâncias,

contrasta com o pragmatismo e o objetivismo científico professado por alguns intelectuais da USP da época.

Ainda segundo Gláucia, nesta época, Fernandes acreditava que os intelectuais brasileiros tinham dificuldade em lidar com a universalidade da ciência porque a sociologia seria um saber racional que floresceria em condições histórico-sociais definidas. Possivelmente pensava que em São Paulo isto se daria de modo mais favorável devido às condições de urbanização e industrialização que aproximavam aquela cidade das condições vividas pelos países centrais. Gláucia nos mostra ainda que bem próximo desta visão situava-se Fernando de Azevedo, cujo trecho do discurso na abertura do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, embutia a polêmica com Guerreiro:

*“O que é nacional, o que é brasileiro, não é a ciência, nem seu aparato conceptual, nem seus métodos e técnicas de investigação, mas um determinado campo de estudos, o objeto particular, a realidade concreta em que se trabalha, investiga com seus conceitos e técnicas que sendo científicos são por definição universais.”* (GVB, 2006; 72).

Se por um lado, tanto Guerreiro como Furtado condenam os excessos nacionalistas de alguns colegas do ISEB, por outro, podemos concluir que se eles se guiassem pelos parâmetros de Fernandes e Azevedo nunca teriam elaborado suas concepções a partir da teoria do subdesenvolvimento, cujos fundamentos centrais estão justamente na idéia de que a teoria neoclássica não respondia a especificidade contida na problemática das nações periféricas. Para isso, contrariando o que defende Azevedo, Celso Furtado procurou criar todo um aparato conceitual novo baseado nos problemas enfrentados pelos países periféricos, cujas especificidades refletiam as condições únicas do subdesenvolvimento.

Ressalto que este debate evolui do campo acadêmico para o político, extrapolando, inclusive, as disputas teóricas para as ideológicas. O debate incrivelmente permanece até hoje aparentemente inconcluso, mais de quarenta anos após a extinção do ISEB e do seu modo de produção de conhecimento. Nota-se, porém, que o debate hoje se dá particularmente por meio de uma revisão geral das posições da época sem a aquela virulência crítica dada pela

distensão política. Neste sentido o próprio Toledo publica em 2005 *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, inserindo-se a partir desta nova perspectiva na discussão atual. É justamente desta coletânea de artigos que Rufino faz sua análise, do ponto de vista de um ex-isebiano, e um dos fundadores da História Nova.

*“O ISEB, diferente da USP, foi desde o começo mais propriamente uma usina de idéias do que uma “fábrica de ideologias”, convertendo tipos de energia mais do que as produzindo. Um exemplo, entre outros, foi a “conversão” por Paulo Freire do existencialismo e dos conceitos de alienação, cultura, povo, saber popular, etc. em métodos de alfabetização, como mostrou, entre outros, Vanilda Paiva.*

*As obras de um Guerreiro Ramos, de um Vieira Pinto, de um José Américo Peçanha, de um Wanderley Guilherme, de um Inácio Rangel, de um Hélio Jaguaribe e de um Celso Furtado (Furtado não era do quadro mas, teve dois livros publicados pelo ISEB) tinham evidentemente qualidade científica.” (2005; pág. 52-53)*

Os desgastes do modelo cepalino-isebiano, as “promessas não cumpridas” de modernização a partir da industrialização e da democratização, estão entre os fundamentos das crescentes críticas que este modelo passa a sofrer no pós-64, até por partes anteriormente aliadas da esquerda. Junte-se ao desgaste das propostas cepalinas o rápido avanço do conservadorismo e do autoritarismo político na América Latina e as também rápidas mudanças no capitalismo mundial, tem-se o fechamento de um ciclo importante da produção intelectual latino-americana.

Um dos pontos a que as críticas se apegam seria uma supervalorização dos elementos econômicos em detrimento dos políticos – e isto se acentua com os movimentos autoritários que tomam o poder na maioria dos países da América Latina. Os marxistas revolucionários, sejam leninistas, trotskistas ou maoístas, passaram a acusar a esquerda desenvolvimentista pela não reação da classe trabalhadora ao golpe de 1964. Num movimento de descrença com as possibilidades progressistas da democracia burguesa. Isto se deu no Brasil, através de uma ligação imediata do nacionalismo desenvolvimentista como sustentáculo ideológico do populismo. Um dos primeiros e que desenvolveu uma crítica mais incisiva foi Francisco Weffort. Este tipo de associação se tornou lugar comum nas ciências sociais brasileiras dos

anos de 1960 e 1970, contribuindo para uma imagem deturpada dos intelectuais que apoiaram o desenvolvimentismo, principalmente os nacionalistas.

Em seu livro *O populismo na política brasileira*, Francisco Weffort tenta responder, entre outras perguntas, por que as massas não reagiram ao golpe de 1964. Direciona sua resposta no sentido da alienação que o populismo e o nacionalismo impingiram às massas. Amparado nesta conclusão e em pressupostos metodológicos, Weffort coloca todos aqueles que foram “coniventes” com o nacionalismo desenvolvimentista no mesmo saco e lhes impinge duras críticas. Este tipo de leitura nos dificulta o entendimento e a real percepção dos fatos, como da participação, seja individual ou dos diversos grupos que compunham o espectro político nacionalista, nos momentos decisivos pré-1964. A falta de evidência a tais fatos nos leva a crer que, para o autor, pareçam irrelevantes e como tal não mereçam referência. Weffort, referindo-se aos isebianos, afirma que os ideólogos do nacionalismo negligenciaram os efeitos danosos da ação do populismo e permitiram que este se configurasse como uma “traição à massa popular”.

\*

Virgílio Roma de Oliveira Filho (A Revolução Nacional isebiana – H. Jaguaribe e N. W. Sodré) parte de uma posição muito próxima a que defendo sobre a comunhão entre os pensamentos cepalino e isebiano como molduras da produção furtadiana. Neste sentido diz:

*“Como eixo central de argumentação, aponto o pensamento isebiano como uma espécie de outra face - menos “economicista”- do pensamento desenvolvimentista. Este viés de leitura serve, sem dúvida, para requalificar vários entendimentos existentes na bibliografia sobre o pensamento social brasileiro dos anos 50. Parto da pressuposição de que o ISEB “completa” o pensamento cepalino, posto que privilegia a dimensão sociopolítica e cultural do desenvolvimento, criando juntamente com a CEPAL a economia política do desenvolvimentismo.”* (Revista Estudos de Sociologia UNESP, Araraquara, pág. 03)

Neste trabalho Oliveira Filho descreve o método isebiano a partir da análise de Jaguaribe do momento sociopolítico do Brasil dos anos de 1950. Desse modo diz que nos aponta a chave para se entender a teoria do subdesenvolvimento cepalino-isebiano: O

Desenvolvimento é visto como uma conexão dialética entre infra-estrutura e superestrutura funcionando no mesmo diapasão. O subdesenvolvimento se dá quando a superestrutura não responde às modificações dadas pela infra-estrutura, (conforme previa Marx) devido às condições políticas de dominação dadas historicamente.

Neste sentido que Furtado aponta que o caminho é de mão dupla, ou melhor, de pista dupla. É preciso que infra-estrutura e superestrutura caminhem juntas para que o processo se dê satisfatoriamente. Externamente, a condição periférica é imposta pelo imperialismo, internamente, a característica do subdesenvolvimento é dada justamente pela inércia da estrutura social devido à rigidez da estrutura de dominação política que encontra apoio nos dois eixos, sufocando as camadas excluídas. Esta seria a novidade da teoria do subdesenvolvimento cepalino-isebiano que escapa aos modelos clássicos de Hans Singer, Paul Rosentein-Rodan e W. Arthur Lewis, por exemplo, que percebiam o subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento, demonstrando uma visão linear do processo.

\*

Todavia, encontramos pesquisadores como Bresser-Perreira que ressaltam as linhas de continuidade entre as produções do ISEB e da USP sobre o desenvolvimento. Ele também vê as divergências entre as instituições como parte de um processo de disputas intelectuais e políticas, mas que se consolida em uma versão da teoria da dependência, na qual se insere e chama de nacional-dependente. Bresser-Pereira, entretanto, resalta que as divergências acadêmicas e políticas desde cedo marcaram as relações dos intelectuais destas instituições, principalmente através do departamento de ciências sociais da USP. Ele resalta que o pensamento cepalino-isebiano se fundamentava na teoria do imperialismo, que explicava o subdesenvolvimento, principalmente, como resultado da ação imperialista das grandes potências, cuja ação mantinha os países primário-exportadores na periferia do sistema. Com isso, seus intelectuais tornam-se críticos severos do liberalismo econômico, doutrina que

consideravam válida apenas para estados nacionais já consolidados. Assim, esta interpretação foi lida como nacional-burguesa, cuja visão do desenvolvimento estava ligada intrinsecamente à idéia da associação entre “revolução nacional” e “revolução capitalista”. Na visão de Bresser os cepalino-isebianos justificavam esta interpretação nos seguintes moldes:

*“Como para Marx, era um processo integrado de desenvolvimento econômico, social e político. Como para Schumpeter, tinha como agentes os empresários, e não significativa simplesmente aumento de renda per capita, mas transformações estruturais da economia e da sociedade. Mas todo esse processo só fazia sentido no quadro da revolução capitalista ou burguesa, que dava origem a uma classe orientada para a acumulação de capital e para a inovação, e da formação de um Estado-nação moderno que tinha dois papéis: de um lado, constituía-se no mercado interno seguro necessário à industrialização, e, de outro coordenava a estratégia nacional de desenvolvimento, usando do seu aparelho de Estado e de suas instituições”.* (2005; pag. 208)

Bresser afirma que o pensamento cepalino-isebiano definia a revolução capitalista em duas etapas: a revolução comercial e a industrial, sendo que entre as duas se colocava a nacional, dando origem ao moderno Estado-nação que sustentaria aquela passagem. Ou seja, criaria condições para um mercado interno, necessário para a sustentabilidade do investimento industrial e disponibilizaria instrumentos de ação coletiva para que a estratégia do desenvolvimento fosse executada. Neste sentido o desenvolvimento requeria, por parte do Estado, planejamento e estratégia, de forma a facilitar e incentivar a industrialização. Tudo isto somado a um pacto político sustentado pelas classes médias urbanas, a tecnocracia e setores populares.

Para o economista paulista o ISEB foi, provavelmente, o grupo intelectual mais significativo da América - Latina, pois além de afirmar uma estratégia de desenvolvimento, soube, em termos gerais, produzir uma interpretação do subdesenvolvimento que unia a teoria do imperialismo a identificação dos problemas estruturais internos. Além disso, criaram uma interpretação do nacionalismo que não significava rejeição ao estrangeiro, mas voltada estritamente para o desenvolvimento nacional e que não evocava a idéia de que o



desenvolvimento dos países centrais impedia o das periferias. Isto sem deixar de afirmar os interesses conflitantes entre centro e periferia. Bresser resumiu da seguinte forma a trajetória intelectual do ISEB:

*“Para o ISEB, particularmente, estava claro que a formação do Estado nacional se faz, necessariamente, através de uma aliança dialética ou contraditória, mas, sem dúvida, de uma aliança real entre capital e trabalho. Uma aliança ou um espírito de solidariedade que se manifesta na competição com outros Estados nacionais. O nacionalismo do ISEB tinha como modelo o nacionalismo patriótico, bismarquiano, dos grandes países capitalistas desenvolvidos, que só puderam se desenvolver porque formaram Estados-nações capazes de liderar um projeto de desenvolvimento. O ISEB não pedia aos brasileiros ou aos latino-americanos que fossem mais nacionalistas que os franceses ou os ingleses: pedia apenas que fossem igualmente nacionalistas.*

*Podemos assim, completar o conceito de desenvolvimento do ISEB e da CEPAL: é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado. Nesta definição fica clara a importância destas instituições. (2005; pag.212-213)*

A CEPAL e o ISEB eram considerados por alguns intelectuais da USP como aparelhos de Estado em oposição à sua condição acadêmica, diz Bresser. Para os intelectuais do ISEB o populismo varguista era como uma “primeira expressão política do povo” e, portanto, da democracia. Entretanto, a escola de sociologia de São Paulo deu uma conotação extremamente negativa ao populismo e ao varguismo e via os intelectuais isebianos como tecnocratas, e não acadêmicos. Dessa forma traziam para si a responsabilidade de transpor para o Brasil métodos da teoria sociológica internacional, com o intuito de consolidar no país a pesquisa científica acadêmica. Com a ruptura democrática, Bresser nos conta que a maioria dos *uspianos* desenvolveu um pensamento essencialmente de esquerda e crescentemente marxista. Suas preocupações maiores se firmam então, em torno das teorias da marginalidade social, da distribuição de renda e das análises de gênero e classe.

Bresser diz ainda que o primeiro alvo da sociologia paulista foi Gilberto Freyre e que depois voltaram sua crítica para o ISEB, entretanto, seu primeiro trabalho mais amplo sobre

uma visão de Brasil, que expressa uma visão de grupo intelectual, constitui-se no livro de Fernando Henrique Cardoso sobre os empresários e o desenvolvimento econômico de 1964. Com o golpe político-militar de 1964 o grupo de São Paulo exorciza a interpretação nacional-burguesa do Brasil e a possibilidade de um pacto político democrático e progressista. Baseados na pesquisa de Cardoso e na participação dos empresários no golpe político-militar a possibilidade de uma burguesia nacional é negada, os intelectuais do ISEB são associados definitivamente ao populismo e tachados de traidores dos trabalhadores e da causa socialista. Bresser diz ainda que esta posição se consolida após a publicação de um ensaio de Caio Prado Jr. que considerou tão notável como equivocado: “A Revolução Brasileira”. Este texto evidenciaria a hegemonia da “interpretação funcional-capitalista” da escola sociológica paulista.

*“E, com essa vitória, perdura até hoje uma visão equivocada da grande contribuição dos intelectuais do ISEB para a compreensão da realidade brasileira. Já a CEPAL, embora partilhasse a maioria das idéias do ISEB, não foi criticada, inclusive porque sua análise era mais econômica que política e, provavelmente, porque não interessava nem aos críticos nem aos criticados incluir a CEPAL no debate. Dessa forma estabeleceu-se uma espécie de estratégia tácita entre os novos teóricos da dependência e a burocracia da CEPAL de minimizar o conflito e aumentar os acordos.” (2005; pag. 216)*

Segundo Bresser, a partir deste “acordo estratégico” as teses da teoria da dependência não significariam a superação da CEPAL, e sim uma “contribuição sociológica” à relação centro-periferia, permanecendo válida a interpretação econômica da CEPAL e a condenação do ISEB.

Bresser-Perreira considera que na história intelectual da América Latina o tema da dependência é um dos mais confusos e imprecisos já tratados. A teoria da dependência latino-americana surge como uma crítica à variação da teoria do imperialismo conforme elaborada pelo pensamento cepalino-isebiano.<sup>33</sup> Este movimento crítico que começou pelo

---

<sup>33</sup> Apesar de constatar a existência de uma síntese interpretativa comum entre os isebianos, não houve uma formulação metodológica analítica comum entre eles, ou o suficiente para que se considerasse a formação de uma “escola intelectual” ou coisa do gênero. O único que teorizou sobre metodologia, a partir daquela “síntese” teórica elaborada foi Guerreiro Ramos na sua “Redução sociológica”. Tanto Guerreiro como

departamento de sociologia da USP ganha força com os golpes político-militares dos anos de 1960. O trabalho de Cardoso fundamenta a crítica ao nacional-desenvolvimentismo ao sugerir a impossibilidade de uma revolução nacional, ou seja, que nos países latinos não existiria uma burguesia nacional consolidada com um projeto nacional de classe. Ao contrário, esta burguesia historicamente preferiria associar-se ao capital estrangeiro de forma dependente, característica de um processo que seria mundial. Daí que a teoria da dependência surge também associada à crítica às elites internas.

Então, diz Bresser, enquanto o ISEB supunha a possibilidade de uma burguesia nacional e lhe atribuía um papel fundamental na afirmação das nações em desenvolvimento, a teoria da dependência caracterizava-se pela negação da existência de uma burguesia com esta característica e, conseqüentemente, não se poderia falar em revolução nacional burguesa. Daí que a culpa pelo subdesenvolvimento é muito maior por causa das nossas elites internas do que do capital internacional. A ênfase então passa a ser dada às lutas de classe, às redefinições de interesses e das alianças políticas.

Bresser define em três, as variações fundamentais da teoria da dependência na América Latina: a teoria original, marxista, a teoria da dependência associada e a teoria nacional-dependente, à qual se diz filiado. Ele descreve que a primeira adotou um raciocínio linear, muito próximo de um marxismo que se queria ortodoxo. Se não havia possibilidade de uma revolução burguesa nacional devia-se apostar todas as fichas então na revolução socialista. Bresser afirma que era uma teoria próxima da do imperialismo, mas claramente contra a versão nacional-desenvolvimentista, seu principal teórico foi Gunder Frank. Na mesma linha Ruy Mauro Marini desenvolveu a “teoria da superexploração”. Este autor teria chegado a admitir que houve uma possibilidade via reformismo, mas foi teria sido totalmente

---

os outros isebianos tiveram entre suas fontes principais o existencialismo de Sartre e a fenomenologia de Husserl que traduz nos seus princípios uma crítica a qualquer tipo de conhecimento apriorístico, inclusive no que se refere aos métodos científicos. Estas influências possibilitaram a Furtado, a partir da fundamentação

eliminada com o golpe de 1964. O reformismo teria fracassado porque o Brasil, como as demais sociedades periféricas, baseava seu desenvolvimento na superexploração da mão-de-obra, o que aumentava a perda nas trocas internacionais e essa relação capitalista opressora só poderia gerar soluções autoritárias.

A versão da dependência associada seria eminentemente uma derivação da crítica da escola sociológica paulista ao nacionalismo isebiano, depois ao golpe de 1964 e por último ao “milagre econômico”. De base marxista, seu texto mais representativo é *Dependência e desenvolvimento da América Latina* (1966), de Cardoso e Faletto, onde procuram denunciar o autoritarismo político e o modelo concentrador de renda. Tudo isso resultado de um novo pacto político que unia tecnoburocracia do Estado, empresários industriais e as multinacionais, excluindo completamente os trabalhadores. Resumidamente Bresser-Pereira define da seguinte forma a conclusão a que chegara a versão da dependência associada:

*“Já que os países latino-americanos não podem contar com uma burguesia nacional, não lhes resta outra alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitar as frestas que esse oferece para que a América Latina se desenvolva. Dessa forma, a teoria da dependência associada compartilhava com a teoria da super-exploração capitalista o pressuposto da impossibilidade de uma burguesia ou, mais amplamente, de elites nacionais, mas dava muito mais ênfase à possibilidade do desenvolvimento nos quadros da dependência. (2005; pag. 222)*

Afirma ainda que Cardoso corretamente mostrou como as classes se digladiavam e se entrelaçavam na disputa pelo poder, nos quadros de uma relação de dependência, entretanto, teria ido longe demais ao afirmar a impossibilidade da existência de elites nacionais. Além do mais, não tinham base empírica para afirmar sua tese de que a poupança externa era fundamental para o desenvolvimento do país e que os países asiáticos teriam desmentido logo depois esta hipótese.

Para finalizar Bresser-Pereira nos apresenta as bases da sua vertente da teoria da dependência, a nacional-dependente. Ele diz que compartilha da crítica à teoria do

imperialismo no que esta responsabiliza os países centrais pelo subdesenvolvimento, mas reconhece que as elites internas tendem a ser alienadas, cosmopolitas e, portanto co-responsáveis. Assim, dá ênfase ao caráter contraditório dos interesses dos países ricos e os dependentes como o Brasil. Contudo, nega a premissa principal das outras vertentes: a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional ou, de forma mais ampla, de elites nacionais.

*“Para as três vertentes da teoria da dependência a tendência das elites locais a se associarem ao imperialismo estava presente, mas enquanto, no caso da versão da superexploração imperialista, o desenvolvimento é impossível e, na vertente da dependência associada, só é possível de forma subordinada ou associada, na perspectiva nacional-dependente o desenvolvimento é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários e os intelectuais voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo em torno de questões e de uma estratégia nacional. As pressões ideológicas internacionais (entretanto) que promovem sua alienação são poderosas”.* (2005; pag.224)

\*\*

### **3.9 - O ISEB, a Cultura Popular e a busca da identidade nacional**

A busca da construção de uma identidade nacional como elemento importante para o processo de consolidação nacional está, para os isebianos, relacionada à questão periférica. Entende-se que, mal resolvida, ela inviabiliza o pacto político e a própria revolução nacional cujo um dos eixos se escora na cultura, naquilo que ela se contrapõe a alienação dada pelo complexo colonial. Como vimos, para os isebianos a consolidação do seu projeto nacional levava em conta o trado da questão periférica tanto ao nível da consciência individual como coletiva (cultura). Para se romper com a alienação imposta pelos processos etnocêntricos era preciso se aceitar “positivamente” sua situação periférica, ou seja, não naturalizá-la na forma negativa como se encontrava, cheia de estereótipos. Para isso era preciso (re)construir a identidade cultural do brasileiro, buscando aliar os elementos populares ao processo de modernização do país dado pela urbanização e a industrialização acelerados e a expectativa de democratização das instituições e das políticas públicas.

Daí que as produções isebianas apóiam movimentos de valorização da cultura popular com ramificações em todos os meios artísticos, passando da música à literatura, do teatro ao cinema e na produção de novos métodos educacionais como o de Paulo Freire. Aleksandro Eugênio Pereira (Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB) nos aponta essa pista:

*“De origens sociais diversas, com orientações ideológicas e políticas distintas, (no ISEB) conseguiu reunir-se e formular um projeto coletivo e abrangente visando alterações na estrutura econômica e social do país, por um lado, e modificações nas condições da educação e da cultura brasileiras, por outro. Esse projeto teve mais sucessos no campo de educação e da cultura do que na intervenção política no campo econômico.”* (2005; pag. 125)

Miliandre Garcia nos mostra bem com se deu aspectos desta relação do ISEB com o meio artístico, sob o intento de reformular a produção cultural brasileira a partir de pressupostos positivos da identidade nacional. Seu trabalho discute a formação dos CPC's (centro popular de cultura) da UNE. Em um dos trechos nos conta que foi Carlos Estevam Martins, assessor de Vieira Pinto e Francisco de Assis (aluno) que fizeram uma ponte, principalmente através de Oduvaldo Vianna Filho com o teatro. Primeiro com o Teatro de Arena, depois no CPC. Produções emblemáticas surgem neste sentido, como “O teatro como expressão da realidade nacional”, publicado por Gianfrancesco Guarnieri em 1959, com o intuito de delimitar os pressupostos teóricos da arte e do teatro “nacional-popular”.

Esta influência se alastrou aos diversos campos artísticos com a difusão do ideário isebiano em palestras, círculos de leituras e encontros do tipo.

*“O arranjo de sistemas teóricos e políticos de pensadores e estadistas (Hegel, Husserl, Mannheim, Marx, Engels, Lênin, Stálin, Mao, Che Guevara, Lukács ou Sartre) na produção teórico-prática do CPC foi realizada, em grande parte, não sobre a leitura direta da obra de cada um dos referidos autores, mas sobre uma interpretação favorecida pelos intelectuais do ISEB. Posteriormente, com o contato direto de estudantes e artistas com tais obras, esse quadro foi sendo alterado. Depois disso (mais tarde) é que os conceitos elaborados por autores como Lukács, Gramsci, Sanches Vázques e Benjamin foram absorvidos diretamente pelos ativistas do CPC.*

*Sob esta perspectiva pode-se analisar o conceito de alienação associado à ideologia do nacionalismo como sustentáculo para as múltiplas reflexões acerca da “cultura popular” nos anos 60. Ao definirem como sinônimos, popular e nacional, os intelectuais e artistas do CPC incorporaram a versão de Roland Corbisier, membro do ISEB, sobre a relação alienação-colonialismo/dependência/subdesenvolvimento versus desalienação-metrópole / independência/desenvolvimento.*

*Neste sentido, o livro Formação e problema da cultura brasileira teve suas principais teses reproduzidas e assimiladas por Carlos Estevam Martins, Nelson Lins de Barros e Ferreira Gullar, entre outros. Francisco de Assis chegou a dizer: “por isso eu ficava lá no ISEB horas a fio, ouvindo aquelas fitas. Uma coisa que me impressionou muito, na época, foi uma tese do Roland Corbisier sobre cultura e desenvolvimento. Ele colocava, de maneira bastante clara, um negócio que eu, desenvolvi bastante.” (Garcia; pag. 08)*

A respeito da influência da construção da identidade sobre a formação das consciências individual e coletiva, intelectuais, como Charles Taylor, atualmente ainda tratam do assunto. Dissertando sobre as bandeiras do reconhecimento das diferenças e das políticas compensatórias do discurso pós-colonial, o professor Taylor desenvolve boa parte de suas teorias sobre o reconhecimento associada a uma suposta relação entre reconhecimento e identidade. O não reconhecimento, ou reconhecimento incorreto poderiam causar diversos danos à pessoa ou grupos atingidos.

Esta é uma visão que se associa as condições negativas impostas pela condição periférica para a formação da identidade, conforme realçadas pelos isebianos nas discussões sobre os efeitos do “complexo colonial”. A consciência crítica isebiana requer um indivíduo reflexivo, cuja condição inicial é dada por uma visão positiva da identidade (coletiva e individual), cuja característica se associa ao reconhecimento conforme Taylor.

Para o professor Taylor, a formação da mente humana é dialógica, não é algo que se consiga construir sozinho, passa fundamentalmente pelo diálogo que travamos com nossos “outros - importantes” (como nossos pais, familiares e amigos, por exemplo). É através da linguagem e seus símbolos que nos nutrimos das referências sociais necessárias para desenvolver nossas próprias atitudes e opiniões. Desse modo, sua visão sobre a variação valorativa da construção da identidade passa por como nós, e o outro, nos vemos coletivamente, de onde provém nossa origem formadora, sob que pressupostos ela se deu. A identidade se forma em um ambiente no qual nossos gostos, desejos, opiniões, valores e aspirações irão fazer sentido, ou seja, ela se remete ao ambiente no qual se constituiu e está sempre se contrapondo ao “outro”.

O reconhecimento geralmente é associado à identidade de origem social. Precisamente pelo fato de se basear em categorias sociais ou coletivas. A importância do reconhecimento é admitida em dois planos: no íntimo, indica como a identidade pode ser formada ou deformada no decurso das nossas relações com os nossos “outros - importantes”. Hoje, isto se transporta para esfera pública, onde a política do reconhecimento igualitário passa a desempenhar um papel cada vez maior nas democracias liberais.

A política do reconhecimento igualitário propõe a igualdade de direitos e privilégios, mas acima de tudo tem o objetivo de evitar a existência de cidadãos de primeira e segunda categoria. Medidas específicas dadas por políticas públicas de caráter positivo, como cotas escolares, são assim justificadas pelo princípio da dignidade igual para todos. De acordo com esta visão aqueles que vêm de uma pobreza sistemática, de gerações marcadas pelo preconceito ou estigmas coletivos têm sido relegados a uma situação de segunda classe e necessitam, então, de uma ação compensatória que os auxilie a superar esta situação.<sup>34</sup>

Distantes das políticas afirmativas, os isebianos procuravam eram romper com as deformações provocadas pelo complexo de inferioridade ressaltado (também) por interpretações sobre a constituição do brasileiro, principalmente de fundo racista. Deslocando as questões de origem, clima e raça, os isebianos pretendiam uma reinterpretação da identidade e da nacionalidade brasileira que se associasse e sustentasse culturalmente o projeto de desenvolvimento nacional a partir de uma imagem positiva do popular. Neste sentido, o que estavam defendendo era uma proposta igualitária visando consolidar um pacto político nacional cujo ator preponderante era o “povo”. Para isso era necessário inverter a visão negativa a qual se associava o brasileiro, mestiço, preguiçoso, malandro e promíscuo.

---

<sup>34</sup> Penso que Identidade e reconhecimento, sob uma ótica plural e igualitária podem ser vistas como categorias contemporâneas fundamentais. Cabe ao indivíduo ser reflexivo, adotar uma consciência crítica da realidade. Para isso é preciso adquirir “condições de reflexividade”, ou capacidade de pensar o mundo a partir processos amplos, através do encadeamento de categorias e conceitos analíticos que são utilizados como forma de apreensão da realidade. Este poderia ser visto como protótipo do indivíduo “moderno” portador da consciência crítica proposto pelos isebianos.



Os isebianos consideravam o dualismo social, principal consequência do subdesenvolvimento, como condição antípoda à idéia de nação. Ou seja, a lógica do dualismo engendrava a idéia de uma sociedade partida, na qual existe um segmento superior e outro inferior. Dessa forma, sob o princípio da diferença, da desigualdade social não haveria como consolidar o ideal democrático de nação e de uma identidade nacional que se quer estruturada por valores igualitários. Assim, desenvolvimento e consolidação da identidade nacional caminhariam juntos, um indispensável ao outro.

Penso que a participação dos intelectuais isebianos foi complementar a um processo de valorização da imagem do “brasileiro” (principalmente no que se refere à miscigenação, pois o preconceito baseado nos critérios raciais era o mais forte a se vencer) que já vinha se dando a algumas décadas. Contudo, acredito que esta nova visão positiva da identidade nacional que se afirma (sem conseguir ser hegemônica e se consolidar) a partir da segunda metade do século XX só foi possível a partir das quais fizeram parte suas elaborações. Mesmo que nunca tenha havido consenso em torno da positividade do “ser brasileiro” e ainda se veja reflexos do “complexo de vira-latas”, conforme salientou Nelson Rodrigues, aquele momento se constituiu como um marco da consolidação de uma visão positiva do brasileiro, a partir do movimento cultural “nacional-popular”.

Hoje estamos vivenciando um processo de desconstrução desta visão identidade que, na verdade, nunca conseguiu se consolidar visto que a sociedade brasileira não conseguiu romper com a lógica da desigualdade. O pacto político nacional-desenvolvimentista-democrático proposto pelos isebianos buscava uma valorização não do caráter, e sim, de uma visão positiva da identidade periférica, apoiada numa expectativa de construção do futuro. Colocava-se numa posição crítica a idéia de inferioridade que até então se sustentava como marco orientador da maioria das produções intelectuais brasileiras a partir da visão idílica e alienada do modelo europeu e que se refletia na forma como o próprio brasileiro se via. A elite nacional não tinha parâmetros positivos de identificação com o local e se reconhecia a

partir dos padrões centrais. Era preciso mudar esta perspectiva. O que os intelectuais isebianos procuraram fazer também pode ser visto como a tentativa de criação de um processo de valorização da “auto-estima” para que os brasileiros se sentissem aptos a se colocarem como agentes do desenvolvimento, como parte de um projeto político de desenvolvimento que dependia do seu ator mais importante, o “povo”. Como este pacto reuniria também partes da elite era preciso que esta elite se reconhecesse como parte desta coletividade se associasse e se identificasse com este projeto civilizatório.

Esta interpretação que proponho, contudo, encontra visões opostas sobre a aquele processo e sobre a participação dos isebianos, como é o caso de Michel Debrun. Concordo com ele no que diz respeito a fragmentação da identidade no Brasil e de não se poder sustentar uma identidade incompleta, numa sociedade sedimentada pela desigualdade. O que não concordo é sobre a sua perspectiva da ação isebiana e seus resultados, conforme exposto na sua crítica a Álvaro Vieira Pinto. Além do que, Vieira Pinto não era a expressão do pensamento isebiano, era apenas uma das suas vertentes:

*“Outro recurso oferecido pela “Ideologia da Realidade Brasileira” reside no seu engajamento. As suas propostas – no sentido de redescobrir, ou de forjar, ou de completar a identidade nacional – não de ser vistas, elas próprias, como manifestações da identidade nacional, ou da sua ausência, ou do seu caráter incipiente, ou do seu fracasso. Por exemplo, o ISEB definia a Nação como o projeto de fazer existir a Nação (a Nação é autoreferencial, ela deve se querer a si própria) através do desenvolvimento; e definia a identidade nacional, ou simetricamente a antibrasilidade, pelo fato de se associar ou não a esse projeto. Ora, essa atitude, assim como atitudes semelhantes dos Centros de Cultura Popular (CCP), se consubstanciou, no fim dos anos 50 e início dos 60, numa prática mobilizacionista que pode ser encarada não só como uma tentativa de fazer surgir a identidade nacional a partir da ideologia e da educação ideológica, mas também como um esboço de tal identidade. Esboço fracassado, como se viu em seguida, já que não emergia de uma memória histórica na qual ele pudesse se alicerçar. Se autoconcebia como sem passado e era de fato sem passado. Reduzindo-se, por isso mesmo, a uma simples tentativa de “autoritarismo mobilizador”.*  
Jornal da UNICAMP Universidade Estadual de Campinas – 17 a 23 de maio de 2004

As propostas isebianas produzem facilmente críticas consistentes. Não se pode, porém, relegar sua importância para o país. Os reflexos das suas idéias continuam a povoar o imaginário nacional e carecem de estudos mais conclusivos.

Antes de encerrar a abordagem sobre o debate entre os intelectuais da USP e os cepalino-isebianos tentarei demonstrar como a crítica atingiu diretamente Furtado, numa tentativa de desconstrução dos fundamentos que norteiam seu pensamento.

Quando Francisco de Oliveira escreveu *A Crítica a Razão Dualista* (1972) estava movido pelo sentimento crítico de disputa no campo político e intelectual de esquerda que separava os reformistas dos revolucionários. O descrédito, então, com as possibilidades da democracia e das revoluções burguesa e nacional era completo e se reflete na conotação extremamente negativa dada à associação do cepalino-isebianismo às classes dominantes e ao populismo. Tende-se, a partir de uma gama de análise, incluir todo aquele movimento no estereótipo que passará a ser conhecido vulgarmente por “herança varguista”.

*“A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista: se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara”* (Oliveira, 1972;11)

Prevalece a idéia de que a expansão do nacional reformismo desenvolvimentista funcionou como inibidora da difusão do marxismo revolucionário pela classe trabalhadora, tanto como ideologia quanto como ciência. Dessa forma, os intelectuais cepalino-isebianos seriam intelectuais burgueses travestidos. Entretanto, Oliveira desenvolve uma crítica mais consistente ao método, ao conceito dualista e aos pressupostos furtadianos em *A Navegação Venturosa* (2003).

Oliveira em 1972 dizia que sua crítica à razão dualista era, para além dos princípios teóricos, um basta à avalanche de trabalhos sobre as sociedades latino-americanas desenvolvidas sob pressupostos cepalinos. Considerava que a hegemonia cepalina neste campo havia gerado as maiores aberrações, exemplificadas em trabalhos que enfatizavam, de forma rígida, a existência de “dois Brasís”. Entretanto, ele reconhece na produção e na razão cepalina o único esforço interpretativo da realidade latina americana passível de diálogo. Sob pressupostos marxistas, Oliveira ataca violentamente o ideal reformista contido no

pensamento “cepalino-furtadiano” definindo-o como moralista e ingênuo, sem pressupostos empíricos.

*“A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas.”*

*“Mas ele também – inclusive porque teoriza contemporaneamente os próprios processos que percebe – mascara os novos interesses de classe que se põem agora como “interesses da nação”“.* Oliveira (2003; 15)

Concordo com Oliveira quando ele afirma que o dualismo foi utilizado muitas vezes de maneira rasa, como muitas das teorias que surgiram no final dos anos de 1960 enfatizando a existência de dois Brasis. Contudo, foram feitas a partir de uma vulgarização do dualismo cepalino-isebiano. Não era com este tipo linear que trabalhavam os isebianos e também Furtado. Penso que Oliveira associa sempre Furtado ao cepalismo, desconsiderando a influência isebiana, possivelmente tida como tão negativa que não merecia ênfase.

Em 2003, Oliveira já não dá tanta importância ao cepalismo, mas produz no sentido de uma revisão crítica do pensamento furtadiano ainda sob pressupostos marxistas residuais às posições ideológicas do nacionalismo-desenvolvimentista. Com isso persiste na crítica tanto da teoria do imperialismo cepalina como da revolução nacional isebiana, componentes básicos da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Um ponto que nem sempre os analistas levam em conta é a particularidade da produção de Celso Furtado. Uma das razões que me incentivaram a fazer esta pesquisa são as associações a que comumente é submetido o pensamento furtadiano, principalmente aquele pré-1964. Eu o vejo inteiramente associado ao movimento intelectual nacionalista-desenvolvimentista, naquilo que este movimento expressa os elementos centrais do pensamento cepalino-isebiano. De forma que, mesmo com suas particularidades ressaltadas o pensamento furtadiano deste período não pode ser visto apenas por um destes aspectos, no caso, como faz Oliveira neste texto, apenas pelo viés cepalino.

Em muitos aspectos, Furtado irá adicionar condicionantes a determinadas questões que o fazem se distanciar momentaneamente daquilo que se convencionou chamar genericamente de cepalismo, ou de pensamento cepalino-furtadiano. Exemplifico isto pelo menos em dois aspectos: na utilização da síntese cultural-existencialista e da dialética “neomarxista”, o que reforça seu caráter complexo, totalizante, de forma que sua análise histórica estava sempre mediada por uma percepção dialético-estrutural, que o afastava da rigidez impostas por variações do método estrutural-funcionalista. Suas formulações partem do real, procuram métodos mais adequados à interpretação dos fatos e produzem, a partir dos mais relevantes, um novo e complexo método que responda às principais questões circunstanciais levantadas, sempre tendo ao fundo o histórico-estruturalismo. Isto o possibilitava pensar os fenômenos sociais tendo sempre o sincrônico mediado pelo diacrônico, de forma multidisciplinar, e permitiu a ele vislumbrar as características singulares do processo brasileiro, como a necessidade de uma revolução nacional associada à modernização produtiva. Ora, se a superestrutura – via resistência do pacto político conservador – estava atrasando o processo de modernização em andamento na infra-estrutura produtiva, então era preciso se constituir uma força política que operasse em sentido oposto. O papel da *intelligentsia* era exatamente incentivar e orientar este movimento.

Tudo isso impedia Furtado de pensar de maneira linear, por exemplo, de forma ordenada e seqüencialmente questões como industrialização-desenvolvimento-democracia. Para ele o desenvolvimento só se daria de forma satisfatória quando os outros dois elementos se contivessem ou, convivessem associadamente. Ou seja, modernização com industrialização e democracia, a partir da consolidação da nação. Desse modo é inviável classificar o pensamento isebiano e furtadiano de estático ou inflexível como faz Oliveira.

Por outro lado, para Furtado o desenvolvimento era uma questão civilizatória no que diz respeito a um processo que se caracterizava pela busca da democracia política e da justiça social como determinantes para uma nação desenvolvida ou consolidada. A importância dada

ao aspecto político e cultural é justamente a característica furtadiana que mais o aproxima das produções isebianas, sem falar da perspectiva de revolução nacional. A idéia é que com a revolução nacional dar-se-ia o primeiro passo para romper com a lógica do subdesenvolvimento que naturaliza a questão da desigualdade pelo aspecto cultural, seja ao nível da consciência individual ou coletiva. Esta lógica se traduz numa associação do que há de pior no liberalismo econômico e no colonialismo e se escora no imperialismo mercantil. Esta lógica quando é culturalmente assimilada se reproduz naturalizando a questão do subdesenvolvimento, da dependência e da desigualdade, alienando as consciências.

A direita brasileira, ou a elite conservadora subdesenvolvida, segundo Furtado, nunca compreendeu o verdadeiro liberalismo, pois estava obnubilada pela lógica do imperialismo dependente. Esta lógica naturaliza o subdesenvolvimento e a desigualdade, sua principal conseqüência. Daí que o subdesenvolvimento é também uma questão ética, moral e, conseqüentemente, civilizatória, afetando a própria construção da identidade dos indivíduos e da nação. Assim, a elite conservadora brasileira naturalizara a questão da desigualdade social porque se formou no pior do liberalismo, o liberalismo mercantil imperialista que, diferentemente do liberalismo político, não se preocupa com a universalidade nem reconhece a necessidade de dar condições iniciais básicas a todos. O pensamento da direita conservadora brasileira não professaria os ideais republicanos, para Furtado, tanto o fim formal da escravidão quanto a criação da República não foram eventos capazes de romper com as estruturas de dominação arcaicas, elas apenas se rearranjaram. Não houve espaço para a participação nem mobilização das classes excluídas nestas mudanças. Por isso as camadas dominantes, que monopolizavam o acesso ao Estado e às instituições, não lidavam bem com os princípios democráticos do liberalismo político, naturalizou-se, então, o liberalismo econômico, aquele que só é bom para os mais fortes, que valoriza as diferenças e vê o mundo de uma maneira estática, apenas a partir do presente e do seu próprio interesse de classe. Daí que só a consolidação da nação possibilitaria a construção de um projeto igualitário

sustentado por um pacto político amplo, onde cada camada da população teria seu papel reconhecido pelas demais.

Sobre a prevalência da questão das perdas nas relações de troca internacionais presentes no pensamento cepalino-furtadiano, Oliveira propõe que para se discutir a desigualdade no sistema capitalista deve-se partir de dois referenciais: do conceito de classe e do cálculo da mais valia, conforme definido por Marx no *Capital* e não pelo comércio entre as nações como faziam os cepalinos. Entendo a justeza e a lógica do argumento de Oliveira e concordo que o conceito de mais valia elaborado por Marx está no cerne da sustentação de toda a crítica ao capitalismo desenvolvida pela esquerda, sendo nesse caso, elementar. O que Marx fez foi desnudar o fetiche do capital e mostrar que o elemento gerador de riqueza sob o capitalismo ou qualquer sistema é o trabalho humano. Classe e produção de mais valia, seja relativa ou absoluta, permanecem conceitos fundamentais nos estudos sobre o capitalismo, entretanto, penso que podem aparecer sob formas diversas a partir da multiplicação conjuntural das análises socioeconômicas, inclusive mediados pela questão nacional, como fez Furtado.

A defesa por parte de Furtado de uma posição de caráter social democrata, baseada num pacto *welfarista*, o separa definitivamente dos argumentos marxistas de Oliveira, o que o faz proclamar a inconsistência teórica do modelo furtadiano. Para isso ele se utiliza basicamente destes dois pilares do marxismo para acusá-lo de relegar o caráter de classes e a questão da mais valia. A não preeminência destes valores na análise furtadiana teria ocasionado a sua perda de perspectiva da realidade levando-o a vários enganos como ocorreu, por exemplo, com a expectativa da associação da burguesia ao projeto nacionalista.

Penso que Furtado compreendia muito bem isso e, desde o início, trabalhava com estas categorias, entretanto, transpôs estas questões ao seu modelo de análise do capitalismo que é intencionalmente produzido a partir de uma visão periférica levando em conta as circunstâncias do capitalismo industrial dos anos de 1950 e sua inserção histórica, levando

em conta a geopolítica internacional do pós-guerra. Um ponto crucial: não há como retirar a análise furtadiana (pré-1964) de sua conjuntura. Analisá-la fora de suas circunstâncias temporais leva a vários enganos interpretativos, pois ela é propositalmente conjuntural. Não priorizava o passado, formulava a partir do presente, do embate das forças políticas em disputa pelos instrumentos institucionais de poder.

Comentando o dualismo e a falta de articulação entre os setores atrasado e moderno no pensamento furtadiano Oliveira afirma:

*“Os dois setores não têm relação articuladas: o setor “atrasado” é apenas um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. Nem sequer a clássica função de “exército de reserva” o “atrasado” cumpre em relação ao “moderno”: seria de supor que os excedentes populacionais produzidos pela lei interna de população do setor “atrasado” contribuíssem para, aumentando a oferta de mão-de-obra no setor “moderno”, rebaixar os salários reais, o que lhes realçaria as funções na acumulação do “moderno”. Mas a tese dual-estruturalista postula que o atraso do “atrasado”, ao elevar os preços dos alimentos, contribui para elevar os salários do “moderno” e, por essa razão, converter-se em obstáculo à expansão do “moderno”.” (Oliveira, 2003;13)*

Ora, esta é uma crítica totalmente improcedente ao que ele identifica no início deste parágrafo como tese cepalino-furtadiana. Como ficou exemplificado em várias passagens neste trabalho, Furtado esteve o tempo todo preocupado com o fluxo migratório dos setores “atrasados” para os modernos. Inclusive no que se refere à interferência destes, jogando para baixo o nível de salário nas cidades. Tanto é assim que podemos identificar na sua análise que as principais ações para a superação do subdesenvolvimento no Brasil viriam das mudanças no perfil da industrialização e de uma revolução agrícola e fundiária. Esta última teria uma função primordial, pois incrementaria a indústria com uma enorme demanda de maquinário, auxiliaria na manutenção dos salários, atuaria sobre a inflação, a urbanização descontrolada e aqueceria toda a demanda interna a partir do incremento de uma enorme massa salarial. Tudo isto contribuiria para a diversificação da produção nacional de bens de capital, abrindo um mercado com enorme potencial de crescimento e desenvolvimento tecnológico. Ou, seja, como sua análise é dialética e integrada, as relações entre estes dois



setores se tornam fundamentais para o avanço do processo de desenvolvimento socioeconômico sustentado.

O professor Wilson Cano percebeu isto muito bem nos seus trabalhos sobre a questão regional no Brasil<sup>35</sup>. Comentando a análise furtadiana do problema rural brasileiro ele enfatiza o seguinte:

*“A análise de Furtado é clara: a falsa resposta esconde que o aumento da demanda de produtos agrícolas seria muito maior se fosse melhor a distribuição da renda e os salários do próprio meio rural, além dos urbanos, e que os preços mais altos dos produtos protéicos constroem essa demanda e diminuem o padrão nutricional do país. Afirma ainda que, enquanto o aumento da oferta agrícola se der em função da expansão da fronteira (e, portanto, menos por aumento do progresso técnico e mais pela área), serão baixos os rendimentos físicos da terra e a agricultura continuará itinerante, dando continuidade aos processos já comentados.”*

*“Por outro lado, a persistência de uma superpopulação rural implica a manutenção de baixos salários no campo. E sua conclusão só poderia ser a da indispensabilidade de uma reforma agrária, com assistência técnica, financiamento e progresso técnico adequados, que pudessem aumentar a produtividade rural e garantir melhor apropriação de seus frutos pelos trabalhadores rurais, o que resultaria em maior demanda de seus produtos no próprio setor rural. Contudo, chama a atenção que isso exige também uma expansão da economia urbana, acompanhada de redistribuição progressiva da renda, que resulte em aumento do emprego e do salário urbanos, estimulando também maior consumo de produtos agrícolas.”* (2000; pág. 97)

Esta é uma análise correta do problema rural conforme visto por Celso Furtado. O professor Wilson Cano soube perceber como se conectam dialeticamente no pensamento furtadiano os setores rurais e urbanos por trás da simplificação “atrasado” e “moderno”. Ancorado na tese cepalino-isebiana de que o desenvolvimento no Brasil encontrava seus maiores obstáculos nos problemas sócio-políticos gerados pela estrutura de dominação agrária Furtado, no pré-1964, foca suas respostas em dois projetos fundamentais para o setor rural: revolução tecnológica e produtiva e reforma fundiária.

Paradoxalmente Oliveira reconhece que praticamente mais de uma geração de intelectuais brasileiros, que pensaram as questões do desenvolvimento no Brasil sob um viés de centro e de esquerda, o fizeram ou ainda fazem, sob termos furtadianos:

---

<sup>35</sup>Wilson Cano, “Celso Furtado e a questão regional no Brasil” in: Celso Furtado e o Brasil. 2000, Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo

*“Furtado converte-se – é forte o termo – em demiurgo do Brasil. Ninguém, nestes anos, pensou o Brasil a não ser nos termos furtadianos. Essa obra (Formação econômica do Brasil) tem uma imensa significação na história brasileira. Coloca-se, seguramente, ao lado de Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda e Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Jr. – obras que explicaram o Brasil aos brasileiros. A obra de Furtado, no entanto, vai além: não porque seja teoricamente superior, senão porque foi escrita in actione. Enquanto as anteriores explicaram e “construíram” o país do passado, a de Furtado explicava e “construía” o Brasil de seus dias: era contemporânea de sua própria “construção”. Nenhuma obra teve a importância ideológica de Formação Econômica do Brasil em nossa recente história social.” (Oliveira, 2003;19)*

Como indica Oliveira, a produção de Furtado mais rica é justamente a do pré-1964, acrescento que é rica porque dialoga com o presente e propõe um futuro radicalmente diferente a partir das lições do passado enfatizando as mudanças das relações sociais. A sua visão de processo o leva sistematicamente a pensar as conseqüências futuras dos atos presentes. Em Furtado persiste a crença de que as mudanças na estrutura produtiva são o primeiro passo para as mudanças nas relações sociais. Entretanto, o seu modelo é dialético e leva em conta as condições nacionais (culturais e políticas) específicas para que estas mudanças possam se realizar de forma plena. Por isso, destaco o fato dele ter produzido em diálogo com as circunstâncias políticas e isto deve ser compreendido como um diferencial importantíssimo, com seus prós e contras, alguns erros analíticos, mas muitos acertos no direcionamento de suas propostas. O desenvolvimentismo como proposta política de centro esquerda, como quis Furtado, nunca conseguiu se estabelecer como governo nem como projeto de políticas públicas de Estado em âmbito nacional. Os exemplos práticos que ficaram marcados na história foi o modernista de Juscelino e o autoritário conservador dos militares.

Oliveira insiste num descuido analítico de Furtado, dado pela sua inserção política, afirmando que ele não conseguiu *“captar os conteúdos intrinsecamente autoritários do capitalismo oligopolista”* ao contrário do aconteceu com Cardoso, que soube descrever novos alinhamentos e acordos políticos conforme adiantou em *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Entendo que os trabalhos de Cardoso aliam uma

perspectiva voltada para a especialização acadêmica a uma perspicácia analítica de grande qualidade. Isto o coloca como um dos grandes interlocutores críticos de Furtado.

*“A originalidade da obra de Furtado nasce dessa contradição. Como qualquer produção científica, ela é socialmente determinada, e essa determinação é perceptível. Mas dizer que ela é socialmente determinada não é dizer tudo: todas as suas contemporâneas também o foram, no entanto, poucas chegaram ao nível da obra furtadiana e nenhuma teve a sua importância ideológica-prática.”* (Oliveira, 2003;35)

Essa perspectiva da circunstancialidade dos fenômenos sociais e políticos permitiu a Furtado flexibilizar a produção dos grandes centros mundiais porque via, não a ciência, mas os modelos científicos como efêmeros (tempo) e situacionais (espaço). Essa visão ia de encontro com a da grande maioria dos cientistas sociais da época que impunham, de maneira geral, os modelos importados (de rigidez acrescida pela disputa ideológica em plena guerra-fria) aos seus objetos a despeito de sua adaptabilidade. Reproduzindo, assim, a visão e os modelos do centro sobre a periferia. Como Furtado também nos mostra, não há utilização de economia política que não seja ideológica, seus modelos estão baseados em escolhas humanas, que não passam de reações a fenômenos circunstanciais. Além do mais, também são políticas, porque sempre vão beneficiar uns em detrimento de outros. A intenção de Furtado é que estas escolhas se dessem do modo mais democrático possível e que superassem o modelo concentrador reproduzido historicamente no Brasil, cujos benefícios eram direcionados a uma pequena elite e os prejuízos socializados, inviabilizando a consolidação de um projeto nacional.

\*\*\*

## CAPÍTULO 4

### SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA – UMA DISPUTA POLÍTICA E CONCEITUAL

Os conceitos elaborados por Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso se inserem em teorias que pretenderam compreender os aspectos e o sentido da inserção da América Latina e do Brasil no processo capitalista mundial e seus reflexos para a nossa sociedade. Devido às conjunções políticas o dualismo cepalino-furtadiano caminhou junto das propostas do nacionalismo desenvolvimentista democrático pré-1964. Entendo que esta proximidade, entre o intelectual engajado e a política, não se faz sem trocas e concessões, de modo que a leitura da produção furtadiana neste período deve ser feita sob estas considerações: é uma proposta baseada em pesquisas empíricas mas, elaborada na intenção de influir na discussão e na disputa política em um ambiente democrático sob tensão, no sentido de orientar a direção do processo de modernização em curso no país a partir dos processos de industrialização e urbanização. Sua pretensão, como disse, é se colocar na disputa política com o intuito de atrair adeptos, convencendo-os através da utilização racional do discurso econômico, conquistando alianças para o projeto nacional-desenvolvimentista a partir de pressupostos cepalino-isebianos.

O ambiente de Fernando Henrique Cardoso nesta época é acadêmico, o que lhe propicia uma análise distanciada, o que não quer dizer ideologicamente descomprometida. Seu primeiro “ambiente” foi na USP, onde vivenciou como aluno o momento fundador daquele departamento de sociologia, compartilhando seus ideais de modernidade, principalmente de consolidação da análise científica frente à tradição ensaística brasileira. Como vimos foi um momento de extremo apego a rigidez do método científico. No início dos anos de 1960 Cardoso passa a frequentar um grupo de jovens intelectuais que se dedica a estudos sobre a teoria marxista e torna-se adepto do materialismo histórico. Depois, na CEPAL, pôde adicionar à sua formação *uspiana*, agora já sob a influência do instrumental

marxista, o cabedal cepalino do final da década de 1960. Enquanto que na produção furtadiana o discurso político se acentua até a distensão de 1964, Cardoso se beneficia do distanciamento e do refinamento acadêmico.

O objetivo central desta tese é a busca dos elementos formadores do método e da perspectiva da análise social de Furtado, o que me possibilitou um conhecimento maior dos fundamentos de sua produção, o que infelizmente não acontece em relação a Cardoso. Por isso serei mais sintético na abordagem da sua produção, o que, espero, não comprometa a análise que faço de seus fundamentos teóricos. Entendo que o processo de formação destes dois grandes intelectuais das ciências sociais brasileiras coloca suas análises sob perspectivas conflitantes que resultará em abordagens distintas dos fenômenos decorrentes do processo capitalista no Brasil. Mais do que isso, estes dois intelectuais desenvolveram conceitos e interpretações que marcaram época na história das ciências sociais do Brasil. Estes conceitos são fundamentais para teorias que influenciaram (e continuam a influenciar) a história recente do país. Além do que se colocam como ícones ou representantes de distintas vertentes analíticas do pensamento social brasileiro cujos reflexos vejo presentes nas forças políticas até hoje em disputa no cenário nacional. Vertentes que tiveram na disputa entre o ISEB e a USP suas inflexões e elementos fundadores.

Penso que com a teoria da dependência Cardoso faz uma aproximação crítica dos conteúdos cepalino-isebianos para os moldes uspianos. Com isso, dá uma “repaginada” nos conceitos elaborados naquelas instituições a partir dos desdobramentos da crítica uspiana. Com essa abordagem desejo ressaltar os elementos de continuidade entre os dois e investir naquilo que realmente os distingue: uma distinta visão das particularidades da organização do capitalismo mundial e da construção da nação e do Estado brasileiro, influenciados pelo modo inserção do país no mercado a partir da ótica do desenvolvimento. Cardoso mesmo querendo se libertar dos pressupostos da teoria do imperialismo leninista está pensando a América Latina e mais precisamente o Brasil, a partir de um diálogo crítico com os

diagnósticos cepalino-isebianos. Dá-lhes uma roupagem diferente, mais próxima dos moldes e pressupostos uspianos, lhes aplicando um novo método e dando ênfase a outras categorias. Entretanto, a partir destes novos conceitos teóricos e novos pressupostos Cardoso, modifica radicalmente a direção no sentido político-ideológico, principalmente sobre o caráter das relações entre a nação e o capital internacional.

Os trabalhos sobre a dependência produzidos por Cardoso criticam uma “compreensão limitada” por parte dos cepalino-isebianos dos meandros do capitalismo associado que vinham se dando no mundo e na América Latina desde a segunda metade da década de 1950, com destaque para o Brasil. As análises cepalino-isebianas não teriam percebido ou dado o devido destaque aos novos pactos políticos, principalmente no que se refere às identidades e aos princípios das relações de classe. Em outras palavras, Cardoso destaca que as novas relações econômicas impostas por uma reorganização produtiva do capitalismo mundial promoveram uma associação entre as empresas multinacionais e as periféricas induzindo a uma cumplicidade entre elas que se transpõe para a política, que as fizeram se alinhar a um projeto comum, ou de classe. Esta é uma crítica bastante pertinente.

Todavia, é difícil pensar que Furtado não percebesse a associação do capital industrial nacional com o estrangeiro como se deu a partir de meados do governo Juscelino, pois este esforço de atração dos investimentos para a criação de um pólo automobilístico teve o aval do governo federal e financiamento dos organismos internacionais. Furtado tinha um trânsito ativo na alta burocracia da área econômica. O que eu vejo como mais provável sobre ausência de uma análise conclusiva dele a respeito desta associação entre as burguesias industriais nacionais e as transnacionais está no fato de que a sua proposta para o desenvolvimento nacional não se alterava a partir deste novo pacto industrial, seu ponto de referência era outro e persistiu nele até o final das suas possibilidades.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> É interessante ressaltar, como aponta M C Tavares (na sua aula inaugural do Curso de Desenvolvimento Brasileiro ministrada em 28/08/2008, no curso “Desenvolvimento Brasileiro”, organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento), que esta associação se dá apenas na

Penso que também Cardoso não fugiu a concepção que privilegiava uma perspectiva de modernização do país irradiada a partir de São Paulo, de um núcleo industrial paulista moderno para o resto do país atrasado política, econômica e intelectualmente. Mesmo a nata da intelectualidade da esquerda paulista como Caio Prado e Florestan Fernandes trabalharam durante muito tempo com a idéia de que a *revolução burguesa no Brasil* se daria pela irradiação daquele núcleo industrial. Isto possivelmente os tenha levado a insistir inicialmente numa perspectiva de uma revolução burguesa se realizando sob os moldes dos países centrais. Eles só irão repensar esta posição a partir do golpe político-militar de 1964 quando produzirão trabalhos de reinterpretação da realidade brasileira. Com a inviabilidade da democracia, a teoria da dependência, em suas muitas variâncias, volta-se contra a possibilidade de uma revolução burguesa, atirando contra as elites industriais e o pacto varguista, realçado negativamente sob a nova perspectiva da dependência. A diferença da vertente a ser estudada aqui é que a teoria da dependência associada de Cardoso vê possibilidades de desenvolvimento para o país a partir do novo pacto político-militar de 1964. Este ponto denota um afastamento radical da perspectiva furtadiana.

#### **IV. I – O conceito de dependência de Cardoso.**

Fernando Henrique Cardoso não entrou na batalha teórica entre o ISEB e a USP de forma rasteira. Seus trabalhos caminhavam na direção daqueles produzidos pelos intelectuais uspianos suas críticas, contudo, eram muito mais incisivas e pertinentes que as da maioria, mais técnicas, realçando questões pontuais que abalavam alguns argumentos preciosos para os nacionalistas desenvolvimentistas. Os papéis que estes últimos dispensavam aos trabalhadores e empresários industriais como vanguarda política é um exemplo disto, mas foi contra o empresariado industrial sua crítica mais contundente. Utilizando-se do instrumental marxista trabalhado pelo grupo jovem da USP, Cardoso agarra-se ao método e também à

---

indústria, o sistema bancário, a construção civil e a agricultura de exportação, por exemplo, não seguem inicialmente essa “tendência” como apontado por Cardoso. Dessa forma, é mais uma associação setorial,

pesquisa empírica para legitimar a acidez de suas críticas, sem se afastar, porém, da sua formação primeira, estrutural-funcionalista.

Esta posição apenas sofrerá uma inflexão a partir da ruptura democrática e da sua convivência com o pensamento cepalino, que no Brasil, como pretendemos ter demonstrado, teve originariamente uma face nacionalista-desenvolvimentista de viés isebiano. Os trabalhos de Cardoso, desde que se propôs a interpretar os movimentos do capitalismo na sociedade brasileira e as dificuldades de sua consolidação, tiveram como interlocutores críticos os adeptos do pensamento cepalino-isebiano, mais precisamente o viés de Jaguaribe e Furtado. Com a derrocada do isebianismo e a crise do cepalismo, Cardoso encontra todas as portas abertas para a reformulação metodológica e dos termos daquela leitura de Brasil e da América Latina feita a partir da orientação da dupla Prebisch – Furtado.

Daí a sua variação da teoria da dependência surge com a motivação de “sacudir” o bolor e a poeira de uma leitura mais “ideológica” que científica ou menos atenta no trato metodológico por parte dos isebianos. Isto se somou a uma crítica (também devido à crise política) ao “economicismo” por parte da CEPAL que a impediria de perceber variações sócio-políticas. Cardoso percebeu que o campo intelectual brasileiro apresentava um vácuo de interpretações que reunissem pressupostos cepalinos sob padrões acadêmicos. A continuidade do teor e do conteúdo das discussões cepalino-isebianas é visível nos seus trabalhos sobre a dependência. Aparecem, entretanto, inflexões importantes nos pressupostos e nas propostas que, para além do método e da nova realidade política, ressaltam uma diferença de perspectivas na interpretação da formação do Estado e da burguesia industrial e na orientação ideológica da condução do processo de desenvolvimento brasileiro. Portanto, na produção de Celso Furtado e Cardoso está em jogo a defesa de projetos distintos de modernização para o país. Estes projetos se colocaram, com mais ou menos ênfase em alguns aspectos, de forma crítica à condução das políticas e a direção que estava tomando o processo



de desenvolvimento do Brasil nos momentos distintos em que produziram suas principais teorizações.<sup>37</sup>

Não é demais lembrar que Cardoso escreve próximo a época do “milagre”, de otimismo econômico exacerbado pelo regime militar e a mais de uma década da difusão do principal conceito de Furtado. Posteriormente também, ao auge da sua aceitação, da sua influência política e mais que isso, da derrocada da democracia e de governos que se influenciaram pelas formulações cepalino-furtadianas. Com isso, há todo um movimento no sentido de repensar e de cobrar os “fracassos” daquelas propostas.

Cardoso e Falleto (*Dependência e desenvolvimento da América Latina – 1966*), tecem várias críticas, algumas tecnicamente acadêmicas e outras, subliminares, que denotam sua desaprovação à posição teórica de grupos que se guiavam pelas propostas cepalino-isebianas, principalmente no que se refere às idéias de revolução nacional. Como já vimos, parte das críticas era quanto às limitações das formulações do subdesenvolvimento em relação ao campo político. No caso do Brasil a “adesão” ao pacto político desenvolvimentista era o exemplo clássico desta “deficiência analítica”. Sutilmente, Cardoso deixa transparecer que as formulações cepalino-furtadianas estavam intimamente ligadas à idéia das perdas nos termos de troca, focadas na teoria do imperialismo e, com isso, não dariam importância devida às manifestações políticas e sociais, ou, às conjunções de força que atuavam sobre a orientação e ou condução política do Estado, influenciando de maneira conclusiva as decisões econômicas.

A “deficiência metodológica” das análises cepalino-isebianas teria permitido “afrouxar” o trato de conceitos como o de classe, levando a erros e enganos nas

---

<sup>37</sup> Neste trabalho me propus a uma análise mais restrita ao pensamento furtadiano pré-1964, contudo, para a analogia com o pensamento Cardosiano orientei-me pelas publicações de ambos nos anos de 1960 e início de 1970. Faço este exercício no sentido de destacar suas premissas básicas, perceber sob quais valores últimos estão calcando seu projeto de sociedade e de futuro para o país e quais as principais continuidades e inflexões marcam seus dois conceitos. Isto tendo como mote a questão da desigualdade social em suas propostas e conceitos. Inicialmente destacarei alguns pontos centrais do conceito de dependência de Fernando Henrique Cardoso.

possibilidades de um pacto político nacional que envolvia classes antagônicas. Justamente por isso é que Furtado não teria percebido corretamente os descaminhos que o desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina estava tomando na direção da concentração e centralização dos investimentos em torno do capital internacional. Para Cardoso, Furtado não teria notado as novas relações de complementaridade sob as quais o capital nacional e o externo (multinacionais) se associaram, de modo a “dividir” o mercado interno de acordo com suas novas necessidades. Este processo acentuaria as relações de interdependência entre os detentores do capital, acentuando também sua aproximação política e reforçando seu comportamento de classe. Isto se remeteria a outro descuido metodológico de Furtado em relação à sua esperada aproximação da burguesia e da classe trabalhadora nacional como parceiros na busca de desenvolvimento nacional independente.

Para Cardoso, a burguesia industrial brasileira já nascera corrompida pelo capitalismo mercantil e pela aproximação “estamental” com o Estado, de forma que nunca teve pretensão de se colocar como ator político principal de um projeto nacional que afrontasse o *status quo*, ao qual crescera associada. Assim, o entendimento do desenvolvimento capitalista na América Latina fornecido pelo cepalismo isebiano seria insuficiente pelo lado da teoria do imperialismo e errático na aposta por uma revolução nacional democrática de interesse da burguesia industrial. Por um lado era condescendente com o populismo e por outro, superestimava as possibilidades da burguesia industrial nativa. Isto seria determinado pela ausência de uma compreensão sociológica mais bem elaborada das condições sócio-políticas dos países latino-americanos. Por isso, a opção por uma abordagem mais ampla do processo, que destacasse mais seu aspecto político e sociológico.

Cardoso chamou suas produções de “análises integradas do desenvolvimento”, dizia procurar acentuar o cunho político e social da teoria do desenvolvimento cepalina, dando ênfase ao caráter da dominação política, expresso no seu interesse pelas lutas e conflitos sociais. Ele queria, desse modo, propor uma perspectiva dinâmica de análise que desse

prioridade aos “vínculos” entre as estruturas econômicas e sociais. Este é um tipo de perspectiva que espera superar as análises do dual-estruturalismo furtadiano-cepalino, que entendia como “estática” e limitada. Suas críticas prosseguiram acusando duramente a interpretação furtadiana de limitada, considerando-a como uma forma de interpretação “tipológica” de sociedade, enfatizando a dicotomia entre “tradicionais” e “modernas”.

Outro ponto a ser superado, continua, era uma interpretação que considerava o industrialismo como saída imediata para o subdesenvolvimento. Em contraposição Cardoso enfatizava um tipo de proposição que levaria em conta o *“tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento.”* (Cardoso e Falleto, 1973; pag.20). Procuraria dar ênfase nas relações sociais e econômicas que pautavam a inserção dos diversos grupos sociais, às suas lutas sociais internas e sobre suas repercussões sociais e políticas.

*“Trata-se, por conseguinte, de buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais e não só justapô-los. Isso supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de processo histórico”.* (Cardoso e Falleto, 1973; pags. 21 – 22).

Desse modo, falar em lutas e conflitos sociais como formuladores do desenvolvimento capitalista seria indicar também a primazia das “estruturas de dominação”, de modo que nesta perspectiva:

*“(...) o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações sociais (...). Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e, portanto de conflitos, entre as classes e grupos”.* (Cardoso & Faletto, 1973; pags. 22-23).

Torna-se claro então que, para ser inteligível, a situação econômica de um país deve ser vista de forma integrada tanto nas suas relações sociais e políticas internas quanto nas suas relações externas, de acordo com sua adequação ao processo de desenvolvimento capitalista mundial. Mais ainda, serão os tipos de arranjos entre as suas forças políticas

internas, ou seja, da constituição de sua estrutura de dominação que influenciará o tipo de inserção ou de dependência externa que se consolidará em uma determinada sociedade subdesenvolvida.

*“A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma “variável externa”, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes.”* (idem; pag. 31)

Entretanto, para que esta empreitada teórica e metodológica se justifique, não bastava simplesmente descrever ou nomear algo, seria forçoso indicar claramente em que medida a ênfase na noção de dependência é de fato um avanço em relação ao conceito de subdesenvolvimento cepalino-furtadiano. Sendo assim, Cardoso e Faletto prosseguem dizendo que de certo modo o esquema de economias “centrais” e “periféricas” parece ser mais adequado que aquele de economias “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” por comportar distinções posicionais e funcionais no bojo do sistema capitalista internacional, ou seja, realçar as questões políticas. No entanto, o simples câmbio de um pelo outro não seria correto, por significações teóricas diversas que conteriam. Suas diferentes ênfases seriam, em última instância, complementares. Nesse sentido é que, embora não mutuamente excludentes, as noções de “desenvolvimento/subdesenvolvimento”, “centro/periferia” e “autonomia/dependência” diriam respeito a aspectos distintos do desenvolvimento capitalista – daí a validade da noção de dependência sem descaracterizar o conceito de subdesenvolvimento cepalino.

No entender dos autores:

*“A noção de dependência alude diretamente às condições de funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países quanto ao externo”.* (Cardoso & Faletto, 1973; pag. 27).

Cardoso se refere à noção de subdesenvolvimento cepalino como se ela expressasse exclusivamente o grau de diferenciação do sistema produtivo do país (sem atentar para como

se dá o controle social da produção e seus desdobramentos no sistema político) e que suas concepções de centro e periferia apenas indicariam o *lugar* dos países no sistema capitalista internacional (sem mencionar os fatores geopolíticos aí envolvidos). Dessa forma, assim como vimos anteriormente em Oliveira, ele lhe impõe uma limitação disciplinar (dada pelo campo econômico) e uma rigidez metodológica característica das concepções de sistema, o que, como procuro demonstrar neste trabalho, não procede no caso furtadiano.

A transição de uma noção de subdesenvolvimento para uma mais completa de dependência era importante, porque daria “o pavimento e a urdidura” para posteriores análises sociológicas mais completas, dizia Cardoso. Com efeito, está aqui o ponto em que Cardoso e Falleto acreditavam ter ido além ao pensamento cepalino-furtadiano ao, num só passo, demonstrar os limites da noção de subdesenvolvimento (que seria direcionada apenas à configuração econômica do sistema produtivo a partir das análises de troca entre nações) e aprimorar a interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana com a convergência necessária de fatores político-sociais e econômicos, externos e internos.

Fica evidente para Cardoso e Faletto que na metade final dos anos de 1960, as relações entre países não se dariam mais somente e de forma sintética entre países industrializados e primário-exportadores, mas entre países com graus variados de industrialização e interdependência. A clareza desta definição realmente é um avanço, além do mais, é esta condição que lhes permitia dissociar a formação do sistema econômico da constituição de centros autônomos (internos) de decisão (que é uma peça fundamental no arcabouço furtadiano). Desse modo, passa a ser teoricamente possível que um país modifique seu sistema produtivo (incrementando-o e modernizando-o) sem que isso implique superação da condição de dependência. Ou seja, a idéia da necessidade de uma revolução nacional passa a ser irrelevante frente ao novo momento do capitalismo mundial. É a partir desta operação que Cardoso abrirá caminho à idéia do “desenvolvimento dependente associado”, ou de desenvolvimento sob dependência.

Como vimos, enquanto que para Furtado a defesa da sociedade nacional se apresentava refletida num projeto de desenvolvimento vinculado tanto à idéia da superação das desigualdades sociais e regionais quanto à superação da condição periférica (com a inserção do país nos círculos centrais de decisões políticas e econômicas), Cardoso será levado por seus achados a supor que esta relação é indevida e desnecessária. Diz que as coisas não estariam colocadas assim de modo tão “dicotômico” e “monolítico” como pretensamente imaginavam os teóricos do subdesenvolvimento. Seria possível lograr o desenvolvimento sem que os laços de dominação externa e interna fossem rompidos. Ou, o desenvolvimento nacional era possível sem se contestar radicalmente a organização capitalista internacional e seus reflexos internos.

Cardoso procurará então se distanciar cada vez mais do pensamento cepalino-furtadiano. Mais tarde ele dirá que a novidade das análises da dependência não consistiu em sublinhar a dependência externa da economia, pois isto já fora feito pela CEPAL. Sua perspectiva consistia em acentuar seu novo caráter, ou seja, enfatizar a existência de relações estruturais e globais que uniriam as economias periféricas e centrais, a partir de uma integração produtiva e tecnológica, contudo, dependente.

*“Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois, uma articulação estrutural entre o Centro e a Periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do Estado.”* (Cardoso, 1993; pag.19).

Para Cardoso o novo modo de inserção do capital internacional diferenciava-se dos conceitos vulgares definidos na teoria do imperialismo. Este “novo modo” seria de “outra índole” o que permitiria um rearranjo nas perspectivas sobre o desenvolvimento, de forma que os complicados e custosos pactos políticos (pragmaticamente inviáveis devido às características estruturais do país) nos quais se baseavam os projetos desenvolvimentistas cepalino-isebianos eram desnecessários. Encontrava-se aí uma saída que dispensava tanto a

revolução nacional democrática cepalino isebiana quanto a idéia de autonomia e formação de centros internos de decisão e inserção geopolítica soberana.

Dado esta explicação, uma questão ficava no ar para Cardoso: para viabilizar tal abordagem seria preciso a desconstrução dos fundamentos do pacto nacionalista para além da incompatibilidade com a teoria marxista. Como ele já vinha estudando a formação e os movimentos da burguesia industrial paulista, diz que optou por verificar concretamente suas articulações ao longo do tempo. Esta saída encontrada consistia em dar ênfase às análises do desenvolvimento voltadas para o controle da produção e do consumo. Assim, seria pela investigação do “controle social da produção” que se chegaria a compreender “histórico-estruturalmente” como as relações sociais e seus conseqüentes conflitos moldaram o desenvolvimento capitalista em cada país. Tratava-se de investigar como as classes produtivas locais se relacionaram com o capitalismo internacional e como, a partir destes arranjos, se estruturaram politicamente. (Cardoso & Faletto, 1973: 29).

Para tanto os autores tipificam as sociedades nacionais latino-americanas a partir da forma como suas classes dominantes optaram pela sua inserção no mercado capitalista mundial. Seriam genericamente duas as modalidades de controle da produção na América Latina: os casos de “enclaves coloniais”, que são aqueles em que o controle da produção ficou em mãos estrangeiras e os casos de “controle nacional do sistema produtivo”, isto é, aqueles em que, por conta e obra do processo histórico e social, o controle da produção foi mantido em poder das classes sociais locais, como seria o caso do Brasil. Estes casos demonstravam que o *tipo de dependência variava* por diversos fatores e circunstâncias a partir da relação entre as classes dominantes locais e os agentes internacionais.

Cardoso insiste, mais tarde, que o que lhe interessava fazer era uma crítica ao que compreendiam como “teoria vulgar do imperialismo” que via todo o tipo de relação centro-periferia como impositiva a partir do centro. Diz que Ele e Faletto acreditaram ter demonstrado que isto não era bem assim, que as relações variavam de acordo com as

condições produtivas locais e com seus próprios pactos políticos internos. Resumindo: *não havia a inevitabilidade de uma forma específica de dependência*, pois esta não decorreu de mera imposição externa, mas da combinação de fatores externos e internos e das alianças entre eles. Foi neste sentido que inicialmente concluíram:

*“(...) a hipótese desenvolvida neste trabalho postula, que os padrões de integração social e os tipos de movimentos sociais, por intermédio dos quais se foi direcionando a vida política e o perfil das sociedades latino-americanas, assumiram conotações distintas conforme se tratasse de países onde foi possível manter o controle nacional do sistema exportador ou, pelo contrário, naqueles onde a economia de enclave prevaleceu na fase de crescimento para fora”* (Cardoso & Faletto, 1973; pag. 53)

Assim, Cardoso e Faletto acreditaram poder deslocar o eixo da análise cepalina que aludia a preeminência da situação de dependência ao aspecto político externo para o interno. No caso do Brasil apontam que a industrialização foi resultado não de um novo “espírito Burguês” empreendedor e industrial que se criava, ou da conjugação de fatores externos e internos conforme foi apresentado por Furtado, mas de um “grande acordo” entre as novas elites dominantes na ânsia de conter as tensões sociais geradas pela urbanização.

Os “acordos políticos” entre as classes sucessoras do pacto oligárquico são erigidos então, como a principal característica do período denominado de “fase de transição” ou de consolidação do mercado interno, que toma corpo com a crise agrário-exportadora de 1929. Por ter priorizado políticas de emprego e manutenção da renda este acordo possibilitou o crescimento do proletariado e o incremento do setor popular urbano não-operário que formarão o que na América Latina se chamou de “sociedade urbana de massa”. Em pouco tempo este novo ator político, o voto popular-urbano, passou a ser determinante nas políticas de Estado.

*“Acentuamos neste trabalho que essas medidas deram-se somente em alguns países porque elas foram os resultados das alianças de poder realizadas neles durante o que aqui se chamou “fase de transição”. E, em conseqüência, assinala-se agora que a industrialização lograda nesses casos não foi, em um primeiro momento, o resultado da ascensão, paulatina ou revolucionária, de uma burguesia industrial típica. Essa industrialização representou mais uma política de acordos entre os mais diversos setores, desde o agrário até o popular-urbano, do que a imposição de interesses e da vontade de domínio de uma “burguesia-conquistadora”. O problema essencial da política de*



*industrialização era tornar compatíveis medidas econômicas que atendessem tanto à criação de uma base econômica de sustentação de novos grupos que passaram a compartilhar o poder na fase da transição quanto a necessidade de oferecer oportunidades de inserção econômico-social aos grupos populares numericamente importantes, cuja presença nas cidades como desempregados ou insatisfeitos podia alterar o sistema de dominação. Este estaria agora integrado pelas classes médias ascendentes, pela burguesia urbana (mercantil, industrial e financeira) e pelos setores do antigo sistema importador-exportador, inclusive de setores ligados aos latifundiários de baixa produtividade.” (Cardoso & Falleto, 1966; pág. 93)*

Uma das conseqüências desta análise para o debate acadêmico-ideológico dos anos de 1960-1970 é o destaque que se dá à condição de origem da burguesia industrial como condicionante do seu papel político no processo de industrialização. Esta estranha discussão sobre o “caráter do burguês nacional” passa a ser uma questão chave para o campo intelectual de esquerda, na especulação sobre a possibilidade ou não de uma revolução nacional (pacto nacional desenvolvimentista) ou de uma revolução burguesa no país (aventada pelo viés tanto de Caio Prado como de Florestan Fernandes).

No caso levantado por Cardoso e Falleto ficava evidente a condição de dependência histórica das elites mercantis periféricas e suas relações de origem com a burguesia manufatureira. Mais do que isso, o próprio processo de industrialização teria sido mais um artificialismo político do que um reflexo do empreendedorismo dos industriais “paulistas” que souberam aproveitar as condições conjunturais históricas, conforme demonstrado por Furtado.

É na compreensão e operação deste engenho teórico que Cardoso e Falleto acreditaram ter encontrado a inteligibilidade dos processos de desenvolvimento capitalista na América Latina. Daí Cardoso procura ressaltar sob quais relações se consolidou originariamente a burguesia industrial brasileira, que acreditava ter assimilado o mesmo padrão ético-comportamental (baseado na negociação e na concessão política de benefícios sob a mediação do Estado) da burguesia agrária mercantil e das demais elites políticas nacionais. Parece-me que não há em Cardoso a conclusão sobre a origem direta uma da outra, pois no seu livro sobre os empresários industriais no Brasil reconheceu implicitamente que os

industriais paulistas não se originavam das famílias ligadas à produção e ao comércio de café, e sim, que os novos empresários industriais foram recrutados nas camadas médias da população urbana. Seriam, na sua maioria, descendentes das famílias “de tradição”, mas sem grandes posses, muitas ligadas ao funcionalismo público.

O que ele procura ressaltar é que a consolidação do processo de industrialização se dá mediante acordos patrocinados pelas forças políticas dominantes tendo o Estado como instrumento de concessão de benefícios. Assim, sua posição crítica da interpretação cepalino furtadiana do desenvolvimento nacional destaca a falta de atenção e os erros de compreensão do processo capitalista mundial e sociopolítico nacional. Os enganos de concepção sobre a orientação e o caráter da formação burguesa no Brasil é que teriam levado Furtado e os cepalino-isebianos aos erros de avaliação dos anos de 1960. Aqueles intelectuais teriam exacerbado o caráter empreendedor e de preeminência social da burguesia industrial nacional em detrimento da sua análise enquanto classe. Esta crítica já estava embasada empiricamente antes de 1964, possivelmente isto evitou que embarcasse completamente pela abordagem crítica mais agressiva e menos fundamentada que atribuiu o golpe de 1964 a uma “traição” dos empresários que participaram do “pacto populista” e de um erro grave de avaliação dos intelectuais de esquerda sobre o apoio das massas. Contudo, suas análises se somaram ao movimento e contribuíram decisivamente no confronto intelectual-ideológico dos anos de 1970, pelo lado da crítica ao pacto político “apoiado” pelos cepalino-isebianos, o que realmente despertava mais receio em todos os seus adversários.

A crítica ao pacto político desenvolvimentista ganhou corpo com Caio Prado Júnior, quando este publica em 1966, *A Revolução Brasileira*, de grande impacto na intelectualidade da USP. Os aparentes interesses entre a interpretação de Cardoso e de Prado Júnior, se explicam mais pela condenação político-ideológica do projeto nacional-desenvolvimentista que, apenas por um instante, uniu os integrantes da corrente marxista da USP. Ficava claro, contudo, que não duraria muito tempo, pois a negação por parte de Cardoso dos princípios da

teoria do imperialismo de Lênin-Trotsky inviabilizava totalmente esta associação. De qualquer forma, este é um momento extremamente fértil para entendermos aquele momento intelectual brasileiro e as questões que estavam em jogo.

O trabalho de Caio Prado parte de uma abordagem anterior, relaciona as origens da burguesia industrial paulista ao baronato do café<sup>38</sup>. Daí toma corpo a idéia de uma “mácula de origem”, da permanência e da reprodução de uma ética “mercantil dependente” que inviabilizaria um projeto nacional capitaneado por aquela elite industrial burguesa. Esta interpretação vai na direção desejada por Cardoso, pois consolida a crítica direta ao modelo cepalino-isebiano, retirando da burguesia industrial seu caráter dinâmico e empreendedor, ou eminentemente capitalista, lhe acrescentando um forte viés patrimonialista. Enfraquecendo as “pernas” do tripé político que sustentava o pacto desenvolvimentista, demolir-se-ia toda a perspectiva de desenvolvimento autônomo e de consolidação de centros internos de decisão que sustentava a proposta cepalino-isebiana.

Abrindo discussão com Caio Prado, Bresser-Perreira escreveu um artigo baseado em diversas provas empíricas para demonstrar que seu equívoco interpretativo se deveu a um caráter eminentemente ideológico que permeou este seu trabalho, e que se inseria, na verdade, no bojo da antiga disputa iniciada ainda pelos intelectuais do Partido Comunista com os do ISEB.

*“Neste artigo inicialmente apresentarei de forma sumária os dados de minha pesquisa. Em seguida farei uma tentativa de explicar o equívoco ocorrido, a partir de uma argumentação baseada em aspectos ideológicos e de psicologia social. Argumentarei que o ressentimento ao nível da esquerda provocado pelo golpe militar que resultou na Revolução de 1964 levou seus intelectuais a uma interpretação equivocada da história do Brasil - a “interpretação funcional-capitalista ressentida”. Esta abordagem constituiu-se em uma reação à “interpretação nacional-burguesa”, que servira de base para o pacto populista, e que explicava a industrialização brasileira a partir de uma coalizão política entre uma nova classe - a burguesia industrial nascente - e os trabalhadores urbanos. Segundo a interpretação que se torna dominante entre as esquerdas imediatamente após o golpe, a*

---

<sup>38</sup> O que fica provado o contrário em Bresser-Pereira, que demonstra que a origem dos industriais paulistas é em sua maioria de imigrantes e descendentes de imigrantes de classe média e pequenos comerciantes, antigos importadores de manufaturados. Ver em “BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1963), "O empresário industrial e a revolução brasileira". *Revista de Administração de Empresas* 2” e em *Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil*

*interpretação anterior, que “enfraquecera as esquerdas”, equivocava-se em pensar na burguesia industrial como uma nova classe de origem imigrante, quando, na verdade, não passava de uma manifestação da velha burguesia exportadora que sempre dominara o Brasil.” (Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil, pag3)*

Estes esclarecimentos de Bresser se tornam extremamente importantes para percebermos o sentido que distancia o projeto de desenvolvimento de Cardoso do de Furtado. Penso que seus projetos se inserem numa disputa mais ampla, ideológica e de paradigmas. Isto em plena disputa por hegemonia intelectual no campo de esquerda e de centro-esquerda no Brasil. Neste momento, o que está em jogo é a desconstrução do paradigma cepalino-isebiano, que dava a sustentação teórica do pacto político desenvolvimentista a partir da idéia de revolução nacional. O motivo principal da não realização da revolução burguesa no Brasil se deve então à sua artificialidade, pois foi produto, principalmente, do gênio político varguista. Inicialmente sacrifica-se o “caráter empreendedor do bandeirante paulista”, mas o ônus final é do “populismo varguista”.

*“É esta a tese central do ensaio de Caio Prado, Jr.. Como o grande historiador havia sido comunista, seu alvo fundamental é o próprio partido. Seu objetivo é claro: criticar a tese de uma aliança com a burguesia, a partir da negação de que essa burguesia tivesse qualquer caráter “nacional”, e que de alguma forma se distinguisse da burguesia ou oligarquia agrário-mercantil que muitos haviam chegado a equivocadamente classificar de “feudal”. Através dessa estratégia era possível a Prado Jr. negar a própria existência do pacto populista nacional-desenvolvimentista - o pacto que, entre a Revolução de 1930 e a derrota do candidato do PSD (Partido Social-Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), gen. Henrique Teixeira Lott, em 1960, uniu em torno do projeto de industrialização empresários industriais, trabalhadores, classes médias tecnocráticas e a parte da oligarquia que Ignácio Rangel (1980) chamou de “substituidora de importações”. Dessa forma, Caio Prado Jr. inaugurava a “interpretação funcional-capitalista”. Era uma abordagem ressentida do Brasil, indignada com o golpe militar. Esta interpretação definia para os intelectuais de esquerda brasileiros uma tarefa: revisar a história do Brasil e particularmente a história da industrialização brasileira, para reduzir o significado da crise econômica de 1930 e da Revolução de 1930. A economia e a sociedade brasileiras deixavam de ser duais: haviam sido sempre capitalistas. O que havia de não-capitalista era funcional ao capitalismo. O momento decisivo de desenvolvimento e consolidação da indústria brasileira deixava de ter como marco fundamental a depressão dos anos 30 e a Revolução de 1930, sendo transferido para o final do século XIX, quando as primeiras indústrias são instaladas no Brasil. Os empresários industriais deixavam de ser um grupo étnico e social distinto dos cafeicultores mas identificavam-se com eles. Os interesses dos dois grupos eram identificados ou pelo menos seus conflitos colocados em segundo plano. A dinâmica industrialização brasileira deixava de ser dependente dos fatores externos, como Celso Furtado tão bem enfatizara, e passava a depender de fatores internos, particularmente da própria burguesia. Caio Prado Jr. começa por corretamente criticar a tese da existência de*

*um feudalismo ou de um semi-feudalismo no Brasil pré-1930, para, em seguida, negar qualquer “distinção política e de categoria social entre, de um lado, os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros... e de outro lado a burguesia industrial, comercial ou qualquer outra” (1966: 106). E, em função desta análise, ou seja, de entender a burguesia brasileira como uma única burguesia mercantil desde o período colonial até o momento em que escrevia, em 1966, conclui, no plano político, que “a idéia de uma ‘burguesia nacional’ progressista e contrária ao imperialismo por sua posição específica de classe, causou à linha política da esquerda os mais graves danos” (1966: 112) (idem; págs. 11-12)*

O que Fernando Henrique Cardoso procura com sua “análise integrada do desenvolvimento”, ou teoria da dependência associada como quer Bresser, é uma saída para este imbróglio sob as novas condições políticas do país. Daí que produz uma excelente análise sobre o pacto político-militar da ditadura definindo com clareza seus atores coletivos (tecnocracia e estamento militar, burguesia industrial – nacional e internacional –, financeira, comercial e agrícola e setores de classe média com exclusão completa dos trabalhadores e dos setores populares) e seus papéis. A partir desta nova configuração de forças políticas, a saída para o desenvolvimento (ou da continuidade de expansão do núcleo industrial paulista e da modernização da sociedade brasileira) está na modernização ou no investimento no processo de atração do capital industrial internacional, este sim, de espírito capitalista “puro” e agora, em nova versão, muito mais “amigável”.

\*

Penso que para além das divergências imediatas evocadas por distintas abordagens, em essência, as propostas de Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado contêm sentidos conflitantes e até antagônicos que se refletem no próprio conteúdo do conceito de desenvolvimento adotado por cada um deles. Na dependência associada de Cardoso prevalece a finalidade última na modernização do Estado e da sociedade a partir da inserção e da incorporação no país dos ideais e dos novos processos capitalistas. Como ele mesmo ressalta, o que perscruta é o desenvolvimento capitalista no Brasil. Daí que a concretização de um projeto aos moldes nacional-desenvolvimentista não é sua referência. Corretamente Cardoso visualiza o fim do modelo monopolista e imperialista e a eminência de um novo

momento histórico do capitalismo, mais dinâmico e que exige novas abordagens que dêem conta de seus movimentos e associações internas e externas. Ressalta que sua crítica se concentra em abater duas falácias (ou máximas) do pensamento latino-americano que condicionam mecanicamente a situação político-social somente ao domínio externo ou somente ao domínio interno. Na sua definição as bases de análise do capitalismo periférico latino-americano devem se remeter preferencialmente ao Estado, Classe e Produção, dando ênfase nas suas relações tanto internas quanto externas. Contudo, com o tempo, as disputas teóricas e políticas no campo acadêmico-intelectual produziram uma oposição entre estes conceitos. Esta condição, se por um lado realçou os aspectos positivos levantados pela sua arguta análise da conjuntura política do pós-1964 (a percepção da associação dependente da burguesia industrial local e das empresas multinacionais com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar), por outro lado, contribuiu para obnubilar as contribuições críticas imprescindíveis da teoria do subdesenvolvimento furtadiano.

Penso que isto mostra que Cardoso estava certo nos seus cuidados iniciais, não colocando sua interpretação como substituta da cepalino-furtadiana. Ao contrário do que ele defende, entretanto, não vejo estas análises como diretamente complementares, já que partem de pressupostos metodológicos e ético-filosóficos distintos, ou seja, são ontológica e epistemologicamente distintas. Nos moldes em que propôs Cardoso elas até poderiam tentar caminhar juntas, porém, no limite, acabam rompidas, pois representam posições ideológicas distintas frente às funções do Estado, às forças políticas, ao mercado e ao capitalismo internacional. O ponto de discórdia maior, entretanto, continua sendo aquele que pontuou a disputa nacionalista desde a segunda metade dos anos de 1950 e é justamente o cerne da aposta isebiano-furtadiana: a idéia de desenvolvimento dada partir da refundação da nação sob ideais igualitários de cunho social-democrata. Para Cardoso consolidação nacional, autonomia decisória (ressaltando a importância de empresariado forte e dinâmico) e autenticidade cultural não mereciam destaque nas discussões sobre o desenvolvimento.

Repito, o que está em jogo são propostas distintas para um novo modelo de inserção do país no mercado internacional dado pelo surgimento de um forte núcleo industrial local. Estas propostas estão embebidas de uma disputa entre fortes correntes que disputam a hegemonia do campo intelectual e envolve a própria interpretação da formação da nação. O ponto da discórdia se encontra, principalmente, nas posições sobre a revolução de 1930 e do pacto político e da política industrial varguista. As dissensões que acontecem a partir daí levam ambas as partes a radicalizar suas posições, condição que se deteriora bastante a partir da ruptura de 1964 e da derrocada intelectual do nacionalismo cepalino-isebiano.

No ideário isebiano a revolução nacional supunha a conformação de uma identidade nacional positiva, se colocando como pressuposto necessário para uma revolução burguesa autônoma, pois lhe daria sustentação política, ideológica e cultural, aos moldes do que aconteceu nos países centrais. No campo cultural a consolidação da identidade nacional atuaria em contraponto aos efeitos do complexo colonial que era desagregador, pois atuava sob a lógica da desigualdade impetrada pelo subdesenvolvimento. Inicialmente, o diálogo intelectual dos isebianos sobre a formação da nação não se dá com a USP. Eles estavam discutindo com os intérpretes anteriores à consolidação daquele núcleo universitário paulista. Suas teses foram montadas para demolir as bases das teorias racistas e biológicas positivistas que produziram uma interpretação negativa da nacionalidade e do povo brasileiro. Estas interpretações, na sua maioria, denegriam a constituição da população brasileira inviabilizando até mesmo o processo político democrático, apontando, assim, para uma perpetuação das elites brancas no poder. Daí a insistência dos isebianos num processo de consolidação de uma identidade nacional popular e positivamente mestiça.

Outro nó está no próprio caráter do capitalismo. Enquanto que para Furtado é negativo, Cardoso o carrega de tintas bem adjetivadas, o que o faz ver de forma positiva o desenvolvimento impulsionado pelo capital estrangeiro instalado no país. Mesmo que muitos autores, mais tarde, tentem fundir os aspectos positivos das duas teorias, insisto que seus

fundamentos de origem impedem uma aproximação maior entre elas, pois são erigidos sobre princípios antagônicos. No limite, a positividade vista por Cardoso nos “novos laços de dependência” corroboram para que possamos perceber uma aposta sua na modernização industrial, mantendo como fundamento consistente apenas uma visão voltada para o desenvolvimento econômico. Se isto é possível para alguém com uma formação funcionalista é impensável para Furtado, que professa uma visão dialética, onde os diversos campos sociais estão conectados interagindo todo o tempo. Por outro lado, sua interpretação não implica nenhum questionamento da estrutura do sistema capitalista internacional, pois sua crítica está intrinsecamente voltada para a crítica as elites e aos pactos políticos internos que seriam, em última instância, os responsáveis pelos problemas nacionais.

Sem ser um intelectual marxista, apesar de utilizar seu instrumental analítico, penso que Cardoso persegue o pressuposto da revolução burguesa, ainda que inviabilizada inicialmente pelo artificialismo político imposto por um Estado demiúrgico e patrimonialista. Futuramente, entretanto, pode ser possível sob a nova reorganização do capitalismo internacional. “Desfeito” o pacto varguista, as elites patrimonialistas se rearranjam, agora, sob a proteção do estamento militar. Assim, a saída é jogada para o futuro, para um possível rearranjo das classes e das forças políticas em geral a partir do novo modelo de desenvolvimento econômico. Ou também, a partir da consolidação das relações capitalistas no país, com a disseminação do capital estrangeiro no processo produtivo local. Focando sua visão no patrimonialismo estatal, parece-me que Cardoso não dá a devida atenção aos reflexos sociais do pacto político e do novo modelo econômico que ele tão bem descreve e diz evidenciar. Não parece se preocupar tanto com o enorme processo de concentração da renda e de desigualdade regional que se anunciava e que a “nova dependência” poderia não dirimir e sim, potencializar. Cardoso também não se preocupa com a assimilação mimética dos padrões de consumo e produção dos países centrais, pelo contrário, os reafirma.



Durante o período que escolhi para esta análise Cardoso se manteve distante das aproximações com a atividade política institucional. O que fará sua entrada na disputa política do país será o movimento pela redemocratização que se inicia em meados dos anos de 1970, no qual teve atuação destacada. Contudo, me parece possível destacar que sua construção teórica discutida aqui ressalta um momento pessimista da política nacional. Daí a ênfase maior para uma modernização “possível”, sob as “exigências” do mercado internacional, aceitando com mais facilidade certos paradigmas neoclássicos, pois ressalta que não só o capital estrangeiro, mas possivelmente a “ética capitalista” passam a ser um condicionante vital para o desenvolvimento, devido às deficiências de formação das elites nacionais, particularmente da burguesia industrial que não conseguiu se estabelecer socialmente como classe tipicamente revolucionária devido a sua origem patrimonialista, quase estamental. Isto nos faz refletir se, para além dos investimentos produtivos e da modernização tecnológica, ele imaginava que o contato direto da burguesia nacional com a internacional, não seria benéfico no sentido de livrá-la dos vícios de origem? Os desdobramentos desta “refundação”, no caso, capitalista, seriam fundamentais para a modernização de toda a sociedade brasileira. Daí, hipoteticamente, poderíamos imaginar que o melhor para país seria, certamente, uma refundação a partir de um “choque” de liberal, despindo o Estado nacional dos seus trajes patrimoniais.

Hipóteses à parte, Cardoso se afasta de abordagens que privilegiam aspectos culturais e geopolíticos como identidade nacional, centros autônomos de decisão, planejamento de longo prazo, soberania e política estratégica, levados em conta pelos cepalino-isebianos e pelo pacto nacional-desenvolvimentista, tão comuns na abordagem furtadiana e até de alguns uspianos, como é o caso de Florestan Fernandes<sup>39</sup>. Isto reflete também um pragmatismo

---

<sup>39</sup> Em “A Revolução Burguesa no Brasil” Florestan tenta explicar as causas do fracasso deste processo no Brasil. Parece-me que ele associa a interpretação furtadiana às interpretações sugeridas por Cardoso e Caio Prado que deram origem às interpretações da teoria da dependência associada e da superexploração. De modo bem particular demonstra que o caráter das burguesias nacionais não se encaixa no padrão típico devido às suas deformações de origem. Elas assumem um caráter dado por um padrão de inserção estamental que se contrapõe

sociológico cada vez maior, possivelmente fruto de sua desilusão com as possibilidades do processo político brasileiro. Entretanto, este pragmatismo não pode ser utilizado como justificativa de uma proposta menos crítica sobre a questão da desigualdade social, regional e tecnológica imposta pelo modelo capitalista dependente associado que o país adota no regime militar. Sua ênfase na crítica aos modelos cepalino-isebiano e marxista revolucionário o faz afastar suas “análises integradas”, paradoxalmente, da “fusão” furtadiana entre democracia, igualdade social e desenvolvimento. Se pensarmos que suas perspectivas metodológicas podem indicar pistas ou apresentar conotações ideológicas diria que, grosso modo, Cardoso se utiliza de conceitos e métodos analíticos marxistas. Entretanto, suas expectativas e conclusões o levam ao encontro de uma aproximação da visão liberal do capitalismo e da ortodoxia econômica. Ele terminaria concluindo de que estes preceitos (dados principalmente pela liberdade do capital) seriam o melhor remédio para sociedades nas quais os pactos políticos entre as elites locais sufocaram o processo de modernização capitalista limitando-o a determinados segmentos sociais. Se assim for, o seu conceito de desenvolvimento estaria diretamente associado às premissas neoclássicas como modernização e crescimento, que se expressaria em variáveis como PIB e renda *per capita*. Por outro lado, Furtado professaria conceitos associados aos clássicos do pensamento econômico, próximos aos adeptos da teoria do desenvolvimento, de viés keynesiano, no sentido que aponta para um Estado mais atuante e privilegia o bem-estar social. Assim, sua perspectiva se aproximaria daquelas que hoje em dia privilegiam índices como o IDH ou o de GINI, ligados a perspectiva de desenvolvimento sustentável.

---

ao modo dinâmico de expansão capitalista típica, que requer domínio do poder político e hegemonia social pela burguesia industrial. Ao contrário, o caráter estamental requer negociação, acordos e se dá para “dentro”, incluindo seletivamente. O avanço deste processo no Brasil se deu por articulações entre os setores dominantes internamente e aqueles ligados ao comércio exterior de acordo com as variações do comércio internacional, o que chamou de “circuito fechado”. Contudo, a burguesia brasileira não estaria definitivamente condenada porque este “circuito fechado” (que se associa a idéia de estrutura) ganha plasticidade a partir da idéia “dinamismo social” que atuam em conjunto no processo histórico. A ação destas forças opostas, estruturais e dinâmicas, geram as “conseqüências construtivas” e as variações do processo histórico social. Naquele momento (primeira metade da década de 1970) a burguesia nacional não teria como romper sozinha com o

Ao contrário do pensamento furtadiano que nasce da crítica à teoria econômica neoclássica e às teorias da modernização de caráter meramente sincrônico e quantitativo, Cardoso adota uma análise histórico-estrutural integrada mas, encara bem melhor o desenvolvimento sob perspectivas econômicas ou liberais ortodoxas. Este aceite não o tornam um liberal convicto, mas provavelmente, de circunstância, na medida em que vejo suas conclusões caminhando subjetivamente para este desfecho devido a sua descrença nas possibilidades dos principais atores políticos e empresariais do país levarem o processo adiante sob uma perspectiva de produção e consumo distinta.

É de se considerar que o conceito de desenvolvimento de Furtado realmente é bem mais complexo e ambicioso do que o de Cardoso. Além do que, Furtado se atinha às particularidades conjunturais do país e não se prendeu a paradigmas associados a conceitos cientificistas ou metodologicamente rígidos. Como sua perspectiva era de uma análise *a partir* da visão estabelecida pela periferia, isto lhe permitiu uma visão de processo muito mais fluida que a de Cardoso, propondo até mesmo um contraponto à lógica consumista dos EUA. A aparente ausência de rigidez metodológica permitiu a Furtado trabalhar mais facilmente com métodos e categorias que normalmente aparecem isolados, em perspectivas distintas ou apenas diacrônicas ou apenas sincrônicas. Parece-me evidente que Cardoso nunca aceitou o conceito de subdesenvolvimento de forma ampla conforme pensado por Furtado e os isebianos, cujos aspectos de mudança de padrão sócio-cultural são destacados.

A visão dialética de Furtado e, possivelmente, sua inserção como técnico de governo possibilitou que ele trabalhasse de forma conjunta com um aparato metodológico que aliava instrumentais sincrônicos e diacrônicos. Uma perspectiva igualitária de processo histórico impossibilitou-o de reconhecer benefícios em transformações apenas no plano econômico. No ideário furtadiano as mudanças sociais civilizatórias, para se darem, é preciso que a

---

modo de dominação estabelecido. Se encontrava mais que nunca dependente dos novos saltos e dos impulsos oriundos do dinamismo das economias centrais.

superestrutura acompanhe a infra-estrutura ao longo do processo de transformação ou, melhor explicando, que o plano cultural acompanhe as transformações da produção material. Como seu paradigma é a mudança da organização política nacional, é preciso que as forças sociais dinâmicas se envolvam no processo de uma forma reflexiva, que entendam o processo. O processo democrático republicano é dependente da participação política dos iguais, ou seja, dos cidadãos. Neste sentido o despertar das massas para os seus direitos, mesmo que naturalmente conflituoso, é visto como positivo e necessário. As instituições políticas teriam que ser as primeiras a responder a este processo de democratização que deveria se disseminar pelas demais instâncias. O Estado, símbolo do patrimonialismo, teria que sofrer reformas democratizantes em toda a sua estrutura para responder aos novos anseios. Assim, para Furtado, o desenvolvimento não passava apenas por choques de capitalismo ou de liberalismo, pois como o próprio Cardoso havia percebido, as elites políticas facilmente se reorganizam e se adaptam aos novos modos de produção e poder político.

Penso que Furtado vê a natureza do capitalismo de uma forma menos positiva que Cardoso, daí que sua proposta enfatize tanto a importância da racionalidade dos atores políticos e da democracia. Também não se apega a teorias que fundamentam-se em mitos psicossociais ou de origem. Para ele as mudanças sociais nas sociedades modernas dependem da reflexão e da ação política organizada em um ambiente de conflito pactuado institucionalmente, daí a capacidade das forças políticas se reorganizarem rapidamente. Mais de acordo com seus interesses conjunturais do que presos a interpretações conceituais rígidas. Para se consolidar as sociedades nacionais teriam que obrigatoriamente criar artificios que suprimissem a natureza desigual e egoísta do capitalismo. Na visão de Furtado vimos que a democracia moderna nasce desta “necessidade” aliada aos ideais igualitários de cidadania.

Como disse, penso que Cardoso nunca aceitou a novidade metodológica holística do conceito de subdesenvolvimento cepalino-furtadiano e continuou a trabalhar com uma

perspectiva etnocêntrica e analiticamente linear do desenvolvimento capitalista. O que poderia explicar, em termos furtadianos, porque o pessimismo com a política o leva a uma armadilha que faz contradizer sua própria crítica e, em última instância, fazendo-o trilhar o caminho do economicismo.<sup>40</sup>

Por paradoxal que pareça se formos pensar em termos da ênfase em conceitos clássicos do liberalismo econômico, entendo que neste momento, o conceito de desenvolvimento do economista dê uma preeminência maior às ciências sociais, enquanto que o do sociólogo o faça para o lado da economia. O que Cardoso imagina como desenvolvimento para Furtado não passa de uma reorganização da expansão do capitalismo dada pela modernização e pelo crescimento dos mercados. É neste sentido que Fábio Ricardo Kalvan faz um interessante resumo sobre este paradoxo, ressaltando que uma das premissas do conceito de desenvolvimento que refletem as diferenças valorativas entre eles está no lugar no qual cada um percebe a sociedade nacional – que é o espaço onde se manifestam as desigualdades sociais e regionais:

*“O que fica evidenciado é que, enquanto Furtado compreende o subdesenvolvimento como antítese da consolidação da nacional, Cardoso sublima este mesmo antagonismo e julga possível conciliar algum desenvolvimento nacional com dependência. No limite temos que, em Furtado, a consolidação nacional exige a superação do subdesenvolvimento, ao passo que, no caso de Cardoso, uma inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista internacional já basta, distinção esta que está refletida nas posições e considerações mais recentes de Furtado e de Cardoso.”* (Kalvan, 2000; resumo da dissertação)

Como já enfatizei algumas vezes, para Furtado o conceito de desenvolvimento está associado a uma busca de um padrão estrutural de perspectiva igualitária que não passa por uma “etapa liberal” ou, em termos weberianos, de uma disseminação de uma ética capitalista-protestante, depende sim da ação política de indivíduos conscientes organizados institucionalmente. Para ele, o desenvolvimento só se completa quando a modernização

---

<sup>40</sup> Posteriormente, Cardoso consegue fugir deste impasse quando vislumbra uma saída pela política a partir do processo de redemocratização e do surgimento de novos perfis de classe como o “novo sindicalismo”.

produtiva é acompanhada por mudanças também nas instituições e nos padrões sociais, que são dadas politicamente por indivíduos conscientes em interação.

Para Furtado os reflexos sociais históricos do subdesenvolvimento foram o resultado da inserção do país no mercado mundial sob um liberalismo econômico “espontâneo” cujos benefícios foram sabidamente aproveitados tanto por empresários e empreendedores como por uma elite política bem instruída e adaptada aos processos de mercado, principalmente do mercado internacional. A sociedade “dual” ou desigual, se formou como reflexo desse modo de inserção que historicamente não encontrou resistências sociais suficientes que pudessem se contrapor aos valores estabelecidos estruturalmente pelo modo de produção colonial escravocrata e assim acabou por naturalizar a desigualdade social via concentração de renda e de poder político. Desse modo, com a maior parte da população excluída da participação política e dos meios de educação (entendida também como conhecimento existencial, do ser no mundo), a lógica ou a natureza desigual do capitalismo pôde se consolidar em um terreno fertilizado pelas heranças sociais e os valores autoritários do período colonial por uma elite que não reconhecia as demais camadas da população como iguais. Entre outras coisas devido a ausência de uma identidade e de um projeto nacional soberano.

Como Kalvan bem assinala, o desenvolvimento em Furtado se associa à consolidação nacional também porque, sem ela, o processo de desenvolvimento sob dependência associada, preserva o dualismo estrutural mesmo com a modernização do processo de industrialização. Neste caso, o liberalismo econômico, ou as práticas capitalistas podem promover modernização, mas não promovem a ruptura estrutural com os instrumentos promotores das desigualdades sociais e regionais que, em última instância, são institucionais, no que são patrocinados pelas forças políticas que controlam os aparelhos de Estado.

Já em 1961 Furtado alertava que as transformações na estrutura produtiva se conduzidas “livremente pelo mercado” como estavam se dando, iriam reproduzir a desigualdade social, mesmo com industrialização. Para Furtado tal situação era inaceitável,

pois a manutenção das condições estruturais de desigualdade social inviabilizava o aspecto igualitário contido no seu ideal de desenvolvimento. Assim, como aconteceu, acentuou-se a natureza concentradora do capitalismo, na medida em que se retiraram os mecanismos compensadores que agem no campo social através dos instrumentos democráticos hoje consolidados pelos ideais do liberalismo político. Estes mecanismos idealmente deveriam ter sido ativados durante o processo de transformação produtiva e urbanização para minimizar os efeitos perversos da concentração de renda e poder político reiterando o aspecto social do desenvolvimento.

Na perspectiva furtadiana o processo de construção nacional está amparado na idéia de justiça social. Para ele, fora de um marco regulatório que apontasse para um estado de bem-estar social, a própria democracia ficava comprometida, pois defendia que capitalismo e democracia só coexistem em um espaço social de perspectiva igualitária. A questão nacional é um elemento central na produção furtadiana, contudo, ela não se esgota como finalidade de soberania ou geopolítica, ela é um instrumento de conquista de justiça social. Parece-me que a questão nacional conforme delineada no pensamento cepalino isebiano teria dois aspectos relevantes: por um lado, sob uma visão universalista do processo, agiria como um ingrediente conjuntural importante da luta contra a desigualdade, que é vista associada a um processo igualitário e civilizatório universal. Por outro é um elemento conjuntural decisivo para a consolidação de um ideal identidade nacional que superasse a ruptura social provocada pelas teorias raciais e os mitos de origem, fundamentais para a consolidação de um país democrático e soberano.

Parece-me também, que o internacionalismo de Cardoso se baseia numa constatação de uma ordem capitalista mundial, contra a qual não há porque criticar pois, em última instância, e em contraposição aos valores das elites locais, ela é positiva e se põe como parte do processo de modernização do qual não há como fugir. Assim, neste caso particular, a própria democracia se prenderia ao liberalismo econômico, ou seja, se daria como uma

conquista associada ao capital internacional, no sentido de que se depender das forças políticas locais ela não se realiza satisfatoriamente. Estas indagações podem ser feitas à medida que Cardoso acreditava viável avançar com o capitalismo, mesmo em condição de dependência associada, na expectativa que a penetração deste promovesse a modernização do Estado e da sociedade, ainda que, devido a condições circunstanciais, se abrisse mão em um primeiro momento da democracia e dos ideais de igualdade consagrados pelo liberalismo político. Cardoso observava, no fim das contas, os ganhos econômicos e modernizantes que a nova associação capitalista traria ao país, em termos de crescimento e desenvolvimento tecnológico e de uma melhor definição do caráter de classe. Dessa forma, parece-me que Cardoso acredita que, a partir da consolidação das relações capitalistas e, mais tarde, da democracia, as desigualdades sociais tenderiam a diminuir já sob um novo pacto político menos patrimonialista e mais “moderno”.

Neste capítulo tentei demonstrar que ao contrário de Furtado, que tratava a questão da desigualdade também como um elemento sócio-cultural intrínseco ao processo de desenvolvimento dado pelo seu conceito amplo de subdesenvolvimento, Cardoso se prende em última instância a argumentos economicistas para ver desenvolvimento na modernização conservadora promovida pelo regime militar. Com isso fica claro que o conceito de desenvolvimento de Cardoso é mais restrito e rígido que o de Furtado. Atualmente o conceito de desenvolvimento sustentável inclui aspectos humanos, sociais e ecológicos associados à perspectiva econômica. Na verdade ele evidencia uma mudança de paradigma nos estudos sobre o desenvolvimento que procura alternativas ao modelo de produção e consumo massificante dado pelo padrão americano.

Naquele momento Cardoso pôde por um instante relegar a segundo plano o problema da desigualdade estrutural, que não é mais vista como um elemento essencial a ser combatido durante o processo de modernização produtiva e de urbanização, quando se consolidam novos pactos políticos e novas relações institucionais e de poder. Neste sentido Cardoso



opata pela valorização do modelo analítico linear em detrimento de um modelo dialético como de Furtado. Assim, o econômico pôde se distanciar do político, do social e do cultural e avançar, enquanto os outros campos retrocedem ou paralisam.

\*\*\*

### CONCLUSÃO:

Este trabalho teve como objetivo principal comprovar que a produção furtadiana, centrada nos seus conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento apresenta uma dimensão bem maior do que a dada pela versão dita “cepalina”. Acredito ter conseguido demonstrar que a forma ampla de descrição da realidade elaborada por Celso Furtado vai de encontro aos fundamentos sociológicos e políticos contidos na “síntese isebiana”, um conjunto de idéias desenvolvidas na década de 1950, objetivando uma nova compreensão da realidade brasileira a partir da convicção da necessidade de mudanças democratizantes na estrutura social do país. Durante a execução desta pesquisa, contudo, foi possível chegar a algumas outras constatações sobre a produção furtadiana:

1) Celso Furtado se destaca como principal teórico do desenvolvimentismo cepalino-isebiano. (2) O pensamento furtadiano compartilha tanto da síntese quanto do método isebiano, muito próximo da versão definida por Guerreiro Ramos na sua *Redução Sociológica*. (3) O pensamento furtadiano não pode ser compreendido apenas pela versão cepalina ou pelo dualismo vulgar dado pela oposição “atrasado” x “moderno”, mais que isso, envolve a negação do dualismo social, da desigualdade estrutural. Sem o seu viés isebiano corre-se o risco de uma interpretação, deficiente e de difícil compreensão dos seus propósitos. (4) O método furtadiano é dialético e não-linear. Suas análises utilizam tanto perspectivas sincrônicas como diacrônicas. Trabalha com os conceitos de classe e nação de forma flexível, destacando a especificidade periférica e ressaltando a necessidade da concretização da “revolução nacional” associada à “burguesa” como via de desenvolvimento autônomo e soberano. (5) O caráter, ou a principal característica realçada pelo subdesenvolvimento furtadiano é a desigualdade, representada pela reprodução dual da sociedade. Para ele o subdesenvolvimento se instituiu devido a forma de penetração do capitalismo internacional nas sociedades periféricas. A exploração dos produtos primários promovida por uma elite política mercantil moldou uma estrutura sócio-econômica e política

de acordo com seus valores e interesses de classe. (6) Assim, a forma de inserção da economia brasileira no capitalismo mundial patrocinada por uma elite que monopolizava os mecanismos de participação política alimentou historicamente o dualismo social. A teoria de Furtado leva a crer que só um processo de consolidação nacional, com a valorização da sua camada excluída pode promover elos de solidariedade e identidade nacional capazes de solidificar e patrocinar um pacto político visando o desenvolvimento econômico e social. (7) O desenvolvimento é um processo composto que envolve os campos sociais, destacando-se o político, o cultural e o econômico. Sob o capitalismo, sem democracia - entendida como regime que permite a participação das camadas mais pobres na disputa pelo poder político preservando-se as liberdades -, não há perspectiva de superação da desigualdade social e regional, sem a qual não há desenvolvimento sustentável. (8) Havendo preeminência do liberalismo econômico e, dessa forma, da dependência, nada garante que a simples difusão das relações e dos valores capitalistas, mesmo que sob novo modo de interação como apontado por Cardoso, promova-se o desenvolvimento. (9) A sua perspectiva igualitária o faz dar ênfase a conceitos fundamentados em valores universalistas que evoquem relações de pertencimento, como república, nação e democracia com o objetivo de contrapô-los ao liberalismo econômico que reforçaria o caráter individualista e concentrador do capital. Em sociedades dependentes e primário exportadoras que não fizeram sua revolução nacional este tipo de inserção resultou em exclusão ou dualismo social. (10) O seu viés culturalista e historicista o fez defender que a sedimentação estrutural dos valores advindos do modo colonial de exploração capitalista ajudou a consolidar práticas e normas sociais excludentes, reproduzidas por hábitos e costumes, inclusive com influência marcante na produção intelectual brasileira. A visão discriminatória que boa parte da elite tinha do povo dificultava a construção de uma identidade nacional, da consolidação da revolução nacional e da própria democracia. Até a primeira metade do século XX, interpretações intelectuais racistas justificavam perspectivas de poder das elites que deram lugar a uma estrutura política e social

concentradora e perversa, tendo seu espaço de destaque na exploração patrimonialista das instituições do Estado. Tão negativa como a concentração de poder econômico, a concentração do poder político é vista por Furtado como a principal responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro. (11) Dessa forma, é plausível apontar para a existência de uma teoria sociológica em Furtado, cuja sustentação teórico-metodológica foi compartilhada da síntese isebiana, no seu esforço de interpretação do Brasil nos anos de 1950.

Sobre a construção da interpretação isebiana do Brasil podemos dizer que ela investiu contra o pragmatismo científico etnocêntrico e incorporou a perspectiva periférica como diferencial de análise. Como não havia nada pronto neste sentido no Brasil teve que partir para uma reelaboração de conceitos e de métodos de investigação social. Por outro lado, os isebianos como neo-iluministas, acreditavam numa visão de progresso dado pelo caráter civilizador do processo histórico ocidental. O projeto *cepalino-isebiano* de desenvolvimento se formou sobre o conceito de subdesenvolvimento de Celso Furtado e trabalhava com as idéias de revolução nacional e burguesa associadas. O conceito de subdesenvolvimento furtadiano torna-se distinto da teoria da dependência cardosiana justamente porque não separa a realidade econômica da política, pois concebe a democracia e o capitalismo associados ao ideário nacional igualitário. Sendo assim, o dualismo estrutural dado pela desigualdade social só é superado a partir da inserção democrática de todas as camadas da população no jogo político.

Tendo jogado todas as suas fichas na democracia, num momento em que o autoritarismo prevalecia como opção para as forças políticas de direita e de esquerda, Furtado errou como analista e perdeu como ator político. Entretanto, como ele mesmo disse, em política nenhuma derrota é eterna, as idéias quando bem fundamentadas e bem intencionadas tendem a retornar, mesmo que sob outras formatações. Penso que suas posições devam ser revistas sob a ótica da democratização dos excedentes econômicos, das instituições e das decisões políticas, do conhecimento e da educação como via formadora de atores políticos

atuantes. Elas ressaltam a importância dos valores democráticos para sociedades modernas e pluralistas, sustentadas em indivíduos conscientes e reflexivos.

A consistência de alguns mitos sobre o pensamento furtadiano também são negados neste trabalho. O primeiro seria que a proposta furtadiana para o desenvolvimento nacional enfocava somente a industrialização do país. Vimos que Furtado associava industrialização e urbanização com modernização rural como motes do desenvolvimento sustentado para o Brasil. Dessa forma, antes do *boom* do *agrobusiness* ele já apontava para necessidade da diversificação da produção rural e da extensão dos benefícios urbanos (sociais, políticos e trabalhistas) ao campo como aliado incontestado do processo de desenvolvimento urbano e industrial. O segundo seria quanto a uma interpretação que valorizaria apenas os aspectos externos em detrimento dos internos. Ora, vimos que Celso Furtado compartilha na sua interpretação tanto a questão das perdas do comércio internacional dadas por Prebisch quanto os aspectos estruturais internos. Mostramos que sua análise econômica é o tempo todo mediada pelos aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade estudada, no caso a brasileira, sob a ótica da sua condição periférica. Em terceiro lugar podemos afirmar que o pensamento furtadiano não tinha o marco nacional como limite, ele aspirava à universalidade. A perspectiva adotada por Furtado permite apostar na interconexão das ciências como método de conhecimento de problemas complexos como é o caso dos efeitos do capitalismo sobre as sociedades e o comportamento social. Isto o permitiu vislumbrar logo cedo, como publicado em *O mito do desenvolvimento*, a inviabilidade da sociedade de consumo industrial em escala planetária, acendendo o sinal vermelho muito antes do *boom* do ambientalismo. Por último, vimos a inconsistência do dualismo vulgar.

Furtado dá a ciência econômica o *status* de seu principal instrumento de investigação social, pois está nos movimentos do capitalismo e seus reflexos sociais o seu principal objeto de estudo. Classificou este instrumental apenas como ferramenta auxiliar para a compreensão geral do processo social, contudo, sem retirar dela a eficácia para a formatação de projetos de

políticas positivas. Penso que a riqueza da análise furtadiana, no que concerne ao seu uso particular de uma “dialética marxiana” (amparada na *síntese metodológica isebiana* que mesclou a fenomenologia de Husserl e o existencialismo de Sartre à sociologia da ação de Mannheim), tenha sido esquecida, privilegiando-se a perspectiva cepalina de suas produções. Como a abordagem ampla do estilo furtadiano não teve seguidores nas ciências sociais, sua produção foi apropriada pelos economistas, prevalecendo o seu viés cepalino. Provavelmente a partir de uma associação imediata, sem mediações, do cepalismo ao pensamento de Celso Furtado tenha-se gerado diversos enganos que deturpam o caráter sociológico amplo de muitos de seus conceitos.

Podemos perceber várias inflexões entre o conceito de desenvolvimento de Furtado e Cardoso. Entretanto, colocamos uma em evidência em razão da sua aparente contradição: o descolamento da questão econômica da sócio-política feito por este último. A primeira vista esta afirmação pode assustar e é realmente paradoxal por que Cardoso diz fazer o oposto. Tentei demonstrar no último capítulo em que sentido se pode afirmar isso e como esse descolamento acontece. Penso que a conjuntura política, o debate teórico e os distintos paradigmas formadores levaram o sociólogo da USP a esta ruptura. Vejamos: Cardoso elabora sua visão da teoria da dependência objetivando acrescentar à análise cepalina uma leitura a partir de uma perspectiva que valorize de forma integrada os aspectos sócio-políticos e econômicos. Entretanto, o conceito de desenvolvimento contido na sua interpretação sociológica da teoria da dependência sofre influências determinantes da sua análise sobre as razões da ruptura democrática e a modernização conservadora patrocinada pelo regime militar.

Sua interpretação ressalta importantes pressupostos que estavam no centro da disputa travada entre alguns intelectuais do ISEB e da USP. Tais pressupostos foram elaborados no calor da disputa política e visavam a desconstrução teórica do desenvolvimentismo cepalino-isebiano que daria sustentação à “democracia populista”, erigida sobre o pacto político

varguista. O mais importante destes pressupostos foi entendido neste trabalho como o mito de origem “não capitalista” do empresariado industrial paulista. Este mito inviabilizaria uma das “pernas” de sustentação do “tripé” nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano: a burguesia nacional. Tal qual a burocracia nacional, para Cardoso, a burguesia industrial também partilhava de um mal de origem que inviabilizava a revolução burguesa no país: o fato de ter se constituído não sobre a “ética capitalista” e sim sobre a lógica patrimonialista. Sendo assim, o “espírito capitalista” nunca teria se implantado no país, a expansão e a consolidação do núcleo industrial paulista não passava de uma artificialidade montada pela estratégia do gênio varguista. Para Cardoso o pacto desenvolvimentista se deu sob relações patrimoniais e estas relações estariam “institucionalizadas”, ao ponto de influir no “caráter” da classe burguesa industrial, despiando-a do seu papel revolucionário.

Sob tais pressupostos, num ambiente de pessimismo político e otimismo econômico no final dos anos de 1960, Cardoso vê aspectos positivos para a sociedade brasileira na “modernização conservadora” bancada pelo regime militar. Para ele a continuidade do processo de desenvolvimento do país a partir da renovação do parque industrial dada pela associação das empresas nacionais com as multinacionais, configurando-se um “desenvolvimento associado dependente”, teria seu lado bom. Com isso Cardoso enfatiza os aspectos benéficos do crescimento e da modernização tecnológica.

Penso que Cardoso pôde fazer esta inflexão, a partir da separação dos campos analíticos, devido a diferença de paradigmas entre ele e Furtado. O que Cardoso fez foi metodologicamente preciso, entretanto, a visão de Furtado me parece mais correta. A pertinência do método possibilitou Cardoso abstrair, deslocar o econômico do social. Creio que o eterno dilema do limite do cientificismo sociológico que marca a história das ciências sociais esteja no cerne desta questão. Furtado pensava a economia como ciência social e o desenvolvimento como desenvolvimento social, daí condicionava o desenvolvimento de uma sociedade à continuidade e o aprofundamento da democracia como instrumento fundamental

de modernização com equidade social. Neste sentido sua produção é pautada por um caráter ético, humanístico. Cardoso, neste caso, aparentemente se prende a um pragmatismo científico, característico do paradigma das ciências naturais.

Resumindo, entendo que a inflexão feita por Cardoso, distanciando-se dos pressupostos furtadianos, foi possível por dois motivos: o primeiro dado metodologicamente por paradigmas epistemológicos distintos, o segundo é alimentado pelo debate teórico-político travado entre intelectuais da USP e do ISEB. O resultado do novo modelo proposto por Cardoso como opção à interpretação cepalino-isebiana, contudo, compartilhava da visão extremamente negativa do caráter da burguesa industrial brasileira. Este pressuposto possivelmente que dotou Cardoso de subsídios para negá-la como agente do desenvolvimento nacional. Dessa forma, inviabilizada a *democracia populista*, as elites nacionais e o Estado como agentes do desenvolvimento a saída que sobrou para Cardoso foi a opção pelo capital internacional.

Concluindo, não há como deixar de perceber a oposição teórica e política que distanciam seus projetos de desenvolvimento e de nação. Se em Furtado desenvolvimento, democracia, justiça social e consolidação nacional formam um só processo, ou finalidade última de uma modernização democrática e civilizatória, para Cardoso estas condições não são necessariamente interdependentes. Suas conclusões são, então, menos políticas, fundamentadas num pragmatismo sociológico que devido às circunstâncias assume um viés economicista. Esta “armadilha” faz com que possamos imaginar que a sua perspectiva de “modernização capitalista”, contida na sua “análise integrada” do desenvolvimento brasileiro do início dos anos de 1970, acabe realçada como fator preponderante do desenvolvimento e tenha no capital internacional o seu principal agente. Se fato, isto poderia ter contribuído para afastá-lo da ênfase em propostas de políticas positivas para a redução da desigualdade e da concentração de renda, expressas no ideário cepalino-furtadiano.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves (2005). *A ação política dos intelectuais do ISEB*. In: Intelectuais e política no Brasil. Caio Navarro de Toledo (org.). Rio de Janeiro, Ed. Renavan.
- AGUIAR, Luiz Antônio (org.). *Para Entender o Brasil*. São Paulo, Ed. Alegro, 2001.
- ABRANCHES, Maria Aparecida. *O Pensamento de Guerreiro Ramos – um repensar crítico do paradigma das ciências sociais no Brasil*. Monografia UERJ, Rio de Janeiro, 1974.
- BARIANI, Edison Junior. *A sociologia no Brasil: uma batalha duas trajetórias* (Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos). Tese de Mestrado, UNESP. Araraquara, 2003.
- BENEVIDES, Maria Victória de M. *O Governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo, (1996) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Contraponto.
- \_\_\_\_\_, (2000) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro. Ed.Record.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_, (1971). “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? Estudos Cebrap. São Paulo, Cebrap, nº01.
- \_\_\_\_\_, (1973). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro
- \_\_\_\_\_, (1974). *Autoritarismo e democratização*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, (1993). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_, & Faletto, Enzo (1973). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed., Rio de Janeiro. Zahar.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARRARA, Sérgio. *Estratégias anti-coloniais: Sífilis, raça e identidade nacional no Brasil de entre-guerras*. 1996 (no prelo)
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de e VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 3, nº 5, 1990. Pgs 75 / 92.
- CORBISIER, Roland. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- \_\_\_\_\_,(1978). *Filosofia no Brasil*, Revista Encontros com a Civilização Brasileira. V.4.
- CRUZ, José Saraiva. *Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira*, in Pensamento Social Brasileiro, orgs. Sento-Sé e Paiva, ed. Cortez , SP, 2005.
- D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954. Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.1982.
- \_\_\_\_\_, e MOURA, Gerson. *O Tratado Comercial Brasil – EUA de 1935 e os Interesses Industriais Brasileiros*. Revista de Ciências Políticas 21 (1): 55 –73. FGV, Rio de Janeiro, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.. 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1977
- FIORI, José Luis. *A propósito de uma “construção interrompida”*, in: Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo. 2000.

- FREITAS, Marcos César. *Álvaro Vieira Pinto: A Personagem Histórica e Sua Trama*. São Paulo, Ed. Cortez. 1998.
- FURTADO, Celso (1958). *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB.
- \_\_\_\_\_, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- \_\_\_\_\_, Celso (1962). *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.
- \_\_\_\_\_, Celso (1964). *Dialética do desenvolvimento*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- \_\_\_\_\_, Celso (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_, Celso (1971). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4ª ed., São Paulo: Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_, Celso (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, Celso (1982). *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed., São Paulo: Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_, Celso (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, Celso (1989). *A Fantasia Organizada*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, Celso (1989). *A Fantasia desfeita*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, Celso (1992a). *Brasil: a construção interrompida*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCIA, Miliandre. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes*; in: Revista Brasileira de História, v.24 n 47 pags 127-162. São Paulo (2004)
- HOBSBAWAM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco (1971). *Celso Furtado: pensamento e ação*. In: História e ideologia. São Paulo: Perspectiva
- JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958
- JAGUARIBE, Hélio. *A Filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB. 1957
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro – História de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1992.
- LIMA VAZ, Pe. Henrique C de. (1978). *Consciência e Realidade Nacional*, Revista Encontros com a Civilização Brasileira. V.4.
- MANTEGA, Guido (1989). *Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro*. Revista de economia política. São Paulo, vol. 9, nº4, Outubro-Dezembro de 1989.
- MALAN, Pedro Sampaio. *Relações Econômicas Internacionais do Brasil*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Holanda, Sérgio Buarque de e Fausto, Boris. Rio de Janeiro, Bertrand Boasil, 1977. 5ª edição.
- MARÇAL BRANDÃO, Gildo. Celso Furtado: *Pelegrino da Ordem do Desenvolvimento*. In: [www.centrocelsofurtado.org.br/](http://www.centrocelsofurtado.org.br/)
- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo. Ed. Sumaré. 1995.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. São Paulo, Ed. Ática. 1990.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 1999.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.

- \_\_\_\_\_. *As raízes da Ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado*. In: A Revolução de 30 – Seminário Internacional. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Guerreiro ontem, Guerreiro hoje*. In. Revista da Administração Pública, vol. 31, nº5, FGV, Rio de Janeiro, 1997.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: De Personalidade à Personagem*. São Paulo, Ed. Annablume. 1996.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1991.
- PAIVA, Vanilda. P. *Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1980.
- PAULANI, Leda. Revista Margem Esquerda, número 5. [www.boitempo.com](http://www.boitempo.com).
- PEREIRA, Alexsandro Eugênio. *Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB*. in: Intelectuais e política no Brasil. Caio Navarro de Toledo (org.). Rio de Janeiro, Ed. Renavan. 2005
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Método e Paixão em Celso Furtado*. In Luiz Carlos Bresser Pereira e José Márcio Rego, orgs. (2001) *A Grande Esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34: 19-43.
- \_\_\_\_\_. *Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência*, in: Intelectuais e política no Brasil. Caio Navarro de Toledo (org.). Rio de Janeiro, Ed. Renavan. 2005
- \_\_\_\_\_. *O empresário industrial e a revolução brasileira*. *Revista de Administração de Empresas* 2 (1963).
- \_\_\_\_\_. *Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(25) junho 1994.
- PIZZA, Wilson Júnior. *Trajetória Parlamentar de Alberto Guerreiro Ramos*. In. Revista da Administração Pública, vol. 31, nº5, FGV, Rio de Janeiro, 1997.
- PINTO, Álvaro Viera. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. ISEB, Rio de Janeiro, 1959.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo. 1966
- RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 1996
- \_\_\_\_\_. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Ed. UFRJ. 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Processo da Sociologia no Brasil* (Esquema de uma história das idéias). Rio de Janeiro, sem ed., 1953.
- \_\_\_\_\_. *O Problema Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Saga. 1960.
- \_\_\_\_\_. *A Crise do Poder no Brasil*, Zahar Editores. 1961.
- \_\_\_\_\_. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1963.
- \_\_\_\_\_. *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à Luz da Perspectiva de 1980*. Em: A Revolução de 1930; Seminário Internacional. Brasília, UNB, 1983.
- RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro* Revista Estudos Avançados número 19 (2005)
- SANTOS, Joel Rufino dos. *História Nova: conteúdo histórico do último ISEB*. In: Toledo (org.). Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Reforma e Contra Reforma*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro. 1963.
- \_\_\_\_\_. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Editora Duas Cidades. 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Ed. Vértice. 1986.
- SCALETSKY, Eduardo Carnos. *Dois Projetos para o Brasil: 1945-1954*. Tese de Mestrado UFRGS 1988.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: Estetização da Política e Carisma*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

- \_\_\_\_\_. , *Teoria política em Celso Furtado*. In: Pensamento Social Brasileiro, orgs. Sento-Sé e Paiva, ed. Cortez, SP, 2005.
- SILVA, Hélio Ribeiro da. *O Ciclo Vargas: 1954 Um Tiro no Coração*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1975.
- SCHWARTZAN, Simon (org.). *O Pensamento Nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília, Ed. UNB, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1982.
- SOARES, Luiz Antônio Alves. *A Sociologia Crítica de Guerreiro Ramos: Um Estudo Sobre Um Sociólogo Polêmico*. Rio de Janeiro, Ed. Copy e Arte. 1993.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB – Fábrica de Ideologias*. Campinas, Editora da Unicamp. 1997.
- \_\_\_\_\_, (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.
- VILLAS BÔAS, Gláucia (2006). *Mudança Provocada – passado e futuro do pensamento sociológico brasileiro*. FGV editora.
- WEFORTT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_, Francisco C. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WERNECK, Nelson Sodrê. *A Verdade Sobre o ISEB*. Rio de Janeiro, Avenir Editora. 1978.

\*\*\*\*\*